



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TICYANA SILVA FRANCO**

**A GRIPE ESPANHOLA NO LITORAL MARANHENSE ATRAVÉS DOS JORNAIS DO  
ESTADO (1918-1919)**

**SÃO LUÍS  
2026**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TICYANA SILVA FRANCO

**A GRIPE ESPANHOLA NO LITORAL MARANHENSE ATRAVÉS DOS JORNAIS DO  
ESTADO (1918-1919)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Maranhão, visando a aquisição do grau de mestre em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes.

Orientador: Prof. Dr. José Luis Ruiz-Peinado Alonso.  
Coorientadora: Profa. Dra. Avohanne Isabelle Costa de Araújo.

SÃO LUÍS  
2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Franco, Ticyana Silva.

A GRIPE ESPANHOLA NO LITORAL MARANHENSE ATRAVÉS DOS  
JORNAIS DO ESTADO 1918-1919 / Ticyana Silva Franco. -  
2026.

202 f.

Coorientador(a) 1: Avohanne Isabelle Costa de Araújo.

Orientador(a): José Luis Ruiz Peinado Alonso.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em  
História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís,  
2026.

1. Gripe Espanhola. 2. Jornais. 3. Litoral  
Maranhense. 4. História Serial. 5. Pajelança. I.  
Alonso, José Luis Ruiz Peinado. II. Araújo, Avohanne  
Isabelle Costa de. III. Título.

**TICYANA SILVA FRANCO**

**A GRIPE ESPANHOLA NO LITORAL MARANHENSE ATRAVÉS DOS JORNAIS  
DO ESTADO (1918-1919)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História,  
da Universidade Federal do Maranhão, visando a aquisição do grau de mestre em  
História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes.

Aprovada em 04 de março de 2026.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. José Luis Ruiz-Peinado Alonso**

Orientador

DEHIS/PPGHis | Universidade Federal do Maranhão – UFMA  
Universidade de Barcelona - Espanha

**Profa. Dra. Avohanne Isabelle Costa de Araújo**

Coorientadora

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

**Prof. Dr. Denis Guedes Jogas Junior**

PPGHis | Universidade Federal do Maranhão – UFMA

**Profa. Dra. Franciane Gama Lacerda**

PPGHIST | Universidade Federal do Pará – UFPA

O Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Maranhão,  
certifica que esta é a versão final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para a  
obtenção do título de mestre em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes.

**Prof. Dr. José Luis Ruiz-Peinado Alonso**

Orientador

DEHIS/PPGHis | Universidade Federal do Maranhão – UFMA  
Universidade de Barcelona - Espanha

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Prof. Dr. José Luis Ruiz-Peinado Alonso, meu orientador; à Profa. Dra. Avohanne Isabelle Costa de Araújo, minha coorientadora e mentora desde os tempos da graduação; ao Prof. Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho, cujas aulas no mestrado foram fundamentais para minha formação acadêmica; e aos membros da banca, Prof. Dr. Denis Guedes Jogas Junior e Profa. Dra. Franciane Gama Lacerda. Agradeço, ainda, à minha mãe, Rosário de Fátima Carvalho Silva Franco (in memoriam), e às minhas irmãs, Ana Tássia Silva Franco e Janyana Silva Franco, pelo apoio e incentivo ao longo dessa trajetória.

Dedico também este trabalho aos amigos que auxiliaram na pesquisa de campo: Márcia Gabriela Oliveira, Camily Pavão Ferreira, Alessandra Sena Brandão, Ricardo Marques de Jesus e Jackson Brandão.

Agradeço, de modo especial, ao Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), na pessoa de sua diretora, Vilma Teixeira de Castro, instituição da qual fui estagiária, cuja preservação documental foi essencial para a realização desta pesquisa; bem como a Biblioteca Nacional, por meio de sua Hemeroteca Digital, fundamental para o acesso aos jornais selecionados e para a viabilização desta investigação, graças ao seu projeto de digitalização.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o cenário da gripe espanhola no litoral maranhense, com foco em São Luís e na então vila de Cururupu, no período de 1918–1919, por meio das narrativas sobre a doença extraídas dos jornais maranhenses *Pacotilha*, *O Jornal*, *Diário Oficial do Estado do Maranhão* e *O Littoral*. Busca-se, assim, compreender as relações sociais e de poder no quadro pandêmico e as formas pelas quais governo, médicos, sanitaristas e sociedade atuaram diante de uma nova doença. A metodologia adotada baseia-se em uma abordagem qualitativa, considerando a subjetividade como elemento fundamental no processo de construção do conhecimento histórico. Utiliza-se, ainda, o recorte serial, relacionado à História Serial, a fim de observar o fenômeno em sua recorrência, valendo-se da comparação para investigar as ocorrências e explicá-las a partir de suas semelhanças e diferenças. Por fim, os impressos analisados revelam, em seus discursos e entrelinhas, duas cidades com comportamentos distintos diante da crise sanitária. Em São Luís, evidenciam-se problemas de infraestrutura, a precariedade dos hospitais e as profundas distinções entre as classes sociais, nas quais a população mais pobre se viu adoentada e envolta em dificuldades potencializadas por uma crise sem precedentes. Em Cururupu, destacou-se a adesão de quase todas as camadas sociais aos métodos terapêuticos da pajelança, em um contexto marcado pelo abandono governamental e pela fragilidade das estruturas sanitárias.

**Palavras-chave:** gripe espanhola; jornais; litoral maranhense; história serial; pajelança.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the experience of the Spanish Flu on the coast of Maranhão, with a focus on São Luís and the then village of Cururupu, between 1918 and 1919, through narratives about the disease published in the Maranhão newspapers *Pacotilha*, *O Jornal*, *Diario Oficial do Estado do Maranhão* and *O Littoral*. The research seeks to understand social relations and power dynamics during the pandemic, as well as the ways in which government authorities, physicians, health authorities, and society responded to the emergence of a new disease. The methodology is based on a qualitative approach, considering subjectivity as a fundamental element in the construction of historical knowledge. A serial perspective, related to Serial History, is also employed in order to observe the phenomenon through its recurrence, using comparison to investigate events and explain them in terms of similarities and differences. Finally, the analyzed newspapers reveal, through their discourses and underlying meanings, two cities that responded differently to the health crisis. In São Luís, the sources highlight infrastructural problems, hospital precariousness, and deep social inequalities, in which poorer populations were disproportionately affected and faced intensified hardships. In Cururupu, the widespread adherence across social groups to therapeutic practices associated with pajelança stood out, within a context marked by governmental neglect and fragile sanitary structures.

**Keywords:** spanish flu; newspapers; Maranhão coast; serial history; pajelança.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Formas de ligaduras para aplicação de emplastos.....	94
Figura 02 – <i>Plumbago scandens L.</i> .....	96

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Lista de desinfetadores e <i>chauffers</i> de 1918 .....	83
Quadro 02 – Notícias entre 1917-1918 do jornal <i>O Littoral</i> .....	108

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Trânsitos do Demerara até o Rio de Janeiro.....	39
Mapa 2 – Trânsitos do Ceará até São Luís – Maranhão .....	45
Mapa 3 – São Luís-Cururupu .....	65
Mapa 4 – Localização do 1º e 2º Districtos de Cururupu.....	68
Mapa 5 – São Luís 1912 e São Luís 2025 .....	76
Mapa 6 – Localizações prováveis de Lyconde, Turyrana e Marianno.....	116

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

IHGB: Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

IGHM: Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão

SSMA: Serviço Sanitário do Maranhão

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
<b>CAPÍTULO I</b> .....	25
1 PRIMEIRA PÁGINA: A GRIPE DE 1918 APORTA NO LITORAL MARANHENSE .....	25
1.1 A hespanhola baila pelo mundo e chega ao Brasil .....	25
1.2 Extra, Extra! Uma bandeira amarela: os primeiros passos da gripe no Litoral do Maranhão .....	43
1.3 A dançarina hespanhola baila com os governos locais: os casos das cidades litorâneas de São Luís e Cururupu .....	54
1.3.1 O governo da capital contra um inimigo invisível .....	54
1.3.2 O interior pandêmico: Cururupu adoece à beira de 1919 .....	63
<b>CAPÍTULO II</b> .....	71
2 NOTÍCIAS DO <i>FRONT</i> MARANHENSE: A SAÚDE PÚBLICA E AS ARTES DE CURA ENFRENTAM A GRANDE GRIPE.....	71
2.1 As batalhas do Serviço Sanitário em São Luís viram coluna de jornal.....	71
2.1.1 Meios preventivos, meios abortivos: profilaxia para a gripe nos impressos ludovicenses.....	86
2.2 Proteção dos gênios africanos: as artes de cura em uma Cururupu gripada.....	102
<b>CAPÍTULO III</b> .....	122
3 <i>ASHAVERUS</i> CAMINHA PELO MAR: A SOCIEDADE MARANHENSE DIANTE DE UMA AMEAÇA ERRANTE .....	122
3.1 Necrologia da gripe: as diferenças sociais, de gênero e de raça nas páginas dos impressos de São Luís .....	122
3.2 A fé para a cura dos griposos: crônicas religiosas nos periódicos de São Luís na pandemia de 1918 .....	133
3.3 Heróis e heroínas da epidemia de gripe: um arsenal jornalístico contra a pajelança em Cururupu .....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	153
REFERÊNCIAS .....	158
ANEXOS.....	178

## INTRODUÇÃO

História e memória entrelaçam-se em uma linha tênue, na qual uma alimenta a outra por meio dos arquivos e das emoções. Trata-se de uma simbiose percebida nas entrelinhas, que emerge de tempos em tempos para o grande público, tornando-se mais evidente em eventos históricos marcantes.

Não faz muito tempo que vivenciamos uma pandemia – a cruel e contemporânea Covid-19 – que nos isolou e nos fez escutar os distantes ecos das vozes de 1918, das vítimas da gripe espanhola, aquela que, por um longo período, ficou conhecida como a Pandemia Esquecida. Por isso, a história e a memória das pandemias precisam ser preservadas: lembrar para compreender, lembrar para agir.

Foi assim que refleti, em 2022, quando apresentei à Universidade Federal do Maranhão e ao curso de História a minha monografia intitulada *EXTRA! EXTRA! A PESTE QUE VEIO DE LONGE! A Gripe Espanhola em São Luís através das narrativas dos jornais da Capital Maranhense (outubro a dezembro de 1918)*. Esse foi o primeiro passo de uma jornada. Nesta nova proposta de estudo, ampliei o horizonte de reflexões acerca do tema, o que me conduziu a novos questionamentos sobre o panorama da hespanhola em nossa região, a doença-bailarina que rodopiou pelo mundo e chegou ao Maranhão pelas águas do Oceano Atlântico.

O recorte geográfico foi delimitado pelo o litoral do Maranhão, representado pelas cidades de São Luís e Cururupu. Em decorrência da I Guerra Mundial, o patógeno da gripe espanhola pôde embarcar e ser descarregado em várias comunidades ao redor do globo, incluindo as cidades escolhidas para esse trabalho, conhecidas por serem portuárias, pois, “por causa da guerra, milhares de navios viajavam entre a Europa e todas as partes do mundo transportando um número sem precedentes de todos os tipos de pessoas”<sup>1</sup> (Crosby, 2003, p. 30).

Os fins bélicos intensificaram o fluxo de viajantes, e essa cadeia de contaminação em larga escala possibilitou o surgimento da pandemia de 1918-1919.

Para a análise desse panorama, foram selecionados como fontes documentais jornais locais das cidades referidas: **I) Pacotilha, O Jornal e Diario Oficial do Estado do Maranhão**, da capital São Luís e **II) O Littoral**, da vila de Cururupu à época.

Essas escolhas justificam-se, primeiramente, pelo volume de informações proporcionado pela tiragem diária e semanal dessas publicações, nas quais a periodicidade, no

---

<sup>1</sup>Texto original: Because of the war, thousands of ships were traveling between Europe and all parts of the world carrying unprecedented numbers of all kinds of people.

que tange ao percurso da moléstia, torna-se um atributo extremamente importante: “Os jornais são ‘arquivos do cotidiano’ registrando a memória do dia a dia, e este permite acompanhamento diário e que permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos” (Zicman, 1985, p. 90).

Desse modo, em um cenário como o da gripe espanhola, a observação dessa serialização possibilita uma análise mais apurada da dinâmica da doença e de suas implicações nas comunidades locais ao longo da costa maranhense.

Além disso, por meio desses periódicos, é possível investigar os desdobramentos político-sociais e sanitários ocorridos de forma sincrônica, bem como a movimentação de estruturas sociais resistentes, compreensíveis apenas a partir de uma perspectiva diacrônica.

Os impressos são fontes históricas que podem oferecer uma visão minuciosa e multifacetada da vida social, política e cultural de uma determinada época. Trata-se de escritos que se tornaram fundamentais para compor o rol de documentos necessários a um estudo multidisciplinar e que, por meio de metodologias adequadas, possibilitam aproximações mais consistentes com o que de fato aconteceu em um recorte específico do passado.

Esses documentos são resultados do seu local de produção e apresentam, em sua própria gênese, indícios de uma realidade social marcada por determinado horizonte de valores e interesses.

Todavia, ressalvas precisam ser feitas em relação a essa concepção. Como observa Barros, o jornal não deve ser entendido como um espelho neutro da realidade, tampouco como um relato rigorosamente objetivo e isento de interferências. Trata-se, antes, de um discurso que se constrói com a pretensão de convencer o leitor de que apresenta a realidade (Barros, 2023, p. 10).

Isso implica reconhecer que sua produção é atravessada pela história – e pelas múltiplas formas de seus acontecimentos –, exigindo que a leitura das evidências seja conduzida por métodos capazes de lidar com a pluralidade de discursos que os constituem.

Por meio dos impressos, os registros contemporâneos dos acontecimentos de uma sociedade, tanto em âmbito local quanto no global, podem ser acessados: “o que aconteceu na história, e o que está acontecendo na história, atravessa o jornal nas suas diversas matérias, pois os textos jornalísticos produzem incessantemente representações da realidade histórica” (Barros, 2023, p. 11).

Ou seja, há, claramente, uma interdependência entre história e jornal; enquanto o primeiro fornece os eventos, o segundo os organiza e molda em forma de narrativa histórica. Posto isso, os periódicos assumem relevância como fonte histórica para compreender, entre

outros aspectos, as representações e idealizações sociais, os estilos e padrões de vida, bem como as nuances dos diferentes grupos sociais, por exemplo, diante da modernidade (Luca, 2008, p. 123).

Logo, nesses impressos podem ser identificados retratos de grupos sociais que permitem vislumbrar relações de poder, hierarquias sociais e as formas de inclusão e exclusão presentes nessas sociedades.

Os periódicos fornecem pistas sobre as tendências culturais, valores predominantes e debates em curso à época, o que mostra a sua função principal de meio de comunicação do período: “Os jornais foram o principal meio de comunicação no final do século 19 e início do século 20, por isso são uma excelente fonte de informação sobre atividades diárias, processos nacionais e eventos internacionais”<sup>2</sup> (Ewing, 2020, p. 01, tradução nossa).

Em um mundo atravessado por uma doença misteriosa e uma guerra globalizada, os impressos indicavam, dentro dos limites de seus próprios discursos ideológicos, transformações sociais e o intercâmbio de informações, revelando um Maranhão interligado com os outros países.

Outro aspecto que fundamenta a seleção dessas fontes refere-se à ampla disponibilidade de suas coleções em locais como: Arquivo Público do Estado do Maranhão - APEM, Biblioteca Bendito Leite e Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Diante da experiência da pandemia recente e de sua conexão com os acontecimentos da influenza espanhola de 1918–1919, a História das Doenças reafirma ainda mais a sua importância, pois, “a doença pertence não só à história superficial dos progressos científicos e tecnológicos como também à história profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às instituições, às representações, às mentalidades” (Le Goff, 1985, p. 08).

Nesse sentido, abrem-se inúmeras possibilidades de investigação no campo das enfermidades, considerando seus impactos nas comunidades nas quais se disseminam, o que permite examinar e compreender as relações de poder e as condutas sociais mobilizadas por seus agentes históricos.

Portanto, no decorrer desse processo investigativo, surgiu a oportunidade de dar voz àqueles que sucumbiram à peste de 1918-1919, por meio da recuperação de vestígios e indícios presentes em relatos documentais que registraram sentimentos e práticas sociais, viabilizando a captação das relações de poder inscritas nas entrelinhas dos discursos que retrataram as regiões atingidas pelo fenômeno pandêmico.

---

<sup>2</sup>Texto original: Newspapers were the primary means of communication in the late 19th and early 20th centuries so they are an excellent source of information about daily activities, national processes, and international events.

Os desafios enfrentados envolveram a análise das notícias veiculadas pelos jornais selecionados no período de 1918–1919 e a forma como essas narrativas poderiam esclarecer as nuances das relações sociais e de poder em São Luís e Cururupu.

Este estudo concentra-se nas interações entre as autoridades políticas e médicas, as camadas elitizadas e os estratos mais marginalizados dessas sociedades. Além disso, buscou-se investigar de que maneira a cobertura da gripe espanhola por esses veículos de comunicação ofereceu uma perspectiva mais aprofundada sobre os comportamentos sociais diante dos protocolos adotados e das medidas de cuidado implementadas no cenário da enfermidade no cenário maranhense.

Uma vez que as pandemias fazem parte da História, elas precisam ser investigadas em profundidade, ainda que as fontes documentais pareçam, a um primeiro olhar, atender apenas aos interesses de outras áreas, como relatórios médicos e impressos diários do início do século passado.

Um segundo olhar, como o do historiador, revela que essa documentação possui um valor histórico expressivo, configura-se como um conjunto de evidências fundamentais para aproximar-se, tanto quanto possível, dos acontecimentos gerados pela gripe espanhola, uma vez que, como nos diz Marc Bloch, em “A Observação histórica”, o conhecimento de todos os acontecimentos humanos do passado, e da maioria deles no presente, deve ser, em sua essência, um conhecimento obtido por meio de vestígios (Bloch, 2001, p. 73).

Assim, para compreender o que nos ocorreu em 2020, torna-se necessário retornar a 1918-1919, articulando o conhecimento histórico à investigação crítica do presente.

Existem poucas obras dedicadas ao estudo das epidemias e pandemias ocorridas no Maranhão que nos colocam, nesse contexto, como agentes históricos da História Global. Eventos envolvendo moléstias são de suma importância para compreender o passado de uma comunidade e suas dinâmicas inseridas em redes de circulação globalizadas.

Afinal, episódios como surtos, endemias, epidemias e pandemias foram decisivos na vida de muitas pessoas, em maior ou menor grau, e para a formação da mentalidade regional tal como a conhecemos hoje. Há uma urgência em compreender as manifestações socioculturais associadas aos fatores basilares de enfrentamento das doenças que influenciaram tanto o indivíduo quanto a coletividade nesse cenário, principalmente aqueles atrelados à tênue fronteira entre o viver e o morrer.

As enfermidades têm impacto significativo na história local e regional, e o litoral do Maranhão não escapou dessa realidade durante os anos de 1918-1919. Há, portanto, uma demanda por um diálogo historiográfico mais abrangente, pois o referido recorte temporal

foi marcado por múltiplas adversidades no estado, como a instabilidade política e as deficiências no sistema de saúde, apesar de avanços pontuais, como a progressiva separação entre a doença e a identidade do paciente (Lacroix, 2015, p.07).

Como se percebe, uma pandemia choca-se diretamente com fatores culturais, sociais e sanitários das sociedades, estruturas que antecedem o próprio fenômeno pandêmico.

O objetivo deste estudo é analisar as notícias veiculadas sobre a gripe espanhola nos jornais de São Luís e Cururupu no período pandêmico de 1918-1919, buscando compreender as dinâmicas de poder no cenário político-social do litoral do Maranhão à época, bem como examinar o contexto médico-sanitário e a forma como ele é retratado por esses periódicos.

Além disso, investigam-se os comportamentos das sociedades dessas duas localidades diante dos protocolos adotados, das medidas de cuidado implementadas, do imaginário coletivo e dos aspectos culturais nesse contexto.

Partiu-se, assim, da hipótese de que os impressos desse período tendiam a atuar como mecanismos de validação das formas de pensar e agir impostas por determinados sistemas de poder. Ou seja, como meios de legitimação das condutas sociais que deveriam ser seguidas perante a iminência de uma possível pandemia.

Esses mesmos jornais, por sua vez, mostraram-se como verdadeiros diários que detalhavam as diferentes relações entre o governo, sanitaristas, médicos e as diferentes camadas das sociedades de São Luís e Cururupu.

O Capítulo I, intitulado *Primeira Página: a gripe de 1918 aporta no Litoral Maranhense*, aborda a gripe espanhola em seu contexto global e sua chegada ao Brasil. O ponto de partida é a I Guerra Mundial e seus desdobramentos, contexto no qual a teoria mais aceita acerca do local de surgimento da doença aponta para os Estados Unidos, onde uma primeira onda teria passado quase despercebida, permitindo que uma segunda onda emergisse em uma Europa em plena mobilização militar pelo Atlântico.

Em meio às milhares de mortes causadas pelo conflito bélico, consolidou-se, no imaginário popular, a ideia de que os jovens morriam em maior número em decorrência da doença.

Após mais de cem anos, essa interpretação vem sendo questionada por estudos recentes, como o recente estudo de 2023 na *The Proceedings of the National Academy of Sciences* (PNAS), que aponta que condições de saúde pré-existent poderiam aumentar as chances de mortalidade em indivíduos fragilizados por situações específicas de vulnerabilidade econômica e social.

No recorte temporal que abrange a chegada da doença e o seu declínio, entram em cena conflitos relacionados aos distintos aspectos culturais das sociedades espalhadas pelo globo. A medicina encontrava-se em processo de expansão em alguns campos, entretanto as mudanças ocorriam de forma lenta e gradual.

A I Grande Guerra provocou uma ruptura na longa duração do tempo e, juntamente com a disseminação da gripe espanhola pelo mundo, impulsionou mudanças mais rápidas na modernização das práticas científicas e médicas, entre as quais se destaca uma maior atenção à saúde pública.

No Brasil, o patógeno da doença chegou por meio do navio Demerara. Esse episódio levou à adoção de medidas governamentais e sanitárias que pudessem conter a doença, ao menos inicialmente, sem comprometer os interesses econômicos das camadas mais abastadas da sociedade.

Para que isso pudesse acontecer, os sanitaristas, na grande maioria intelectuais subordinados às elites, atuaram na linha de frente de combate ao mal de 1918-1919. A gripe espanhola, assim, espalhou-se por um Brasil marcado por profundas desigualdades, no qual a infraestrutura sanitária era precária e insuficiente, e as ações governamentais mostraram-se hesitantes.

Com uma trajetória rápida e alto potencial de contágio, a hespanhola aportou em São Luís no início de outubro de 1918, a bordo do vapor Ceará. Nesse intervalo de tempo, os primeiros atores políticos e sociais passaram a figurar nos periódicos – o poder executivo e os médicos os quais se mostraram alinhados com o pensamento estadunidense e europeu do não alarmismo empregado diante de um mal então em curso.

Visando tranquilizar a população, disseminou-se a designação estratégica de gripe benigna. Essa atitude enquadra-se no que o historiador americano Alfred Crosby chamou de atitude *pollyanna*. Sob essa perspectiva, serão analisados os aspectos políticos e administrativos da crise, considerando que a instabilidade do governo estadual maranhense e suas movimentações internas constituíram fatores determinantes no enfrentamento da enfermidade.

No mesmo capítulo, o cotidiano griposo da então Vila de Cururupu passa a ser desvendado. Aquela era uma região estratégica do litoral maranhense, caracterizada por intenso fluxo comercial e humano. Compreendê-la exigiu o exercício de recuar no tempo e analisar o contexto anterior à chegada da enfermidade de 1918-1919, no qual problemas estruturais crônicos já existiam, evidenciados na precariedade dos serviços públicos, como a energia elétrica, e no domínio político de famílias oligárquicas.

O Capítulo II, nomeado *Notícias do front maranhense: a saúde pública e as artes de cura enfrentam a grande gripe*, acompanha as ações do Serviço Sanitário Maranhense dentro do panorama pandêmico de 1918-1919, as medidas adotadas, os protocolos de prevenção de doenças contagiosas e como essas foram noticiadas, integrando um esforço para impedir a entrada da influenza espanhola. Para compreender sua aplicabilidade à época, foi necessário analisar as reformulações pelas quais o SSMA passou, a fim de que pudesse, posteriormente, atuar como um dos principais agentes em uma São Luís gripada. Esse exame histórico também volta-se para os hospitais ludovicenses do período e para a trajetória deficitária de suas implementações, marcada pela degradação, péssimas acomodações e quase inexistência do serviço na região.

Apesar de uma inclinação do SSMA e do Estado em tentar sanar essa deficiência crônica, as soluções apresentadas refletiam a separação entre as classes sociais: enquanto os ricos eram tratados em casa ou em hospitais mais preparados, os pobres eram submetidos ao isolamento em locais insalubres e gradualmente retirados do perímetro urbano para regiões mais afastadas.

Com a reorganização do SSMA em 1916, novas normas foram empregadas para a desinfecção de passageiros e bagagens, utilizando equipamentos e materiais padrão da época, como o aparelho Clayton e a formalina.

O capítulo também discute os meios preventivos e abortivos, bem como as profilaxias divulgadas nas páginas dos jornais, com o intuito de orientar a população sobre a prevenção da doença e os cuidados com os griposos.

Nesse panorama, destacam-se locais importantes para consulta e tratamento dos doentes acometidos pela chamada gripe benigna dentro do perímetro urbano, como o Posto de Socorros aos Ulcerados, dirigido pelo médico Achilles Lisbôa. Além disso, são analisadas as formas de cuidado aplicadas aos infectados no Hospital de Isolamento do Lira e os remédios utilizados.

Para além dos tratamentos considerados convencionais, como quinino e cáusticos, surgem registros de tentativas adotadas por médicos, como Oscar Galvão, que dialogavam com o espaço de experiências da população e recorreram à natureza em busca de medicamentos. As fontes consultadas também permitem perceber que os médicos de São Luís já formulavam opiniões sobre quais grupos teriam maior probabilidade de desenvolver sintomas graves da hespanhola.

Do mesmo modo, os jornais forneceram detalhes preciosos sobre algumas das dietas recomendadas aos acometidos pela gripe e as ações das farmácias da então região urbana ludovicense dentro do cenário pandêmico. A circularidade cultural, conceito formulado pelo

historiador italiano Carlo Ginzburg, aparece nas entrelinhas como uma tentativa de alcançar uma cura efetiva.

Por outro lado, a imprensa ludovicense não registrou qualquer tipo de ação das camadas mais populares em relação à doença vigente. Essa lacuna, no entanto, não impede que se levante a hipótese de que tais movimentos não estivessem ocorrendo na capital.

Em relação a Cururupu, o Capítulo II explora a riqueza de detalhes fornecida pelo impresso *O Littoral* em relação à pajelança e seu papel como recurso terapêutico, adotada pelas mais diferentes camadas da sociedade local.

Dentro das dinâmicas de poder, destacam-se os discursos coléricos de Silvestre Fernandes, editor do periódico, contra a pajelança, que evidenciam batalhas narrativas entre distintos tipos de liderança: os homens de *sciencia*, provenientes das camadas elitizadas e intelectuais dos Institutos Geográficos e Brasileiros, que fundamentavam suas opiniões no determinismo geográfico e na degeneração das raças, os pajés e pajôas, representantes máximos do espaço de experiência acionado em um momento de caos e abandono pelo poder público.

O Capítulo III, intitulado *Ashaverus caminha pelo mar: a sociedade maranhense diante de uma ameaça errante*, investiga as diferenças sociais, de gênero e de raça presente nas colunas chamadas “Necrologia”, do jornal *Pacotilha*, e “De Luto” em *O Jornal*, nas quais as mulheres atingidas pela gripe foram invisibilizadas em função dos homens de suas famílias, muitas vezes sem que seus próprios nomes fossem mencionados.

As diferenças socioeconômicas aparecem nos discursos jornalísticos em que as vítimas das classes menos favorecidas eram listadas na seção “A Gripe” e, com o passar dos dias, tinham seus nomes substituídos por números, enquanto as vítimas da classe elitizada eram destacadas, geralmente com uma breve biografia e menções honrosas, na seção “Necrologia” ou de “De Luto”.

Quanto à raça, o capítulo mostra que os silêncios funcionaram como via de invisibilização da população negra ludovicense e, quando mencionada, muitas vezes foi atrelada à loucura, ao suicídio ou à marginalização. Essa máxima também se estendeu às populações indígenas.

As manifestações religiosas maranhenses também ganharam destaque nas páginas dos jornais selecionados durante o período pandêmico, como forma de oferecer alento espiritual nos tempos caóticos do final de 1918 e começo de 1919. Em São Luís, o catolicismo apareceu em seções como a “Crônica Religiosa”, ressaltando o trabalho dos padres junto aos fiéis acometidos pela doença, por meio de visitas domiciliares ou atuação no Hospital de Isolamento do Lira.

Em Cururupu, a pajelança preencheu esse espaço religioso, coexistindo com o catolicismo. Entretanto, nos textos das colunas de *O Littoral* a pajelança recebeu muito mais atenção do que missas ou outras celebrações católicas, sendo apresentada de forma impressionantemente detalhada, com nomes próprios e elementos específicos, como o “bicho d’água” e a “linha de cura”, além da descrição de alguns rituais, apesar dos esforços do editor Silvestre Fernandes para desqualificá-la.

Para a pesquisa, o diálogo com a historiografia da pandemia de 1918 considerou essencial o caráter multidisciplinar, pois a gripe espanhola precisa ser compreendida para além de suas delimitações de espaço e tempo.

Sua própria origem e disseminação foram moldadas por diversos fatores anteriores à pandemia, como os contextos geográfico, cultural e socioeconômico. Abordar as dinâmicas sociais e de poder em uma pandemia exige arcabouços teóricos capazes de analisar as ações de poder e suas características dentro desse quadro, pois o poder circula e se manifesta através de uma rede complexa de relações.

Isso significa que todos, de certa forma, participam dessas dinâmicas de poder, ainda que de maneiras diferentes e em contextos distintos.

A metodologia adotada priorizou uma abordagem qualitativa, uma vez que se quis compreender como a pandemia da hespanhola impactou as relações sociais e de poder no litoral do Maranhão durante 1918-1919, considerando a subjetividade como elemento central no processo de construção do conhecimento histórico: “a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações [...]” (Denzin; Lincoln, 2006, p. 17).

A pesquisa se iniciou pelo rastreamento e detecção das primeiras notícias sobre casos suspeitos de gripe nos impressos do Maranhão, acompanhando seu avanço para as cidades do interior no início de 1919.

Nesse horizonte, estabelece-se uma relação com a chamada História Serial para a análise dos jornais selecionados e suas edições, que abrangem o recorte temporal de 1918-1919. O historiador francês François Furet, em seu *Atelier do Historiador*, apresenta a História Serial como a constituição do fato histórico em séries homogêneas e comparáveis, isto é, o fato histórico é serializado para ser medido em sua repetição e variação ao longo de um período (Furet apud Barros, 2017, p. 47).

O historiador francês Pierre Chaunu, em seu livro “Historia Cuantitativa, Historia Serial”, de 1987, explica que “quando se coloca o problema do conhecimento histórico, lembrar

antes de tudo que ele é, mais do que um objeto, um método”<sup>3</sup> (Chaunu, 1987, p. 52, tradução nossa). Para Chaunu, a História Serial é um método de conhecimento histórico no qual números e séries são tão fundamentais quanto batalhas, governos e eventos políticos.

Segundo ele, a história é, essencialmente, um conhecimento mediado, ou a arte de utilizar vestígios, dependendo de testemunhos quase sempre involuntários e de sua conservação<sup>4</sup> (Chaunu, 1987, p. 32).

Nesse sentido, esses vestígios podem ser utilizados na escrita da história mesmo que as séries documentais estejam fragmentadas, como ocorre com muitos jornais mais antigos, permitindo transformar a descontinuidade documental em inteligibilidade histórica, uma vez que o uso serial de fragmentos dispersos torna possível criar continuidade no que é descontínuo”<sup>5</sup> (Chaunu, 1987, p. 197, tradução nossa).

Portanto, inspirada na concepção de História Serial de Pierre Chaunu, esta pesquisa organiza os jornais como séries documentais construídas a partir de edições sucessivas e entendidas como fragmentos históricos, como no caso dos periódicos de São Luís: *Pacotilha*, *O Jornal* e *Diario Oficial do Estado do Maranhão*.

A serialização, por sua vez, não pressupõe regularidade perfeita ou completude empírica, mas a possibilidade de ordenar documentos dispersos dentro de um quadro temporal e regional coerente, o que permitiu incluir também periódicos do interior, como *O Littoral*, de Cururupu.

Nesse sentido, a escolha dessas fontes históricas locais fundamentou-se na observação de seu caráter complementar em relação ao objeto de estudo e aos objetivos gerais e específicos da pesquisa, articulando-se ao uso do método comparativo.

A análise serial dos periódicos permitiu estabelecer parâmetros comuns entre jornais de contextos distintos, tomando-se, a título de exemplo, dois eixos principais: **a)** denominações utilizadas nos impressos para a moléstia em curso e **b)** detalhamento e categorização de certas práticas de cura através das narrativas desses periódicos.

Assim, a serialização do fato histórico possibilita mensurá-lo em sua repetição, valendo-se da comparação para investigar as ocorrências e explicá-las à luz de suas semelhanças e diferenças.

---

<sup>3</sup>Texto original: Me parece más razonable, cuando se plantea el problema del conocimiento histórico, recordar primeramente que él es, más que un objeto, un método.

<sup>4</sup>Texto original: La historia es, esencialmente, conocimiento mediato o, si se prefiere, el arte de utilizar los restos. Ella depende, pues, de testimonios casi siempre involuntarios y de su conservación.

<sup>5</sup>Texto original: Admite un uso serial de fragmentos de contabilidades dispersas. Permite hacer un continuo del discontinuo.

Quanto à natureza da pesquisa, ela é documental e, nesse sentido, enfatizam-se aqui os cuidados necessários ao analisar esse tipo de fonte, especialmente os jornais. Um documento desse gênero carrega um determinado discurso, com pontos de vista e versões sobre um passado, influenciados pelas questões do seu tempo.

A chave para um entendimento de um discurso está em relacionar texto e contexto, buscando as ideias presentes, a forma como são expressas e as determinações extratextuais que orientam a produção e a circulação desse discurso (Cardoso; Vaifas, 1997, p. 540).

Em vista disso, os impressos representam uma leitura de mundo feita por sujeitos históricos e exigem um olhar atento aos contextos políticos, econômicos e sociais. Para uma melhor compreensão da dinâmica de disseminação da gripe espanhola, foram elaborados mapas com o auxílio do Google Maps e da ferramenta de design gráfico Canva.

Esses mapas permitiram a visualização dos trajetos dos navios Demerara (Liverpool–Rio de Janeiro) e Ceará (Rio de Janeiro–São Luís), bem como das distâncias geográficas entre São Luís e Cururupu, e entre Cururupu e seus distritos, no período de 1918 a 1919. Incluiu-se, ainda, a reconstrução visual da área no entorno do Hospital de Isolamento do Lira.

A grafia original dos jornais de época foi mantida. Essa escolha fundamenta-se nos conceitos de Bakhtin (2008), uma vez que a forma escrita e suas variações ortográficas também refletem o contexto histórico, as camadas sociais envolvidas na produção dos textos jornalísticos e o público-alvo a que se destinavam.

As interações entre as diversas vozes nesses discursos mostram uma língua em movimento, que não deve ser modificada ou adaptada em certos contextos, correndo-se o risco de cair na armadilha do anacronismo que permeia a tradução. A transcrição *ipsis litteris* mostra-se fundamental na análise de uma pandemia ocorrida há mais de cem anos, pois possibilita compreender de forma mais precisa as práticas e os saberes de uma época, tanto no campo científico quanto no cultural, tal como foram registrados por esses impressos.

No que se refere ainda às fontes documentais, além dos periódicos já mencionados, serão utilizados outros documentos como suporte à argumentação, tais como listas de passageiros, registros provenientes de livros de óbitos da Igreja Católica e listas administrativas.

Por fim, este estudo busca contribuir para o enriquecimento do conhecimento histórico ao analisar a experiência da pandemia de influenza de 1918–1919 no litoral do Maranhão, a partir de uma abordagem serial e comparativa da imprensa da capital e do interior. Ao articular periódicos de São Luís e de Cururupu, bem como outras fontes documentais, a pesquisa evidencia as relações de poder entre as autoridades médicas, instâncias governamentais e a sociedade dentro do contexto da disseminação da moléstia.

Destina-se, sobretudo, a pesquisadores e a interessados em compreender uma parcela significativa do passado maranhense ainda pouco explorada pela historiografia, demonstrando como a pandemia reconfigurou dinâmicas sociais, culturais e sanitárias no litoral do estado.

Assim, ao recuperar esse episódio, o trabalho reafirma a centralidade do Maranhão nos estudos sobre a gripe espanhola no Brasil e destaca a atualidade de um passado marcado por crises sanitárias, circulação de saberes e respostas sociais no enfrentamento da doença.

## CAPÍTULO I

Mas há outro horror se desenrolando na sombra da guerra. Um vírus mortal que varre o mundo.  
(A Gripe que Matou 50 Milhões de Pessoas, BBC, 2021)

### **1 PRIMEIRA PÁGINA: A GRIPE DE 1918 APORTA NO LITORAL MARANHENSE**

#### 1.1 A hespanhola baila pelo mundo e chega ao Brasil

A gripe espanhola, que assolou o planeta entre 1918 e 1920<sup>6</sup>, ficou conhecida, por um longo período, como a pandemia esquecida. O termo foi utilizado pelo historiador americano Alfred Crosby em sua obra *America's Forgotten Pandemic*, de 1976, na qual o autor trata, a partir de dados estatísticos e vasta documentação, de uma espécie de expurgo da doença da memória coletiva e de suas consequências posteriores.

Suas reflexões transitam entre o cenário bélico global e os surtos letais de moléstias que circulavam entre as sociedades havia séculos, como febre tifoide, febre amarela, difteria e cólera – males avassaladores que estavam muito vivos na mente das populações<sup>7</sup> (Crosby, 2003).

Logo, uma morte honrosa em campo, lutando pelo país e pela coletividade, era associada à glória e a uma lembrança duradoura, enquanto um mal misterioso e invisível mostraria a vulnerabilidade do homem, do exército e de uma nação. Assim, as lembranças de uma morte ruim tendiam a se dissipar no tempo, sobretudo quando comparadas à narrativa heroica de uma morte considerada corajosa.

A Grande Guerra, como assim também foi chamada, foi devastadora e única, marcando o início do belicismo em escala global e simbolizando a ruptura de um período relativamente mais calmo, uma vez que, como observa Eric Hobsbawm “em 1914 não havia grande guerra fazia um século, quer dizer, uma guerra que envolvesse todas as grandes potências, ou mesmo a maioria delas [...]” (Hobsbawm, 1995, p. 30).

Esse momento representou uma mobilização inédita de países economicamente fortes em níveis antes nunca vistos e que rumavam para conflitos altamente destrutivos em ambientes

---

<sup>6</sup>A pandemia de influenza hespanhola estendeu-se até 1920 em muitos lugares do planeta: “Antes de desaparecer em 1920, essa pandemia mundial mataria mais pessoas do que qualquer outro surto de doença na história da humanidade” (Barry, 2020, p. 12).

<sup>7</sup>Ver original: Part V. Afterword: Chapter 15. An Inquiry into the Peculiarities of Human Memory, p. 311-328.

hostis e insalubres. Tal panorama implicou também um aumento das possibilidades de surgimento de velhas e novas epidemias, uma vez que doenças e batalhas, frequentemente, coexistem dentro das trincheiras.

Não é difícil imaginar essa dinâmica em pleno funcionamento – o agente causador da influenza espanhola pode, dessa forma, espalhar seus tentáculos pelo mundo.

A partir desse ponto, propõe-se seguir uma linha cronológica dentro desse cenário, evidenciando os acontecimentos que propiciaram o surgimento da grande gripe. No princípio do ano de 1918, mais especificamente em janeiro, o debate em torno do encerramento ou continuidade da guerra movimentava diversos setores envolvidos direta ou indiretamente no conflito.

Entretanto, a vitória – para um lado ou outro – era o objeto de maior interesse entre os participantes. Segundo Martin Gilbert, mesmo no contexto da guerra, as potências aliadas continuavam a sustentar e divulgar a ideia de que a vitória possuía um fundamento moral (Gilbert, 2017, p. 528). Nesse impasse, as sociedades globais, em especial as da Europa, amargavam um profundo efeito do desgaste do conflito e a sua prolongação:

Fome e privações no país influíram tanto no cansaço em relação à guerra quanto as baixas. [...] Em Berlim [...] mais de 400 mil trabalhadores entraram em greve, pedindo a paz. Quarenta e oito horas depois, já eram feitas greves em seis outras cidades. Os civis eram obrigados a comer cães e gatos, estes últimos conhecidos como “coelhos de telhado”. O pão era feito com uma mistura de cascas de batata e serradura (Gilbert, 2017, p. 529).

Foi durante esse período turbulento, tomado pela subalimentação, escassez de insumos e vulnerabilidades das mais diversas, que a primeira onda<sup>8</sup> da influenza espanhola se manifestou nos Estados Unidos. Conforme os estudos mais aceitos, evidências epidemiológicas indicam que um novo vírus influenza se originou no Condado de Haskell, no estado do Kansas, no início de 1918 (Barry, 2020, p. 104).

Nesse condado, funcionava um campo de treinamento do Exército americano denominado Camp Funston, localizado na área militar de Fort Riley. Conforme registra Barry: “a partir de 4 de março de 1918, massas de soldados chegaram ao hospital [...] do acampamento

---

<sup>8</sup>Segundo o Professor Assistente em Pesquisa Epidemiológica, Abram L. Wagner, da University of Michigan School of Public Health (USA), não há uma definição estrita para o que é ou não é uma onda, que também pode ser chamada de fase epidêmica. Entretanto, o conceito didático que ele apresenta diz que “uma onda implica um número crescente de indivíduos doentes, um pico definido e, então, um declínio. A palavra ‘onda’ indica um padrão natural de picos e vales. A onda sugere que, mesmo durante uma calmaria, futuros surtos de doenças são possíveis” (Wagner, 2020, on-line). Texto original: A wave implies a rising number of sick individuals, a defined peak, and then a decline. The word ‘wave’ implies a natural pattern of peaks and valleys. It hints that even during a lull, future outbreaks of disease are possible.

com febre, dor de cabeça, dor nas costas e, em geral, com todos os sintomas de gripe”<sup>9</sup> (Crosby, 2003, p. 19, tradução nossa).

Nesse dia, o primeiro a se apresentar foi Albert Gitchell, considerado o primeiro paciente da nova doença: “agora sabemos, no entanto, que seu caso foi um dos primeiros a ser oficialmente registrado e, portanto, por consenso – por uma questão de conveniência – é geralmente considerado como o marco do início da pandemia”<sup>10</sup> (Spinney, 2017, p. 37).

Outra figura fundamental para difundir a tese de que a origem da grande gripe de 1918 tenha sido dos Estados Unidos é o médico civil Loring Miner, que clinicava no Condado de Haskell. No intervalo entre o fim de janeiro e o princípio de fevereiro de 1918, Miner percebeu que seus pacientes civis apresentavam sintomas comuns de gripe, porém com grande intensidade e que culminavam, muitas vezes, em pneumonia.

Esse conjunto de sintomas era semelhante aos descritos em Camp Funston. Segundo Barry, Miner relatou que “nunca tinha encontrado uma gripe como aquela. Era violenta, de evolução rápida pelo corpo e às vezes letal. Era capaz de matar” (Barry, 2020, p. 106).

Mesmo com esses sintomas, tratava-se, no senso comum, de uma gripe. Assim, como nas palavras de Gina Kolata, jornalista científica americana, o início praticamente passou despercebido, pois “a primeira foi banal e logo esquecida” (Kolata, 1999, p. 19). E esse argumento é reforçado pela falta de ênfase que os jornais da região apresentaram em relação às mortalidades associadas à doença, uma vez que, ao que tudo indica, a preocupação em não abalar a moral da população em tempos de guerra era mais importante (Barry, 2020, p. 106).

Como será possível ver nos capítulos posteriores, períodos desse tipo impõe certas diretrizes e os veículos de comunicação em massa são seus principais propagadores, seja por ideologia ou por possíveis retaliações – corpo e mente são máquinas de guerra.

Esse primeiro pico da doença declinou em meados de março do mesmo ano. O cotidiano foi retomado, as escolas abriram e os espaços públicos voltaram a ser ocupados. Entretanto, graças à atuação do Dr. Miner e o aviso feito por ele sobre a doença incomum no *Public Health Reports* – periódico semanal de responsabilidade do Serviço de Saúde Pública dos Estados Unidos – que se tornou possível delimitar o começo da pandemia.

Ao avaliar a situação, Miner considerou aquela experiência tão incomum e o surto tão perigoso que fez um alerta formal para autoridades de saúde pública nacional (Barry, 2020, p.

---

<sup>9</sup>Texto original: Beginning March 4, 1918, masses of soldiers at Camp Funston, Kansas, poured into the camp hospital with fever, headache, backache, and, in general, with all the symptoms of gripe.

<sup>10</sup>Texto original: We now know, however, that his case was among the first to be officially recorded, and so by consensus—for the sake of convenience – it is generally considered to mark the beginning of the pandemic.

107). A edição original dessa publicação, de 05 de abril de 1918, alerta para: “INFLUENZA. Kansas – Haskell. Em 30 de março de 1918, foi registrado em Haskell, Kansas, a ocorrência de 18 casos de influenza de tipo severo, dos quais resultaram 3 mortes”<sup>11</sup> (Public Health Reports ,1918, p. 502, tradução nossa). Esse pequeno trecho chamou atenção para um patógeno que, aos poucos, estava se adaptando ao organismo humano.

Nesse ínterim, a mobilidade das tropas militares pelo mundo, principalmente por via marítima, permitiu uma condição singular e crucial para que o vírus pudesse vencer, como observa Barry: “como Haskell era um local isolado [...], o vírus que infectou a comunidade poderia muito bem ter morrido ali e fracassado em se espalhar pelo mundo. Seria isso o que aconteceria, não fosse por uma coisa: era tempo de guerra” (Barry, 2020, p. 107).

Esse conjunto de circunstâncias mostrou-se ideal para que o mecanismo de espalhamento do vírus pudesse entrar em ação. Se, na primeira onda, Funston contribuiu para espalhar o vírus emergente para o restante do condado de Haskell, a segunda onda foi impulsionada pelo intenso fluxo de soldados embarcados em navios para os campos de batalha da Europa.

Como as viagens duravam dias, o terror europeu e do restante do mundo florescia na primavera do hemisfério norte. O Oceano Atlântico possibilitou a circulação de um agente mortal do ponto de origem até outras regiões, alcançando inclusive o Brasil e os espaços aqui analisados – São Luís e Cururupu – conectados pelas dinâmicas da guerra e da doença.

Nesse sentido, o conceito de “unificação do globo pela doença”, proposto por Emmanuel le Roy Ladurie (1981) para o contexto da expansão marítima entre os séculos XIV e XVII, oferece uma chave interpretativa útil para pensar a circulação global de patógenos. Segundo o autor, “o sacrifício de vidas humanas resultante da disseminação global de agentes patogênicos durante esses três séculos não teve paralelo antes ou depois”<sup>12</sup> (Ladurie, 1981, p. 30, tradução nossa).

Ainda que formulado para outro contexto histórico, o conceito pode ser mobilizado para compreender a dinâmica observada no início do século XX, quando a disseminação da gripe espanhola foi viabilizada pela I Guerra Mundial, pelo deslocamento sem precedentes de massas humanas – civis e militares – e pelo uso de navios maiores e mais rápidos, que encurtaram

---

<sup>11</sup>Texto original: On March 30, 1918, the occurrence of 18 cases of influenza of severe type, from which 3 deaths resulted, was reported at Haskell, Kans.

<sup>12</sup>Texto original: The sacrifice of human lives resulting from the global spread of pathogenic agents during these three centuries has had no parallel before or since.

significativamente o tempo das viagens. A era da unificação microbiana, nesse sentido, estava longe de terminar.

Antes de prosseguir, cabe ressaltar que o termo vírus, até aqui utilizado, foi empregado com o objetivo de facilitar o entendimento da dinâmica do mecanismo dos acontecimentos e dos efeitos do alastramento da pandemia de gripe de 1918-1919. Não se conhecia exatamente o agente causador da gripe no recorte temporal escolhido – apenas em 1933 seria descoberto o vírus da influenza A por Wilson Smith, Christopher Andrewes e Patrick Laidlaw (Johnson, 2001, p. 76).

Assim, antecipa-se que o termo mais empregado nesse período como causador da gripe é Bacilo de Pfeiffer<sup>13</sup>, um nome que será encontrado com frequência nos jornais de todo mundo, incluindo São Luís e Cururupu.

Um campo militar em 1918, como os existentes nos Estados Unidos, além da grande circulação de pessoas, permitia também o contato direto e constante com animais variados (muitos deles utilizados como insumo alimentício), muitas vezes em ambientes improvisados e insalubres.

Isso proporcionou o chamado efeito de transbordamento, ou *spillover*, quando um patógeno salta de um hospedeiro para outro, que ocorre “somente com o contato próximo entre pessoas e pássaros, o vírus pode dar o salto crucial para os seres humanos. [...] Bons candidatos para isso são patos, possivelmente galinhas, possivelmente porcos. E esse animal vai passar o vírus para um humano” (A Gripe que Matou 50 Milhões de Pessoas, BBC, 2021).

Com esses componentes, a pandemia de gripe de 1918-1919 tornou-se única e virulenta o bastante para contagiar o mundo.

A segunda onda começou a ser percebida em agosto do mesmo ano, derivada dos intercâmbios entre diferentes contingentes militares que cruzavam a Europa e retornavam, mais tarde, para seus países de origem. “Em 2 de agosto, houve relatos de mortes por gripe entre soldados franceses que retornavam de campos suíços”<sup>14</sup> (Spinney, 2017, p. 40, tradução nossa).

---

<sup>13</sup>Descoberto por Richard Pfeiffer, no ano de 1892, após a passagem da gripe russa (1889-1890). Hoje esse bacilo é designado como o agente causador de alguns tipos de pneumonia: “também conhecido como *Haemophilus influenzae*, que realmente existe, e causa algumas doenças, mas não gripe [...]. Ninguém suspeitava que ela pudesse ser obra de um vírus, aquela coisa inclassificável que existia em algum lugar além dos limites da observabilidade, e se continuou a não suspeitar disso em 1918. (Spinney, 2017, versão e-book, tradução nossa). Texto original: also known as *Haemophilus influenzae*, really exists, and it causes disease, but it does not cause flu. Nobody suspected that flu could be the work of a virus, that unclassifiable thing that existed somewhere beyond the limits of observability, and they continued to not suspect it in 1918.

<sup>14</sup>Texto original: By 2 August there were reports of flu deaths among French soldiers returning home from Swiss camps.

Essa fase foi responsável pelas mudanças nas dinâmicas sociais, no imaginário popular e coletivo da época. Tinha-se como pressuposto que ser jovem era sinônimo de fortaleza e saúde; porém, essa não era a percepção que emergia das trincheiras ou das cidades, uma vez que muitos jovens pereciam com o chamado mal espanhol: “os jovens adultos, a parcela mais saudável e forte da população, eram os mais propensos a morrer. Aqueles que tinham mais motivos para viver – os robustos, os que estavam em boa forma física, os sadios, os que ainda tinham filhos e filhas pequenos para criar – eram os que morriam” (Barry, 2020, p. 422).

Um dos motivos que pode ajudar a entender esse cenário é a chamada tempestade de citocinas<sup>15</sup>: “a tempestade de citocinas pode ajudar a explicar por que adultos jovens e saudáveis [...] foram os mais afetados, já que, neste caso, seus sistemas imunológicos, mais resistentes, criaram uma tempestade ainda mais grave”<sup>16</sup> (Robson, 2018, n.p., tradução nossa).

Por muito tempo, essa versão da alta mortalidade entre os mais jovens e saudáveis permaneceu na medicina e na historiografia como uma das características mais marcantes da pandemia de 1918-1919.

Essa versão foi contestada em um artigo de Antropologia apresentado na revista americana *The Proceedings of the National Academy of Sciences* (PNAS) em 09 de outubro de 2023<sup>17</sup>. As descobertas desse estudo são importantes porque ajudam a remontar um cenário em que condições de saúde pré-existent poderiam acentuar as chances de mortalidade em indivíduos fragilizados por situações específicas de vulnerabilidade econômica e social.

Ao longo deste estudo, será demonstrado que, a partir da análise dos jornais consultados, médicos da cidade de São Luís, como Aquiles Lisbôa e Oscar Galvão, em 1918, defendiam a tese da mortalidade da gripe espanhola atrelada a organismos mais enfraquecidos.

---

<sup>15</sup>A tempestade de citocinas é uma liberação rápida de células imunológicas e moléculas inflamatórias. Embora essa resposta ajude o organismo a combater infecções, uma reação exagerada desse tipo pode sobregarregar o corpo, levando a uma inflamação grave e ao acúmulo de fluído nos pulmões, o que pode aumentar a chance de infecções secundárias, como a pneumonia (Robson, 2018, n.p.).

<sup>16</sup>Texto original: The cytokine storm might help to explain why young, healthy adults – who normally find it easier to shake off flu – were the worst affected, since in this case their stronger immune systems created an even more severe cytokine storm.

<sup>17</sup>No artigo intitulado *Frailty and survival in the 1918 influenza pandemic*, de 2023, Amanda Wissler e Sharon N. DeWitte utilizaram uma abordagem bioarqueológica e informações de nível individual sobre saúde e estresse coletadas dos restos mortais de indivíduos mortos em 1918 para formar sua tese: “Os resultados sugerem que indivíduos frágeis ou não saudáveis tinham mais probabilidade de morrer durante a pandemia do que aqueles que não eram frágeis. [...] Mesmo entre os adultos jovens, nem todos tinham a mesma probabilidade de morrer – aqueles com evidências de estresse sistêmico sofreram maior mortalidade” (Wissler; DeWitte, 2023, p. 01). Texto original: The results suggest that frail or unhealthy individuals were more likely to die during the pandemic than those who were not frail. Even among young adults, not everyone was equally likely to die – those with evidence of systemic stress suffered greater mortality.

A nova doença, nesse momento inicial da segunda onda, ganhara o nome de gripe espanhola, pois o único país com imprensa livre à época e que veiculava notícias sobre os casos de crescimento exponencial era a Espanha:

Enquanto isso, na Espanha, o vírus adquiria seu nome. [...] Na realidade, a Espanha teve poucos casos antes de maio, mas o país permaneceu neutro durante a guerra. Isso significava que o governo não censurava a imprensa. [...] os periódicos espanhóis estavam repletos de notícias sobre a doença, em especial depois que o rei Afonso XIII caiu gravemente doente (Barry, 2020, p. 188).

O conjunto de sintomas da nova gripe apresentava-se de formas diferentes, confundindo-se facilmente com as características de uma influenza comum: “eles tinham dores no corpo, dores musculares e articulares, dor de cabeça, dor de garganta e tosse improdutiva com respiração difícil [...]. O sinal mais comum da infecção era febre, que variou entre 37,8 °C a 40 °C, e que durava alguns dias”<sup>18</sup> (Billings, 1997, on-line, tradução nossa).

Essas manifestações nem sempre eram graves, porém podiam ser um prelúdio da forma mais terrível da doença, conforme demonstra Barry: “um relatório do exército mencionou ‘pneumonia fulminante, com hemorragia e edemas nos pulmões’ - ou seja, uma infecção de progressão rápida que deixa os pulmões inundados de sangue - fatal em um período de 24 a 48 horas” (2020, p. 189).

Outro sintoma dessa gripe única foi a cianose, uma manifestação grave que, uma vez instalada, o destino, àquela altura, já era conhecido: “em dez dias, milhares de pacientes febris lotaram os hospitais do campo. Em poucas semanas, o necrotério estava cheio de cadáveres asfixiados com a pele azulada. (Poucos pacientes que desenvolveram a cianose heliotrópica distinta sobreviveram)” (Ferguson, 2021, p. 173).

No início do século XX, não havia antibióticos para combater essa pneumonia secundária resultante da gripe de 1918, o que conferia à doença características ainda mais fúnebres.

O período que se estende da chegada da doença até o seu declínio revela conflitos entre diversos aspectos culturais ao redor do mundo. A ciência e a medicina avançavam em alguns campos, como na compreensão das causas das doenças: “o século XIX foi uma época de grandes avanços, principalmente na bacteriologia” (Ferguson, 2021, p. 09).

---

<sup>18</sup>Texto original: They had body aches, muscle and joint pain, headache, a sore throat and an unproductive cough with occasionally harsh breathing [...]. The most common sign of infection was the fever, which ranged from 100 to 104 F and lasted for a few days.

Os hospitais ganhavam um novo significado para as populações, contribuindo para o estudo das doenças existentes e daquelas que surgiam, pois “ao lado do laboratório, o hospital exerceu um papel importante no estabelecimento da enfermidade como objetivo (‘ontológico’). [...] a grande expansão durante o século XIX nos hospitais criou mostruários de doenças” (Porter, 2008, p. 85).

No entanto, tais avanços não se distribuía de maneira homogênea nem eram suficientes para responder a crises sanitárias de grande escala. Portanto, a I Grande Guerra configurou-se como um evento de inflexão, ao acelerar processos já em curso e impulsionar a modernização das práticas científicas e médicas.

As urgências da guerra, com intensa circulação de pessoas associada ao elevado número de mortos e feridos nos campos de batalha, aceleraram, à semelhança de um catalisador químico, a implementação de novos procedimentos médicos mais eficazes que os anteriores, posteriormente incorporados pela sociedade civil. Esse processo se manifestou durante a passagem da gripe espanhola.

O entendimento das consequências desses eventos mundiais concomitantes implica a necessidade de compreender o que estava posto antes, isto é, o que orientava e produzia as ações cotidianas das populações atingidas pelo agente bélico e infeccioso.

Só assim a escrita da história pode ser produzida para construir uma interpretação o mais próxima possível desse passado – uma construção interpretativa que, conforme propôs o sociólogo alemão Georg Simmel, deve transcender o que está meramente documentado sobre o fato em si:

Simmel retirava, sem que os historiadores por isso o prezassem, a escrita da história do infantilismo empirista, para abri-la a um cenário diverso: a partir da *École des annales*, os historiadores de ponta compreenderam que o conhecimento só consegue avançar, como dirá Krzysztof Pomian, no momento em que se aceita que ele pressupõe sua não coincidência com a percepção. Pois, para o historiador, só neste instante a noção de evento assume outra acepção: “(...) **O evento não é uma mudança percebida no mundo ambiente: é uma descontinuidade, uma ruptura quanto ao estado anterior**” (Simmel apud Lima, 2006, p. 418, grifo nosso).

**A catástrofe é uma ruptura.** Ela, nas palavras do historiador escocês Niall Ferguson, é imprevisível porque a maioria dos desastres, de terremotos às guerras, não é normal (Ferguson, 2021, p. 08). O mundo não seria como antes, não depois de uma guerra mundial e uma doença global. O horizonte de expectativa mudaria drasticamente.

Em momentos de ruptura da continuidade de um estado anterior, antigas práticas que resistem ao tempo tendem a emergir. Esses contextos constituem uma ótima oportunidade para estudá-las, pois estão em maior destaque em razão do chamado espaço de experiência, conceito do historiador alemão Reinhart Koselleck<sup>19</sup>, segundo o qual as sociedades buscam um porto seguro em tempos de incertezas.

Nesse sentido, por exemplo, nos Estados Unidos, durante o quadro pandêmico de 1918, as pessoas não possuíam o hábito de procurar os médicos imediatamente:

Pelo mundo afora, centenas de milhões - provavelmente dezenas de milhões só nos Estados Unidos - **não se consultaram com médicos ou enfermeiras**, e experimentavam todo tipo de **medicina popular** ou **remédio fraudulento** disponível ou imaginável. Bolas de cânfora com alho foram penduradas no pescoço das pessoas. Outros gargarejavam com desinfetantes, deixavam o ar gelado varrer suas casas ou fechavam bem as janelas e superaqueciam os cômodos (Barry, 2020, p. 402, grifo nosso).

Diante da crise, as populações recorriam aos saberes de suas próprias vivências em busca de cura, uma resposta direta à pluralidade de modos de lidar com o adoecimento e, sobretudo, um sintoma do cenário de caos e negligência governamental. Em diversas nações, observou-se o fenômeno que Alfred Crosby, ao analisar o caso da Filadélfia durante o Fourth Liberty Loan Drive, em 28 de setembro de 1918, chamou de atitude *pollyanna*<sup>20</sup>:

Desfiles semelhantes estavam ocorrendo em todos os Estados Unidos e as autoridades de saúde de todos os lugares adotaram uma **atitude pollyanna** em relação à pandemia iminente. O oficial de saúde Copeland, da cidade de Nova York, admitiu que casos de gripe estavam chegando em terra através de navios no porto, mas disse que todos estavam sendo isolados e, portanto, não havia perigo real<sup>21</sup> (Crosby, 2003, p. 72, tradução nossa e grifo nosso).

Não tardou para que essas ações se mostrassem ineficazes e espalhassem mais rapidamente a gripe espanhola, pois não se sabia muito o que era e não havia tratamento eficaz

<sup>19</sup>Koselleck formula que: “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem. [...] não se pode ter um sem o outro: não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativas” (Koselleck, 2006, p. 306; 307).

<sup>20</sup>Apesar de Alfred Crosby não mencionar a origem, a expressão vem do nome da personagem Pollyanna Whittier, do livro homônimo da autora americana Eleanor H. Porter, publicado em 1913. A atitude *pollyanna* refere-se, em termos da Psicologia, a um excesso de otimismo frente a situações negativas.

<sup>21</sup>Texto original: Similar parades were taking place all over the United States, and health officials everywhere took a pollyanna attitude toward the looming pandemic. Health Officer Copeland of New York City admitted that cases of flu were coming ashore from ships in the harbor, but said that they were all being placed in isolation and so there no real danger.

nesse sentido. Sem saber como agir, muitos procuraram tratamentos alternativos diante do perigo real.

Muitos historiadores, como John M. Barry e Alfred Crosby, estudaram esse comportamento pelas lentes da História da Medicina e seus avanços – o que é uma opção tradicional. Porém essa vertente não se estende a análises que levem em conta os aspectos culturais e econômico-sociais de uma população específica atingida por esse tipo de evento.

A assistência à saúde, em caráter global, foi negligente em muitos sentidos na pandemia de 1918-1919. Paralelamente, membros de diversas comunidades mantinham as práticas de cura ensinadas e passadas de pai para filho.

Os hospitais, como no caso dos Estados Unidos, permaneceram abertos e aquelas pessoas que procuraram ajuda obtiveram um atendimento digno. Entretanto, vidas poderiam ter sido poupadas se elas estivessem com as informações corretas: “a doença epidêmica muitas vezes **cria medo mútuo** entre as pessoas e as separa. Muitos morreram por falta de cuidados decentes”<sup>22</sup> (Crosby, 2003, p. 115, tradução nossa e grifo nosso).

Esse é um alerta que soa atual, pois a disseminação de informações corretas em tempos de crises gera respostas coletivas eficientes diante dela.

Essas alternativas passaram a ser também uma aposta comercial e foram divulgadas em muitos jornais: “capitalizando as circunstâncias terríveis, empresas comerciais venderam uma série de remédios questionáveis, mas muitas pessoas preferiram recorrer a uma curiosa variedade de curas e tratamentos populares, um bom número dos quais envolvia o consumo de álcool” (Beiner, 2022, p. 13).

Durante esse período, a ciência passou a coexistir e disputar espaço com a fé das religiões e os remédios do povo. E isso foi um fenômeno global – dos Estados Unidos até o Maranhão, como também se verá mais adiante.

A ocorrência da gripe espanhola causou uma certa urgência em implementar práticas de saúde pública mais eficazes e forçou os setores governamentais e administrativos a pensarem seriamente na questão de uma forma que fosse, dali em diante, mais efetiva.

Um caso é o da Alemanha na época da influenza de 1918-1919 e seu sistema de saúde fragmentado: “não havia uma política nacional de saúde, embora a ideia tivesse sido lançada em 1914, e os médicos trabalhavam por conta própria ou eram financiados por instituições de

---

<sup>22</sup>Texto original: Epidemic disease often creates mutual fear among people and drives them apart.

caridade ou religiosas – um padrão repetido em todo o mundo industrializado”<sup>23</sup> (Spinney, 2017, p. 240, tradução nossa).

Por muito tempo, a culpa pelo adoecimento da população recaía sobre a mesma. Poucos associavam as doenças da classe operária, que eram vistas como ameaças à saúde das classes abastadas, às extenuantes e longas jornadas de trabalho, as más condições de moradia e de alimentação.

No início do século XX, prevalecia uma ciência que validava as concepções eugenistas como teses centrais. Conforme explica Laura Spinney, em 2017, no artigo *How the 1918 Flu Pandemic Revolutionized Public Health*, “era comum que as elites privilegiadas desprezassem os trabalhadores e os pobres e os considerassem de uma categoria inferior de seres humanos, cuja degeneração natural os predisponha à doença e à deformidade”<sup>24</sup> (Spinney, 2017, n.p., tradução nossa).

Nesse contexto, as políticas de saúde pública eram atravessadas pela eugenia, o que orientava práticas e percepções hierarquizadas sobre os grupos sociais.

Após a passagem da gripe, na década de 1920, países como a Rússia adotaram um modelo de políticas de saúde mais abrangentes: “a década de 1920 viu muitos governos adotarem o conceito de medicina socializada - assistência médica para todos [...]. A Rússia foi o primeiro país a implantar um sistema de saúde pública centralizado [...] e outros na Europa Ocidental seguiram o exemplo”<sup>25</sup> (Spinney, 2017, n.p.).

Depois dessa catástrofe, percebeu-se que não era mais razoável culpar o indivíduo por sua doença, sendo que o mesmo estava entregue a própria sorte e ao abandono.

A segunda onda cessou no final de novembro de 1918. Uma terceira onda começou em janeiro de 1919 e afetou algumas regiões, como Inglaterra, País de Gales e Austrália. Algo parecido com uma quarta onda apareceu nas regiões da Escandinávia em 1920 (Ferguson, 2021, p. 173).

O Brasil, segundo Laura Spinney, experimentou apenas a segunda onda. Entretanto, outros países da América do Sul padeceram mais tardiamente: “enquanto a onda mais letal a atingir a capital peruana foi a terceira, no início de 1920”<sup>26</sup> (Spinney, 2017, n.p., tradução

<sup>23</sup>Texto original: There was no national health policy, though the idea had been floated in 1914, and doctors worked either on their own account, or were funded by charities or religious institutions—a pattern repeated all over the industrialised world.

<sup>24</sup>Texto original: It was common for privileged elites to look down on workers and the poor as inferior categories of human being, whose natural degeneracy predisposed them to disease and deformity.

<sup>25</sup>Texto original: Russia was the first country to put in place a centralized public healthcare system, which it funded via a state-run insurance scheme, and others in Western Europe followed suit.

<sup>26</sup>Texto original: while the most lethal wave to wash over the Peruvian capital was the third, in early 1920.

nossa). As fontes documentais utilizadas para esse estudo, que envolve São Luís e Cururupu, corroboram as informações de Spinney para o Brasil.

Uma das lições que pode, aparentemente, ser aprendida diante de todo o cenário posto é que as gripes não fazem muita distinção entre classes sociais. Mas há dois pontos a se considerar.

O primeiro é a alta virulência da própria gripe em si: “Na Inglaterra, o escrivão-geral argumentou que a incidência da gripe espanhola variava ‘definitivamente, embora não muito, com a classe social’. Seu igual na Escócia afirmou que ‘a característica mais marcante da distribuição da mortalidade’ era ‘sua universalidade’” (Ferguson, 2021, p. 175-176).

Apesar disso, será que a universalidade de um vírus não poderia ser colocada à prova diante das mazelas sociais? Esse é o segundo ponto. O caso do Brasil, nesses parâmetros, surge como um destaque e pode mostrar nuances dentro desse aspecto biológico, em que algumas variáveis econômicas e de classes sociais geram um bom debate nesse sentido.

No Brasil, a guerra veio pelo mar, tanto a bélica como a infecciosa. Segundo o historiador militar Carlos Daróz, a entrada do país na I Guerra Mundial aconteceu em virtude dos ataques dos submarinos alemães contra os navios mercantes brasileiros, forçando o mesmo a reconhecer estado de guerra, porém de forma mais branda, e juntar-se ao esforço internacional contra os germânicos (Daróz, 2016, n.p.).

Tão tímidas como a participação do país nos confrontos, as notícias sobre uma estranha doença que vinha dos fronts europeus apareciam nas páginas dos jornais da época: “em meados de agosto e início de setembro de 1918, algumas pequenas notícias sobre um estranho mal começaram a aparecer nos jornais da capital federal, sem, contudo, despertar grande atenção das autoridades públicas e da população em geral” (Goulart, 2005, p. 102).

O governo do período tinha Wenceslau Braz como presidente e o país estava mergulhado em uma profunda desigualdade social. As epidemias eram frequentes e a falta de saneamento básico adequado piorava ainda mais as condições de saúde no geral.

As elites conduziam as políticas de higiene em conformidade com seus próprios interesses de classe. Desde o fim do século XIX, com a abolição da escravatura, vigorava a concepção de classes perigosas, em que a pobreza de um indivíduo o tornava um potencial malfeitor, principalmente aqueles entre a população negra.

Como demonstra o historiador Sidney Chaloub em *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*, tal estigma não se restringia à criminalidade, mas estendia-se à saúde pública, vinculando a origem das patologias vigentes aos grupos marginalizados:

Por outro lado, os pobres passaram a representar o perigo de contágio no sentido literal mesmo. [...] E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de todos os tipos (Chalhoub, 1996, 29).

Na mesma linha de pensamento trazida por Chalhoub, o cientista político Gilberto Hochman pontua que as políticas de saúde na Primeira República advinham das estratégias das classes dominantes e seu progresso associados à dinâmica do capitalismo (Hochman, 2012, p. 60). Ou seja, as diretrizes de higiene pretendiam, acima de tudo, resguardar os interesses econômicos da alta sociedade para que ela mantivesse seu *status*.

Portanto, continua Hochman, os principais atores no campo da saúde eram os sanitaristas e os dirigentes da saúde pública, sendo esses intelectuais subordinados aos interesses da elite, nacionais ou estrangeiras.

Nessa perspectiva, o movimento sanitarista era o responsável por ações que visavam melhorar as condições de higiene e saúde da população brasileira. São conhecidos, no intervalo de 1903-1920, dois movimentos importantes nesse sentido:

O primeiro, correspondente à primeira década deste século, seria marcado pela gestão de Oswaldo Cruz à frente dos serviços federais de saúde, entre 1903-1909, basicamente restritos ao Distrito Federal e aos portos. A principal característica dessa fase seria a ênfase **no saneamento urbano da cidade do Rio de Janeiro e o combate às epidemias de febre amarela, peste e varíola**. [...] A segunda fase do movimento sanitarista – décadas de 1910 e 1920 – teria como característica fundamental a ênfase no saneamento rural, em especial o combate a três endemias rurais (ancilostomíase, malária e mal de Chagas), a partir da **descoberta dos sertões, dos seus habitantes abandonados e doentes e da possibilidade de curá-los e de integrá-los à comunidade nacional** (Hochman, 2012, p. 60, grifo nosso).

Com base no trecho destacado acima, é possível concluir que, entre 1918 e 1919, o Rio de Janeiro estava no centro das políticas de saúde pública, e que os portos, que eram os principais pontos de exportação, eram de grande interesse para as classes ricas. Enquanto isso, o restante do país, conhecido como sertões, estava mergulhada em calamidade e desconhecimento por parte das autoridades sanitárias.

É de suma importância explicar, primeiramente, como pontua Gilberto Hochman, que a denominação sertões, para a campanha de saneamento, é muito mais uma categoria social e política do que propriamente geográfica. E, por fim, as regiões por ela contempladas não são aquelas entre o Norte e Nordeste apenas (Hochman, 2012, p. 68-69). Portanto, Cururupu e São Luís, cidades que serão estudadas mais adiante, estão dentro desse ideário sanitarista.

Nesse cenário, a hespanhola alcançou o território brasileiro e o tom jornalístico sobre o mal dos distantes *fronts* mudou. Milhares de indivíduos, com a guerra, deslocavam-se todos os dias através dos portos – o fluxo de pessoas que vinha de países europeus era intenso.

E nesse itinerário, chegou ao Brasil o navio Demerara, originário de Liverpool/Inglaterra, com saída no dia 15 de agosto de 1918. Ele atracou no porto de Recife em 09 de setembro de 1918, com discretas notas de sua passagem nos principais jornais da região:

#### MOVIMENTO MARITIMO

##### O “DEMERARA”

Hontem, às 8 ½ horas da manhã, chegou ao nosso porto vindo de Liverpool com escala por Lisboa, o transatlantico “Demerara” da Mala Real inglesa. **A travessia foi realizada sem incidentes.** A bordo do “Demerara” viajam 600 passageiros para o Sul (Diario de Pernambuco, 10 de setembro de 1918, p. 04, grifo nosso).

#### NOTICIAS MARITIMAS

##### O “DEMERARA”

[...] onde embarcaram para Pernambuco 72 passageiros: Desses passageiros faleceram duas senhoras **d. Gracinda Pereira**, que se destinava ao Rio de Janeiro e **d. Germana Moreira Valente**, para este porto. O “Demerara” fez boa viagem sem incidentes digno de nota [...] (Jornal do Recife, 10 de setembro de 1918, p. 02, grifo nosso).

Segundo as notícias acima, aparentemente, o paquete inglês fez sua escala sem maiores complicações à capital pernambucana, apenas informando alguns falecimentos que pareciam não ter nenhuma relação com a gripe espanhola. Todavia, o panorama não era tão animador ao chegar no Rio de Janeiro:

#### O “DEMERARA” VOLTOU HONTEM A’ GUANABARA

O *Demerara*, o grande transatlantico ingles da Royal Mail [...] fundeu hontem, novamente na bahia da Guanabara, cerca de 7/ ½ horas da manhã, em frente á ilha da Cobras. [...] **Trazia ele içado signal amarello, indicativo de enfermidade a bordo.** Logo que o medico, dr. Figueiredo Ramos, da Saude do Porto, subiu ao navio, verificou que, effectivamente, elle trazia doentes e que durante a viagem tinham ocorrido nada menos de cinco obitos, havendo ainda mais tres doentes de caracter grave. Aquele medico tratou de efetuar uma rigorosa inspecção no navio [...]. Diziam-se que **o Demerara trazia entre o avultado numero de seus passageiros de 3ª classe, enfermos atacados do terrível mal, agora conhecido como “febre hespanhola”.** O dr. Figueiredo Ramos [...] **teve ocasião de constatar a existencia dessa molestia com caracter epidemico, no navio.** Entretanto, **até o porto do Recife** o medico de bordo attestára como causa-mortis, de cinco passageiros, **um caso de broncho-pneumonia** e dois de **lesão cardíaca**. Durante a longa travessia do paquete, faleceram os seguintes passageiros: Antonio Teixeira, portuguez,

embarcado em Lisboa, com destino ao Rio e tendo o diagnóstico de – **broncho-pneumonia; Germana Moreira Valente**, portuguesa, de 23 anos, de 3ª classe, embarcada de Lisboa para Pernambuco. O médico de bordo diagnosticou – **lesão cardíaca**; Gracinda Ferreira, portuguesa, passageira de 3ª classe, de 33 anos e dada sua morte como causada por uma lesão cardíaca. **Os médicos da Saúde Pública não concordaram com o diagnóstico**, sendo que em pessoas moças são raros os casos de lesão no coração. Foi depois diagnosticado o espanhol **Juan Casal**, maitre d’hotel do *Demerara*, como tendo **falecido de influenza, a tal febre hespanhola**. [...] O *Demerara* deixou Liverpool no dia 15 de agosto último [...] indo à Lisboa, e dali com escalas pelo **Recife e Bahia**, veio até nosso porto. Trouxe 597 passageiros, sendo 367 para o Rio, dos quais 59 em 1ª, 23 em 2ª e 285 em 3ª classe. Em trânsito vão para **Santos, Montevidéo, e Buenos Aires** 260 passageiros (Correio da Manhã, 16 de setembro de 1918, p. 03, grifo nosso).

Mapa 1 – Trânsitos do vapor Demerara até o Rio de Janeiro.



FONTE: Compilação da própria autora. Montagem feita a partir do Google Maps, via canva.com, 2025.

Pelas evidências, o *Demerara* já alcançara o litoral brasileiro com a enfermidade entre seus passageiros. Embora os médicos do porto tenham atestado a presença da hespanhola,

indicando que a doença já estava instalada ao passar por Recife, os diagnósticos iniciais das mortes a bordo revelaram-se equivocados.

Assim, ela teria desembarcado primeiro em Recife, por não se fazer a quarentena e nem mesmo se cogitar a presença da nova moléstia contagiosa proveniente do exterior: “Seja como for, passageiros e tripulantes contaminados desceram no cais sem despertar maiores preocupações por parte das autoridades de saúde - aliás, um procedimento que se repetiria em outros portos brasileiros” (Schwarcz; Starling, 2020, p. 60).

Apesar dos relatos iniciais terem apontado a existência da gripe no navio já em águas cariocas, tais informações foram prontamente desmentidas:

O QUE DIZ O DR. CARLOS SEIDL SOBRE A EPIDEMIA:

**Até agora nenhum caso suspeito da *influenza hespanhola* nos chegou.** Quando aportou ao Rio, há dois dias, o “Demerara”, tive ocasião de não ver confirmadas suspeitas que surgiram. Fui pessoalmente a bordo [...] e fiquei convencido de que não havia motivos de intraquillidade. [...] A corrente oficial tanto neste paiz como em Hespanha é de que **essa epidemia é simplesmente gripe, benigna e a principio**, e agora agravada e mortal. [...]” (Correio da Manhã, 23 de setembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Mencionado no registro acima, Carlos Seidl ocupava o cargo de Diretor-Geral de Saúde Pública na Capital Federal e tornou-se uma figura altamente controversa na gestão da crise pandêmica de 1918. Sua decisão quanto ao Demerara (e demais ações em relação a pandemia enquanto durou sua gestão) assemelha-se a já citada atitude *pollyanna*.

Por muito tempo, Seidl e os jornais insistiram no enredo de um surto de gripe comum agravada, ou melhor, gripe benigna. Juntou-se a isso a concepção de que aqui, nos Trópicos, a gripe era trivial e regida pela sazonalidade<sup>27</sup>, que acometia majoritariamente crianças e idosos: “imperou a visão de que se fazia muito alarde por causa de uma doença corriqueira, **uma simples ‘limpa-velhos’**” (Goulart, 2005, p. 104, grifo nosso).

Por isso, as autoridades sanitárias permitiram o livre desembarque das pessoas do Demerara, sem imaginarem que se tratava de uma bomba-relógio.

A situação piorou drasticamente em pouco tempo. Por onde o Demerara passou, deixou mais e mais pessoas infectadas: “era extremamente rápida a velocidade de contágio, o período de incubação era curto e o número de pessoas acometidas pela moléstia, muito elevado, como também o grau de letalidade” (Goulart, 2005, p. 108).

<sup>27</sup>O adjetivo deriva do substantivo sazão que, segundo o Nôvo Dicionário da Língua Portuguesa, volume II, de 1899, de Cândido de Figueiredo, significa: “estação do anno.” (Figueiredo, 1899, p. 509).

O controle dos portos e de pessoas passou a ser regido por um conjunto de medidas não padronizadas, afinal, não se sabia exatamente a natureza real do que se estava tentando evitar. O relato do médico Moncorvo Filho contido em *O Pandemonio de 1918: Subsidio ao histórico da epidemia de gripe que 1918 assolou o território do Brasil*, de 1924, descreve a situação enfrentada no início:

O Dr. Carlos Seidl, ilustre higienista, então Director de Saúde Pública, recorria em 26 de setembro ao Ministro do Interior em busca de informações telegráficas, e de balde assim procedendo, convencido porém de que se tratava de *gripe pandêmica*, recomendava aqui e nos portos outros brasileiros **uma prophylaxia que denominou de indeterminada**, isto é, visando tudo quanto pudesse ser motivo de transmissão de morbida (Moncorvo Filho, 1924, p. 30, grifo nosso).

Para o então Diretor de Saúde Pública, a gripe benigna não necessitava de medidas mais gerais como o isolamento – as medidas individuais já seriam suficientes, pois “segundo ele, apenas a adoção de ações defensivas individuais, ‘profilaxias individuais’, como a **ingestão de sais de quinino e a rigorosa assepsia da boca e do nariz**, seria eficiente” (Schwarcz; Starling, 2020, p. 134, grifo nosso).

E essas medidas logo se mostraram ineficazes. Como no exemplo da cidade da Filadélfia, nos Estados Unidos, isolamento e outras medidas que pudessem diminuir o contato entre as pessoas não foram tomadas a tempo. Assim, a segunda onda da influenza espanhola – a mais letal da pandemia – propagou-se por todo o Brasil e se estenderia até o começo de 1919, conforme discutido por Laura Spinney.

Para dimensionar o pandemônio instalado, observa-se que a cidade de São Paulo foi severamente atingida pelos tentáculos da hespanhola, cujos impactos devastadores são destalhados no recorte a seguir:

Quando começaram a se fechar as contas da influenza em São Paulo, quase no final de novembro de 1918, haviam morrido mais de 5 mil paulistanos vitimados pela espanhola. Até o último dia daquele ano, somaram-se oficialmente 5331 mortes na capital, cerca de 1% dos paulistas. Calcula-se que em torno de 40% da população ficou doente, e raras famílias não passaram por algum luto. Morreram crianças e velhos, ricos e pobres; **mas a quantidade de vítimas pobres e jovens foi muito maior** (Schwarcz; Starling, 2020, p. 191, grifo nosso).

Até este ponto, a análise concentrou-se na trajetória da doença. Contudo, a compreensão da catástrofe exige olhar para as suas repercussões econômico-sociais. Sobre essa dimensão, a

historiadora brasileira Lilia Schwarcz oferece contribuições valiosas ao analisar como o patógeno desestruturou as bases da sociedade.

Em contrapartida, lembremos que Niall Ferguson enfatizou o lado biológico da pandemia em si e a universalidade do vírus. Se pensarmos bem, essas duas vertentes não excluem uma à outra – elas mostram um cenário muito mais próximo e complexo desse passado pandêmico de 1918 e de suas reais consequências.

O próprio Ferguson apresenta um argumento definitivo nesse sentido: “uma pandemia é composta **por um novo patógeno e pelos tecidos sociais que ela ataca**. Não conseguiremos entender a escala do contágio estudando apenas o próprio vírus, porque ele infectará apenas quantas pessoas os tecidos sociais permitirem” (Ferguson, 2021, p. 21, grifo nosso).

Nesse sentido, a falta de condições para o isolamento, acesso a recursos básicos, médicos, hospitais e até a uma alimentação mais adequada foram sim fatores decisivos para determinadas classes sociais serem mais expostas à doença.

Inclusive, e levando em consideração o recente artigo de Antropologia da PNAS, se os restos mortais das vítimas brasileiras da gripe espanhola fossem estudados, haveria uma grande probabilidade de que estes também apresentassem condições preexistentes. E, se assim fosse, estariam tais condições relacionadas a uma vida de carências de todos os tipos imposta por uma determinada condição econômica-social? Estas permanecem como questões instigantes para futuras investigações.

No intervalo entre setembro de 1918 e janeiro de 1919, o Brasil atravessou um período de profunda turbulência. A gestão de Seidl sucumbiu a uma avalanche de críticas: “de acordo com muitos dos jornais da época, a maior demonstração de incompetência do governante foi ter confiado a chefia da direção da Saúde Pública a um funcionário ‘cretino, relapso e sedicioso’” (Goulart, 2005, p. 119).

Pressionado pelo desgaste político, o diretor pediu demissão em 18 de outubro, momento em que a pandemia rumava ao seu ápice em território nacional.

Para o gerenciamento da crise, a Diretoria Geral de Saúde Pública contratou o médico Theóphilo de Almeida Torres, que atuara no combate à febre amarela em Manaus: “foi quem deu início ao estabelecimento dos hospitais provisórios, segundo orientações anteriores que seriam ampliadas com a nomeação de Carlos Chagas” (Goulart, 2005, p. 124). Com o passar do tempo, os casos de influenza foram diminuindo até que desapareceram gradualmente.

O carnaval de 1919 foi particularmente alegre: “como se os sobreviventes quisessem celebrar uma nova vida, capaz de fazer esquecer a grande tragédia dos meses de setembro a novembro de 1918. Nesse ínterim, a população rapidamente adquiriu imunidade, às custas de

pelo menos 15 mil vidas” (Schwarcz; Starling, 2020, p. 154). No fim, muitos queriam apenas voltar à normalidade e esquecer o tempo nefasto.

Mas eis a questão. A memória sobre a gripe espanhola, por muito tempo, ficou em hiato histórico. Diversas razões explicam esse apagamento: desde as hipóteses de Alfred Crosby, apresentadas inicialmente, até o prolongado silêncio dos historiadores sobre a temática nas décadas seguintes.

O historiador americano Jay Winter diz que “a simbiose entre história e memória em todas as sociedades é delicada. História é memória vista por meio de arquivos. Memória é história vista por meio da emoção. Elas sempre se sobrepõem e nunca são totalmente dissociadas uma da outra”<sup>28</sup> (Winter, 2022, p. xxv). No caso da grande gripe de 1918, a documentação remanescente exige novos olhares que possibilitem, justamente, o equilíbrio entre história e memória.

Desse modo, a análise volta-se às fontes propostas para esse estudo sobre a passagem da hespanhola pelo Litoral Maranhense entre 1918-1919: os jornais. Eles são os diários da doença e permitem compor um retrato das dinâmicas sociais e de poder em São Luís e Cururupu no quadro pandêmico. Revelam, ainda, como essas cidades estavam conectadas, via Atlântico, com o restante do mundo: pela circulação de ideias acerca da nova influenza que personificou um inimigo invisível em tempos de guerra.

## 1.2 Extra, Extra! Uma bandeira amarela: os primeiros passos da gripe no Litoral do Maranhão

Quando o Demerara aportou na baía de Guanabara, no fatídico 15 de setembro de 1918, abriu-se uma rota para a hespanhola em terras maranhenses. Foi o início de um processo que, conforme a concepção já mencionada de Ladurie, unificou o litoral maranhense por meio da doença, integrando-o ao contexto global. Essa conexão atlântica ficará mais clara a partir das notícias sobre a possível nova moléstia chegada em um vapor e difundida pelos jornais ludovicenses.

O primeiro deles, o periódico *Pacotilha*, em 01 de outubro de 1918, traz um artigo detalhado a respeito da chegada de um pacote que apresentava indícios preocupantes sobre o estado de saúde de seus passageiros:

---

<sup>28</sup>Texto original: The symbiosis of history and memory in all societies is delicate. History is memory seen through archives. Memory is history seen through emotion. They always overlap and are never totally dissociated from each other.

### O CEARÁ

Às seis horas da manhã já estava fundeado em nosso porto o paquete “Ceará”, do Loide Brasileiro. E como num dos mastros houvesse içado a **bandeira amarela**, pedindo a visita da saúde do pôrto, [...] seguindo imediatamente para bordo o sr. dr. Almeida Nunes, que soube, ali, tratar-se do aparecimento de casos suspeitos da **influenza espanhola**. O Ceará ficou logo interdito ao embarque e desembarque de passageiros [...] seguiram para bôrdo os srs. drs. Almeida Nunes, ajudante do inspetor da saúde do pôrto, Bento Urbano<sup>29</sup>, diretor da higiene do estado, Carlos Nunes e Francisco Carvalho Júnior, auxiliares de higiene [...]. O médico de bôrdo informou que os casos se manifestaram do porto de **Fortaleza** até os nosso em número de 14 [...] apareceram mais 12 casos formando um total de 26. **Nenhum doente desembarcou, só sendo permitido o desembarque de 19 passageiros destinados a esta capital, os quais ficarão sob a vigilancia da inspetoria de higiene.** O serviço de transporte de passageiros e bagagens foi feito por conta do estado, sendo todas as embarcações desinfectadas. **A higiene providenciou, igualmente, sobre a desinfeção das malas postaes,** [...] (*Pacotilha*, 01 de outubro de 1918, p. 01, grifo nossos).

A notícia acima evidencia não apenas a presença de casos suspeitos a bordo, mas também a circulação marítima como vetor fundamental para a disseminação da doença ao longo do litoral brasileiro. Nesse contexto, o trajeto do vapor Ceará permite visualizar as conexões estabelecidas entre diferentes portos e a possível rota de propagação da influenza, conforme indicado no mapa a seguir.

---

<sup>29</sup>Em sua tese de doutorado, a historiadora Mariza Pinheiro Bezerra traz a trajetória do médico maranhense Bento Urbano Costa, destacando seu currículo e suas ações no Serviço Sanitário do Maranhão no início do século XX: “formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em 1901, defendendo a tese intitulada *Etiologia da Chlorose*. [...] lecionou no Liceu Maranhense as cadeiras de História Natural, Física e Química, ao lado de intelectuais consagrados no cenário local como Palmeiro Cantanhede e Justo Jansen Ferreira. Em 1902, Urbano da Costa trabalhou por curto tempo no Serviço Sanitário do Pará e fez uma rápida estadia em Manaus. [...] Nos anos de 1907-1909, o dr. Bento Urbano da Costa foi deputado estadual, reelegendo-se no pleito de 1910-1912. Em 1911, licenciou-se e viajou para Paris para fazer estudos de especialização em sífilis com o dr. Jean Alfred Fournier. Em 1912 clinicou em consultório particular em São Luís e passou a ocupar cargos públicos ligados à sua formação médica (Barros Neto, 2016). Na gestão de Herculano Parga foi nomeado diretor do Serviço Sanitário do Maranhão e exerceu o cargo por três anos, período longo se compararmos aos de seus antecessores” (Bezerra, 2019, p. 242).

Mapa 2 – Trânsitos do vapor Ceará até São Luís - Maranhão.



FONTE: Compilação da própria autora. Montagem feita a partir do Google Maps, via canva.com, 2025.

Para corroborar a informação acima, a lista de passageiros em trânsito do Ceará, oriunda do acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM, conforme ANEXO – A, mostra a informação de um trânsito de 11 dias de sua origem.

O vapor partiu do porto do Rio de Janeiro no dia 20 de setembro de 1918, cinco dias após o Demerara chegar. “Avisos Marítimos. Lloyd Brasileiro. Linha do Norte. O paquete Ceara’: Sairá hoje, 20 do corrente, escalando em **Victoria**, **Bahia**, Maceió, **Recife**, Cabedello, **Natal**, **Ceará**, **Maranhão**, Pará, Santarém, Obidos, Itacoatiára e Manãos” (Correio da Manhã, 20 de setembro de 1918, p. 7, grifo nosso).

Ainda no porto do Ceará – escala imediatamente anterior ao Maranhão – os passageiros já manifestavam um quadro sintomático semelhante ao da hespanhola. No entanto, não se pode assegurar com precisão se a enfermidade veio diretamente do Rio de Janeiro para São Luís.

Nesse sentido, surgem algumas hipóteses sobre as localidades de origem das quais o patógeno pode ter embarcado: **a)** o próprio Rio de Janeiro, **b)** Vitória, considerando que o Demerara também passou pelo porto de Santos, **c)** Recife, um dos destinos do Demerara antes do Rio de Janeiro, **d)** Natal, pois há uma nota sobre passageiros já doentes no navio e outros

embarcados nesse porto, conforme reproduzido pelo *Jornal Pernambuco* sobre a chegada do vapor ao Pará: “a epidemia manifestou-se depois da saída do vapor do porto do Recife, entre os tripulantes. [...] e somente 1 caiu em estado comatoso. Esta é uma passageira de 3ª classe, embarcada já doente em Natal” (Diário de Pernambuco, 07 de outubro de 1918, p. 03), e e) em cada um desses portos subiram indivíduos já infectados, juntando-se a outros dentro do navio, formando uma rede de contágio.

A partir do cruzamento de notícias veiculadas, pode-se dizer que havia sim passageiros doentes no vapor Ceará, sendo ele o veículo de transporte do patógeno para o Maranhão.

É interessante perceber as ações de controle sobre os passageiros e como os jornais ajudavam a manter essa vigilância, pois, ao final da matéria jornalística, tem-se o nome completo e a residência informada de cada um dos 19 passageiros desembarcados no porto de São Luís: “sãos êstes os passageiros vindos para nosso pôrto: Werne Kause, dr. Marcelo Silva, António José Lopes de Sá, Carlos Araújo, Arnaldo Batista, estão residindo no hotel Central; [...]” (*Pacotilha*, 01 de outubro de 1918, p. 01).

Logo, através da comparação, as medidas sanitárias iniciais não se diferenciaram daquelas informadas sobre o Demerara. Inclusive pode-se ver uma padronização nas medidas tomadas para esses casos.

Outro impresso da capital também noticiou o fato pernicioso ocorrido no Ceará. *O Jornal* também trouxe detalhes dessa chegada, entretanto, em um tom mais inquietante:

O CEARÁ: gripe ou influenza espanhola?

Desde hontem à tarde quando o Ceará demandava o nosso porto vindo do sul, se manifestaram a bordo os sintomas de **gripe intestinal-catarral**<sup>30</sup>, que logo tomou caráter epidêmico. Hoje pela manhã [...] já registravam-se 14 cazos, sendo que, havia noticia de que esse numero se havia elevado para 29. **Para bordo seguiu a saúde do porto e higiene do Estado acompanhada de outros médicos.** Até aquela hora só tinha vindo para terra alguns passageiros com destino a esta cidade, sendo que esses se submetem a desinfecções na higiene, **depois de terem percorrido grande parte da cidade, embora de automóveis, com destino àquela repartição...** [...] (*O Jornal*, 01 de outubro de 1918, p. 01).

<sup>30</sup>Segundo Moncorvo Filho, em 1924: “para nós a gripe, que hoje temos, sempre existiu e é certo que determinou noutros tempos tantas victimas quantas determina actualmente [...]. O que é hoje pneumonial grippal, pleuro-congestão grippal, angina grippal, bronchite e broncho-pneumonia grippaes, gripe intestinal, etc, era outróra simplesmente pneumonia, congestão pulmonar, bronchite e broncho-pneumonia, enterite, etc, sem mais epithetos” (Moncorvo Filho, 1924, p. 25).

Nota-se que o conjunto de sintomas repassado pelos médicos do porto a esse jornal colocou uma gripe com caráter epidêmico como causa do surto no navio. Apesar da pergunta do início e as críticas da matéria, a versão dos doutores de Saúde do Porto foi a que prevaleceu.

Percebe-se, no entanto, em um comparativo de notícias, que os mesmos jornais já informavam o leitor sobre a influenza hespanhola no exterior: “PARIS, 23. Faleceram de influenza espanhola três médicos da missão Nabuco de Gouveia e 16 baixaram o hospital, além de numerosos em estado menos grave” (*Pacotilha*, 25 de setembro de 1918, p. 01).

Acima, pode-se notar uma abordagem jornalística que adota termos mais familiares acerca do possível surto no vapor Ceará. Denominações como gripe, influenza ou gripe serão utilizadas com mais frequência para notícias regionais (e posteriormente nas próximas notícias sobre a pandemia de 1918-1919 com o adjetivo benigna), enquanto as designações gripe espanhola ou hespanhola mostrará uma ameaça que está distante – pertencente ao outro.

É um posicionamento coincidente com os outros veículos de imprensa do Brasil nos momentos iniciais da gripe espanhola no Brasil. Recordemos que Carlos Seidl indicou, ainda em setembro de 1918, diretrizes de acordo com esse diagnóstico: “tanto a imprensa quanto os responsáveis pelos serviços de higiene punham em dúvida a existência da Espanhola em nosso país. Os casos observados poderiam se tratar de outras doenças ainda não diagnosticadas” (Teixeira, 1993, p.10).

O discurso alinhado desses dois atores sociais – imprensa e responsáveis pelos serviços de higiene – mostra, nesse primeiro momento, um interesse em não abalar a ordem. Soma-se a esse interesse a questão da própria influenza como uma doença recorrente:

Entre as características reconhecidas da moléstia estavam sua extrema contagiosidade e difusibilidade e seu caráter proteiforme – isto é, que se apresenta sob formas variadas, determinando a ausência de uma sintomatologia própria – o que dificultava a percepção e a identificação clara dos primeiros casos e fazia supor a ineficácia de qualquer medida preventiva (Silveira, 2005, p. 92).

Em concomitância, o Governo do Estado do Maranhão, através de seu próprio veículo de comunicação, trouxe sua própria versão do acontecimento no dia posterior, por meio de Bento Urbano, Diretor de Higiene do Estado:

#### NOTICIARIO

26 casos de gripe a bordo do Ceará - Hontem, pela manhã, ao chegar à esta repartição, o **sr. dr. director do Serviço Sanitario do Estado** foi informado por um funcionario de que a guma coisa de anormal se passava a bordo do vapor “Ceará”, chegado do sul, correndo tratar-se de casos de influenza

hespanhola. Incontinenti **o sr. dr. Bento Urbano** procurou o **sr. dr. Secretario do Interior**, que lhe deu autorização para tomar as medidas extraordinárias que se tornassem necessárias. Voltando á sua repartição [...] já alli encontrou **o sr. dr. Almeida Nunes, auxiliar do serviço de saúde do porto**, que lhe entregou o seguinte officio: “Levo ao vosso conhecimento que, a bordo do vapor ‘Ceará’, do Lloyd Brasileiro, na travessia do porto de Fortaleza ao desta capital, baixaram á enfermaria de bordo 14 tripulantes, apresentando todos symptomas como de gripe. Em resposta, **o sr. dr. Bento Urbano**, dirigiu ao **sr. dr. Ferreira Nina, Inspector de saúde dos portos deste Estado** o officio abaixo: “Tendo recebido communição official, por intermedio do auxiliar de v. exc., de que se manifestaram a bordo do vapor Ceará, ora neste porto, 14 casos de gripe, que, pelo dr. inspector sanitario de bordo, **são considerados benignos**, cabe-me communição a v. exc. que o Serviço Sanitario deixa, porisso, de tomar ao seu cuidado aquelles doentes, reservando-se apenas o cumprimento do dever de tomar providencias sobre os passageiros destinados a este porto.” **O sr. dr. Director do Serviço Sanitario tomou logo as medidas adequadas ao caso.** [...] - “Por medida de prudencia, o Serviço Sanitario está em communição, desde hontem, com o **dr. Carlos Chagas**, director do Instituto Oswaldo Cruz, do Rio, **embora não pareça que se trate de influenza hespanhola**” (*Diario Official do Estado do Maranhão*, 02 de outubro de 1918, p. 03).

De início, pode-se dizer que temos mais um exemplo da atitude *pollyanna* de Alfred Crosby no caso que se apresenta. Porém há muito mais nuances valiosos nas entrelinhas desse panorama que necessitam de um desdobramento mais atento.

Para tornar esse ponto mais claro, recorre-se aqui a uma analogia proveniente do campo da matemática, em uma associação de caráter multidisciplinar. Na chamada Soma de *Riemann* ( $\Sigma$ ), utilizada para calcular áreas de formas curvas e irregulares, o resultado final só pode ser obtido por meio da soma de inúmeras partes menores.

Quanto mais fragmentadas e numerosas essas partes, maior a precisão do cálculo, até que se alcance a Integral de *Riemann* ( $\int$ ), isto é, o valor mais próximo da área total<sup>31</sup>. Metaforicamente, uma pandemia como a de 1918–1919 pode ser pensada de modo semelhante.

Sua dimensão global corresponde à área total a ser compreendida – que seria a história global da própria doença; já os fragmentos que compõem essa totalidade são as experiências locais da doença, atravessadas por dinâmicas específicas de poder, práticas sociais e respostas institucionais.

<sup>31</sup>Essa associação foi feita com base no conhecimento adquirido durante meus anos de estudo no curso de Física Bacharelado na Universidade Federal do Maranhão e pela minha formação em Ciências Contábeis também pela mesma instituição. Em linhas gerais, temos que, para calcular a área de figuras como as limitadas por parábolas, elipses, hipérbolas e diversas outras curvas, usa-se uma adaptação do método da exaustão de Arquimedes, na qual os triângulos da fórmula original são trocados por retângulos. Utilizando a concepção matemática de limite e funções, esses retângulos tornam-se cada vez menores, até possibilitarem o cálculo da área dessas figuras. Para chegar ao resultado final, mais alguns recursos matemáticos são empregados. Entra então a Soma de *Riemann* e a Integral de *Riemann*, nome dado por causa de *Bernhard Riemann* (1826-1866), matemático alemão.

Assim, o entendimento do fenômeno pandêmico não se constrói a partir de um único recorte tomado como representativo do todo, mas da articulação entre múltiplas histórias locais. É na soma dessas experiências, e não em sua generalização isolada, que se torna possível alcançar uma compreensão mais precisa e produtiva para a escrita da história.

Nesses primeiros fragmentos jornalísticos relacionados à possível chegada da gripe espanhola em São Luís, observa-se claramente a cadeia local de tomada de decisões e de vigilância sanitária diante de uma epidemia: **1) Diretor de Higiene do Estado, 2) Auxiliares de Higiene, 3) Inspetor de Saúde dos Portos do Estado, 4) Ajudante do Inspetor de Saúde do Porto, 5) Médico de Bordo** – todos doutores que respondiam ao governo regional ao qual estavam subordinados e o **6) Secretário do Interior**.

Esses mesmos especialistas articulavam-se, ainda, com agentes de outra instância, representada aqui por Carlos Chagas, que, paralelamente, mantinha uma via de comunicação com o Diretor de Saúde Pública, cargo então ocupado por Carlos Seidl.

Essas dinâmicas corroboram com o que o filósofo francês Michel Foucault, na obra *O Nascimento da Clínica*, chamou de individualidade histórica de uma epidemia, que dentro do seu contexto social e temporal possui características únicas: “daí a necessidade de usar com ela um método complexo de observação. Fenômeno coletivo, ela exige um olhar múltiplo; processo único, é preciso descrevê-la no que tem de singular, acidental e imprevisto” (Foucault, 2021, p. 26).

Tais olhares pressupõem a articulação de múltiplas perspectivas, o cruzamento sistemático de informações e a correção de erros, de modo a possibilitar a construção de um conhecimento mais preciso. Foi a partir do século XVIII que esse esforço de padronização e sistematização dos saberes médicos passou a se institucionalizar, estabelecendo novas práticas de observação, registro e intervenção sobre as epidemias.

Em cada subdelegação, um médico e vários cirurgiões são designados pelo Intendente para seguir as epidemias que podem se produzir em seu cantão; eles se correspondem com o medico chefe da Intendência a propósito «tanto da doença reinante, quanto da topografia médica de seu cantão»: quando quatro ou cinco pessoas são atacadas da mesma doença, o síndico deve prevenir o subdelegado, que envia o médico para que este indique o tratamento que os cirurgiões aplicarão diariamente nos casos mais graves (Foucault, 2021, p. 26).

Percebe-se, já nesse período, o objetivo de criar protocolos mais eficientes que pudessem conter os surtos e oferecer tratamentos mais eficazes. Porém para que isso ocorresse, uma intervenção mais coercitiva foi adotada:

Mas esta experiência só pode adquirir plena significação se for reforçada por **uma intervenção constante e coercitiva**. Só poderia haver medicina das epidemias se acompanhada de uma polícia: vigiar a instalação das minas e dos cemitérios, obter, o maior número de vezes possível, a incineração dos cadáveres, em vez de sua inumação, controlar o comércio, do pão, do vinho, da carne, regulamentar os matadouros, as tinturarias, proibir as habitações insalubres; seria necessário que depois de um estudo detalhado de todo o território, se estabelecesse, para cada província, um regulamento de saúde para ser lido «na missa ou no sermão [...] e que diria respeito ao modo de se alimentar, de se vestir, de evitar as doenças, de prevenir ou curar as que reinam: «Estes preceitos seriam como as preces que mesmo os mais ignorantes e as crianças conseguem recitar». Seria necessário, por último, criar um corpo de inspetores de saúde, que se poderia «distribuir em diferentes províncias, confiando a cada um deles um departamento circunscrito» (Foucault, 2021, p. 26-27).

Essa visão foucaultiana do poder representado pelo médico, nesse contexto de epidemias, evidencia que o saber médico se constitui em seus próprios limites a partir de sua articulação com mecanismos de disciplina e controle social. Essa associação de Estado e Medicina passou a gerenciar a vida dos indivíduos em nome de uma causa maior.

Portanto, o que conecta os casos do Rio de Janeiro e o Demerara, de São Luís e o Ceará, a outro, como o da Filadélfia e a parada *Fourth Liberty Loan Drive* são esses comportamentos cadenciados de controle social para o combate de doenças. Todavia, não por um motivo utópico de médicos que aconselham legislador e cidadãos para o equilíbrio do corpo e da mente (Foucault, 2021, p. 27).

A partir do momento em que a medicina passou a ter o poder de decidir os rumos do Estado, a significação positiva passa a ser cultuada: “a medicina não deve mais ser apenas o *corpus* de técnicas da cura e do saber que elas requerem; envolverá, também, um conhecimento do homem saudável, isto é, ao mesmo tempo uma experiência do homem não doente e uma definição do homem modelo” (Foucault, 2021, p. 37).

Em um contexto de I Guerra Mundial, os interesses bélicos se sobrepunham a uma gripe sazonal agravada, como no caso dos Estados Unidos. Em São Luís e Rio de Janeiro, a normalidade não poderia ser perdida – a situação estava sob controle, falavam os inspetores e mostravam os jornais nos primeiros dias. Não seria exagero dizer que os protocolos estavam, acima de tudo, a serviço da roda capitalista:

É importante determinar como e de que maneira as diversas formas do saber médico se referem às **noções positivas de «saúde» e de «normalidade»**. De um modo geral, pode-se dizer que até o final do século XVIII a medicina referiu-se muito mais à saúde do que à normalidade; [...] A medicina do século

XIX regula-se mais, em compensação, pela normalidade do que pela saúde; é em relação a um tipo de funcionamento ou de estrutura orgânica que ela forma seus conceitos e prescreve suas intervenções (Foucault, 2021, p. 38, grifo nosso).

Como já abordado, evocando novamente Gilberto Hochman, o movimento sanitário e seus representantes estavam subordinados aos interesses das classes dominantes – seria impensável parar totalmente as engrenagens econômicas por causa de uma moléstia há muito conhecida – principalmente nos portos, locais de intensa circulação de mercadorias.

No final, a atitude *pollyanna* parece mais uma resultante da vigência de um conjunto de medidas pensadas para que a simbologia do homem saudável fosse a prioridade das sociedades do início do século XX do que propriamente uma ideia isolada da classe médica sobre o curso da pandemia de 1918-1919.

Nesse mecanismo de positividade, atuou de forma relevante o próprio impresso do Governo do Maranhão: “NOTICIÁRIO. Os passageiros estão sob vigilância médica, **sendo visitados por inspectores sanitarios, pelo menos uma vez por dia**” (*Diario Oficial do Estado do Maranhão*, 02 de outubro de 1918, p. 03, grifo nosso).

Essas ações visavam reafirmar que os protocolos estavam sendo seguidos, mesmo tratando-se de uma ameaça ainda percebida como longínqua. Em mais uma tentativa de sanar quaisquer suspeitas de ineficiência na condução do caso e de desmentir o recorte já apresentado pelo *O Jornal*, na edição de 1º de outubro de 1918, o Executivo afirmou:

É **inverídico o boato alarmante** divulgado hontem á tarde, de que passageiros do vapor Ceará percorreram de automoveis grande parte da cidade, antes de serem desinfectados. [...] Pode a população estar tranquila, porque o serviço, embora empenhado grande esforço, cumpriu e continuará a cumprir o seu dever, tão rigorosamente quanto as suas condições de instalações o permitirem. Bento Urbano, director (*Diario Oficial do Estado do Maranhão*, 02 de outubro de 1918, p. 03, grifo nosso).

O caso do Ceará tomou conta das páginas dos jornais ludovicenses escolhidos para essa pesquisa por alguns dias. Com a veiculação da explicação do Governo no *Diario Oficial*, a *Pacotilha* trouxe um novo artigo, fazendo observações sobre o que foi escrito no dia anterior:

Não é certo que a nossa repartição de higiene tivesse feito desinfectação alguma a bórdo do paquete “Ceará”, onde só compareceu o dr. Almeida Nunes, conforme a nota que nos forneceu o médico do aludido paquete. A’s nossas notas de ontem devemos não só esta corrigenda, **mas também a desagradável notícia de que, com o pânico estabelecido pelos casos de gripe, cujo perigo talvez fosse exagerado, os estivadores recusaram-se a desembarcar a**

**carga trazida pelo “Ceará”** [...] Sendo facto, como é, que o **médico de bordo diagnosticou** – “**casos benignos de influenza comum**” – com o que concordou plenamente o dr. Almeida Nunes, médico do serviço federal da saúde do porto, parece que se fez de um argueiro um cavaleiro. Em todo o caso, cautela e caldo de galinha... (*Pacotilha*, 02 de outubro de 1918, p. 04, grifo nosso).

Essas mudanças no tom do discurso jornalístico do *Pacotilha* mostram um alinhamento entre a teoria foucaultiana, já citada aqui, e as explicações em torno das operações governamentais e médicas em relação à chegada da hespanhola no litoral maranhense. Em contrapartida, há uma voz inicial resistente a essa narrativa. *O Jornal*, em tom poético e literário, ainda punha em dúvida se o inimigo invisível dos *fronts* europeus teria ou não teria alcançado as terras maranhenses de fato:

Galgou velozmente as longas distancias: atravessou montes e vales, intermináveis planices, percorreu célere cidades e vilas, deixando por toda parte, como sinal de sua lúgubre passagem, a desolação e, o luto e, como novo Ashaverus<sup>32</sup>, sempre a caminhar, semeando a dor, sulcou o vasto oceano revoltado e, de pouzo em pouzo, insidiosamente, clandestinamente, irrompeu no Paiz e hontem se manifestou aqui, a bordo do paquete Ceará, quando demandava o nosso porto, onde esteve ancorado até hoje. [...] Nada de hesitação, nem de meias medidas, nem paliativos; cumpre desenvolver com atividade um forte movimento contra a peste que ahi está na iminência de uma investida. Façamos-lhe uma ofensiva valente, com todos os recursos que a cidade aconselha, sem medir despesas ou sacrifícios, que a salvação publica é a suprema lei, em casos tais (*O Jornal*, 02 de outubro de 1918, p. 01).

A linha editorial da referida publicação assumiu uma posição de que a moléstia que se manifestou nos passageiros do vapor Ceará era a hespanhola, contrariando o Governo Estadual e o jornal *Pacotilha*. Percebe-se que esses três veículos de comunicação da época estavam em um diálogo entre si e as vozes soavam dissonantes.

Para perceber as entrelinhas e como elas explicam as dinâmicas sociais através desses atores, será muito pertinente trazer as concepções de Mikhail Bakhtin sobre discurso. Assim, podemos entender as interações entre os jornais e a linguagem em movimento:

A língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso. Mas são justamente esses aspectos, abstraídos pela linguística, os que têm importância primordial para nossos fins (Bakhtin, 2008, p. 207).

---

<sup>32</sup>Conhecido como Judeu Errante (*Wandering Jew*), é uma lenda que fala sobre um homem imortal condenado a vagar sobre a terra, devido a provocação que fez a Jesus no caminho da crucificação. Essa maldição só seria quebrada quando Cristo voltasse à Terra (*Second Coming*) (Baring-Gould, 1877, p. 01-31).

Nessa concepção de discurso, a língua é permeada pelas relações sociais que se utilizam das interações verbais. Nesse meio, os jornais são os interlocutores das notícias sobre a doença que estava em vigor em São Luís e isso só é possível porque a linguagem está em ação.

Trata-se de uma aplicação do conceito de dialogismo, definido como “a condição do sentido do discurso” (Barros, 2003, p. 32).

Esse embate de vozes sobre a moléstia e sua classificação, mostra uma relação com o “outro” em que o texto desses discursos é um tecido de muitas vozes: “que se inter cruzam sem completam respondem umas às outras ou polemizam entre si no interior do texto” (Barros, 2003, p. 33).

Os recortes apresentados até aqui evidenciam claramente essa dinâmica: ora um periódico respondia ao outro, ora corrigia informações publicadas anteriormente, muitas vezes a pedido do próprio governo. Não raramente, essas posições convergiam, especialmente quando reiteravam a importância de manter uma perspectiva de saúde positiva, materializada na repetição do termo gripe benigna.

Nos dias seguintes, os diálogos entre os jornais se intensificaram: “O CASO DO ‘CEARÁ’ – Sabemos que os passageiros vindos para esta capital, no Ceará, continuam a gozar a melhor saúde” (*Pacotilha*, 03 de outubro de 1918, p.04).

A próxima notícia desse periódico trouxe outro tom em relação ao Governo: “**A higiene** – O médico de bordo, porque a enfermaria do paquete possuía pequenas acomodações, desejou que o serviço de higiene dessa capital se incumbisse de tratar metade [...] daqueles doentes. **Mas, em palácio, negaram-se a isso**” (*Pacotilha*, 04 de outubro de 1918, p.01).

O que o Governo respondeu, no dia 05 de outubro, o seguinte: “NOTICIÁRIO. Como a ilustrada redacção foi mal informada, cumpre-nos restabelecer a verdade, afirmando que, em palácio, nada absolutamente se resolveu a respeito” (*Diario Oficial do Estado do Maranhão*, 05 de outubro de 1918, p. 02).

E continuou o Executivo a explicação, negando a autoria do episódio: “si a hygiene do Estado não quis receber doentes de bordo, agiu por conta própria e com inteira liberdade, sendo portanto, a responsável pelo seu acto, responsabilidade a que certamente não fugirá” (*Diario Oficial do Estado do Maranhão*, 05 de outubro de 1918, p. 03).

No final, a *Pacotilha*, então, publicou uma espécie de carta para desfazer o suposto equívoco, essa remetida pelo Diretor da Repartição do Serviço Sanitário, Bento Urbano: “**A ‘Pacotilha’ foi mal informada.** Pessoa alguma em palácio negou-se em receber nos HOSPITAIS DE IZOLAMENTO, os únicos de que dispões o Estado, os doentes do paquete

Ceará. [...] tanto mais tratando-se de **gripe comum benigna** [...] é curada fora do leito” (*Pacotilha*, 05 de outubro de 1918, p.04, grifo nosso). O assunto do vapor Ceará, após essa correção, foi encerrado, fechando o primeiro ciclo de notícias sobre a chegada da gripe espanhola em São Luís.

### 1.3 A dançarina hespanhola baila com os governos locais: os casos das cidades litorâneas de São Luís e Cururupu

#### 1.3.1 O governo da capital contra um inimigo invisível

A I Guerra Mundial, já em seu final em 1918, foi deixando um rastro de dificuldades e escassez ao redor do globo. As pequenas comunidades, interligadas de uma forma ou de outra, sentiram os impactos no seu cotidiano:

**Quando mais fortemente se acentuou a crise, na capital da Republica**, provocando greves e reclamações por parte do povo [...]. A notícia aqui chegou, no momento aflitivo em que **luz não tínhamos**, e o **querosene**, já bastante escasso na praça, era, por ahi, escandalosamente vendido por 5\$ e 6\$ a garrafa. A esse tempo, já o arroz estava a 700 e 800 r\$. o quilo, a carne a 1.200, a farinha por um preço fabuloso [...]. **A crise era tremenda**, assustadora, pavorosa; **a vida difícilima**, quazi impossível. E porque assim era a nossa situação, todas as esperanças se voltaram confiantes para a Junta que vinha, providencialmente, remediar tão angustiantes males. Mas... a pezilusão foi completa. E a crise continua e a situação se agrava e **a fome bate ás portas dos lares**, campeando impávida a ganancia dos especuladores, que enriquecem assombrosamente (*O Jornal*, 30 de setembro de 1918, p.01, grifo nosso).

A maior preocupação mundial naquele momento era o de manter os exércitos abastecidos e as capitais mais importantes preparadas para sustentar toda essa cadeia bélica: “Tanto em 1914-1918 quanto em 1939-1945, o suprimento de alimentos para exércitos, capitais e grandes locais industriais urbanos eram as principais preocupações do estado”<sup>33</sup> (Wheatcroft, 2017, p. 240, tradução nossa).

Com esse fragmento sobre São Luís, e mais adiante com Cururupu e a situação acerca dos navios do Lloyd enviados para fins bélicos, percebe-se uma grande rede formada pelas pequenas e grandes comunidades ao redor do planeta, unidas pelos resultados de uma guerra global: escassez, carestia, fome e doença.

<sup>33</sup>Texto original: Both in 1914-18 and in 1939-45 the food supply for armies, capital cities and major urban industrial locations were the major concerns for the state.

Olhando mais internamente, o governo nacional, antes da hespanhola, já enfrentava dificuldades com greves que começaram a eclodir em 1917: “A Greve Geral de 1917, em São Paulo, de grande importância em todo o processo seguinte, assim como as greves de 1918, no Rio de Janeiro, e a greve geral desse mesmo ano [...] foram acontecimentos que colocaram, pela primeira vez, **a questão social na arena política** [...]” (Palhano, 2017, p. 126, grifo nosso).

Antes dessas mobilizações, as condições dos trabalhadores urbanos, caracterizadas por longas jornadas de trabalho e ausência de direitos trabalhistas, eram amplamente ignoradas pelas lideranças políticas e pelas elites econômicas. E foi nesse caldeirão de disputas que a grande gripe chegou.

Se a política nacional do início do século XX ainda estava presa a velhos hábitos, o Estado do Maranhão seguia à risca esse modelo: “a República chegou com os mesmos vícios, os mesmos homens, as perseguições e a farta distribuição de pingues empregos a parentes, amigos e correligionários” (Lima, 2010, p. 23).

A administração pública de São Luís mostraria suas deficiências crônicas com a pandemia: “O govêrno vai decretar crédito extraordinário para a construção de dois desinfectórios, um na rampa do Bequimão e outro no hospital do isolamento do Estado. Os hospitais de isolamento estão sendo preparados com urgência, pelo governo, para acudir a qualquer necessidade” (*Pacotilha*, 07 de outubro de 1918, p.04).

Essa cronicidade é evidenciada pelo cenário dos hospitais em São Luís e pelo descaso com a população mais pobre:

#### Saude publica

O Serviço de Hygiene fex remover para o hospital de isolamento, á **rua da Estrella** a mulher de nome Verissima Coqueiro [...]. Sabendo-se, como se sabe, que só por **euphemismo** se pode chamar **hospital de isolamento á casa, em ruinas**, que abriga os infelizes accommettidos de bexigas, edificio que á inconveniencia da situação allia todas as desvantagens e difficuldades não só para o tratamento como ainda para o isolamento dos doentes [...] (*Pacotilha*, 07 de janeiro de 1908, p. 01, grifo nosso).

O trecho acima, datado de dez anos antes do surgimento da gripe espanhola, indica que os investimentos destinados à saúde da população eram escassos, refletindo uma ausência de políticas públicas eficazes nesse sentido.

Essa constatação dialoga diretamente com o relato publicado no jornal *Pacotilha*, em 7 de outubro de 1918, no qual a urgência pela liberação de créditos orçamentários para novos isolamentos evidencia uma condição de abandono perpetuada por sucessivos governos. Essa problemática será analisada de forma mais aprofundada no Capítulo II.

A situação do Executivo Estadual do Maranhão era caracterizada por uma verdadeira dança das cadeiras. O governador entre 1914 a 1917 – durante a I Guerra Mundial – Herculano Parga, conseguiu mostrar alguns resultados em seus anos de gestão, pois “logo em 1915 conseguiu apresentar um primeiro superávit orçamentário. Fez também desdobrar em duas – do Interior, Justiça e Segurança, e da Fazenda – a Secretaria Geral do Estado. **Mas ficou nisso**” (Meireles, 2001, p. 293, grifo nosso).

É importante ressaltar que na gestão de Parga nem a saúde e nem o saneamento básico foram prioridades. E isso pode ter contribuído para a urgência da construção dos hospitais e dos desinfetórios, uma vez que as condições dos que já existiam eram insalubres.

Neste sentido, “o único cuidado de Herculano Parga foi o problema financeiro: **até as obras de saneamento de São Luís foram paralisadas** porque só se cogitava de ver crescer o saldo nos cofres do tesouro” (Meireles, 2001, p. 293, grifo nosso).

Após esse período, assumiu o 1º vice-governador, Antônio de Brício de Araújo, que, posteriormente, passa o cargo para Urbano Santos, governador eleito para o período de 1918-1922: “Candidatou-se, pela terceira vez, ao governo do Maranhão, e, pela terceira vez eleito, resolve-se a assumi-lo por fim, mas só a 21 de outubro de 1918.

Até essa data, desde 1º de março, substituiu-o a princípio, o novo 1º vice-governador, dr. Jose Joaquim Marques [...]” (Meireles, 2001, p. 293-294). Como pode-se notar, além da crise nos combustíveis, alimentação e a gripe que acabara de chegar, não havia uma estabilidade na própria governança do Maranhão.

Em 09 de outubro de 1918, notícias nada animadoras estamparam as páginas dos impressos de São Luís:

Dr. J. J. Marques

Faleceu, hoje, pela manhã, inesperadamente, em casa de sua residência, á rua de Sant’Anna n. 106, o sr. dr. José Joaquim Marques, 1º vice-governador do Estado, em exercício. [...] **A’ casa de residencia do ilustre extinto, afluio logo grande número de pessoas da mais elevada posição social.** O Jornal registra, com profunda magua, o triste evento apresentado (*O Jornal*, 09 de outubro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Apesar de ter acontecido em plena pandemia, a hespanhola não está relacionada diretamente com a *causa mortis* do então governador em exercício.

Os jornais não mencionaram claramente o que aconteceu de fato, porém pode-se verificar, de acordo com o ANEXO – B proveniente do Acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM, livro 47 de Registro de Óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da

Conceição da Capital (1915-1921), que o falecimento deu-se devido a asfíxia no decurso de psicose circular em fase melancólica ou depressiva<sup>34</sup>.

Em meio a esse fatídico momento, o anúncio do novo governador do estado também ganha destaque nos impressos: “Dr. Raul Machado – Assumiu hoje, o governo do Estado, na qualidade de 2º vice-governador, o provector advogado dr. Raul da Cunha Machado” (*O Jornal*, 09 de outubro de 1918, p. 01). Alguns jornais escolherem não noticiar sobre a gripe nesse dia, o que foi feito somente pelo *O Jornal*:

Saúde pública – Infelizmente já não são poucos os cazos, levados ao conhecimento da repartição de higiene, da influenza espanhola, que apesar de com caráter benigno, está lavrando entre nós. [...] E’ bem merecedora de elogios a ação decidida da higiene, procurando, por todos os meios ao seu alcance, evitar que o mal se propague pela cidade. As cazas em que se encontram os doentes foram rigozamente desinfetadas, ficando, ao depois, interdítadas. Desde hontem que tornou obrigatória a comunicação de novos cazos do mal que infelizmente nos visita (*O Jornal*, 09 de outubro de 1918, p. 01).

É válido destacar que, mesmo ao afirmar que a gripe espanhola estava em solo ludovicense, o discurso de benignidade era firmemente defendido: “A GRIPE – Tem testemunhado o público o interesse com que vimos acompanhado, para bem o servir, a **epidemia de gripe** que neste momento se alastra por vários pontos do país, com **carácter benigno**” (*Pacotilha*, 16 de outubro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Entretanto, por parte do poder executivo, a mensagem passada aderiu a atitude *pollyanna*: “NOTICIARIO – S. exc. o sr. dr. Governador do Estado reuniu hontem em palácio dois médicos do Serviço Sanitario, dois da hygiene municipal e um da Inspectoria da Saúde do Porto, afim de serem combinadas providências **contra a invasão da moléstia** [...]” (*Diario Official do Estado do Maranhão*, 17 de outubro de 1918, p. 02).

Em vista disso, uma das primeiras preocupações do então novo governador foi a de sustentar o argumento de que a pandemia que assolava o mundo estava ainda afastada – o que corrobora a adoção, nesse estudo, dos argumentos de Foucault sobre a significação positiva para explicar as ações governamentais em relação a pandemia de 1918-1919.

---

<sup>34</sup>A nomenclatura que mais se aproxima de psicose circular encontrada na literatura especializada é “insanidade circular”. Segundo a definição do *The Practitioner’s Medical Dictionary*, de 1910, trata-se de: “uma forma de insanidade que recorre em ciclos que variam em duração de alguns dias a muitos meses. [...] Assim, a melancolia pode ser seguida por mania, e esta por um intervalo lúcido, sendo que a passagem de uma condição mental para a outra pode ser abrupta ou gradual” (Gould, 1910, p. 514, tradução nossa). Texto original: a form of insanity recurring in cycles varying in length from a few days to many months. Thus melancholia may be followed by mania, and this by a lucid interval, the passage from one mental condition to the other being abrupt or gradual.

A análise dessas passagens também possibilita observar que as linhas editoriais dos jornais maranhenses escolhidos, por mais que alguns tivessem pequenas divergências sobre a chegada ou não da doença, abraçaram a bandeira do não alarmismo. Afinal, como defendem alguns estudiosos, o desconhecimento da própria moléstia foi um fator importante:

Segundo Nara Brito e Nísia Trindade, **tanto a imprensa quanto os responsáveis pelos serviços de higiene punham em dúvida a existência da espanhola em nosso país.** Os casos observados poderiam se tratar de outras doenças ainda não diagnosticadas. A recusa em identificar a gripe como a influenza, **para além de motivos políticos, pode ser atribuída ao desconhecimento sobre a doença.** Várias hipóteses eram aventadas acerca do agente causador da doença bem como dos meios de transmissão, sem que houvesse um consenso estabelecido [...]. Além disso, e principalmente, ao negar a existência da doença, os legisladores, mais do que tranquilizar a cidade, tranquilizavam a si mesmos frente ao medo do mal que aproximava (Brito; Trindade, 1991 apud Teixeira, 1993, p. 10, grifo nosso).

Em meio a esse quadro de incertezas e preocupações, Urbano Santos assumiu o cargo de governador do Maranhão. Logo nos primeiros atos de sua gestão, muitas ações foram colocadas em prática para melhorar um pouco mais a saúde ludovicense:

O govêrno do Estado. Ontem mesmo foi também assinado o **decreto n. 81**<sup>35</sup>, que providencia sobre o serviço Sanitário do Estado. Como aquele, o serviço de profilaxia urbana e rural será contratado com o governo federal, de acordo com o decreto federal n. 13.055, de 6 de junho deste ano [...]. O govêrno contratará também com o **Instituto Oswaldo Cruz**, a fundação, nesta capital, de um laboratório experimental e para **preparação de sôros e vacinas** dos confeccionados naquele instituto que sejam de facil alteração. Quanto aos demais sôros e vacinas ali preparados, o Instituto se obrigará no mesmo contrato a ter no laboratório um depósito suficiente para fornecimento ao govêrno e aos particulares. Depois de assinados esses contratos, o serviço de higiene do estado será reorganizado (*Pacotilha*, 23 de outubro de 1918, p. 01, grifo nosso).

---

<sup>35</sup>O decreto n.º 81, de 22 de outubro de 1918, trata da *Providência sobre o Serviço Sanitário do Estado*: Governador do Estado, usando da auctorização que lhe confere o art. 4.º §§ 3 e 41 da Lei n.º: 804, de 22 de abril do corrente anno: DECRETA: Ato: O Governo do Estado contractará com o Governo Federal, de accordo com o Decreto federal n.º 13.055, de 6 de junho do corrente anno, o serviço de prophylaxia urbana e rural [...] Art. 2.º O Governo do Estado contractará também com o Instituto “Oswaldo Cruz” a fundação, nesta Capital, de um laboratório experimental e para preparação de soros e vaccinas dos confeccionados naquelle Instituto que sejam de facil alteração. Quanto aos demais soros e vaccinas alli preparados, o Instituto se obrigará, no mesmo contracto, a ter no laboratorio um deposito sufficiente para fornecimento ao Governo e aos particulares. Art. 3.º O serviço de hygiene do Estado será reorganizado depois que forem assignados esses contractos e de accordo com eles. Art. 4.º – Fica aberto o credito de 200:000\$000 (duzentos contos de réis) para aquisição do material necessario e pagamento do pessoal no exercicio corrente, não incluindo a contribuição do Governo. [...] Palacio do Governo do Estado do Maranhão, 22 de outubro de 1918. (a) Urbano Santos Da Costa Araújo. Henrique Jose Couto (Leis do Estado do Maranhão do Anno de 1918, 1918, p. 258-259).

Essas medidas seriam depois, como o próprio governador colocou no Decreto, a base para a futura reorganização do serviço sanitário de São Luís e o Estado como um todo.

Os meses finais de 1918 seguiram mostrando as fragilidades da cidade, acentuadas pela pandemia de gripe, nos serviços essenciais, como água e esgoto, combustíveis e limpeza pública. Reclamações sobre a precariedade existente nesses setores, para exemplificar, apareciam, muitas vezes, nas primeiras páginas dos jornais escolhidos:

A poeira: Sumidades medicas têm apregoado que **o principal veículo do micróbio da influenza espanhola é a poeira**. Deante, pois, desta afirmação científica, nesta época em que todos os preservativos são postos em pratica no afan louvável de garantir a saúde publica ameaçada pela terrível epidemia, lembramos ao dr. Intendente municipal a conveniência de mandar varrer a cidade depois das 22 horas, aos contrario do sistema até agora adotado, de ser feita a toilette da nossa urbs durante o dia. (*O Jornal*, 23 de outubro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Diante das especulações sobre o agente causador da gripe, a população exigia que o Estado, pelo menos, assumisse a responsabilidade frente às precárias condições de higiene e à insuficiência dos cuidados públicos.

Esse cenário, contudo, não se restringia apenas a São Luís, uma vez que a maioria das grandes metrópoles igualmente padecia com a negligência estatal na manutenção da saúde e da higiene coletiva: “nascida a República, eclodiram ondas epidêmicas em vários lugares, em especial, na sua capital, então a maior metrópole do país. A vaga epidêmica fez emergir a gravidade dos já crônicos problemas de abastecimento d’água, de saneamento básico e de higienização” (Palhano, 2017, p. 130).

No princípio do século XX, a República revelou a ineficiência da maioria das gestões públicas dos estados brasileiros, uma vez que as vulnerabilidades estruturais históricas se tornaram ainda mais evidentes diante dos surtos epidêmicos.

Em um pequeno trecho do *O Jornal*, o panorama nebuloso e funesto da São Luís daqueles dias foi resumido em tons de lamúria:

#### O QUEROZENE

Na rua, luz muita luz. Dentro de caza, trevas, muitas trevas, ou, quando muito, por um requinte de felicidade, uma fraquissima luz de azeite, a pestanejar de sempre. E’ que o querosene, o ouro liquido, não mais existe entre nós, ou se existe, é vendido por uma exploração desmascarada e injustificável [...]. Pobre Maranhão! Tudo lhe chega. **É a influenza, a falta de agua, e a falta de querosene...** (*O Jornal*, 25 de outubro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Não é difícil imaginar o quão melancólico foram esses meses finais de 1918. A falta de água perante uma pandemia e a escuridão das casas poderiam ser o retrato final de anos e anos de administrações públicas que fecharam os olhos para problemas urbanos tão duradouros, pois “os constantes colapsos no abastecimento de água encanada, a pequena quantidade de domicílios ligados àquele serviço e a inexistência de um sistema central de esgotos, por mínimo que fosse, agravaram a crise de salubridade pública na Capital” (Palhano, 2017, p. 214).

Seguindo o mesmo ritmo, a implementação da luz elétrica pelo governo municipal passou de animadora para um fiasco digno de uma nota de enterro: “A luz elétrica. Hontem, a luz andou a nos fazer surpresas, minguando de quando em vez. A lâmpada encarapitada no poste [...] à rua de S. João, há uns dois dias que não fornece luz [...]” (*O Jornal*, 16 de novembro de 1918, p. 01).

E, para completar a cartela dos desgostos, até o leite, essencial para a alimentação dos griposos, sofreu um aumento fabuloso:

O leite. Já não é somente o querosene o artigo que vem dando margem a explorações por parte dos negociantes gananciosos. Agora, **com a procura do leite para os gripados**, os proprietários de vacarias **elevaram o preço da garrafa do indispensável alimento** [...]. Para coibir o abuso dos últimos, tornam-se precisas outras medidas do poder público, afim de que os doentes se não vejam privados do principal alimento que lhes aconselha os médicos (*Pacotilha*, 04 de novembro de 1918, p. 04, grifo nosso).

O governo realmente teve que regular os preços, como mostra o seguinte fragmento jornalístico: NOTAS & INFORMAÇÕES: O leite – Surtiu o melhor efeito a acertada e humanitaria providencia do governo, apelando para os proprietários de estábulos, no sentido de ser mantido o preço do leite, nesta dolorosa e aflitiva quadra de epidemia [...]” (*O Jornal*, 14 de novembro de 1918, p. 04).

O apelo nos jornais demonstra que a situação estava fora de controle e carecia de uma urgente intervenção, ou um cenário de fome também poderia se instalar.

Além das ações destinadas à contenção de preços abusivos, foram adotadas outras medidas governamentais com o objetivo de mitigar os impactos da situação pandêmica, especialmente para os trabalhadores do setor público e do comércio que, em razão do período de convalescença decorrente da influenza, encontraram-se impossibilitados de exercer suas atividades laborais: “NOTICIÁRIO: O Governador tem dado instrucções [...] para que, durante a quadra epidêmica, garantam a todos os funcionarios e trabalhadores desta capital a totalidade

dos seus vencimentos e salários nas faltas ocasionadas por motivo de moléstia [...]” (*Diario Oficial do Estado do Maranhão*, 04 de novembro de 1918, p. 02).

As entrelinhas desse fragmento mostram que havia uma atmosfera de apreensão entre a população em relação a possibilidade de descontos salariais ou até mesmo da dispensa de trabalhadores acometidos pela gripe. Diante desse cenário, o governo optou por conceder garantias, uma vez que, em um contexto já desafiador, os impactos de greves e revoltas poderiam ser nocivos para o setor econômico.

Enquanto a gripe reinava, mais uma vez a troca de dirigentes estaduais atingiu o poder executivo. Em 21 de novembro de 1918, a *Pacotilha* trouxe a seguinte nota: “O govêrno do Estado. Embarca hoje para a capital da República, onde vai assumir o alto posto de ministro do interior, s. exc. o sr. dr. Urbano Santos da Costa Araujo. S. exc. **passou a governança do estado ao 2º vice-governador, dr. Raul da Cunha Machado**” (*Pacotilha*, 21 de novembro de 1918, p. 01, grifo nosso). Essa transferência se deu em decorrência do convite que o mesmo recebeu para ser Ministro da Justiça do Brasil.

Nos últimos dias de novembro de 1918, os jornais ludovicenses passaram a enfatizar a migração da doença da capital ludovicense para regiões periféricas da ilha. “A INFLUENZA: No **Anil** A gripe recrudescer – casos novos – em 3 dias, 25 casos fatais. Segundo informações fidedignas que nos forneceram hoje, a hespanhola veiu de atacar novamente no Anil [...]” (*O Jornal*, 23 de novembro de 1918, p. 04, grifo nosso).

Também aumentaram os artigos que destacavam o avanço da doença para cidades mais distantes: “A GRIPE: **Codó**, 26. Continúa progredindo a gripe, verificando-se casos fatais. Nenhuma providência tomou, até agora, o govêrno municipal” (*Pacotilha*, 27 de novembro de 1918, p. 01, grifo nosso). Portanto, a gripe começava a seguir o curso de alastrar-se pelo litoral maranhense e também para comunidades mais ao interior do estado.

Já em dezembro de 1918, as notícias veiculadas tratavam da retomada das atividades regulares urbanas: “A vida, em S. Luiz, se normaliza, felizmente – As festas hontem realizadas” (*O Jornal*, 02 de dezembro de 1918, p. 01).

Paralelamente, as notícias no mesmo impresso mostram que a pandemia estava próxima do seu ápice nos interiores maranhenses, em uma onda crescente: “A gripe em Caxias. 30 – Gripe grassando aqui assustadoramente. Há grande falta de recursos médicos, medicamentos, principalmente classes pobres [...]. Pedimos intervenção [...]” (*O Jornal*, 02 de dezembro de 1918, p. 01). Com a mudança no curso da gripe, a Administração Pública mudou o direcionamento das suas ações em São Luís e as notícias pareciam mais favoráveis:

Diretoria do Serviço Sanitário do Estado comunicou, ontem, á Secretaria do Interior que **a epidemia da gripe, que assolou esta cidade e seus arredores, desde o meio de outubro próximo passado, é considerada extinta**. Em resposta, o sr. Secretario autorizou á mesma Diretoria a dispensar o pessoal extraordinário que não mais for necessário. Continúa o hospital do Isolamento a receber doentes (*O Jornal*, 03 de dezembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Finalmente, em 17 de dezembro de 1918, poucos dias antes do término do ano, o marco simbólico da permanência hespanhola na capital do Estado foi encerrado: “Tiveram, ontem, alta os últimos doentes de gripe que se achavam no isolamento do Lyra, **pelo que o dito isolamento foi fechado**” (*Diario Official do Estado do Maranhão*, 17 de dezembro de 1918, p. 02, grifo nosso). E essas operações, no final do ano, estavam sendo implementadas também em outras capitais e cidades pelo país:

No entanto, logo no início de dezembro, os jornais começaram a alardear que a gripe estava “quase extinta em Belém” e também no Pará. *A Folha do Norte* do dia 17 explicava que o Hospital Benjamin Constant cerrara suas portas em 15 de dezembro, quando foram transferidos para o São Sebastião os quatro últimos pacientes (Schwarcz; Starling, 2020, p. 265).

Essas notícias poderiam representar a transição e o início de um novo ciclo para a população ludovicense sem a presença da gripe, mas os jornais da capital mostram exatamente o contrário no início de 1919: “Registo Civil – OBITOS – Dia 09 – [...] João Carvalho de Sá, 17 anos, maranhense, **gripe** [...]” (*Pacotilha*, 11 de janeiro de 1919, p. 02). E há notícias jornalísticas que mencionam que provimentos para os griposos estavam disponíveis em março do mesmo ano:

#### A GRIPE

Comunicam-nos do Serviço Sanitario que, por autorização do govêrno, há dias esta repartição está habilitada a proporcionar assistencia médica, medicamentos e dieta, em domicilios, aos griposos necessitados. Taes auxílios, porém, ainda não foram solicitados por pessoa alguma. Fica assim contestada a denúncia trazida, sem a minima procedência, a esta redacção (*Pacotilha*, 24 de março de 1919, p. 01).

O estudo do panorama da gripe espanhola em São Luís entre 1918 e 1919 revela as defasagens na saúde pública da capital e de um Maranhão marcado por instabilidades no governo estadual e pelas trocas de figuras políticas em curtos períodos de tempo. Apesar da grande influência de Urbano Santos no cenário político, uma evolução efetiva nesse setor só se concretizou a partir de 1924, com o governo de Godofredo Viana.

Essa condição da capital também se refletiu em cidades costeiras do norte do estado, como Cururupu, que dependiam dos subsídios enviados pelo Executivo para conter o alastramento da gripe.

### 1.3.2 O interior pandêmico: Cururupu adoece à beira de 1919

Continuando a se espalhar pelo litoral maranhense, a Grande Gripe de 1918 chega à então Vila de Cururupu<sup>36</sup>. O periódico escolhido, e melhor preservado, é *O Littoral*, com início de suas atividades em 18 de março de 1917<sup>37</sup> e direção de Silvestre Fernandes<sup>38</sup>. Em 1920, segundo Cesar Augusto Marques, a população era estimada em 28.190 habitantes (2008, p. 397).

A origem do povoamento de Cururupu vem das inúmeras fazendas e indústrias, principalmente de açúcar e farinha, que pertenciam aos portugueses e mantinham escravizados para trabalhos pesados nas lavouras. A partir de 1888, houve um declínio dos engenhos e a região passou por uma decadência (IBGE, 1959, p. 167-168).

A hidrografia de Cururupu é “caracterizada pela ausência de grandes cursos d’água. São todos rios de planície, de origem pluvial, navegáveis e de cursos muito limitados. O maior deles – **o rio Cururupu** – não excede de 40 quilômetros. Desembocam, os principais, no **Oceano Atlântico**” (IBGE, 1959, p. 171, grifo nosso).

A vila não dispunha de energia elétrica para a população, e o governo local deu os primeiros passos em direção à contratação desse serviço apenas em meados de 1918:

LUZ ELECTRICA: Satisfazendo os desejos do honrado te. cel. Intendente da nossa comuna, a camara municipal que funcionou nos dias 27, 28 e 29 do

<sup>36</sup>Elevado à categoria de município com a denominação de Cururupu, pela Lei Provincial n.º 120, de 03-10-1841, desmembrado de Guimarães. Sede na antiga vila de Cururupu. Constituído do distrito sede. Não temos a data de Instalação. Pela Lei Municipal n.º 1, de 22-04-1893, foram criados os distritos de Bacuri, Bacuri-Panã e Roça de Baixo e anexado vila de Cururupu. **Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila é constituída de 4 distritos: Cururupu, Bacuri, Bacuri-Panã e Roça de Baixo.** Elevado à condição de cidade com a denominação de Cururupu, pela Lei Estadual n.º 893, de 09-03-1920 (IBGE, 2023, p. 01, grifo nosso).

<sup>37</sup>De acordo com a Pacotilha: “O Littoral: No dia 18 do corrente circulou em Cururupú o primeiro numero do ‘Litoral’, semanario de tamanho regular e que tem como diretor o prof. José Silvestre Fernandes (Pacotilha, 28 de março de 1917, p. 01).

<sup>38</sup>Segundo o site da Academia Maranhense de Letras, José Silvestre Fernandes nasceu em 01/08/1889, em Arari, no Maranhão, sendo professor do primário e secundário, exercendo diversos cargos na administração pública (Academia Maranhense de Letras, s.d., n.p). Na época da hespanhola, contava esse com 29 anos e residia em Cururupu. Em 6 de julho de 1917, um pequeno artigo no O Jornal trouxe uma defesa do médico maranhense Aquiles Lisboa acerca de acusações feitas a Fernandes, em que boatos estavam sendo espalhados de que ele não cumpria seus deveres de professor público, dando mais atenção a chácara que possuía e a bater nos seus discípulos (O Jornal, 06 de julho de 1917, p. 04).

mez proximo findo, acaba de decretar uma lei, que opportunamente publicaremos, creando o serviço de luz electrica, por particulares ou empresa que se organizar dentro ou fora do município. O Intendente Municipal. Antonio Manoel de Carvalho e Oliveira Junior (*O Littoral*, 02 de junho de 1918, p. 01).

A situação de Cururupu assemelhava-se à da capital São Luís em relação ao fornecimento de eletricidade. A iluminação, principalmente das vias públicas, dependia dos lampiões abastecidos por querosene. A localidade também passava por uma crise nos transportes e abastecimento de produtos em 1918, como mostra o trecho a seguir:

A CRISE DE TRANSPORTE: É assustadora a crise de transporte que nos assoberba. [...] E se os nossos stocks de productos destinados a exportação cada vez mais se avolumam, diminuem em proporção os dos gêneros de que carecemos do estrangeiro. **O querosene esta ja nesta cidade a 1\$000 a garrafa**, não se encontrando quem o queira vender. **Em S. Luiz é a mesma cousa**. Onde iremos chegar se não recebermos o socorro de um vapor que nos traga o que tanto carecemos e leve os nossos productos acumulados nos pontos de embarque? **O Lloyd só fara uma viagem por mez, em vista dos seus navios haverem sido requisitados para transporte de soldados** (*O Littoral*, 12 de maio de 1918, p. 02, grifo nosso).

Isso mostra que Cururupu também sofreu, indiretamente, com a I Guerra Mundial, sendo atingida por uma falta considerável de vários gêneros e pela interrupção do escoamento de sua produção, uma vez que a campanha bélica era uma prioridade global:

Dentro da reserva naval, o Lloyd Brasileiro assumiu o comando no processo de ordenamento da marinha mercante brasileira, incorporando 18 navios da Companhia Comércio e Navegação e 18 navios da Companhia Nacional de Navegação Costeira. Nesta ocasião foi evocado, pela primeira vez, um dos objetivos da sua fundação: servir com reserva da marinha de guerra (Brasil, 1917; Brasil, 1922; Gama, 1982 apud Goularti Filho).

Inserida nesse contexto, a conexão entre São Luís e Cururupu revela-se fundamental para compreender a circulação da doença no litoral maranhense. O mapa a seguir permite visualizar a posição geográfica dessas localidades e sua proximidade relativa, elementos importantes para entender as dinâmicas de contato entre elas.

Mapa 3 – São Luís - Cururupu



FONTE: Compilação da própria autora. Montagem feita a partir do Google Maps, via canva.com, 2025.

Inserida, portanto, dentro dos efeitos da Grande Guerra, como se pode ver mais acima, a região não escapou de ser atingida diretamente por um dos substratos mais poderosos dos *fronts*: a gripe espanhola. Assim, em meados de novembro de 1918, no periódico cururupuense *O Littoral*, aparecem as primeiras notícias da doença em suas localidades:

#### A GRIPPE

Calcula-se em 10 mil os grippados na capital do Estado, havendo já falecido até 12 do corrente 66 pessoas. **Já ha, nesta cidade, alguns casos que felizmente, não tem sido de caracter violento.** O segundo districto<sup>39</sup> continua assolado pela gripe, constando nos haverem **ja fallecidos uns 16 infelizes** (*O Littoral*, 17 de novembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Primeiramente, percebe-se também a utilização da atitude *pollyanna*, assim como em São Luís e em boa parte do mundo, como já explicado anteriormente. Entretanto é interessante

<sup>39</sup>Segundo o Novo Dicionário da Língua Portuguesa, volume I, de Cândido de Figueiredo, o significado do vocábulo “districto” é: “área de uma jurisdição; competência; divisão administrativa de alguns países; [...]” (Figueiredo, 1899, p. 456). Ou seja, Cururupu foi dividida em districtos por ser uma área muito grande e com muitos povoados que, juridicamente, respondiam a Cururupu e se subordinavam a ela.

notar, na própria estruturação do fragmento de notícia, dois opostos: o “caracter não violento” e os “fallecidos infelizes”.

Apesar de a doença, segundo o impresso, não apresentar grandes riscos, alguns sucumbiram, os desafortunados que estavam longe do perímetro urbano. Lembremos que a vila de Cururupu, segundo o jornal, estava com os casos benignos, enquanto em outros distritos as mortalidades aconteciam. Até aqui, esse trecho é um dos exemplos mais claros do poder da narrativa e seu comportamento diante do desconhecido e do medo:

Quando aparece o perigo do contágio, de início procura-se não vê-lo. As crônicas relativas às pestes ressaltam a frequentemente negligência das autoridades em tomar as medidas que a iminência do perigo impunha, sendo verdade contudo que, uma vez desencadeado o mecanismo de defesa, os meios de proteção foram aperfeiçoando-se no decorrer dos séculos (Delumeau, 2009, p. 171).

Uma vez que o Segundo Districto é tratado como um local periférico e longínquo, há uma certa racionalidade no fato de que as mortes ocorriam lá. Dessa forma, o centro urbano passou a ser o local da normalidade, em que a segurança prevalece. A gravidade da doença nos jornais, como pode-se observar até aqui, foi quase sempre relegada às extremidades, mantendo-se o perigo discursivamente sob controle no núcleo urbano.

Como as cidades do interior do Brasil foram atingidas pela doença um pouco mais tarde que as capitais, muitas não estavam mais no período de aulas. Um exemplo foi Cururupu: “O 15 DE NOVEMBRO E A CAIXA ESCOLAR: A’s 18 horas desse mesmo dia realizou-se no Externato desta cidade, com escolhida e numerosa assistencia, **a festa do encerramento das aulas** e fundação da Caixa Escolar, que esteve magnífica” (*O Littoral*, 17 de novembro de 1918, p. 01).

Dessa forma, um meio de contágio foi encerramento muito mais pela felicidade de um cronograma do que por ações da governança municipal.

Conforme a hespanhola avançava em Cururupu, notícias sobre a doença e seus impactos no lugar também apareciam nos jornais da Capital: “CURURUPÚ, 21: As eleições realizadas ontem [...]. Devido á gripe, que, infelizmente, **já deu entrada aqui, em diversas localidades** do município, deixaram de comparecer muitos eleitores” (*Pacotilha*, 23 de novembro de 1918, grifo nosso). Então, há uma mudança de perspectiva: o olhar metropolitano transforma Cururupu no local distante, no qual o mal já se manifestava em diversas localidades.

As notícias sobre a gripe no jornal de Cururupu seguiam o mecanismo descrito por Delumeau, que vai da atenuação inicial à fase defensiva, processo que se evidencia na atuação governamental:

A GRIPPE: Até dois do corrente existiam no 2º districto (Rumo e Roça de Baixo)<sup>40</sup> 36 casos. O Intendente já mandou distribuir medicamentos nesses lugares e está providenciando para o Serrano<sup>41</sup> onde já há muitos grippados. O Município recebeu do governo uma ambulância<sup>42</sup> mais completa. Tem apparecido novos casos nesta cidade, sendo bem poucos os fataes. Os primeiros atacados estão em franca convalescença. Calcula-se em 60 os casos ocorridos até hontem, somente na cidade. O farmacêutico capm Flavio Silva acha-se guardando o leito gripado (*O Littoral*, 08 de dezembro de 1918, p. 03).

A doença dos *fronts* espalhava-se e era noticiada em Cururupu em dinâmicas parecidas com os outros locais do mundo. *O Littoral* continuava a usar o mecanismo negação-defesa. E enquanto a gripe arrefecia em São Luís, ela despontava nos interiores. Isso se deve ao próprio processo das viagens à vapor.

Lembremos que o itinerário, por exemplo, do vapor Ceará, que partiu do Rio de Janeiro, levou em torno de 11 dias até São Luís, com várias escalas. Desse modo, a movimentação dos transportes impunha um lapso temporal entre o deslocamento dos navios, seja por via marítima ou fluvial, e a eventual introdução da gripe em outras localidades.

Pelo mapa a seguir das regiões de Rumo, Roça de Baixo e Serrano, mencionadas no trecho acima, essa tese fica mais evidente, pois há entradas fluviais, pelo Rio Uru, Turiaçu e Baía Cabelo da Velha, que dão acesso a essas povoações que se localizam antes mesmo da Vila de Cururupu.

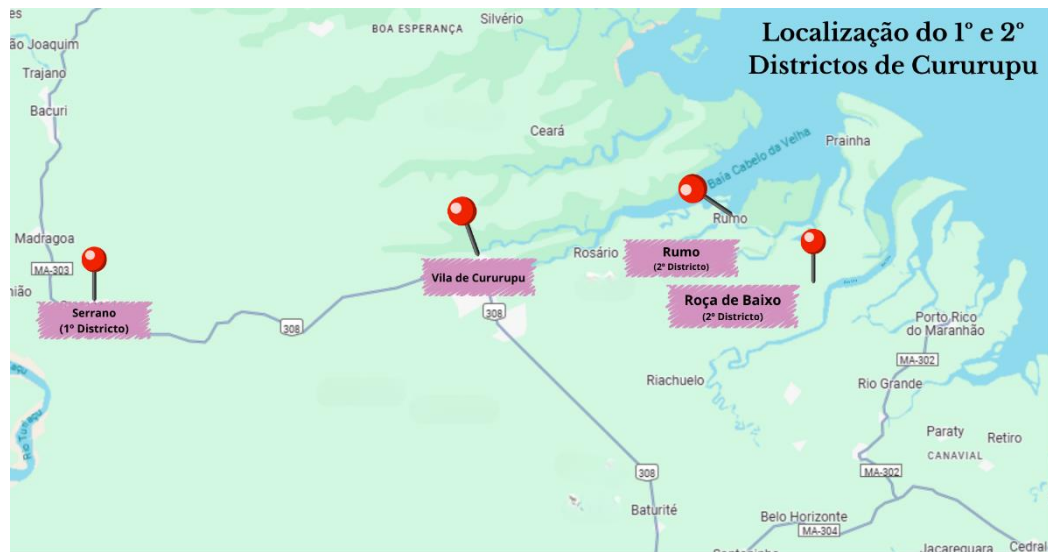
---

<sup>40</sup>Segundo Gercilene Texeira da Costa, em sua tese sobre as reservas extrativistas de Frechal e Cururupu, o povoado Rumo remonta há mais de 150 anos, um local que atraía pessoas em busca de ofertas de trabalho nos engenhos, na moagem, na lavoura e pela promessa de permissão para plantação de roças de subsistência mediante pagamento de foro. O nome “Rumo”, de acordo com pessoas entrevistadas por ela, pode ter se originado devido a região encontrar-se no caminho (rumo) para o porto que ficava às margens do rio Uru (Costa, 2016, p. 137). Já “Roça de Baixo” além pertencer ao 2º Districto, era considerada, já em 1896, uma das povoações mais importantes da Comarca de Cururupu (Amaral, 1896, p. 125).

<sup>41</sup>Já em 1896, o então povoado de Serrano era um dos mais importantes da Comarca de Cururupu (Amaral, 1896, p.145). Serrano foi emancipada de Cururupu pela Lei Nº 6.192, de 10 de novembro de 1994 (IBGE, 2023, s.p).

<sup>42</sup>Segundo o Novo Dicionário da Língua Portuguesa, volume I, de Cândido de Figueiredo, um dos significados do vocábulo “ambulância” é “provisão de medicamentos, anexa ao serviço de comboios” (Figueiredo, 1899, p. 74).

Mapa 4 – Localização do 1º e 2º Districtos de Cururupu



FONTE: Compilação da própria autora com base no Mapa do IBGE de Cururupu (IBGE, 2009, n.p.). Montagem feita a partir do Google Maps, via canva.com, 2025.

Entretanto, temos, como descreve o próprio jornal *O Littoral*, os cortes nas frotas do Lloyd Brasileiro, que impactaram a circulação de insumos em Cururupu. Para além disso, tinha-se, também, o fluxo de pessoas entre essa vila e a capital do estado, como bem mostra o ANEXO – C, *Lista de Passageiros do Vapor Cururupú*, pertencente ao acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM, de 1917.

Portanto, o patógeno estava saindo de São Luís para esses locais da mesma forma que o vírus viajou dos Estados Unidos para a Europa, da Europa para o Rio de Janeiro e do Rio para demais regiões brasileiras e essas contaminaram o Maranhão. As viagens marítimas e fluviais têm um grande peso aqui.

No mês de novembro de 1918, em São Luís, houve um aumento de casos entre a população ludovicense e ações para conter a propagação da doença começaram a vigorar:

#### A INFLUENZA

Avizam-nos da policia: Faz-se publico que, em ação conjunta, entre o Capitão do Porto, a Repartição de Hygiene e a Policia, ficou **combinada a proibição expressa do serviço de transporte de terra para bordo e vice-versa**, dos vapores e outras embarcações que ancorarem neste porto, quer nacionais quer estrangeiras, só o podendo fazer mediante previa licença da Capitania do Porto e sujeitando se a desinfecção determinada pela Repartição de Higiene, ficando sujeitos às penas da lei os que transgredirem estas disposições (*O Jornal*, 01 de novembro de 1918, p. 04, grifo nosso).

O Governo Estadual mandava diretrizes para Cururupu e, juntamente com os jornais, enfatizava o caráter benigno da doença, incentivando a normalidade. A lógica da prevenção pautou a gestão das circulações, legitimando inspeções e as limitações de fluxo de pessoas.

Tais ações também se baseavam em diretrizes da capital brasileira da época, como observa Teixeira: “frente ao desconhecimento de medidas terapêuticas que pudessem evitar o contágio ou curar os já atingidos, as autoridades sanitárias se restringiam inicialmente a orientar a população e a evitar os lugares de aglomeração” (1993, p. 13).

Para além da demora habitual das viagens à vapor, explica-se o aumento de casos tardiamente nas cidades mais distantes da capital devido a proibição das navegações no início de novembro em São Luís causadas pela pandemia.

O intendente de Cururupu no mês de dezembro era Antonio Manoel de Carvalho e Oliveira Junior. Tratava-se do último mês dessa governança. As eleições, ocorridas em 30 de novembro de 1918, elegeram Manoel Ribeiro da Cruz.

Oliveira Júnior pertencia a uma família tradicional do local, herdeiro da Fazenda Soledade, conhecida pelo engenho hidráulico que possuía e que manteve escravizados para o trabalho nas lavouras de algodão (Maranhão, 2019, p. 33). Já Ribeiro da Cruz possuía a Fazenda Aliança e era líder de uma das famílias mais ricas da região (Leal Neto, 2017, p. 79).

Nota-se que, no início da República, as práticas políticas permaneciam em torno das lideranças locais, em uma região que apresentava um severo declínio econômico já em 1896: “mal arruada, e hoje bastante decadente, possui não obstante ainda 7 casas de sobrado, das quaes é principal a da câmara municipal [...]” (Amaral, 1897, p. 123). Assim, a nova doença chegara em um momento de transição política, em uma funesta coincidência com São Luís, em decorrência do falecimento do então governador.

A providência tomada pelo intendente, segundo o fragmento de *O Littoral*, foi o de distribuir medicamentos já conhecidos para os adoentados. Não há menção de hospitais, isolamentos ou médicos nesse primeiro momento e que poderiam atender a população cururupuense.

Segundo o ANEXO – D, do acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM, uma lista contendo remessas de remédios preparadas para embarcar para diversas localidades incluía Cururupu e, provavelmente, a distribuição para os distritos da região seriam para atender as demandas da gripe.

Ainda no dia 08 de dezembro, um outro trecho de *O Littoral* comprova as medidas tomadas por Oliveira Junior em relação ao fornecimento dos medicamentos para as comunidades das localidades afetadas:

EXPEDIENTE DA INTENDENCIA: Officios aos Agentes Fiscaes Idalino da Silva Montero, Angelo Custodio da Fonseca e Sub Delegado de Policia, no 2º districto, para auxiliar o sr. [ileg] Nonato da Silva Rios, na distribuição de medicamentos ás pessoas atacadas [ileg] epidemia (grippe) (*O Littoral*, 08 de dezembro de 1918, p. 04).

A chegada da gripe espanhola em Cururupu, assim como na capital maranhense, foi responsável por colocar ainda mais em evidências as mazelas que assolavam as comunidades locais. Sem a circulação normal de insumos básicos, uma crise nos combustíveis e o adoecimento das pessoas, não é difícil imaginar o caos e o medo que pairavam no ar.

O litoral maranhense começava a se unificar por meio de um patógeno, em um cenário que poderia ser entendido como a chegada do fim dos tempos, ao menos, daquele que antes se conhecia e tinha seu próprio ritmo.

## CAPÍTULO II

Todos fugiam da morte, e a morte os seguia, invisível e tenaz. Quando menos se esperava, ei-la a dar de si, levando homens, noivas e crianças (Montello, *Os Degraus do Paraíso*, 1974, p. 13).

### 2 NOTÍCIAS DO *FRONT* MARANHENSE: A SAÚDE PÚBLICA E AS ARTES DE CURA ENFRENTAM A GRANDE GRIPE

#### 2.1 As batalhas do Serviço Sanitário em São Luís viram coluna de jornal

Como já discutido previamente, com a chegada do vapor Ceará em 1º de outubro de 1918, o Serviço Sanitário da capital iniciou prontamente uma série de medidas destinadas a afastar quaisquer suspeitas de que a misteriosa gripe espanhola tivesse chegado em terras maranhenses. Para isso, alguns dos principais jornais de São Luís foram utilizados como instrumentos de contenção do alarmismo, em uma tentativa clara de reclassificar a ameaça e de priorizar a ordem pública, conforme discute Bourdieu a respeito dos sistemas simbólicos.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os «sistemas simbólicos» cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a «domesticação dos dominados» (Bourdieu, 1989, p. 11).

A informação passada visava moldar a mentalidade da população em relação à própria doença, pois, a gripe comum, considerada benigna, era conhecida por todos e tinha, no imaginário popular, predileção por crianças e idosos, o famoso “limpa-velhos”.

Pelos fragmentos já apresentados, podemos levantar a hipótese de que esses impressos ludovicenses se alinhavam, até certo ponto, com as crenças propagadas pelas autoridades políticas em relação à hespanhola e respaldavam seus textos com argumentos provenientes dos médicos sanitaristas da região, como nesse exemplo: “A influenza – Sabemos que s. exc. o dr. Raul Machado, ilustre governador do Estado, de acordo com **os médicos do serviço sanitário**, se esforça **para evitar a invasão da influenza**, da qual, aliáz, já tivemos alguns cazos esporádicos” (*O Jornal*, 17 de outubro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Diferentemente de Cururupu, que veremos com mais detalhes adiante, São Luís possuía uma base médica que estava instalada na própria capital. Ainda assim, essa base não foi suficiente nem estava pronta para atender a demanda criada pelo mal de 1918. O máximo que os médicos ludovicenses puderam fazer resumiu-se a clinicar convencionalmente e dar conselhos que foram publicados nas colunas dos jornais.

Em 07 de outubro de 1918, outro vapor também chegou com suspeitos de gripe benigna, o Baía, que entrou pelo Sul e trouxe 13 casos, com tripulantes e passageiros atacados pelo mal, dos quais nenhum saltou no porto. O Estado manteve as providências tomadas anteriormente, sendo que essas mesmas medidas foram tomadas quanto às pessoas e coisas de bordo (*Pacotilha*, 07 de outubro de 1918, p. 04).

Diante de mais uma embarcação sob suspeita, duas frentes foram acionadas: a negação da gripe espanhola a bordo e a aplicação dos protocolos de prevenção, com a desinfecção de passageiros e bagagens. Dessa forma, para compreender adequadamente a atuação do Serviço Sanitário Maranhense no cenário da gripe de 1918-1919, faz-se necessário analisar as reformulações pelas quais o departamento passou para que pudesse posteriormente atuar como um dos agentes principais em uma São Luís gripada.

O modelo hegemônico de saúde no Brasil, no início do século XX, era o do ideário sanitário-campanhista e a Diretoria-Geral de Saúde Pública (DGSP) foi comandada, durante a pandemia de gripe espanhola, por Carlos Seidl e depois por Theóphilo de Almeida Torres. Seguindo as tendências desse ideário, em 1916, o Serviço Sanitário no Maranhão passou por um processo de reorganização iniciado com a aprovação do Projeto de Lei nº 10, publicado no Diário Oficial em 29 de março daquele ano<sup>43</sup>.

A comissão parlamentar responsável era formada pelos deputados estaduais Tarquínio Lopes Filho (médico), Libânio da Costa Lobo, Odolfo Aires Medeiros e Antonio Soares da Silva, todos em exercício de suas legislaturas de 1916-1918. O dispositivo foi sancionado pelo então governador Herculano Nina Parga e transformado na Lei nº 736<sup>44</sup>, de 11 de abril de 1916 (Salgado, 2009, p. 11-13).

A nova legislação visava modernizar a saúde no Maranhão, principalmente na capital do Estado. Seus objetivos promoviam um diálogo com as diretrizes do Rio de Janeiro: padronizar as normas, formar hierarquias claras na Higiene do Estado e definir medidas de

---

<sup>43</sup>Diário Oficial do Estado do Maranhão, 29 de março de 1916, ano XI, 28º da República, nº 72, Suplemento, p. 09-28” (Salgado, 2019, p. 11).

<sup>44</sup> Diário Oficial do Estado do Maranhão, 25 de abril de 1916, ano XI, 28º da República” (Salgado, 2019, p. 13).

prevenção e cuidados para endemias e epidemias que prevaleciam na jovem República, como comentado pela historiadora Mariza Pinheiro Bezerra:

Trata-se do momento de formação do aparato institucional em saúde pública no estado, inicialmente voltado à produção de estudos que almejaram a resolução das precárias condições sanitárias da capital, produzidos por atores locais. Trata-se, também, de um período de farta instituição de leis, regulamentos e decretos voltados à saúde pública, quase sempre ineficientes, mas que demonstram um esforço para combater as doenças comuns à época (Bezerra, 2019, p. 02).

Muitas foram as epidemias que assolaram o Maranhão antes de 1918, principalmente a varíola: “À época, a varíola exerceu certo protagonismo na capital, em sua forma epidêmica, pois ainda estava na memória da população as transformações que causou no espaço urbano e nos modos de sociabilidade e sensibilidade relacionados à morte e aos mortos em meados do século XIX” (Bezerra, 2019, p. 43).

Outra grande epidemia que permeou o imaginário da população ludovicense foi a de 1904, causada pela peste bubônica, aqui descrita pelo médico carioca Victor Godinho: “A 25 de Janeiro deste anno [...] fui avisado por telegrama do Senador Benedicto Leite de que o Governador do Maranhão<sup>45</sup> resolvera distinguir-me com a incumbência de vir ao seu Estado combater a peste bubônica que nelle reinava com certa intensidade” (Godinho, 1904, p. 01).

Nessa conjuntura, a saúde no Estado necessitava de muitas reformas: “Pois bem, o Hospital do Isolamento já estava condenado pelo juízo crítico da população, e o Desinfectorio era defficientissimo para atender ao serviço” (Godinho, 1904, p. 09).

O hospital descrito e reservado para a ocasião não passava de casas na rua do Genipapeiro<sup>46</sup>, com camas e redes insuficientes e muitas trazidas pelos próprios adoentados (Godinho, 1904, p. 10). A estrutura hospitalar e o acolhimento aos pacientes com suspeita de moléstias contagiosas não apresentaram grandes avanços após esse relato do dr. Godinho, como observado no Capítulo I com o fragmento do jornal *Pacotilha* de 07 de janeiro de 1908, no qual se descreve o estado do Isolamento da rua da Estrella.

<sup>45</sup>À época, o Estado estava sob a responsabilidade do vice-governador Alexandre Collares Moreira Junior. Manuel Lopes da Cunha era o governador eleito, porém não estava exercendo o cargo.

<sup>46</sup>Em 1904, Genipapeiro (grafia antiga) era uma rua que pertencia ao antigo Bairro dos Remédios (atual Praça Conçalves Dias) e dá nome a uma praia de mesmo nome. Também pertencia a essa região o Cais da Sagração, que foi eternizado na obra do escritor maranhense Josué Montello. Atualmente essa área abrange o Porto do Jenipapeiro, o Departamento de Ensino Profissional Marítimo, a Vila Militar e outros pequenos locais pertencentes a Marinha do Brasil, o que tornou seu acesso integral restrito. Também é considerada uma parte do bairro da Camboa (Matos, 2014, p. 2025-226).

Nessa época, São Luís passava por uma epidemia grave de varíola que começara ainda em 1907 (Bezerra, 2019, p. 286). Apesar de toda a precariedade, o Isolamento da rua da Estrella permanecia em funcionamento para o tratamento desses doentes: “No hospital á rua da Estrella existiam, no sabbado, 28 variolosos [...]” (*Pacotilha*, 03 de agosto de 1908, p. 01).

Já em julho de 1908, planos para um novo hospital de isolamento foram anunciados: “O governo comprou o sitio Lyra, que fica por detraz do cemiterio municipal, afim de estabelecer, nesse local, izolamento dos variolosos” (*Pacotilha*, 13 de julho de 1908, p. 01). O Lyra, conforme mencionado previamente no Capítulo I, foi a área utilizada para a instalação de um hospital destinado aos griposos de 1918.<sup>47</sup> Existe uma descrição detalhada do local de 1908, precisamente do novo isolamento destinado aos variolosos da Capital:

O caminho, cujas sinuosidades estão sendo ligeiramente abrandadas, corre, em grande parte, ao longo do **muro do cemiterio**. A’ entrada do sitio recebeu-me delicioso aroma de cajueiros em flor [...] Adeante, avistei, ao longe, **uma nesga azul do Bacanga** insinuando-se pelo mangal verde [...]. Em pouco tempo havia percorrido os 250 metros que [...] **separam a casa principal do muro do cemiterio**. Como, porém, essa distancia tem de desaparecer, fatalmente, em breve, porque urge alargar a área do cemiterio [...]. A casa principal... No pateo, á sombra dos cajueiros, **camas de ferro** [...]. Dentro, operarios pintando parêdes, assoalhando, cimentando **quartos, salas, dispensa e cosinha**. [...] – **A casa é baixa**, acaçapada; mas é o seu unico defeito. [...] Aqui, a **sala de espera**; ali, **uma enfermaria**. Havia **muito ar, muita luz**. [...] Além, o **quintalejo**, um de cujos cantos está reservado para o **gallinheiro**. Sim, porque isto aqui não será o izolamento da rua da Estrella, - - jejum para os doentes e engorda dos enfermeiros. Acolá, o **deposito de cadaveres**. [...] **E onde será o posto de desinfecção?** – **aventurei**. – **Não ha**. Não se cuidou disso. E’ cousa desnecessaria, **porque os microbios ficarão presos aqui**. Algum que vá na roupa dos visitantes, dos enfermeiros, do medico, será destruido pelo ar lá de fóra, ou levado pelo vento. [...] Saímos a visitar a maior riqueza do Lyra, – **os poços**. Ha, de facto, agua abundante, clara, limpa. Ao lado do maior pôço, o mesmo que fornece agua para as embarcações, fica uma **outra casa de telha, de melhores apparencias que a casa principal**. [...] E, como a primeira que visitamos, **resente-se da falta de sentinas**. Não se cuida disso, disseram-nos. [...] Emquanto caminhavamos, advertiram: [...] Ha aqui [...] **arvores ricas: a aroeira, a almecega, o lacre, a urtiga de rato e outras plantas medicinaes de inestimavel valor. No mais, palhoças esburacadas, já nas visinhanças do cemiterio**, destinadas aos doentes em convalescença... [...] Como vêem os srs., o local é bom. Nota-se apenas que **elle fica em plano superior ao do matadouro**<sup>48</sup>, ali perto, e para

<sup>47</sup>Infelizmente, não foram encontradas fotografias ou ilustrações desse espaço à época da hespanhola.

<sup>48</sup>Não se pôde, nessa pesquisa, determinar com exatidão a data de instalação do primeiro Matadouro Municipal e tampouco confirmar se o localizado na região do Gavião correspondia a esse primeiro estabelecimento. Há, porém, algumas pistas. Em uma notícia de 1847, na coluna “Correspondencia com a Provincia”, o jornal Publicador Maranhense noticiou uma carta endereçada ao Juiz de Paz Presidente da Junta de Qualificação da Freguesia de N. S. Da Conceição d’esta Cidade, datada de 28 de janeiro de 1847: “Sendo extraordinario o fetido [...] que não pode deixar de produzir em toda circunvisinhança do **matadouro publico** desta capital o sangue n’este permanece depositado, por falta de proporções para a sua lavagem, e **escoamento ao rio**, o que é tanto mais intoleravel quanto próximo á este fóco de insalubridade se acha collocado o **primeiro Hospital da Cidade**

este hão de escorrer as aguas que banharem estas terras, arrastando detricitos. Mas, como não estamos no inverno, não ha perigo... (*Pacotilha*, 23 de julho de 1908, p. 01, grifo nosso).

Finalmente, no mês de agosto de 1908, o novo Isolamento do Lyra começou a funcionar:

Seja embora desagradavel **a passagem obrigada dos doentes pelo cemiterio publico**, fiquem embora os variolosos juntos ao cemiterio, e muito proximo delles o **hospital dos lazarus** e o **matadouro publico**, não ha negar que o isolamento a ser installado no Lyra póde ser digno desse nome [...]. Situado na ponta cidade, o Lyra limita, ao norte, com os terrenos do Apicum e, no sul, com o rio Bacanga, ficando-lhe a sudeste o cemiterio municipal e o hospital dos lazarus. [...] **A’ entrada do sitio foi installado um grande portão** e convenientemente terraplanada e alargada a estrada que dahi vae ter a casa grande [...]. Nessa entrada **aproveitou-se uma casinha ali situada, para residencia do porteiro**. Ao longo da estrada, na primeira casinhola que se encontra, **está installada uma camara de formol, dividida em tres partes**, uma por onde tem entrada o medico, a camara propriamente dita, que fecha hermeticamente e, por fim, a parte que dá saida ao medico para o hospital depois de haver mudado a roupa, para soffrer a conveniente desinfecção. No pavilhão central foram instaladas **6 enfermarias com 30 camas**, tendo ainda logar para a mais outras enfermarias, se isso for necessario. Essas enfermarias servirão para adultos dos dois sexos e crianças, respectivamente. No mesmo pavilhão encontram-se ainda outros compartimentos, nos quaes foram estabelecidos: **a sala do medico**, com secretaria, armario-estante, lavatorio, etc., e na qual se installou um **apparelho telephonico; dois banheiros para convalescentes; cozinha, com dois fogões**, sendo um a vapor; **moradas das enfermeiras e dos enfermeiros e water-closet. Uma casa a éste do pavilhão foi adaptada para necroterio e tres outras, ao sul, vão servir para convalescentes**. Proximo ao igarapé que da quinta vae ter ao Bacanga, aproveitou-se **uma ampla vivenda, que ali se erguia, destinando-se para doentes de classe** [...] (*Pacotilha*, 01 de agosto de 1908, p. 01, grifo nosso).

Esses detalhes são de extrema importância, uma vez que a estrutura e as distâncias aqui apresentadas permaneceram praticamente inalteradas até 1918: a proximidade com o Cemitério Municipal, o Matadouro, o Hospital dos Lázaros e o Hospital Militar. Tal configuração pode ser verificada pelas comparações entre o mapa de São Luís de 1912<sup>49</sup> e de 2025:

---

[...]” (Publicador Maranhense, 04 de fevereiro de 1847, p. 02, grifo nosso). A partir desse fragmento, é possível extrair os seguintes fatos: o matadouro já existia perto de um rio e o chamado “primeiro hospital” de São Luís ficava perto dele. Ao falar sobre a Santa Casa de Misericórdia, Mário Meirelles relata que no ano de 1811: “O Hospital Militar [...] se mudou para a Casa da Madre de Deus” (Meireles, 1994, p. 269). Já a planta de São Luís de 1858, de autoria de J. Veiga, indica, sob numeração 33, que o Hospital Militar existia junto com a Capella da Madre de Deos. No entanto, por algum motivo desconhecido, esse mesmo mapa não indica o Matadouro Municipal em qualquer parte da planta. Por hipótese, o Matadouro já existia há muitos anos no Gavião e o Hospital Militar era esse primeiro Hospital da Cidade.

<sup>49</sup>Comparando-se o mapa de São Luís de 1912 com o de 2025, percebe-se que o o Cemitério Municipal (Cemitério do Gavião) permaneceu e se expandiu, assim como o Hospital Militar, que hoje é o Hospital de Oncologia do Maranhão – Dr. Tarquinio Lopes Filho, pertencente a Universidade Federal do Maranhão – UFMA. A região do



Apesar das observações feitas nos fragmentos jornalísticos sobre a proximidade do novo Isolamento com o Cemitério Municipal, essa distribuição espacial estava de acordo com as diretrizes de saúde que passaram a vigorar ainda no final do século XVIII.

O afastamento dos griposos do perímetro urbano, assim como dos chamados à época leprosos e dos acometidos pela varíola, evidencia formas de controle dos corpos, principalmente no âmbito das práticas de tratamento, aplicadas de maneira desigual às elites, que podiam ficar em suas residências sem carregar o peso da vilania de difusoras de pestilências, e às classes mais baixas, que, quando não morriam por falta de cuidados básicos e imersas na negligência, encontravam alívio apenas em isolamentos segregacionistas:

A partir do momento em que o pobre se beneficia do sistema de assistência, deve, por isso mesmo, se submeter a vários controles médicos. [...] **Um cordão sanitário autoritário é estendido no interior das cidades entre ricos e pobres:** os pobres encontrando possibilidade de se tratarem gratuitamente ou sem grande despesa e os ricos garantindo não serem vítimas de fenômenos epidêmicos originários da classe pobre (Foucault, 1984, p. 166-167, grifo nosso).

Como constata Foucault ao falar sobre os objetivos da medicina urbana, esses dispositivos de assistência estavam intrinsecamente associados à disciplina e à vigilância dos corpos. Portanto, a localização desses espaços perto de cemitérios, por exemplo, faz sentido dentro da própria lógica que prioriza o afastamento de qualquer ameaça dentro das *urbes*:

Analisar os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que, no espaço urbano, pode provocar doença, lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos ou endêmicos. São essencialmente os cemitérios. [...] e, mais ou menos em 1780, **as primeiras grandes emigrações de cemitérios para a periferia da cidade.** É nesta época que aparece o **cemitério individualizado**, isto é, o caixão individual, as sepulturas reservadas para as famílias, onde se escreve o nome de cada um (Foucault, 2021, p. 158).

Ao retomarmos a linha do tempo dos serviços referentes à salubridade e à saúde em São Luís, no século XIX, nota-se sua conformidade com a teoria foucaultiana, sobretudo quanto à aplicação de mecanismo de exclusão e métodos de vigilância que atendiam às reivindicações da burguesia urbana em geral:

Noticias diversas. Salubridade publica - Por ordem superior sobrestarão-se os enterramentos no cemiterio da Santa Casa da Misericórdia<sup>50</sup>, por ja estar o seu

<sup>50</sup>Existem duas plantas da cidade de São Luís disponíveis no Arquivo Digital da Biblioteca Nacional: a de 1858 e a de 1912. Embora o cemitério da Santa Casa de Misericórdia tenha sido desativado em 1855, o mapa de 1858,

terreno completamente saturado de materias animaes, e por isso sem as condições indispensaveis para a prompta decomposição dos cadáveres; [...] Está substituindo-o provisoriamente o cemiterio da confraria dos Passos [...] para o que dizem que já se escolheu o terreno **no lugar denominado, Gavião, no sul da cidade e fóra dos limites della** (Publicador Maranhense, 13 de abril de 1855, p. 03, grifo nosso).

Após alguns meses, o novo cemitério foi instituído em 6 de setembro de 1855: “A meza administrativa da Santa Casa da Misericórdia manda anunciar que se acha legalmente instituído o cemiterio publico no lugar denominado – Gavião [...]” (Publicador Maranhense, 11 de setembro de 1855).

Portanto, ao observamos novamente o mapa 5, desde a instalação do Cemitério do Gavião, em 1855, passando pelo novo Isolamento, em 1908, e a permanência do mesmo arranjo espacial em 1912, o tratamento em si não é a força motriz para a imposição da barreira sanitária: hospitais segregavam os pobres, os contagiosos e os moribundos e os cemitérios davam-lhes os destinos finais, muito longe dos olhos das elites.

Esse tipo de tratamento segregacionista seria contestado por Achilles Lisboa, culminando com a inauguração do Posto de Socorros aos Ulcerados em 1918 e consolidando a sua importância dentro do cenário da hespanhola na cidade de São Luís, tema que será abordado mais adiante.

Esses espaços em São Luís, como os hospitais e o isolamento no Lira, mantiveram-se quase inalterados em relação aos espaços e às estruturas erguidas no início do século XIX até o início do século XX. Entretanto foram cruciais para o enfrentamento da pandemia de 1918.

Ainda assim isso não significou um atendimento mais eficiente nesse cenário. O Maranhão, como um todo, revelava-se uma região carente de infraestrutura adequada e moderna no âmbito sanitário. Ao invés de soluções administrativas nesse sentido, métodos paliativos

---

elaborado por J. Veiga (Veiga, 1858, n. P.), ainda registra sua localização entre as ruas do Passeio e do Norte, de um lado, e as ruas da Cotovia e de São Thiago, de outro. Chama a atenção o fato desse apresentar um grande vazio em boa parte da área que se estende até a rua de São Thiago. Curiosamente, a área cheia do cemitério, descrita pelos fragmentos de jornais citados nessa pesquisa, abrange, hoje em dia, a rua das Cajazeiras, que, nessa época, terminava na rua de São Pantaleão. Isso permite concluir que a área efetiva do cemitério se restringia àquela indicada no mapa, não incluindo o espaço vazio. Já no mapa de 1912, a área que aparecia vazia em 1858 é indicada como área em uso, dividida em dois blocos, enquanto a área do antigo cemitério da Santa Casa de Misericórdia não é mais apontando, aparecendo como área vazia ou sem uso. Nessa período, a rua das Cajazeiras ainda permanecia delimitada pela rua São Pantaleão, e a rua do Norte aparece registrada como rua F. Marques Rodrigues. Segundo Carlos de Lima, até 1901, essa rua também era chamada de rua da Morte, mas a população resolveu trocar o M pelo N, denominando-a rua do Norte (Lima, 2007, p. 155). Essa informação, contudo, entra em conflito com o mapa de 1858 que já indicava o nome de rua do Norte. Atualmente, a área do antigo cemitério da Santa Casa de Misericórdia corresponde, em grande parte, ao Hospital Municipal Djalma Marques, popularmente conhecido como Socorrão I, situado entre as ruas das Cajazeiras e da Cotovia, e entre as ruas do Norte e do Passeio. Alguns questionamentos ficam em relação a esse tópico; por exemplo, as lápides não mais existiam e o cemitério estava totalmente aterrado nesse período? O que aconteceu com as ossadas desse cemitério? Há necessidade de uma investigação nesse sentido futuramente.

eram sempre empregados, mas nunca se mostraram plenamente eficazes diante desses problemas crônicos.

Dentro do conjunto de ações para melhorar a saúde no Maranhão, a reorganização do Serviço Sanitário Maranhense de 1916 e suas novas normas foram as que mais se destacaram dentro do contexto da gripe espanhola na região.

Pouco antes desse evento, as doenças endêmicas eram apresentadas como controladas em relatórios do SSMA entre 1913 e 1917: “Um dado importante apresentado no relatório de Urbano da Costa é que nos últimos anos reinava uma relativa ‘paz sanitária’ em São Luís, em termos de ameaças epidêmicas” (Bezerra, p. 270, 2019).

Entretanto, a historiadora Mariza Pinheiro relata em sua tese que, muito provavelmente, esses relatórios podem não apresentar o real panorama de saúde da capital maranhense, pois além de doenças como febre amarela, varíola, sarampo e impaludismo, nome da época para malária, figuram em números menores provavelmente pela precariedade de coleta dessas informações.

Esse cenário, descrito por Bezerra, também aparece em matéria de *O Jornal*, em 16 de novembro de 1918: “por ocasião das diversas epidemias que, esporadicamente, hão assolado esta capital: bubônica, variola, crupe, sarampo, e, agora, gripe” (*O Jornal*, 16 de novembro de 1918, p. 01).

Somam-se a esse cenário os interesses da elite para que as atividades comerciais não parassem por causas de surtos ou epidemias: “As iniciativas estabelecidas não podem ser vistas como plenamente verificadas, **pois interesses ligados ao comércio marítimo e à circulação de passageiros faziam o possível para burlar as leis e os procedimentos sanitários**” (Bezerra, 2019, p. 252-253, grifo nosso).

Como Gilberto Hochman já havia apontado, as questões relativas à saúde na Primeira República estavam intimamente ligadas aos interesses capitalistas das classes mais abastadas.

Conforme abordado no Capítulo I, as ações sanitárias voltadas ao comércio marítimo e à circulação de passageiros foram aplicadas aos vapores que chegaram ao porto de São Luís, nos quais se suspeitava haver passageiros griposos. Essas atitudes consistiram na aplicação das normas do Serviço Sanitário, como a desinfecção de pessoas e bagagens. O procedimento está detalhado no trecho abaixo extraído do periódico *O Jornal*:

A CHEGADA DO “PARÁ”. O “Vitoria” vapor desinfetorio. Dois Casos de Gripe Para o Maranhão. Vários doentes a bordo: Este vapor da Companhia Fluvial transformado em **navio dezinfectorio**, se achava ao largo da meia laranja do cais, para onde **em lanchas especiais, eram conduzidos os**

**passageiros, para serem desinfetados.** A entrada destes era feita pelo lado bombordo, donde seguiam para uma camarinha especial, onde, despidos de suas vestes, recebiam roupões especiais fornecidos pela higiene, sendo, ao depois desinfetados. Dahi, após a operação, eram conduzidos a um outro compartimento e ahi vestiam as suas roupas proprias, **então purificadas em camara ocluzada, com formalina.** Passavam, ao depois, para o compartimento limpo de bordo inteiramente incomunicavel, durante a operação, com o primeiro, sendo-lhes ahi dada sahida por estibordo. O Vitoria, para esse fim, foi dividido em duas partes laterais e subdividido em diversos compartimentos de madeira, forrados para as operações acima. As bagagens tinham entrada no porão, tambem hermeticamente fechado, onde eram feitas evaporações com **o poderoso gaz emanado do aparelho Clayton.** As ordens entre o sanitario, a bordo, em vista da impossibilidade de comunicação verbal eram dadas por meio de apitos convencionais. Durante a desinfecção o Vitoria tinha arvorado, no seu mastro de prôa, uma bandeira amarela, só arriada, quando tiveram termino os trabalhos. Após a desinfecção dos passageiros, foi feita identica em todo o pessoal empregado no serviço e equipagem. A desinfecção foi demoradíssima, [...] (*O Jornal*, 18 de outubro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Nesse fragmento, a política de combate a então chamada gripe benigna não diferiu daquela utilizada no vapor Demerara, por exemplo, quando este aportou no Rio de Janeiro. A desinfecção utilizava elementos já conhecidos e mencionados no relatório de 1917 de Bento Urbano, como a formalina: “O médico determina quais os agentes gasosos utilizados nos processos de desinfecção [...]. São eles: formaldeído, anidrido sulfuroso, ácido carbólico, creolina, **formalina**, sulfato de ferro e bicloreto de mercúrio (sublimado corrosivo)” (Bezerra, 2019, p. 245).

Já o aparelho Clayton, de propriedade do SSMA, para além de seu uso na desinfecção, também atendia aos interesses capitalistas de manter o porto e os navios longe de quarentenas:

Através de vapores de soluções antissépticas, expurgava materiais contaminados e vetores de doenças. [...] O uso do aparelho, à época, fazia parte de um conjunto de técnicas da profilaxia moderna de doenças contagiosas, **uma vez que poderia substituir as tradicionais quarentenas, tão nocivas ao comércio internacional** (Rabelo apud Bezerra, p. 248, grifo nosso).

Todas essas medidas descritas até agora estão em conformidade com a reorganização do SSMA de 1916: “CAPÍTULO VII: Da profilaxia específica das moléstias infectuosas. Art. 119. Em tempo de perigo sanitário e sempre que seja comodamente praticável, **cada moléstia infectuosa será a sua profilaxia [...]**” (Salgado, 2019, p. 84, grifo nosso). Ou seja, para a gripe benigna, como vinha sendo apresentada pelas notícias, as cartilhas sanitárias recomendavam exatamente esse tipo de providência.

As experiências anteriores, principalmente com a peste bubônica em São Luís, levaram os médicos a considerar que essa fórmula poderia ser suficiente para evitar que a verdadeira *gripe espanhola* chegasse em terra, pois as etapas seguidas eram feitas em alto mar:

Nos desinfetórios marítimos o aparelho poderia ser acoplado a embarcações para ir ao encontro de navios impedidos de atracar no porto. Ao realizar a vaporização das substâncias no navio, **em alto mar**, o aparelho Clayton impedia o transporte de vetores ou germes de doenças para a terra firme (Rabelo apud Bezerra, p. 248, grifo nosso).

Outro aspecto importante dentro do conjunto de normas aplicadas ao caso da chamada gripe benigna é descrito em um fragmento do jornal *Pacotilha*:

A GRIPE: As providenciais da higiene estadual. O vapor-desinfectorio. Continuado as providências que vem tomando para nos preservar da gripe benigna [...] a diretoria do Serviço Sanitário, para fazer o desembarque dos passageiros e bagagens do vapor Pará [...] o qual nos consta trazer cinquenta e tantos casos de gripe, alugou o vapor Vitoria, adaptando-o de forma a fornecer um desinfectorio regular. [...] No vapor-desinfectorio **só se encontrarão o pessoal indispensável e a equipagem, os funcionários do serviço sanitário** e o tenente Bessa, que aguardará no compartimento limpo, os srs. drs. Urbano Santos e Artur Moreira<sup>51</sup> [...]. A diretoria do Serviço Sanitário está providenciando para colocar em duas alvarengas<sup>52</sup> o grande aparelho Clayton e um pulverizador a vapor Genester-Herscher<sup>53</sup> (*Pacotilha*, 17 de outubro de 1918, p. 01).

Essa instrução também está de acordo com as normas encontradas na reorganização do Serviço Sanitário do Maranhão do início do século XX: “Art. 109. As desinfecções serão presididas por um **inspector sanitário, na capital, e por um inspetor auxiliar ou delegado de Higiene, no interior do Estado**, e feitas de acordo as instruções especiais fornecidas pela Diretoria do Serviço Sanitário” (Salgado, 2019, p. 82, grifo nosso).

---

<sup>51</sup>Os políticos em questão viajavam nesse vapor: “A seu bordo, além de outros passageiros para este Estado, viajavam o eminente sr. Dr. Urbano Santos, vice-presidente da Republica e governador do Estado do Maranhão, e o sr. Dr. Arthur Moreira, nosso operoso representante na Camara Federal” (O Jornal, 18 de outubro de 1918). Provavelmente, por se tratarem de autoridades políticas, o tenente Bessa foi designado para a escolta dessas autoridades.

<sup>52</sup>Segundo a Marinha do Brasil: “Embarcação de fundo chato destinada ao auxílio na carga e descarga de navios fundeados. O mesmo que batelão e barcaça” (Marinha do Brasil, 2023, p. 51).

<sup>53</sup>O aparelho Genester-Herscher (na grafia utilizada pelo jornal) era empregado com a seguinte finalidade: “Da mesma marca Geneste Herscher era o pulverizador sob rodas adquirido, que podia ser deslocado pelas ruas até os prédios a desinfetar. Além disso, era usado para injetar substâncias químicas nas galerias subterrâneas da cidade para matar ratos e insetos” (Bezerra, 2019, p. 245). Obviamente, no caso das suspeitas de gripe espanhola a bordo dos vapores, a função clássica foi adaptada para um uso profilático específico.

Por meio das notícias dos jornais selecionados, atuaram como auxiliares de Higiene, na época da gripe, os drs. Carlos Nunes e Francisco Carvalho Júnior.

Com base na folha de pagamento de extraordinários do SSMA de novembro de 1918, ANEXO – E desta pesquisa, foi possível levantar que os inspetores sanitários em atividade eram: drs. Hamleto B. Barbosa de Godois, Genesio Euvaldo de Moraes Rego, José de Almeida Nunes e Djalma Caldas Marques.

Um aspecto interessante presente nesse documento é um número expressivo de pessoas nas funções de “desinfectador” e de “chauffeur” no referido mês, o que coincide com o pico da chamada gripe benigna. Observa-se, ainda, na mesma folha, que alguns outros “desinfectadores” aparecem com a anotação “transporte” acima de seus nomes, como mostrado no quadro adaptado abaixo:

Quadro 1: Lista adaptada de desinfetadores e *chauffers* que prestaram serviço extraordinário em novembro de 1918 (Anexo – E).

<b>Empregos</b> (Como escritos no documento original)	<b>Nomes</b> (Como escritos no documento original)	<b>Dias</b>
Desinfetador	José Leite Fernandes	30
Desinfetador	Francisco Bastos	30
Desinfetador	Raymundo Lima	30
Desinfetador	Antonio Oliveira	30
Desinfetador	Amancio Andrade	30
Desinfetador	Eziquiel Santos	30
Desinfetador	Tito Brandão	30
Desinfetador	Placido Nunes	30
Desinfetador	Raymundo Eugenio Ribeiro	30
Desinfetador	José Antonio	30
Desinfetador	Raymundo Ligio Ribeiro	30
Desinfetador	Eduardo Assis Marques	30
Desinfetador	Maria Candida Borges	30
Desinfetador	Octavia Pires	30
Desinfetador	Barnabi Augusto de Mendonça	30
Chauffer	Valdemar Leal Gonçalves	30
Chauffer	Manoel Nascimento de Jesus	30
Chauffer	José Gonçalves Ramos	30
Chauffer	Hygino Costa	06
Desinfetador	Lourenço Augusto Machado	23
Desinfetador	José Francisco Barroso	24
Desinfetador	João da Costa Leitão	28
Desinfetador	Gabriel Britto Ferreira	24
Desinfetador	José de Jesus	27
Desinfetador (Transporte)	Raymundo Carneiro Oliveira	15
Desinfetador (Transporte)	Manoel Silva	23
Desinfetador (Transporte)	Raymundo Elesbão	25
Desinfetador (Transporte)	José Marcelino Ferreira	30
Desinfetador (Transporte)	Antonio Cantanhede	16
Desinfetador (Transporte)	Mathias Pereira	24
Desinfetador (Transporte)	Marinho Lima	24
Desinfetador (Transporte)	Theodoro Cruz	29
Desinfetador (Transporte)	Arcelino Moura	21
Desinfetador (Transporte)	Domingos Ramos	25
Desinfetador (Transporte)	Pedro Santos	23
Desinfetador (Transporte)	Firmino Antonio Jesus	20
Desinfetador (Transporte)	Newton Pereira da Silva	25

FONTE: Folha de Pagamento dos Empregados do Serviço Sanitário relativa ao mês de novembro de 1918. Parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM – Extraordinários.

A lista não fornece idade, sexo e raça. Entretanto é possível pensar em algumas hipóteses de acordo com os dados fornecidos. São 37 trabalhadores, dos quais dois são mulheres e trinta e cinco são homens, ou seja, 5,4% são mulheres e 94,6% são homens. Como indicado no fragmento jornalístico anterior, a desinfecção era feita com os passageiros despidos de suas roupas. Seguindo essa linha de raciocínio, a quantidade de mulheres e meninas que viajavam, acompanhadas ou não, era muito pequena em 1918.

Pode-se considerar a hipótese da presença de ex-escravizados ou de seus descendentes, especialmente quando aparecem nomes sem sobrenome. Nomes como José Antônio, José de

Jesus e Raymundo Elesbão<sup>54</sup> eram comuns na documentação e podem estar relacionados a práticas de nomeação ligadas à escravidão: “Inicialmente, os africanos recém-chegados recebiam apenas uma denominação genérica, geralmente nomes de santos católicos. Com o tempo, eram introduzidos nomes compostos e designações que remetiam às suas origens” (Palma; Truzzi, 2012, p. 04).

Na mesma lista, constam as assinaturas dos desinfetadores e dos *chauffers*; observa-se, contudo, que nem todos assinaram pessoalmente: José Marcelino Ferreira não assinou, e as partes de Theodoro Cruz e Firmino Antonio Jesus foram assinadas por Justino Andrade, que não consta na lista de trabalhadores.

Há uma grande discrepância entre os valores das gratificações recebidas e as funções exercidas, revelando, assim, uma hierarquia piramidal baseada, possivelmente, em fatores socioeconômicos. Os cargos de caráter intelectual receberam muito mais que os cargos que se utilizaram do trabalho braçal. Os responsáveis pela desinfecção receberam a mesma quantia que os *chauffers* pelos mesmos 30 dias trabalhados.

A gratificação dos médicos foi, em média, de 666\$666; a gratificação dos desinfetadores e dos *chauffers* foi, em média, de 150\$000. Todos constam no orçamento extraordinário de novembro de 1918; no entanto os médicos integravam o quadro de funcionários regulares do SSMA, acumulando, portanto, salários e gratificações.

Por outro lado, a hipótese mais provável é que a maioria dos desinfetadores de novembro fossem contratados apenas para os serviços de combate a pandemia de 1918. Apesar do maior grau de exposição ao patógeno, nesse contexto, os desinfetadores, mesmo com maior carga física, ganharam aproximadamente 4,4 vezes menos que os médicos, ou aproximadamente 77% a menos.

Há diferenças significativas entre os procedimentos de desinfecção realizados no vapor Ceará, ancorado em 1º de outubro de 1918, e aqueles adotados no vapor Pará, que chegou ao porto em 18 de outubro do mesmo ano. No caso do vapor Ceará, por se tratar de uma doença considerada desde o princípio benigna, a desinfecção foi realizada nos passageiros em terra firme:

---

<sup>54</sup>De acordo com o historiador Anderson José Machado de Oliveira: “Segundo a narrativa de Frei José, Santo Elesbão era natural da Etiópia; 47º imperador do seu país – no século VI d.C. –, descendia do Rei Salomão e da Rainha de Sabá. Creditou-se a Elesbão a extensão do reino cristão da Etiópia até o lado oposto do Mar Vermelho, impondo-se aos árabes e aos judeus do Iêmen. [...] Ao longo do século XVIII, irmandades negras em louvor a Elesbão [...] foram criadas em diversas áreas da Colônia” (Oliveira, 2006, p. 62, 65).

Da rampa para o desinfectorio da sede do Serviço Sanitario **foram os mesmos conduzidos em automoveis contractados, em companhia de médicos e guardas da repartição de hygiene, sem o menor contacto com os habitantes da cidade**, e pelo caminho mais curto. No desinfectorio submeteram-se todos á necessaria desinfecção (*Diario Official do Estado do Maranhão*, 02 de outubro de 1918, p. 03, grifo nosso).

Por esse motivo, segundo os jornais consultados, passaram a circular boatos acerca de diversas ações consideradas pouco ortodoxas por parte do SSMA e de seus *chauffers*:

Os doentes são tripulantes do Ceará. Até aquela hora só tinham vindo para terra alguns passageiros com destino a esta cidade, sendo que esses se submetem a desinfecções na hygiene, **depois de terem percorrido grande parte da cidade, embora de automoveis, com destino áquela repartição**. Vai sem comentário! (*O Jornal*, 01 de outubro de 1918, p. 01).

Após a publicação dessa notícia, segundo o impresso *O Jornal*, rumores de que os *chauffers* estavam organizando um protesto contra o periódico vieram a público, pois esses trabalhadores estavam inconformados com a insinuação de que estavam sendo negligentes no transporte dos passageiros para a desinfecção:

Sabemos que alguns cineziforos<sup>55</sup> se preparam para protestar contra a nossa local de hontem em que dissemos que eles passearam com os passageiros do Ceará por grande extenção da cidade. Não cremos, no entanto que isto suceda, **porquanto é sabido que os automoveis recebiam aqueles passageiros na rampa de Palacio, atravessavam com eles todos o bairro comercial, uma das horas de maior movimento**, em demanda da repartição de hygiene, onde só então eram dezinfetados (*O Jornal*, 02 de outubro de 1918, p. 04, grifo nosso).

Até aqui, é possível perceber que as ações do Serviço Sanitário Maranhense em relação à chamada gripe benigna foram noticiadas com uma riqueza de detalhes que possibilitou a análise dos procedimentos tomados no Maranhão acerca da pandemia que assolava o mundo em 1918. Como visto no Capítulo I, muitos países, principalmente os Estados Unidos, adotaram medidas que visaram, em primeiro lugar, o não alarmismo da população. Essas operações realizadas tinham como força motriz o não impedimento da circulação econômica nos portos.

---

<sup>55</sup> Segundo o Professor Sergio Nogueira Duarte da Silva ao responder perguntas de leitores do Portal G1 em 2014: “Vem de ‘cine’, que em grego significa ‘movimento’, daí o cinematográfica, que estuda o movimento, e a cinematografia. Cinesíforo seria aquele que ‘produz o movimento’. Houve época em que os puristas, que eram contra os galicismos (palavras de origem francesa), exigiam que a palavra chofer fosse substituída por cinesíforo, mas não deu certo. O motorista e o chofer estão aí vivíssimos na língua portuguesa” (Silva, 2014, n.p.). O autor da palavra foi o Professor Antonio de Castro Lopes (1827-1901).

Contudo, para além do que Crosby chamou de atitude *pollyanna*, o não conhecimento das potencialidades do patógeno da hespanhola, juntamente com a falta de estrutura sanitária e a comparação com gripes sazonais, contribuiu para a disseminação da doença pela cidade de São Luís. As supostas práticas dos chamados *chauffers* com relação ao transporte dos passageiros do vapor Ceará para a terra firme podem ter sido a porta de entrada para que os primeiros casos surgissem na cidade.

No mês de novembro de 1918, medidas foram tomadas para que o Isolamento do Lira fosse parcialmente reformado. O trecho a seguir de *O Jornal* fornece a descrição do novo desinfetório nessa região e que seria destinado para a prevenção da chegada da chamada gripe benigna:

Transposto o portão do Lira, detivemo-nos uns minutos a examinar **o novo desinfetorio em construção**, e situado em frente á Porta. **O outro de muito antigo, já se tornou imprestavel, razão por que se está tratando ativamente de aprontar o novo.** Dirige os serviços o engenheiro dr. Gaspare Cornazzani, que estava presente na ocasião e se prontificou a dar-nos necessarios detalhes. O novo desinfetorio é uma pequena casa, retangular, compreendendo 9 divisões: 3 salas *sujas* onde serão recebidas as pessoas a desinfetar, 1 camara oclusa de desinfeção, de roupas e objetos, 2 quartos de banheiras, e 3 salas limpas (*O Jornal*, 16 de novembro de 1918, p.01).

Essa é mais uma evidência do cenário defasado do Serviço Sanitário Maranhense, mesmo após a reforma de 1916. De forma mais ampla, esse mesmo fragmento indica que a gripe espanhola criou uma urgência modernizadora no campo da saúde, pois acelerou obras, reorganizou espaços e forçou a atualização de práticas da medicina.

Até aqui, acompanhamos a primeira parte da atuação do Serviço Sanitário do Maranhão no cenário pandêmico de 1918-1919. As ações em relação à chegada dos vapores, bem como a desinfeção dessas embarcações constituíram as etapas protocolares aplicadas aos passageiros e às mercadorias do porto para a região urbana ludovicense.

A segunda parte desse capítulo analisará a atuação dos médicos junto ao governo e à sociedade, bem como as profilaxias recomendadas e a adesão a práticas de cura alternativas oriundas do horizonte de experiência das populações, principalmente na cidade de Cururupu.

### 2.1.1 Meios preventivos, meios abortivos: profilaxia para a gripe nos impressos ludovicenses

Depois da implementação das medidas preventivas no porto da cidade, a incerteza e o medo começaram a pairar sobre a população. Com a precariedade dos hospitais existentes em São Luís, passaram a circular nos jornais da capital os meios preventivos, os meios abortivos e a dieta para os griposos, que se tornaram uma parte central dos cuidados com os não infectados e infectados.

Antes, porém, de entrarmos nesta parte da pesquisa, é fundamental destacar o trabalho do médico maranhense Achilles Lisboa<sup>56</sup>, figura recorrente nas páginas dos jornais consultados. Além de ter prestado atendimento clínico tanto em São Luís quanto em Cururupu, seus conselhos médicos em relação a chamada gripe benigna eram frequentemente publicados nos principais periódicos da capital.

Também foi notório seu empenho em concretizar a construção do Posto de Socorros aos Ulcerados, espaço que desempenhou papel relevante no atendimento às pessoas acometidas pelo mal no final de 1918.

Com a fragilidade do estado sanitário geral de São Luís, outro problema de saúde crônico afetava a cidade: a chamada ulcera de baurú<sup>57</sup>, denominada hoje como Leishmaniose Tegumentar (LT), doença infecciosa, não contagiosa, que provoca úlceras na pele e mucosas.

É transmitida pela picada das fêmeas de flebotomíneos (Phlebotominae), conhecida popularmente pelo nome de mosquito palha, tatuquira e birigui (Brasil, 2025, n.p.). Além das doenças que circulavam no Maranhão em 1918, e já citadas previamente, os ulcerosos eram uma preocupação sanitária de primeira página de jornal:

Cenas da rua. O palco ainda hoje, é uma das adjacências do Mercado Publico. O artista em cena é um ulcerado, ou, melhor, é um baúrento, que mora ali perto. Esse homem [...] senta-se diariamente á uma das portas principais do Mercado, ulceras á vista, de fórmula que, as moscas que poizam em as suas

---

<sup>56</sup>Segundo Haroldo Silva Souza, Achilles de Faria Lisboa nasceu em Cururupu (MA), em 28 de setembro de 1872 e estudou as primeiras letras em sua terra natal, sendo depois aluno do curso primário do Seminário das Mercês e do secundário do Liceu Maranhense, ambos em São Luís. Souza fornece mais detalhes sobre sua carreira acadêmica: “Formou-se em Farmácia na Universidade da Bahia e ali cursou Medicina até o 2º ano, concluindo os estudos na Faculdade do Rio de Janeiro. Em 1912 tornou-se ajudante da Seção de Botânica do Jardim Botânico e, de março a abril do ano seguinte, serviu na Diretoria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio. Passou a trabalhar, em setembro de 1914, como ajudante da Seção de Fisiologia Vegetal e Ensaios de Sementes do Jardim Botânico, professor de Botânica da Escola de Agricultura, anexa ao Posto Isotécnico de Pinheiros, chefe da mesma Seção e ainda auxiliar técnico comissionado no Serviço do Algodão, que exerceu até 1916. Como médico ocupou o cargo de auxiliar acadêmico do Serviço de Profilaxia da Febre Amarela. Retornando à sua terra, foi diretor chefe da Estação Experimental de Coroatá, de janeiro a outubro de 1919; Delegado Geral do Recenseamento do Maranhão, em 1920; fundador e primeiro Diretor da Escola de Farmácia do Maranhão; Prefeito de Cururupu, em 1925, Governador do Estado, em 1935. Fundou a Sociedade Maranhense de Agricultura. No Rio de Janeiro foi ainda diretor do Jardim Botânico, em 1931; assistente-chefe e naturalista do Museu Nacional, quando foi, arbitrariamente, aposentado, em 1940” (Souza, 2000, p. 17-18).

<sup>57</sup>Segundo Maria Inês Malta Castro, “e a ulcera de Bauru. Esta última foi assim denominada por sua grande incidência na região” (Castro, 1993, p. 197), aludindo à cidade de Bauru, no estado de São Paulo.

chagas, ao depois vão poizar, naturalmente, nas peças de carne que são expostas á venda em os balcões dos talhos. **Felizmente, ao que parece, vamos ter, dentro de breve, um posto de socorro a ulcerados, o que fará em beneficio da saúde publica bastante alarmada** (*O Jornal*, 16 de julho de 1918, p. 01, grifo nosso).

A proposta de um Posto de Socorros aos Ulcerados surgiu em março de 1918, com uma carta aberta de Achilles Lisboa apresentada no jornal *Pacotilha*. No trecho final dessa mensagem, o médico finaliza dizendo: “Vou assim convocar-lhe uma reunião para tratarmos do estabelecimento de um Posto Central de Socorro Médico, onde se prestará a assistência devida a todos os ulcerados da capital” (*Pacotilha*, 19 de março de 1918, p. 01).

Com a ideia já compartilhada e após intensas negociações políticas, a inauguração do Posto ocorreu em agosto de 1918, conforme noticiado pelo periódico *O Jornal*: “O posto de socorro a ulcerados. No prédio á rua Cel. Collares Moreira teve lugar hoje a inauguração do Posto de tratamento a ulcerados. Compareceram 6 doentes, indo o dr. Achilles Lisbôa fazer o exame microscopico” (*O Jornal*, 26 de agosto de 1918, p. 01).

A partir de então, o local passou a ser referência para os chamados “ulcerosos” que precisavam de atendimento no centro da cidade.

Porém, é sua importância como espaço de consultas e tratamento dos acometidos pela gripe de 1918 que se sobressai nos periódicos que circulavam em São Luís na época: “Notas & Informativos. Posto dos Ulcerados. Dia 11 – **Deu-se 137 consultas para gripe** [...]. Compareceram os drs. Genezio e Herbet, os enfermeiros José Vicente, Severiano Peixoto e Avelino de Souza, e os auxiliares Jacinto, Aluizo e Pedro” (*O Jornal*, 12 de novembro de 1918, p. 04).

Por sua centralidade estratégica, o Posto de Socorro aos Ulcerados serviu como um ponto essencial de assistência sanitária. A alta demanda populacional demonstra uma alta circulação de doentes em busca de respostas e atendimento em um cenário caótico como o da pandemia de gripe espanhola.

Como analisado ao longo do capítulo, o Isolamento do Lira representava uma lógica de segregação de classes por seu afastamento do centro urbano. No imaginário popular, persistia a crença de que os hospitais eram locais dos quais não se voltava mais: “Tais hospitais eram vistos com desconfiança pela população, [...]. O povo pobre acreditava que **esses espaços eram antes de morte que de cura** [...]” (Souza, 2009, p. 62, grifo nosso).

Nesse contexto, o Posto de Socorro aos Ulcerados assume uma relevância ainda maior por estar em área urbana, ter médicos conhecidos e por atender pessoas das classes mais baixas.

Em meio a um cenário marcado por um tempo de medo e insegurança, esse espaço mostrou-se para a população menos ameaçador do que a experiência do isolamento.

Ainda de acordo com os jornais selecionados, o dr. Achilles Lisboa defendia que os griposos não deveriam se deslocar para tão longe em busca de tratamento. Os motivos apresentados aparecem listados no trecho de uma entrevista que ele concedeu em novembro de 1918 para o *Pacotilha*:

POSTO DE SOCORRO MEDICO AOS ULCERADOS.

Instruções e conselhos.

Peço entretanto venia ao exmo. Governador para lhe submeter ao elevado criterio uma idéa de modificação dos socorros com que s. exc. tão solicitamente tem procurado amparar todos doentes. Penso **que para os doentes pobres o socorro medico deve ser domiciliar, por diversos motivos**. Nos postos medicos estabelecidos, ou **comparecem doentes que só por isso peioram e são disseminadores de germens morbidos, ou comparecem pessoas que não podem fornecer aos medicos informações precisas para o diagnostico da fórma assumida pelo mal** (*Pacotilha*, 12 de novembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Há muitos elementos interessantes no trecho acima citado: a preocupação com a propagação da moléstia, a circulação de pessoas no espaço urbano e o direito a um atendimento domiciliar. Apesar de mencionar somente as classes empobrecidas, o discurso de Lisboa encontrava respaldo dentro da lógica médico-sanitarista da época.

Em um contexto no qual a enfermidade era comparada com gripes sazonais e chamada a todo momento de benigna, ficar em casa e ser atendido nela parecia muito mais racional, mesmo diante das condições frequentemente insalubres dessas moradias. Nas entrelinhas, sua maior preocupação reside em conseguir a menor circulação e a conseqüente proteção do espaço urbano.

Retomando a discussão anterior, o espaço situado no distante Lira foi escolhido pelo governo e pela classe médica para sediar os cuidados com os griposos. Uma boa descrição do espaço encontra-se em um recorte do periódico *O Jornal*:

Queremos referir-nos ao Isolamento do Lira, construído em 1908, no governo do dr. Arthur Moreira, e sob indicação do ilustre clinico dr. Oscar Galvão<sup>58</sup>,

---

<sup>58</sup>Segundo Bezerra, Oscar Lamagnère Leal Galvão foi um médico maranhense que obteve o grau de doutor na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1877. No ano de 1890, ele passou a atuar em São Luís, clinicando na cadeia pública, até ser nomeado médico adjunto do Exército na Guarnição de Pernambuco. Voltou ao Maranhão em 1893, trabalhando na Farmácia Normal, na rua Grande n.73 e atuando na Inspeção de Higiene como inspetor auxiliar. Na gestão do governador João Gualberto Torreão da Costa, em 1900, foi nomeado diretor da Inspeção. No ano de 1901, voltou ao posto de médico ajudante na repartição e foi responsável por organizar

seu atual diretor. [...] Chegamos ao hospital, que, seja dito, **fica situado em bom, espaçoso local, varrido de ventos, dando a frente para o nascente e o fundo para o Bacanga.** [...], começamos a percorrer todas as dependências do Isolamento. **Este compreende 6 secções, nas quais estão acomodados os doentes, separados conforme o grau de enfermidade. Assim, numa estão os gripados simples, noutra os broncos-pneumaticos, noutra os que têm complicações mais graves, noutra os convalescentes, e assim por diante.** Tudo está em boa ordem e aceado. O chão bem varrido e desinfetado, colchões e vestimentas limpas. Paravamos em cada leito a interrogar os doentes. Todos foram unanimes em afirmar que nada lhes tem faltado: as visitas medicas são bi-quotidianas e ás vezes mais; teem alimento farto de 2 em duas horas; remedios á cabeceira e muita atenção de parte dos enfermeiros. O chefe destes é o sr. Hemeterio Ferreira e, 2º o sr. Manuel Inacio da Silva Neto [...] (*O Jornal*, 16 de novembro de 1918, p. 01).

A narrativa de *O Jornal* é muito simpática a um local que, além de muito distante, estava em péssimo estado não há muito tempo. O texto é carregado de palavras de confiança no serviço médico, funcionando quase como uma espécie de mensageiro do Serviço Sanitário, muito provavelmente com o objetivo de acalmar os ânimos da população, uma vez que a experiência social em relação aos hospitais no início do século XX era permeada pela desconfiança, evocando lembranças vívidas de isolamento, solidão e depois a morte.

Nesse sentido, a descrição do Hospital de Isolamento do Lira pode ser vista como um contraponto aos rumores e lendas que cercavam o local e motivava o afastamento de possíveis pacientes.

Os médicos do Serviço Sanitário, assim como outros médicos atuantes na Capital, apareceram em muitas colunas dos periódicos maranhenses no período da pandemia de 1918. Uma dessas colunas dedicava-se a fornecer os chamados meios preventivos e meios abortivos, como ilustra o trecho a seguir:

Meios preventivos. Urge a todo transe evitar, no interior das habitações, o ar confinado: os compartimentos das casas devem ser bem ventilados e illuminados, quanto possivel, à luz natural. E' de toda conveniencia evitar por toda parte as poeiras [...]. São indispensaveis as lavagens da garganta e das fossas nasaes, algumas vezes ao dia [...]. São tambem aconselhadas as inalações de antisepticos [...]. Para completar estas precauções, devem todos, principalmente os convalescentes, evitar, por praso nunca inferior a sessenta dias, as emoções, as fadigas phisicas e intellectuaes, os resfriamentos (bebidas geladas, banhos frios, corrente de ar, conservação de camisas molhadas), as aglomerações em qualquer parte e de qualquer natureza. Meios abortivos. Para abortar a grippe, deve- se usar o sulfato de quinina ou chlorhydra, de quinina, cujas doses serão prescriptas pelos clinicos. A's creanças, de preferencia, euquinina ou aristochina (*Diario Oficial do Estado do Maranhão*, 05 de novembro de 1918, p. 03).

---

a seção de cultura vacínica animal. Em 1903, no início da epidemia de peste bubônica em São Luís, foi chamado para compor uma junta médica local para o diagnóstico da doença (Bezerra, 2019, p. 87-88).

As recomendações divulgadas no trecho do Diário Oficial do Estado do Maranhão enfatizavam um conjunto abrangente de medidas preventivas voltadas ao controle da gripe. No campo dos chamados “meios abortivos”, recomendava-se a administração de quinina, cujas doses deveriam ser prescritas por médicos, sendo indicadas versões específicas do composto para as crianças.

Por intermédio dos impressos que circulavam em São Luís, transferiu-se uma parcela da responsabilidade pela saúde coletiva para cada um dos cidadãos em sua esfera individual, convocando-os a transformar seus hábitos cotidianos, assumindo práticas de autoproteção consideradas essenciais para o controle da epidemia: “É como se não bastasse a implantação dos médicos, pede-se que a consciência de cada indivíduo esteja medicamente alerta; será preciso que cada cidadão esteja informado do que é necessário e possível saber em medicina” (Foucault, 2021, p. 33).

Assim, a prevenção excedia a atuação direta do médico –precisava-se do comprometimento individual para internalizar normas de conduta e a vigilância permanente do próprio corpo. O espaço da ação médica, portanto, era também um espaço político, no qual a saúde se articulava à disciplina social.

A doença de 1918 possuía um elevado potencial de mortalidade, o que expôs rapidamente os limites do conhecimento médico disponível: “A pandemia desferiu um golpe no ‘triumfalismo científico’ da medicina moderna”<sup>59</sup> (Beiner, 2022, p. 16).

Assim como ocorreu em outros países, a população maranhense recorreu a tratamentos advindos do conhecimento construído ao longo de gerações. A análise de trabalhos clássicos sobre a gripe espanhola, como o de Crosby, discutido no Capítulo I, e o de Schwarcz e Starling, retomado mais adiante, revela que os debates sobre essas alternativas à medicina oficial dentro do quadro pandêmico da hespanhola ainda permanecem associados ao chamado curandeirismo ou charlatanismo:

E, enquanto o governo não agia, desapareceram os estoques de quinino, e também de purgantes, óleo de rícino, limão e cebola, que ganharam um preço exorbitante. Receitas populares, como chá de eucalipto, cachaça com mel e limão, aspirina, suco de cebola, vinho, caldo de galinha, purgantes, infusões, preces, benzimentos, promessas, talismãs, invadiram o mercado, a exemplo do que ocorrera dois meses antes em outros locais atingidos pela peste. Charlatões ou sujeitos “espertos” – que prometiam maravilhas de um dia para outro – encontraram terreno fértil para a venda dos mais excêntricos produtos:

---

<sup>59</sup>Texto original: The pandemic delivered a blow to the ‘scientific triumphalism’ of modern medicine.

pílulas, chocolates e até cigarros que “preveniam ou afastavam o mal (Schwarcz; Starling, 2020, p. 229).

Ao relatarem que Porto Alegre/RS não estava preparada para a crise sanitária causada pela gripe e pelas falhas governamentais, as historiadoras brasileiras concluem que: “a tônica geral, no combate à gripe, parecia ser o improvisado” (Schwarcz; Starling, 2020, p. 227).

O termo improvisar vem do latim *improvisus*, aquilo que é inesperado. A palavra parece muito mais adequada aos Serviços Sanitários e aos governos, uma vez que eles utilizaram protocolos de combate a uma gripe comum, pois não sabiam de fato com o que estavam lidando em termos médicos.

Por outro lado, as populações recorreram ao seu espaço de experiência, o conceito de Koselleck que mostra que as histórias são compostas de camadas de experiências vividas. Essa noção mostra-se muito mais adequada para a presente análise, pois permite compreender os comportamentos das sociedades de acordo com o evento em que estão inseridas e suas respostas baseadas em práticas e memórias coletivas.

Esses rearranjos provocados pela pandemia de 1918 também atingiram o campo médico, produzindo dinâmicas próprias no interior dessa classe. Uma evidência disso aparece em um trecho do periódico *O Jornal*:

UMA VISITA AO ISOLAMENTO. O JORNAL fala ao dr. Oscar Galvão. O novo desinfetorio – Estado dos dois hospitais do Lira – Os doentes – O Azul de Metileno e o João de Melo – Os melhoramentos – O que tem feito o diretor – Notas diversas. E quais os remedios que aplica com melhores resultados, dr.? - O azul de Metilene<sup>60</sup>. Estamos obtendo magnifico resultado com a sua aplicação. **Para os bronco-pneumonicos... um novo remedio... adivinhe... – Novo? – Sim, porque é do mato. E o João de Mello ou o Louco<sup>61</sup>.** Pois saiba que é o melhor caustico de quantos conheço. E mandou apanhar a tal planta para mostrar-nos. – Existe por ai a dar com os pés, explicou-nos s. s.

<sup>60</sup>Definição: “O azul de metileno (cloreto de metiltionínio) é um medicamento antigo com uma história rica e uma notável diversidade de aplicações médicas [...] é um corante [...] usado há muito tempo para coloração biológica em histologia, bacteriologia e hematologia [...] foi o primeiro medicamento sintético usado na medicina, tendo sido utilizado para tratar a malária há mais de um século [...] é atualmente aprovado [...] como medicamento para o tratamento da metemoglobinemia adquirida, mas também é usado fora das indicações aprovadas para o tratamento da metemoglobinemia congênita” (Howland, 2016, p. 21-22). Metemoglobina é uma doença que causa falta de oxigenação nos tecidos (hipóxia) e cianose (pele azulada). Também é conhecida como síndrome do bebê azul.

<sup>61</sup>Nome científico: *Plumbago scandens L.* Segundo o livro *Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas plantadas*, de 2002, ela é conhecida como: caataia, louco, caapononga, folha-de-louro, jasmin-azul, erva-do-diabo, queimadura. E seu uso se dá: “na medicina popular na região nordeste do país com base na tradição popular [...]. Assim, são atribuídas às preparações de suas raízes, propriedades purgativas e anestésicas locais, empregadas para suavizar dores de dente e de ouvido e para reduzir inflamação das juntas [...]. O suco de suas raízes frescas é extremamente acre e empregado para remover verrugas. Suas folhas são cáusticas e consideradas eficazes contra unha encravada [...]. Suas folhas eram aplicadas por curandeiros na nuca de pessoas insanas, na forma de sinapismo como tratamento para recuperar sua saúde mental, de onde adveio o nome de louco dado a essa planta [...]” (Lorenzi; Matos, 2002, p. 453, grifo nosso).

Como já deve ter ouvido dizer, os causticos de farmacia contem cantaridas, e a cantarida ataca até mesmo os rins são, quanto mais os doentes. E como não ha tempo preciso para exame detalhado de todas as visceras, aplicamos o *João de Melo*, que é de um efeito admiravel e não ataca nenhuma delas. (*O Jornal*, 16 de novembro de 1918, p. 01, grifo nosso)

O que Oscar Galvão descreve é a prática de utilizar os chamados cáusticos para tratar doenças que se manifestavam no sistema respiratório. Nessa entrevista, Galvão não apresenta detalhes sobre o tratamento que empregava nem sobre a forma como ele foi aplicado no cuidado dos griposos do Isolamento do Lira. Entretanto, algumas pistas são fornecidas por livros de medicina popular e homeopática em circulação na época.

Na obra *Diccionario Medico ou Guia Pratica de Medicina Homoeopatica de Cirurgia e Partos I*, de 1874, aparecem, no quadro de medicamentos, o termo *causticum* e *cantharis* (Reis, 1874, p. xxxiv). Eles eram indicados como fármacos para a bronquite e para pneumonia (Reis, 1874, p. 116, 170).

Em *Diccionario de Medicina Popular*, de 1890, a denominada “cantharida das pharmacias” (*Meloe vesicatorius*) é descrita como um substrato extraído de um inseto e indicado para uso terapêutico tradicional como vesicatório, isto é, uma substância destinada a provocar o aparecimento de bolhas.

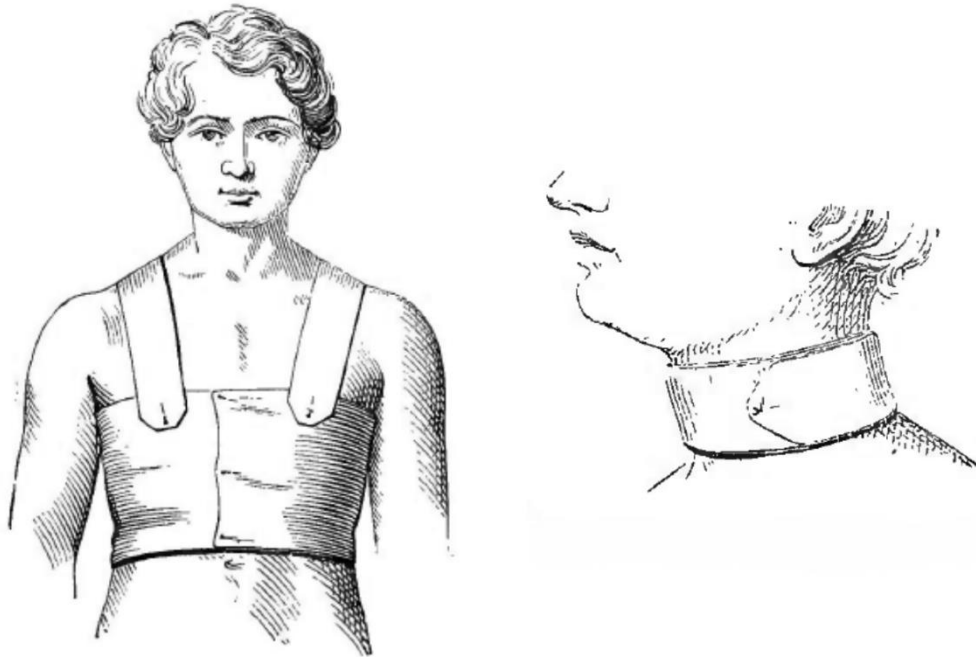
O trabalho de Chernoviz alerta para os efeitos tóxicos decorrentes de seu uso indiscriminado (Chernoviz, 1890, p. 452-453). O mesmo livro define que o cáustico, ou vesicatório, são empregados na forma de emplasto, que podem ser de dois tipos: de cantáridas (origem biológica), que utiliza cera e banha de porco na composição desse emplasto e os de farmácia (origem mineral ou química), mais agressivos, destinados ao tratamento de infecções graves ou cauterizações (Chernoviz, 1890, p. 545-547).

Para aplicação dos emplastos à base de cáusticos ou cantáridas, o médico cita ligaduras do que chama de “faixa do tronco ou circular” (Chernoviz, 1890, p. 299, 310), ver imagem a seguir. O autor chama a atenção para o uso do cáustico de cantáridas, destacando a dor provocada pelas bolhas que ele ocasiona e as cicatrizes que elas podem deixar. Ao mesmo tempo defende a aplicação em casos específicos sob rigoroso critério médico

Ainda nessa obra, Chernoviz cita que os chamados cáusticos de farmácia eram utilizados para abrir as denominadas “fontes”, prática terapêutica na qual uma chaga era artificialmente produzida e mantida em supuração contínua, com o objetivo de permitir a drenagem de uma secreção purulenta considerada capaz de equilibrar os males internos (Chernoviz, 1890, p. 1202-1203).

No cenário da gripe espanhola em São Luís, pode-se levantar a hipótese de que o Oscar Galvão tenha recorrido ao método de abertura das chamadas “fontes” com o intuito de promover a drenagem do agente então considerado causador da enfermidade.

Figura 1: Formas de ligaduras para aplicação de emplastos.



FONTE: ilustrações extraídas do livro do médico Chernoviz (Chernoviz, 1890, p. 299; 310).

É importante frisar que os trabalhos de Reis e de Chernoviz indicam que os métodos de emplastos com cáusticos e cantáridas eram pouco usuais no contexto médico do período. O fragmento da entrevista de Galvão demonstra que o médico já tinha conhecimento dos perigos associados ao uso desses procedimentos terapêuticos. Nesse sentido, um estudo publicado em 1914, proveniente da cidade do Porto, em Portugal, apresenta resultados que evidenciam a ineficiência da aplicação desses medicamentos no tratamento da pneumonia:

Confrontando o numero de casos tratados pelo vesicatorio com os tratados sem elle, vê-se que enquanto nos primeiros houve, em 62 casos, 15 mortes, isto é, uma percentagem de 24,1 %; nos segundos houve apenas, em 65 casos, 4 mortes, isto é, uma percentagem de 6,1 %/o. [...] Fundamentados, pois, no que fica exposto e na litteratura medica a que succintamente faço referencia, pode-se **afirmar que o emprego do vesicatorio de cantharidas no tratamento da pneumonia é inutil e prejudicial** (Bastos, 1914, p. 79-80).

Portanto, antes mesmo da pandemia de 1918, trabalhos científicos sobre a inutilidade de tratamento com vesicatório de cantáridas já estavam disponíveis, como o estudo proveniente de Portugal. Coloca-se, então, a questão: por que o médico maranhense Oscar Galvão recorreu, no quadro pandêmico, a um método terapêutico considerado antiquado? É possível traçar algumas hipóteses explicativas.

A primeira delas é a de que o tratamento continuava a ser usado, ainda que não de forma rotineira, uma vez que constava em manuais de práticas de cura do período. A segunda relaciona-se às experiências vividas no cotidiano médico de Oscar Galvão, que podem tê-lo levado a formular uma alternativa terapêutica diante de uma doença ainda pouco compreendida, mobilizando seus conhecimentos para reconfigurar métodos já conhecidos.

Nesse contexto de urgência, Galvão recorreu à sabedoria popular, agindo dentro da chamada circularidade cultural. Trata-se de um processo de troca de conhecimentos que se estabelece em duas direções: da classe médica para classe popular e da classe popular para a classe médica. Essa noção dialoga com as formulações de Mikhail Bakhtin e do historiador Carlo Ginzburg, especialmente em seu livro “O Queijo e os Vermes”, publicado originalmente em 1976:

**Pode-se ligar essa hipótese aquilo que já foi proposto, em termos semelhantes, por Mikhail Bakhtin, e que é possível resumir no termo "circularidade": entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo** (exatamente o oposto, portanto, do “conceito de absoluta autonomia e continuidade da cultura camponesa” que me foi atribuído por certo crítico) (Ginzburg, 2006, p. 10).

Na entrevista com o médico Oscar Galvão, a admissão do uso do que ele denominou “remédio do mato” no tratamento da gripe benigna revela um ponto de contato entre a medicina acadêmica maranhense e as práticas de cura populares da região.

A circularidade cultural entre esses dois grupos evidencia um processo no qual a troca de conhecimentos é absorvida e ressignificada de acordo com a necessidade específica de cada grupo. Em nenhum momento, Galvão menciona como soube da utilização do “João de Mello” nas práticas de cura.

Ao contrário, o tratamento é apresentado como se fosse resultado de uma descoberta original por parte do médico. Isso demonstra que essa circulação de saberes não se dá em um ambiente equilibrado de poderes. O saber médico aparece no periódico como racional, moderno

e, principalmente, autorizado, enquanto as camadas populares são invisibilizadas, embora historicamente recorram a essas práticas.

Figura 2: *Plumbago scandens* L., conhecida como “Louco”.



Herbário Vale do São Francisco  
<http://www.hvasf.univasf.edu.br>  
 Foto: J.A. Siqueira Filho © 2011



FONTE: foto retirada do site Species Link Network.

Em uma situação de emergência sanitária e considerando os recursos disponíveis no início do século XX, os médicos encontravam-se em uma situação de exceção, reavaliando as fronteiras rígidas entre ciência e os saberes populares. Esse contexto constitui evidência de que os “remédios da natureza” já vinham sendo utilizados de alguma forma, capaz de despertar a atenção da classe médica, possivelmente pela alta demanda ou pela propaganda boca a boca.

É interessante notar que os periódicos de São Luís, durante a quadra epidêmica, não mencionaram qualquer tipo de ação das camadas mais populares em relação à doença – nem para o bem nem para o mal. Em oposição ao que se observará na cidade de Cururupu, os jornais utilizados até aqui optaram pelo total silêncio diante desses acontecimentos.

Dessa forma, a imprensa ludovicense contribuiu para a consolidação de uma narrativa de controle da autoridade médica, atuando como braço direito do discurso médico. Todavia,

isso não impede que se levante a possibilidade de que as camadas populares de São Luís estivessem atuando com seus próprios recursos em resposta à gripe espanhola.

Por ora, as provas dessas ações encontram-se nas entrelinhas: no apagamento das práticas populares pelos jornais e na apropriação de um de seus remédios por um médico da época. Soma-se a isso a assimetria de poder flagrante explicitada pela entrevista com o médico Oscar Galvão, pois, apesar da circularidade cultural operar de baixo para cima e de cima para baixo, o saber popular foi marcado pela invalidação e por uma incorporação que quase o apagou desse processo, reduzindo-o a um eco no interior do discurso médico legitimado.

Outro aspecto relevante identificado nos periódicos analisados é a presença de formulações médicas que buscavam explicar por que alguns casos evoluíam de forma mais grave do que outros. Na mesma entrevista ao *O Jornal*, Oscar Galvão respondeu a uma pergunta específica sobre os casos de mortalidade:

– A mortandade? Inquirimos do diretor. – Muito pequena, relativamente. Como vê, todos apresentam bom aspecto. Ha, é certo, casos rebeldes. **Alem disto, nem todos os organismos se encontram aptos para receber o mal. Daí as complicações e conseqüentemente a morte.** E’ de notar, entretanto, que nesse número vão incluídos os que aqui chegam moribundos já, sem remedio (*O Jornal*, 16 de novembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Em outra entrevista concedida ao mesmo periódico, Achilles Lisboa também se pronunciou sobre a questão da mortandade:

A INFLUENZA. Entrevista do dr. Aquilles Lisbôa ao Jornal. Fomos enconral-o em a sua residencia á rua Oswaldo Cruz, atarefado em atender a um grande numero de chamados. [...] O nosso questionário foi este [...]. **(2) Mas, porque aumenta a mortalidade?** (2) O aumento da mortalidade de diversos modos pode-se explicar. Cresce ela, ou porque a epidemia se alastre cada vez mais, **ou porque a virulencia se exalte com a passagem dos germens por organismos mais enfraquecidos**, aumentando com esta exaltação o numero de cazos graves [...] (*O Jornal*, 14 de novembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Conforme apresentado no Capítulo I, o estudo de Antropologia publicado na *The Proceedings of the National Academy of Sciences* (PNAS) em 2023 – *Frailty and survival in the 1918 influenza pandemic* (“Fragilidade e sobrevivência na pandemia de gripe de 1918”) – demonstrou, com base em material biológico, que a probabilidade de morte durante a pandemia de gripe espanhola era maior em indivíduos com condições pré-existentes.

Esse resultado permite estabelecer um diálogo com as formulações dos médicos maranhenses, na medida em que estes associavam os casos mais graves a indivíduos descritos como portadores de “organismos enfraquecidos”.

Tal expressão, contudo, deve ser entendida no contexto do saber médico da época, não correspondendo aos conceitos atuais. Ainda assim, indica que, a partir da observação dos casos, reconhecia-se que a doença não atingia todos da mesma forma.

Outro recorte significativo extraído da mesma entrevista de Achilles Lisbôa para *O Jornal* permite avançar na análise:

(1) o dr. Quer dizer aos *Jornal* a sua opinião sobre gripe? [...] (1) [...] Essas terríveis explosões da influenza deixam sempre nas regiões em que se desencadeiam, germens atenuados que continuam os seus ataques banais, mas incessantes, **até que novas condições cósmicas ou sociais favoráveis lhes permitam um novo surto com caráter epidêmico acentuado.** [...] E’ isso a gripe banal de que pode a gripe epidêmica derivar. Simples questões de grau de virulencia de que variar com as condições cósmicas ou biológicas (*O Jornal*, 14 de novembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Trata-se de uma descrição, quase de caráter poético, de como o agente patogênico da gripe poderia permanecer em circulação mesmo fora dos grandes surtos. Lisbôa sugere que, conforme determinadas condições, a virulência poderia variar e que formas mais brandas da doença poderiam, em circunstâncias específicas, dar origem à epidemias de maior gravidade.

Embora distante de formulações contemporâneas, como o conceito de *spillover* (transbordamento), apresentado no Capítulo I, sua interpretação aponta para uma percepção de ressurgimentos epidêmicos condicionados por fatores ambientais e conjunturais, que ele denomina de “condições cósmicas ou sociais favoráveis”.

Convém recordar que o vírus da gripe espanhola se tornou particularmente letal não apenas por processos biológicos, mas também por nascer dentro da I Guerra Mundial: com cenários sanitários catastróficos e vetores eficientes de distribuição do patógeno, como os navios militares que se encaminhavam dos Estados Unidos para a Europa.

Além das recomendações de prevenção e de tratamento da chamada gripe benigna, as colunas dos jornais ludovicenses de 1918 também veiculavam orientações sobre as dietas destinadas aos griposos. Um exemplo pode ser observado na dieta recomendada por Achilles Lisboa, na entrevista já mencionada nessa pesquisa:

A dieta será durante todo esse tempo rigorosamente **lactea ou hidrica**, usando o doente agua de Caxambú. A diurese deve ser cuidadosamente estabelecida e para isso, alem do uso do leite, será de bom conselho o uso da agua de Evian

ou outra adicionada de 50 gramos de lactose por garrafa. As tisanas, os chás, devem também ser usados, sendo conveniente tomá-los sempre quentes e bem assucarados (*Pacotilha*, 12 de novembro de 1918 p. 01, grifo nosso).

Essas orientações alimentares estavam de acordo com as recomendações utilizadas em outros países, principalmente nos Estados Unidos, como exemplifica esse recorte proveniente da edição de 26 de outubro de 1918 do *Extension Farm-News* do estado da Carolina do Norte:

Em uma epidemia generalizada de gripe, é aconselhável saber quais formas de nutrição podem ser oferecidas com segurança a pacientes [...]. Quando há febre, é absolutamente necessário seguir **uma dieta líquida. Caldo de carne e de frango, leite e leite maltado são opções tradicionais**, às quais podem ser adicionados suco de limão, laranja ou uva, albumina e gelatina de frutas, servidos sem leite<sup>62</sup> (Kosmerick, 02 de novembro de 2018, n.p., grifo nosso).

Tanto no Maranhão quanto no contexto norte-americano, a dieta destinada aos acometidos pela hespanhola figurava como uma forma de tratamento acessível, de baixo custo e coerente com o conhecimento fisiológico da época.

Entretanto, o acesso a essa dieta em São Luís foi ameaçado pelo crescimento vertiginoso dos preços dos produtos alimentícios considerados essenciais a esses doentes. Como já discutido no Capítulo I, a elevação do preço do leite tornou-se um problema central; além disso, outros itens recomendados na alimentação dos gripados também passaram a ser afetados pela dinâmica capitalista da oferta e demanda:

Carestia da vida. Continuam a subir de preço os generos de maior consumo entre nós. E' assim que o **arroz** e o **assucar**, artigos de nossa propria produção, alcançam, dia a dia, **preços mais elevados**, prometendo alta ainda maior. **As galinhas, frangos e ovos**, que tiveram exagerada cotação, **no periodo agudo da gripe**, ahi estão, como nessa quadra anormal, pela hora da morte, sendo adquiridos por empenho. Onde iremos parar? (*O Jornal*, 14 de dezembro de 1918, p. 01).

Esse aumento de preços durante a pandemia não se limitou ao consumo final, alcançando toda a cadeia de produção e distribuição dos principais alimentos da dieta dos gripados:

**O cuim, que é o principal alimento do gado vacum, subindo de preço, sem motivo**, nesta desproporção, obriga o leite, dieta obrigatória dos gripados, a encarecer igualmente. E', portanto, deprimente esse gesto dos comerciantes,

---

<sup>62</sup>Texto original: In the widespread epidemic of influenza, it is advisable to know just what forms of nourishment may be safely given to patients. When there is temperature it is absolutely necessary that a liquid diet be adhered to. Beef and chicken broth, buttermilk, and malted milk are the old stand-bys, and to these may be added lemon, orange, or grape juice, albumen, and fruit gelatine served without milk.

nesta época calamitosa (*O Jornal*, 06 de novembro de 1918, p. 04, grifo nosso).

Mesmo após o encerramento oficial da pandemia de gripe, os preços continuaram e permaneceram elevados, o que motivou protestos registrados nas páginas dos jornais, como exemplifica o trecho a seguir:

A carestia da vida. **Acabou-se a gripe, segundo informações oficiais; persiste, porem, a carestia da alimentação**, que se dizia consequência do mal. Os frangos, pequeninos, implumes, mal acostumados ainda aos rigores da vida sem o morno agasalho da galinha, custam 2\$000... Estas custam 5\$000. Ha pouco era porque a dieta dos gripados motivara grande procura de galinaceos, agora, que não existe mais a cauza, o efeito ainda continúa, contrariando todas as leis. Ninguem se incomoda com o cazo, a não ser o consumidor, que compra, se pode, ou, cazo contrario, protesta... no deserto, porque ninguem the ouve à queixa. Uma duzia de ovos custa 1\$600... (*O Jornal*, 11 de dezembro de 1918, p.01, grifo nosso).

A especulação de preços encontrou na pandemia um terreno propício, prontamente denunciada pela imprensa local. Assim, os jornais maranhenses não apenas registraram a pressão econômica imposta pela gripe, mas também revelaram a permanência de práticas oportunistas que agravaram as desigualdades de acesso ao tratamento durante a crise sanitária.

Por fim, destaca-se o papel das farmácias dentro do quadro pandêmico de 1918. Conforme noticiado pelos periódicos ludovicenses, os estabelecimentos farmacêuticos organizavam-se em sistema de plantão: “**O plantão**. Está de plantão, hoje, a farmácia S. José, á rua de S. Pantaleão e amanhã a de Fernando Pereira da Silva, á rua Afonso Pena, 18” (*Pacotilha*, 09 de novembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Nesse cenário, as farmácias foram essenciais como pontos de extensão da assistência médica, uma vez que elas poderiam oferecer orientações básicas e acesso rápido a medicamentos necessários, inclusive durante a noite.

Essa forma de funcionamento estava prevista na Reorganização do Serviço Sanitário de 1916: “Art. 231. Em cada noite ficarão de plantão as farmácias previamente designadas pela Diretoria do Serviço Sanitário. § único. Esta designação será feita no Diário Oficial do Estado” (Salgado, 2009, p. 117). Assim, as farmácias eram compreendidas, em 1918 – e muito antes da pandemia de gripe espanhola – como uma parte essencial da engrenagem do serviço sanitário da capital maranhense.

Além de funcionarem como os locais de venda dos remédios então considerados adequados para tratar a denominada gripe benigna, as farmácias também podiam oferecer consultas com médicos:

A SANTA CASA. Pedimos a essa redação que faça o obsequio de declarar que o dr. Juvêncio Matos não escolheu a Sta. Casa para **dar consultas aos gripados**, das 8 às 9 horas, e sim a **farmácia de Fernando Pereira da Silva**, onde poderá ser procurado para aquele fim, na referida hora. (*Pacotilha*, 09 de novembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Esse tipo de atendimento também era regulamentado pelo SSMA, cujos dispositivos reguladores deixavam claro o papel específico de médico e farmacêuticos: “Art. 202. Os exercícios concomitantes da medicina e da farmácia são expressamente proibidos, ainda que o médico possua o título de farmacêutico” (Salgado, 2009, p. 110).

Mesmo em um cenário marcado pela precariedade de recursos, as práticas que acumulavam as funções médicas e farmacêuticas ao mesmo tempo eram terminantemente proibidas. Dessa forma, buscava-se preservar a hierarquia da ordem sanitária e evitar conflitos de interesses no exercício das atividades de assistência à saúde.

As farmácias, em razão de sua localização mais centralizada e de sua inserção no cotidiano urbano, parecem ter sido mais procuradas pela população ludovicense durante a quadra pandêmica de 1918-1919 do que o Hospital do Isolamento do Lira, o local oficial destinado aos cuidados dos griposos. Tal dinâmica torna-se particularmente evidente no recorte abaixo extraído de *O Jornal*:

Ao exmo, snr. dr. Governador do Estado, ás autoridades sanitarias e ao publico em geral. Na qualidade de medico clinico nesta Capital, **não posso deixar de protestar contra o acto condenavel hontem praticado pelos srs. farmaceuticos**, que mantiveram fechadas, durante todo o dia, as suas farmacias, em quadra como a presente, perturbando com isso as medidas de socorro á população. **Compreendo bem que os srs. farmaceuticos estejam fatigados**, mas não vejo porque mais do que os clinicos tenham direito ao repouso, quando a salvação publica está a exigir de todos não só trabalho excessivo senão tambem sacrificios. [...] Somos todos forças harmonicas, soldados sanitarios **que não podem descançar enquanto não cessar o combate**. Dr. Achilles Lisbôa (*O Jornal*, 18 de novembro de 1918, p. 04).

O avanço da gripe espanhola impôs uma sobrecarga crescente aos serviços sanitários da capital maranhense, criando situações em que normas previamente estabelecidas pelo SSMA passaram a ser descumpridas pelos farmacêuticos:

Art. 232. Em dia algum é vedado aos farmacêuticos ou licenciados abrirem as suas farmácias. Art. 233. O proprietário da farmácia que, designada para fazer plantão, deixar de atender ao público, a qualquer hora da noite, incorrerá na multa de 20\$000 rs., e o dobro na reincidência (Salgado, 2009, p. 117-118).

O protesto de Achilles Lisbôa evidencia a elevada demanda que recaiu sobre esses locais durante a pandemia de 1918-1919. O trecho jornalístico selecionado revela uma tensão perceptível entre médicos e farmacêuticos, uma vez que, como já exposto, as farmácias eram um elo essencial entre o serviço médico e a população.

Todas essas ações e consequências se manifestaram no espaço de uma capital de estado, onde os recursos médicos tendiam a estar mais concentrados. Os comportamentos dos médicos e de jornais foram específicos desse contexto urbano-administrativo, porém, ao mesmo tempo, mostraram-se alinhados com as práticas e discursos observados em diferentes partes do mundo durante a passagem da hespanhola.

Nesse sentido, o contraste com outras realidades do interior maranhense torna-se particularmente elucidativo. Entre elas, destaca-se o caso da cidade de Cururupu, considerado, por essa pesquisa, um dos mais ricos e singulares nos relatos da imprensa.

No Capítulo I, já foram examinadas as primeiras ações e medidas adotadas pelo governo municipal da localidade. A seguir, serão abordadas evidências de um cenário diversificado de ações dessa sociedade em resposta à gripe espanhola, marcado pelo apoio e adesão de setores privilegiados da comunidade local e pela força antagônica que tão bem documentou essas práticas: um homem de *sciencia* chamado Silvestre Fernandes.

## 2.2 Proteção dos gênios africanos: as artes de cura em uma Cururupu gripada

Como relatado anteriormente, as medidas iniciais para o combate à então gripe benigna, na Vila de Cururupu, resumiram-se à distribuição de ambulâncias (medicamentos) para os distritos que já apresentavam casos da doença. Essa, portanto, é a parte oficial que os documentos encontrados, pertencentes ao Governo do Maranhão da época, mostram: o visível e o protocolar.

Entretanto, o jornal *O Littoral*, em suas entrelinhas e com riqueza de detalhes, permite a visualização de um cenário muito mais rico, dinâmico, cheio de nuances, embates e contraposições em uma região afetada pela chamada doença dos *fronts*.

Antes de prosseguir, convém notar que este estudo se delimita aos aspectos terapêuticos e aos processos de cura da pajelança em Cururupu. Tal recorte justifica-se pela complexidade do tema, que abrange múltiplas dimensões, conforme observa Pacheco: “A pajelança maranhense pode ser definida como um conjunto heterogênicamente de práticas e representações que reúne elementos do catolicismo popular, das culturas indígenas, do tambor de mina, da medicina rústica e de outros componentes da cultura e da religiosidade populares do Maranhão” (Pacheco, 2004, p. 03).

No caso da então vila de Cururupu, no recorte temporal de 1918-1919, o elemento do tambor de mina ainda não tinha sido adicionado. Sua introdução ocorreria apenas em 1935, por intermédio de Isabel Mineira, descrita como uma: “nativa da região que se tomou filha-de-santo do terreiro da Turquia, um dos mais antigos da capital maranhense” (Pacheco, 2003, p. 79).

Ou seja, a configuração que *O Littoral* revela não é a mesma que se observa hoje em dia na própria cidade e redondezas, o que confere ao impresso cururupuense ainda mais importância como instrumento de investigação das estruturas mais antigas desses rituais. Isso reforça, ademais, a relevância do método comparativo e da serialização como ferramentas analíticas para identificar as semelhanças e as diferenças em um cenário como o de uma pandemia e os elementos que nele se sobressaem.

Em dezembro de 1918, em duas edições do periódico *O Littoral*, seu diretor, Silvestre Fernandes, dedicou-se a falar sobre a prática da pajelança em Cururupu. Ao longo de extensos textos, Fernandes expôs opiniões coléricas sobre essa atividade ancestral. Em um determinado trecho, ele assim disserta:

Não temos palavras bastante fortes para censurar como merece **o assustador alastramento deste malefício cancro de pagelança**. Dantes era restricto ás cafuás dos negros escravos que **rememoravam as praticas africanas apimentadas com o fetichismo grosseiro dos nossos autochtones**. O pagé era um negro velho, **isolado, tímido** que tirava os feitiços, fazia-os e curava os doentes [...] pela tradição selvagem de sua tribo de alem mar (*O Littoral*, 15 dezembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Já na introdução de seu artigo, Fernandes mostra-se adepto dos vários discursos amplamente difundidos nas revistas e nos institutos científicos da época em relação à população negra, aos indígenas e às práticas culturais e os modos de vida dessas comunidades.

Os termos “malefício”, “cancro”, “apimentadas”, “fetichismo” e “grosseiro” são utilizados como adjetivos para demonstrar as crenças do editor sobre a degeneração da população de origem africana, sendo a prática da pajelança uma prova para ele incontestável.

Além das pistas deixadas em seus artigos, a própria trajetória de vida do diretor de *O Littoral* o coloca, em 1918, como um aspirante, ou pertencente, a uma classe dominante no campo da Educação e das Ciências do período:

Foi professor, educador, geógrafo, pesquisador, jornalista e escritor [...]. Lecionou Português e História no Ateneu Teixeira Mendes, Colégio de São Luís, Centro Caixeiral e Colégio Rosa Castro. [...] Autor de *Ilha dos Lençóis*, *Baixada Maranhense*, *Os Sambaquis do Noroeste Maranhense*, entre outros trabalhos literários. [...] Em sua juventude **foi diretor/redator** de *A Luz*, primeiro jornal de Arari. **Posteriormente do O Litoral, de Cururupu;** e da **Revista de Geografia e História do Maranhão** e tem diversos artigos publicados na imprensa maranhense. Foi inspetor escolar; consultor técnico do Diretório Regional de Geografia do Maranhão; assistente técnico da Diretoria da Instrução Pública; diretor da Divisão de Seleção do Departamento do Serviço Público do Rio de Janeiro; diretor do DASP; e diretor de seleção do IPASE. Docente do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, foi educador de destaque como professor de Geografia. **Foi titular efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão tendo ocupado a cadeira nº 24 [...].** Imortal da Academia Maranhense de Letras, como titular da cadeira nº 15 [...] (Batalha, 2025, n.p., grifo nosso).

Como visto no fragmento acima, Silvestre Fernandes passou uma parte de sua vida como titular efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM). Sendo assim, suas teses são produto do pensamento hegemônico de uma sociedade em que setores científicos, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foram responsáveis pela propagação de teorias sobre a degeneração presente na miscigenação.

Na obra *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*, a historiadora brasileira Lilia Moritz Schwarcz aborda como os homens de *sciencia*, por meio das publicações desses institutos, principalmente aqueles provenientes dos estados de São Paulo e de Pernambuco, utilizavam esse meio de produção intelectual para propagar a tese da degeneração da população negra:

Antropologia e etnologia são disciplinas que assumem importância crescente dentro da Revista do IHGB [...]. Quanto à questão racial, difunde-se uma postura dúbia [...]. As posições acerca desses dois grupos não eram, no entanto, idênticas. Com relação à **população negra vigorava uma visão evolucionista mas determinista** no que se refere ao “potencial civilizatório dessa raça”: **“Os negros representam um exemplo de grupo incivilizável”**, afirmava um artigo publicado em 1891; “As populações negras vivem no estado mais baixo de civilização humana”, ponderava um ensaio de 1884 (Schwarcz, 1993, p. 145, grifo nosso).

Nesse panorama, *O Littoral* passa a ser um veículo da disseminação dessas concepções e uma ferramenta que coloca a ciência como a única explicação possível em um mundo em

progresso. Qualquer existência que se firme fora desse eixo – ou que pela ciência da época é rotulada como fora dos padrões hegemônicos – torna-se a antítese daquilo que se convencionava denominar civilização:

Um outro tipo de determinismo, um *determinismo* de cunho *racial*, toma força nesse contexto. Denominada “darwinismo social” ou “teoria das raças”, essa nova perspectiva via de forma pessimista a miscigenação [...]. Ou seja, as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: **enaltecer a existência de “tipos, puros”** – e portanto não sujeitos a processos de miscigenação – e **compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social** (Schwarcz, 1993, p. 76-78, grifo nosso).

Os comportamentos desses intelectuais analisados por Schwarcz encontram correspondência direta nos posicionamentos expresso por Silvestre Fernandes nas páginas de *O Littoral* em 1918-1919. Sua manifestação de descontentamento em forma de texto revela um saudosismo dos “tipos puros” e a condenação veemente de qualquer entrelaçamento da elite e dos considerados brancos com as artes de cura presentes na Cururupu acometida pela moléstia:

E’a incarnação da **patifaria**, da **malandrice**, da **prostituição** e da **intriga**: emfim do **assassinio de dezenas e dezenas de vítimas da ignorancia e credence**. O pagé de hoje é muitas vezes um **cidadão eleitor, moço**, uzando geralmente oculos, por elegancia ou disfarce, que tem **secretarios** e dá **receitas extraordinarias** que levam mais depressa a victima ao buraco do que uma bala de qualquer 44 Winchester. As suas sessões se dão nos **povoados**, com numerosa **assistencia**<sup>63</sup> de **pretos, caboclos, brancos e BRANCOS**, e é **a profissão mais lucrativa da actualidade em Cururupú** (*O Littoral*, 15 dezembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Constata-se, no recorte acima, que os termos de conotação negativa se acumulam de forma sucessiva, por meio da mobilização de palavras como “patifaria”, “malandrice”, “prostituição”, “intriga” e “credence”. O emprego do sufixo -ice em malandrice e credence permite observar um discurso em que a linguagem é um meio eficiente para fixar a teoria da degradação das raças vigente à época.

Do ponto de vista semântico, esse discurso recorre a vocábulos que expressam: “a) entidades que apresentam um comportamento moral ou eticamente reprovável [...] d) praticantes, geralmente maus, de um ofício que é pouco prestigiado socialmente e aos quais são atribuídos estereótipos comportamentais [...]” (Correia *apud* Tchobánova, 2011, p. 76). Para

<sup>63</sup>Segundo Pacheco, a assistência na pajelança é: “o público participante, que canta e bate palmas, [...]” (Pacheco, 2004, 77).

Silvestre Fernandes, a pajelança era um “assassínio” criado pela ignorância daqueles que a procuravam para a cura da gripe espanhola.

Entretanto, o diretor de *O Littoral*, sem perceber à época, agiu de uma forma contrária aos seus próprios interesses de apagamento histórico daquele modo de viver e das ações da pajelança em relação a um mal sobre o qual os próprios homens de *sciencia* pouco sabiam. Se, em São Luís, o silêncio imperou nos jornais diante das práticas de cura ancestral no espaço urbano e entornos em relação a hespanhola, o periódico de Cururupu, por outro lado, apresentava-se como uma fonte significativa.

Nele encontram-se descrições de ritos, nomenclaturas e modos de agir de uma população invisibilizada e marginalizada, inserida em um cenário de desorganização social provocada pela pandemia. Embora marcado por uma perspectiva e por uma produção discursiva com tendência monológica e discriminadora, o jornal permite, ainda assim, a extração de dados importantes sobre a pajelança em Cururupu no recorte temporal de 1918-1919.

Lembremos os casos apresentados pelo historiador Carlo Ginzburg no artigo “O Inquisidor como Antropólogo”, de 1990, em que as documentações produzidas pelos inquisidores, em um contexto dialógico e sob forte pressão, fornecem detalhes preciosos sobre culturas populares passadas: “O desejo de verdade por parte dos inquisidores (a verdade deles, naturalmente) produziu um testemunho extremamente rico para nós – profundamente distorcido, todavia, pelas pressões psicológicas e físicas [...]” (Ginzburg, 1990, p. 12).

Dessa forma, a documentação jornalística de Cururupu pode ser lida à luz do que Ginzburg chamou de “por sobre os ombros dos juízes” e “ler por baixo”, designação proposta ao analisar a documentação dos processos friulanos produzida pela Inquisição: “Eles devem ser lidos como o produto de uma inter-relação peculiar, claramente desequilibrada. No sentido de decifrá-los, devemos aprender a captar, por **baixo da superfície** uniforme do texto, uma interação sutil de ameaças e temores, de ataques e recuos” (Ginzburg, 1990, p. 15, grifo nosso).

No caso de *O Littoral* de 1918-1919, a abordagem teórica proposta por Carlo Ginzburg mostra-se válida, desde que sejam observadas as seguintes características nos textos escolhidos: **i)** o caráter mais monológico que se baseia em observação ou relato oral **ii)** a desigualdade de poder, perspectiva e intenção **iii)** as noções baseadas em ideologias da época e **iv)** controle total da narrativa por parte do autor.

Assim, a partir de uma abordagem qualitativa, aliada ao método comparativo mediante a serialização dos diferentes números de edições do periódico cururupuense, foram extraídos dados que se mostraram essenciais para delinear o quadro pandêmico da região.

Entre meados de 1917 e 08 de dezembro de 1918, as edições de *O Littoral* disponíveis não mencionam a atividade da pajelança na região. Nesse período, o impresso dedica amplo espaço a assuntos relacionados a doenças em circulação, a artigos sobre essas doenças, a ciência e suas personalidades e a política em geral, além de veicular muitas propagandas de remédios.

Não há referência a existência de hospitais na comunidade, sendo citados apenas médicos e farmacêuticos. A gripe aparece no impresso pela primeira vez em 20 de outubro de 1918, enquanto as atividades da pajelança são citadas apenas em 15 de dezembro de 1918, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 2: exemplo de notícias entre 1917-1918 do jornal *O Littoral* de Cururupu-MA

<b>PALAVRAS-CHAVE (na grafia original do jornal <i>O Littoral</i>)</b>	<b>NOME DACOLUNA</b>	<b>PÁGINA</b>	<b>DATA</b>	<b>ANO</b>	<b>NÚMERO</b>
Oswaldo Cruz falleceu	OSWALDO CRUZ	02	Meados de março de 1917	01	ilegível
Pharmacia do Povo T. Silva & Comp. Trav. D. Herculana	PROPAGANDA	03	Meados de março de 1917	01	ilegível
Achilles Lisbôa hybridação algodão Mendel Darwin	VARIAÇÕES – FLUCTUAÇÕES – LEIS MENDELIANAS DA DISJUNÇÃO DOS HYBRIDOS – SELECCÃO ARTIFICIAL (LIGEIRAS REFLEXÕES A RESPEITO)	01	Começo de abril de 1917	01	04
te. cel. Carvalho e Oliveira Junior Intendente subvenção medico clínica dr. Achilles Lisbôa	O MUNICÍPIO	02	Meados de maio de 1917	01	ilegível
moscas eternas inimigas epidemias scientistas immundos insectos immundices	AS MOSCAS	01-02	09/12/1917	01	38
Intendencia Municipal medicamentos pessoas pobres Dr. Hamleto Godois	A INTENDENCIA MUNICIPAL	02	10/03/1918	01	48
dr. Almeida Nunes auxiliar da inspeccoria da saúde do porto dr. Carlos Nunes inspector sanitario grippe caracter benigno	***	02	20/10/1918	2	75
grippe 10 mil gripados Capital do Estado Cururupu sem caracter violento sem auxílio Segundo Districto 16 falecimentos	A GRIPPE	01	17/11/1918	2	79
Flavio Silva pharmaceutico conselhos medicos grippe	A GRIPPE	03	08/12/1918	2	81
<b>pagelança</b> <b>pagé</b> <b>mulheres pajóas</b> <b>grippe</b>	<b>A PAGELANÇA</b>	<b>01</b>	<b>15/12/1918</b>	<b>2</b>	<b>82</b>

Os dados expostos acima sintetizam as notícias identificadas em *O Littoral*, a partir de 35 exemplares disponíveis e remanescentes desse periódico, abrangendo meados de março de 1917<sup>64</sup>, mês de seu lançamento, e 15 de dezembro de 1918, recorte temporal no qual se localiza o registro da primeira menção aos rituais de pajelança em Cururupu.

Por meio desse conjunto, observa-se a existência de uma lacuna temporal significativa até as primeiras referências às artes de cura em Cururupu, o que não implica que tais práticas não estivessem ocorrendo em determinadas camadas sociais. É, contudo, no contexto

<sup>64</sup>*O Littoral* foi lançado em 18 de março de 1917.

pandêmico da gripe que elas emergem para o cotidiano com intensidade suficiente para serem documentadas.

Nos fragmentos analisados, Silvestre afirma que a pajelança estaria se disseminando, sustentando que anteriormente não era motivo de preocupação, uma vez que “era restricto ás cafuás dos negros escravos” e “O pagé era um negro velho, isolado, tímido”. No mesmo artigo, o autor ainda complementa: “uma consulta ao pagé era **cousa bem recatada**, mesmo para os seus irmãos de destino e raça. Uma sessão, **brincadeira**<sup>65</sup>, era feita em lugar ermo e com pequena e crentíssima assistencia” (*O Littoral*, 15 dezembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Assim, esse tipo de manifestação era tolerado ou simplesmente ignorado desde que permanecesse separado do espaço público frequentado pelas elites, limitado a lugares afastados dos olhares e com reduzida adesão social. Revestido de autoridade intelectual, Silvestre Fernandes mobiliza sua posição para deslegitimar os saberes de cura dessas populações, ao passo que somente os saberes científicos eram apresentados como legítimos:

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber [...]. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte desse sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema (Foucault, 2021, p.131).

Além da teoria da degradação, os termos “crendice” e “ignorância”, presentes no fragmento anteriormente analisado, atuam como elementos reforçadores de uma ideologia segundo a qual apenas um modo de vida seria capaz conduzir ao progresso. Tal perspectiva buscava legitimar as classes dominantes como detentoras do verdadeiro conhecimento, mesmo em um cenário pandêmico em que todas as camadas sociais estavam igualmente imersas em incertezas e desorientação.

Em outra passagem do mesmo fragmento, Silvestre Fernandes dirige sua crítica ao fato de os pajés saírem agora da classe do “cidadão eleitor”, um “moço” que usa geralmente “óculos”, tem “secretários” e dá “receitas”.

---

<sup>65</sup>Brincadeira ou brinquedo de cura, é: “uma expressão usada com frequência para se referir aos rituais festivos dos pajés maranhenses” (Pacheco, 2004, p. 23). O uso de expressões dessa natureza, segundo a antropóloga Mundicarmo Ferreti, está associado a: “estratégias de proteção contra a perseguição policial, na medida em que era utilizado, desde pelo menos o final do século XIX, para encobrir práticas religiosas sob o manto de diversões profanas” (Ferreti *apud* Pacheco, 2004, p. 23). No caso de Cururupu, entre 1918 e 1919, conforme a análise dos 35 exemplares de *O Littoral*, os termos “brinquedo” ou “brincadeira de cura” também foram empregados para designar uma sessão de pajelança.

A enumeração desses atributos aproxima essa imagem descrita, de modo imediato, a um médico, alguém da classe da *sciencia*. Não por acaso, o autor sugere que tais elementos funcionariam como sinais de elegância e disfarce. Na visão de mundo de Silvestre Fernandes, essa transformação configura uma usurpação simbólica do lugar social do médico e também o cometimento de um crime.

Entretanto, no contexto social de Cururupu entre 1918 e 1919, essa leitura não se sustenta de forma homogênea. A prática da pajelança dialogava com os princípios próprios de organização dos saberes terapêuticos locais, nos quais as fronteiras entre as diferentes formas de cura eram pouco definidas:

Se encararmos a prática dos pajés sob o prisma de sua ação terapêutica, a **“pajelança” como um sistema específico apresenta fronteiras pouco nítidas, confundindo-se com a medicina popular da região**, e o pajé aproxima-se de uma série de outros especialistas com quem pode compartilhar muitas funções, conforme a inclinação e as aptidões de cada um (parteiras, benzedoras, experientes, remedistas, etc.) (Pacheco, 2004, p. 153, grifo nosso).

Segundo Gustavo Pacheco, os pajés integravam um conjunto mais amplo de agentes terapêuticos<sup>66</sup> aos quais os habitantes de Cururupu podiam recorrer. Nesse sentido, é possível conjecturar que os pajés que atuaram durante a vigência da gripe espanhola consideravam os médicos – pouco presentes na localidade – como pares e, por isso, poderiam utilizar vestimentas e acessórios semelhantes:

Guardadas suas competências específicas, conforme a percepção de cada um sobre o que sejam essas competências (um pajé não realiza cirurgias, um médico não trata de inveja e mau olhado), pajés e médicos habitam um horizonte comum envolvendo o tratamento de perturbações<sup>67</sup> (Pacheco, 2004, p. 156).

Durante a passagem da gripe, a população de Cururupu apresentou comportamentos diferentes daqueles observados em São Luís no que se refere às formas de perceber e enfrentar a chamada gripe benigna. Um desses aspectos foi a expressiva adesão às artes de cura nos povoados, evidenciada no trecho em que Fernandes menciona a ampla assistência de “pretos”, “caboclos”, “brancos” e “BRANCOS”.

---

<sup>66</sup>Expressão utilizada para: “abarcando do modo mais abrangente possível toda e qualquer pessoa que se dedique mais ou menos sistematicamente ao tratamento de perturbações” (Pacheco, 2004, p. 19).

<sup>67</sup>Pacheco utiliza o termo “perturbação” para englobar as diversas modalidades de doenças físico-morais, como também outros tipos de aflição e infortúnios dentro do universo da pajelança (Pacheco, 2004, p. 19).

Isso indica que a pajelança havia alcançado diferentes segmentos da composição racial da região, incluindo os “brancos”, termo grafado em maiúsculo, definidos como aqueles que, à época, eram considerados os “verdadeiros brancos”. Trata-se, muito provavelmente, dos descendentes diretos de portugueses ou mesmo portugueses natos, cuja presença remetia Silvestre Fernandes a memória de uma Cururupu de engenhos, lavouras, senhores e mão de obra escravizada.

No conjunto do material analisado, não há relatos diretos de como a população da localidade compreendia exatamente a gripe espanhola. Pode-se presumir que aqueles que se informavam pelos impressos que circulavam no Maranhão sabiam da ligação da doença com a Grande Guerra e, em alguma medida, aderiram aos conselhos médicos divulgados.

Em relação ao imaginário do medo, é provável que os grupos adeptos do catolicismo em Cururupu compartilhassem a mesma percepção da enfermidade que os católicos residentes na Capital. Contudo, esse quadro tende a se modificar quando se consideram os adeptos da pajelança, uma vez que o próprio universo dessa religião compreende as doenças como “perturbações”, cujas causas são atribuídas a duas vertentes distintas: a natural e a sobrenatural:

Acredita-se em Cururupu que as doenças podem ser causadas **por motivos naturais e sobrenaturais**. Estabelece-se assim uma divisão entre as doenças que devem ser curadas **por médicos** e pela medicina ocidental e aquelas que só podem ser solucionadas através dos **serviços dos pajés** (Santos, 2006, p. 94, grifo nosso).

Conforme registra o próprio jornal, a vila de Cururupu não dispunha de um suporte médico estruturado para a população. Durante a circulação da gripe de 1918-1919, as notícias sobre assistência aos doentes restringiam-se a atendimentos esporádicos: “O dr. Achilles Lisbôa, medico conterraneo, esteve dois dias entre nós, medicando grande quantidade de grippados” (*O Littoral*, 15 de dezembro de 1918, p. 02).

Tais intervenções mostraram-se claramente insuficientes para suprir a elevada demanda gerada pela epidemia, como evidencia a própria cobertura jornalística da época:

Continua alastrando-se a gripe por todos os recantos do municipio. Agora irrompeu na **povoação Rosario**<sup>68</sup>, de tal modo que raro e o habitante que não está grippado. Ainda podemos confirmar que tem sido **extremamente benigna**. Poucos são os casos fataes. Melhor informados podemos calcular em 200 o numero de casos nesta cidade. 44 no **Serrano**, 68 no **Rumo e Roça**

---

<sup>68</sup>Há uma localidade chamada Rosário perto de Cururupu indicada no Mapa de Pontos d’Água do Município de Cururupu e muito próximo do rio Cururupu (IBGE, 2011, n.p.). Por hipótese, esse povoado pode ser o mesmo citado no fragmento da notícia apresentada.

**de Baixo.** A parte desta cidade mais atacada na semana finda foi **o bairro de S. Benedicto.** [...] Seguiu hontem a ambulancia para o Serrano (*O Littoral*, 15 de dezembro de 1918, p. 03, grifo nosso).

A doença continuava a se espalhar pelos interiores, alcançando localidades cada vez mais distantes da sede da vila de Cururupu. Tratava-se, portanto, de regiões ainda mais abandonadas e dependentes do auxílio do poder público municipal e estadual para tratar os griposos. A logística de época tampouco favorecia respostas urgentes à pandemia: as ambulâncias de medicamentos demoravam a chegar, pois o transporte era feito quase que exclusivamente por via fluvial.

Ainda que *O Littoral* insistisse no caráter benigno da gripe, as comunidades empobrecidas afetadas, além de não serem o público alvo do periódico, não dispunham das condições necessárias para aguardar intervenções tardias. Nesse cenário, a pajelança aparecia como uma prática de cura concreta, oferecendo conforto e a promessa de recuperação, sendo acessível e socialmente legitimada no cotidiano local.

A consolidação popular da pajelança como uma prática de cura terapêutica para os casos de gripe produziu atritos com algumas instâncias formais de poder, como observado no trecho a seguir:

Antes de circular esta folha, no domingo ultimo, soubemos que na vespera a tarde havia o delegado de policia sr. Victoriano Campos, prendido uma pajôa de nome Herminia, que estava **curando no Rumo**, segundo districto deste municipio, onde segundo informações que colhemos, **assassinara** com uma **bacia de agua quente**, uma pobre mulher que havia sido **acometida de gripe**. [...] A pajôa Herminia, porem, pouco se demorou no xadrez, pois em seu favor o **major João Guilherme de Abreu, filho**, encarregado da estação telegráfica nesta cidade, impetrou ao Juiz de Direito [ileg] ordem de **habeas corpus**, allegando a **inconstitucionalidade da prisão**, o que foi deferido, sendo posta em liberdade [ileg] quinta-feira, 18 do corrente (*O Littoral*, 22 de dezembro de 1918, grifo nosso).

Identificam-se, nesse ponto, novos indícios das motivações que atravessam os protestos de Silvestre Fernandes em *O Littoral*. Até este momento da análise, destacam-se três elementos centrais: em primeiro lugar, a alta demanda pela pajelança, que coincide com o alastramento da gripe espanhola pela região de Cururupu; em segundo, a ampla adesão de diferentes grupos raciais da localidade – pretos, caboclos, brancos e BRANCOS; e, por fim, o episódio da pajôa Hermínia evidencia a ambivalência das autoridades locais diante da pajelança no contexto da crise sanitária.

De um lado, tem-se a atuação repressiva do delegado de polícia, acusando a pajôa de homicídio ocorrido durante um tratamento; de outro, a rápida intervenção do major João Guilherme de Abreu, que resultou em sua libertação.

Há uma forte evidência de que a prática contava, nesse recorte temporal, com um respaldo social suficiente para alcançar até mesmo os setores da elite local. A ausência de suporte médico institucional em Cururupu fortaleceu a legitimidade cultural dos saberes de cura populares, ainda que tais práticas fossem criminalizadas.

Em 1890, os atos de espiritismo, magia e sortilégios foram tipificados como crimes pela legislação, assim como o exercício do ofício de curandeiro:

DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890 - Publicação Original. DOS CRIMES CONTRA A SAUDE PUBLICA. Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica: [...] Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000. [...] Art. 158. Ministrarr, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fórmula preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro: Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000<sup>69</sup> (Brasil, 1890, n.p., grifo nosso).

O arts. 157 e 158 do mesmo decreto evidenciam, no final do século XIX, um esforço legal de vigilância sobre essas práticas, então consideradas marginais e potencialmente geradoras de conflitos sociais por confrontarem as normas científicas. Assim, observa-se uma clara tentativa de centralizar as questões de saúde no contexto da recém instaurada República.

Essa movimentação representou a consolidação de um projeto de controle nacional que se estendeu para os âmbitos estaduais e municipais e se fez presente em suas diretrizes sanitárias. Dessa forma, o SSMA seguiu o mesmo padrão:

---

<sup>69</sup>Os valores previstos variavam de 100 réis a 500 mil réis. Para situar o leitor em termos de poder de compra, é possível estabelecer aproximações a partir de alguns produtos comercializados em 1918. Um exemplar do periódico Pacotilha, de 01 de novembro de 1918, custava 200\$. Tomando como referência os valores estabelecidos no Decreto nº 847, tem-se que: 100\$ equivaliam a ½ exemplar do periódico, enquanto 500\$000 equivaliam a 2500 exemplares. Para efeito comparativo contemporâneo, um jornal de São Luís vendido avulso em 20 de agosto de 2025 – o Jornal Pequeno – tinha valor unitário de R\$ 10,00 (dez reais). Assim: 0,5 exemplar x R\$ 10,00 = R\$ 5,00 e 2500 exemplares x R\$ 10,00 = R\$ 25000, aproximadamente. Outra aproximação pode ser feita com gêneros alimentícios. Em um anúncio da Merceria Neves no Pacotilha de 09 de março de 1918 (p. 01), 1 kg de cebollas novas custava 1\$200 e 1 kg de batatas novas custava 1\$000. Portanto, 100\$ equivaliam a 0,083 kg de cebolas (83 g), enquanto 500\$000 correspondiam a 416,67 kg de batatas. Em termos atuais de preço de varejo, o kg da cebola comum no Supermercado Mateus de São Luís, em 20 de agosto de 2025, custava R\$ 5,99 (cinco reais e noventa e nove centavos) e o kg da batata lavada custava R\$ 3,89. Dessa forma, 0,083 kg de cebolas x R\$ 5,99 = R\$ 0,50 ou 50 centavos e 416,67 kg de batatas x R\$ 3,89 = R\$ 1620,85.

CAPÍTULO IV: Da higiene dos municípios complementares e subordinados à Diretoria do Serviço Sanitário do Estado. [...] Art. 34. Quando, em **circunstâncias anormais**, o Governo tiver que chamar a si os serviços sanitários do município, o fará em ofício dirigido ao respectivo intendente, e este logo lhe fará **entrega do material e pessoal de que dispõem os serviços**. [...] CAPÍTULO VIII: Da fiscalização do exercício da medicina e da farmácia. Art. 191. Só é permitido **o exercido da arte de curar**, em qualquer de seus ramos e por qualquer de suas formas: 1.º Às pessoas que provarem ter habilitação, exibindo títulos conferidos pelas **Faculdades de Medicina da República dos Estados Unidos do Brasil**; [...] Art. 234. **Excetuados os remédios de uso ordinário e inofensivo**, nenhum medicamento ou preparado poderá ser vendido nas farmácias ou fornecido ao público, sem receita de um médico licenciado pela Diretoria do Serviço Sanitário ou de reputação firmada no país (Salgado Filho, 2019, p. 46,106,118, grifo nosso).

O Projeto de Lei do Maranhão seguia as mesmas diretrizes do então Código Penal de 1890, vigente ainda em 1918<sup>70</sup>. Enquanto o primeiro, na esfera administrativa, regulamentava e normalizava a vida coletiva, especialmente no que se referia à saúde das populações, o segundo, no âmbito jurídico, criminalizava e repreendia as práticas de cura das populações ancestrais. Tal articulação entre repressão e gerenciamento da vida é um exemplo muito claro do que Foucault denominou de biopolítica:

Ao que essa nova técnica de poder não disciplinar se aplica é diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo – a vida dos homens, ou ainda, se vocês preferirem, ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem, ao homem-espécie. [...] E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige a multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc (Foucault, 1999, p. 289).

Essas leis sanitárias funcionaram de modo relativamente eficaz em São Luís no quadro pandêmico, conforme discutido nos tópicos anteriores. Como capital do Estado e sede do poder executivo, legislativo e judiciário, além do Serviço Sanitário, as ações ali implementadas serviam de modelo para os outros municípios maranhenses.

Os jornais da capital não publicaram, de forma explícita, notícias sobre rituais de cura durante a pandemia de gripe espanhola e não foram encontrados elementos, até então, que pudessem confirmar uma recorrência massiva à pajelança dentro da região ludovicense.

No caso de Cururupu, uma dessas regiões subordinadas às diretrizes de São Luís, as leis referentes à pajelança, teoricamente, até foram aplicadas, como no episódio envolvendo a pajôa

---

<sup>70</sup>Um novo código penal seria aprovado apenas em 1940, no governo de Getúlio Vargas.

Herminia: “O te. cel. Carvalho e Oliveira Junior Intendente municipal, de acordo com a lei mandou impor-lhe a multa de **25\$000**<sup>71</sup>, por ser pajôa confessa. Se fosse preza *brincando*, seria a multa de **50\$000**<sup>72</sup>” (*O Littoral*, 22 de dezembro de 1918).

Contudo, tais medidas, como indicam as queixas de Silvestre Fernandes em *O Littoral*, mostraram-se insuficientes para conter a circulação dos rituais de cura na região. A própria persistência do avanço da gripe e sua contínua caminhada dentro da região de Cururupu, sem a assistência devida para a população, ajuda a compreender esse panorama, como evidencia o trecho a seguir:

#### A GRIPPE

Continúa alastrando-se pela cidade e pelo municipio esta terrivel pandemia. Quasi metade da população desta cidade acha se grippada. O mal a principio parecia pouco violento, **mas agora vae tomando já proporções assustadoras**, não pelo seu caracter que felizmente continua benigno, com a excepção de alguns casos em que tem havido complicações, **mas aumenta hora a hora de propagação**. [...] O mal já irrompeu no **Lyconde**<sup>73</sup>, **Turyrana**<sup>74</sup> e **Marianno**<sup>75</sup>, fazendo algumas victimas. O Intendente logo que teve conhecimento disso, enviou para esses lugares medicamentos. Está esgotada a ambulancia que o Intendente recebeu do Estado, e por isso já solicitou outra (*O Littoral*, 22 de dezembro de 1918, p. 02).

A menção a localidades como Lyconde, Turyrana e Marianno, presentes no fragmento de notícia, coloca um problema de localização que exige esclarecimento. O mapa a seguir permite situar essas áreas no território de Cururupu.

<sup>71</sup>Pelo poder de compra: 125 exemplares do jornal Pacotilha, 20,83 kg de cebollas novas e 25 kg de batatas novas em 1918.

<sup>72</sup>Pelo poder de compra: 250 exemplares do jornal Pacotilha, 41, 67 kg de cebollas novas e 50 kg de batatas novas em 1918.

<sup>73</sup>Segundo o Mapa do IBGE referente ao município de Cururupu (IBGE, 2009, n.p.), Liconde corresponde a um rio paralelo ao rio Cururupu. Não há indícios da existência de um lugar especificadamente chamado “Lyconde”. Ainda assim, é possível conjecturar que a menção se refira a um lugar – ou a um conjunto de lugares – situado perto das margens do rio de mesmo nome e que pertencia, em 1918, a um dos quatro distritos de Cururupu.

<sup>74</sup>Turirana é hoje um povoado de Apicum-Açu. Este, por sua vez, foi subordinado ao município de Bacuri até 1994, quando se emancipou pela Lei nº 6.179, de 10 de novembro de 1994 (IBGE, 2024, n.p.). Convém lembrar que, em 1918, Bacuri era um dos distritos de Cururupu, que, provavelmente, tinha Turirana como povoado próximo e também subordinado a jurisdição de Cururupu.

<sup>75</sup>Não foi identificado, até o momento, um lugar especificadamente chamado “Marianno”. No entanto, há algumas pistas. Em uma reportagem de *O Littoral* chamada “O campo do Marianno” há referência a obras em um campo com o objetivo de construir uma “valla” que irá até o “poção do Frechal”. Esse registro sugere que “Marianno” possa designar um espaço conhecido localmente – possivelmente um campo, propriedade ou topônimo informal – associado a uma localidade com esse nome (*O Littoral*, 22 de dezembro de 1918). Em um mapa do IBGE das zonas rurais de Serrano do Maranhão, identificam-se as localidades Quilombo Mariano e Mariano dos Campos, situadas nas proximidades do Quilombo Frechal do Campo (IBGE, 2022, n.p.). Nesse contexto territorial, há a designação “Mariano dos Campos” como uma área que congrega diversos quilombos, entre eles o Quilombo Nazaré, atualmente pertencente ao município de Serrano do Maranhão (Almeida, 2024, p. 183). Cabe lembrar, mais uma vez, que Serrano foi emancipada de Cururupu pela Lei Nº 6.192, de 10 de novembro de 1994 (IBGE, 2023, s.p).

Mapa 6 – Localizações prováveis de Lyconde, Turyrana e Marianno.



FONTE: Compilação da própria autora com base nos Mapas do IBGE de Serrano do Maranhão, e Cururupu (IBGE, 2009, 2022, n.p.). Montagem feita a partir do Google Maps, via canva.com, 2025.

Como demonstram os mapas apresentados ao longo dessa pesquisa, a jurisdição de Cururupu em 1918 abrangia um amplo território cercado por rios e localidades dispersas. Além da propagação por via marítima e fluvial ter contribuído significativamente para o espalhamento do patógeno – devido ao difícil controle da circulação de pessoas e mercadorias – as medidas governamentais de distribuição de remédios mostraram-se limitadas para atender a demanda das populações dessas áreas.

Sem hospitais e diante da insuficiência de cuidados básicos na pandemia de hespanhola, a pajelança em Cururupu assumiu a função de amparo e cuidados que o Estado foi incapaz de oferecer. A universalidade do patógeno da gripe atingiu os tecidos sociais de Cururupu de tal modo que os condicionantes econômicos-sociais passaram a exercer um peso distinto no acesso e na escolha de tratamentos, sobretudo quando comparados à realidade de São Luís.

Desse modo, o espaço de experiência dessas populações mostrou-se determinante, de modo que seria excessivamente reducionista – e analiticamente leviano – vincular tais ritos de cura de forma rígida ao charlatanismo ou exclusivamente à esfera religiosa no contexto da pandemia.

Ao longo do mês de dezembro, a recorrência à pajelança manteve-se como objeto central das reclamações de Fernandes nas páginas do seu periódico. No texto publicado em *O Littoral* em 29 de dezembro de 1918, a prática é associada a exploração econômica e a ampliação da mortalidade durante a pandemia:

#### O MALDICTO PAGE

Por informações que colhemos de um caboclo do **Bacury panã**<sup>76</sup>, onde actualmente grassa de uma forma assustadora a gripe, trazemos ao conhecimento do publico e das autoridades que **a pagelança está fazendo nesse districto mais victimas do que a propria gripe**. Os infelizes caboclos, **cegos pela ignorancia**, ao sentirem o mal chamam o pagé que por duas garrafas de canna e cinco mil reis<sup>77</sup>, faz uma **sessão brincadeira**; e enquanto **o miseravel arde em febre, dores no corpo e na cabeça**, o **page canta e sarocoteia acompanhado por numerosa massa de imbecis**. Disse nos o caboclo que no Bacury panã a pagelança é uma cousa extraordinaria. Pagés e pajôas andam aos centos, e cadaveres, suas victimas, aos centos também. Já é felicidade... (*O Littoral*, 29 de dezembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Mais uma vez emergem as definições do que é civilizado e não civilizado, expressas por meio de separações sociais baseadas nas teorias propagadas pelas revistas dos Institutos Históricos e Geográficos no início do século XX. Observa-se uma clara tentativa de associar os vícios, exploração monetárias, charlatanismo e ignorância ao modo de vida dessas comunidades.

Sob esse prisma, tem-se um exemplo de violência simbólica propagada pela imprensa, cujo objetivo era conter e deslegitimar as práticas de artes de cura em Cururupu, entendida aqui nos termos de Pierre Bourdieu como o poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social (Bourdieu, 1989, p. 12).

Ao deslocar o foco da crítica para a pajelança, Silvestre Fernandes também tenta encobrir as falhas do Estado na pandemia de 1918, marcadas pela falta de respostas definitivas sobre o próprio patógeno, de tratamentos e de cura. Observa-se uma inversão discursiva de

<sup>76</sup>Conforme mencionado, em 1918, Bacuri-Panã correspondia a um dos quatro distritos de Cururupu. A denominação refere-se também ao rio homônimo detalhado no Mapa 6 (p. 110).

<sup>77</sup> Pelo poder de compra: 5\$000 equivaliam a 25 exemplares da Pacotilha, 4,17 kg de cebollas novas e 5 kg de batatas novas em 1918.

responsabilidade: a causa das mortes deixa de ser atribuída à precariedade da assistência pública e passa a ser explicada como um problema de ordem cultural, sintetizado na afirmação de que “a pagelança está fazendo nesse districto mais victimas do que a propria gripe”.

A descrição do ritual da brincadeira de cura – por intermédio de verbos como “canta”, “sarocoteia”, bem como da referência a uma “numerosa massa” – mobiliza um arsenal pejorativo que ridiculariza o pagé.

Essa construção discursiva hierarquiza saberes (científico acima do popular) e culmina no uso irônico da expressão “Já é felicidade...”, um epifonema<sup>78</sup>, que em termos modernos seria algo próximo a “Que beleza... Só que não!”. A hostilidade de Silvestre Fernandes em relação a cultura de Cururupe o fez atravessar todos os gêneros literários.

Apesar da gripe ter atingido praticamente toda a região no final do ano de 1918, as festividades natalinas católicas transcorreram sem alterações significativas: “NATAL: A’ meia noite do dia 24, celebrou-se na Igreja Matriz desta cidade a missa do gallo e ás oito horas do dia 25 a missa solemne e o Tedeum<sup>79</sup> em acção de graças a Deus por ter voltado a paz no ao mundo. Ambos os actos foram bem concorridos” (*O Littoral*, 29 de dezembro de 1918, p. 03).

O rescaldo da I Guerra Mundial ainda reverberava e, assim como ocorreu em São Luís e outras partes do mundo, as aglomerações não foram evitadas no período natalino.

Em contraste, o chamado Natal dos Pobres foi cancelado, ainda que inicialmente tivesse sido apenas adiado: “NATAL DOS POBRES: Em virtude de continuar grassando a **grippe hespanhola** entre nós, resolvemos não realizar a festa annual do natal dos pobres que havíamos adiado, restituindo, assim as importancias [...]” (*O Littoral*, 05 de janeiro de 1919, grifo nosso).

Chama a atenção o uso da expressão “grippe hespanhola” nesse fragmento, enquanto em outros recortes de notícia tem-se apenas o termo “grippe”, por vezes acompanhado pelo adjetivo “benigna”.

O emprego do termo não é casual: ao nomear a doença de modo mais enfático e alarmante, o discurso constrói uma justificativa mais contundente para o cancelamento da festividade destinada às camadas populares. Em termos foucaultianos, percebe-se que os ritos católicos eram considerados essenciais, funcionando como mecanismo de manutenção da ordem social e natural de um mundo hierarquizado.

<sup>78</sup>Segundo o E-Dicionário de Termos Literários: “Termo de origem grega (epiphonema, “juízo final”) que designa a exclamação final em tom sentencioso com que um escritor ou um orador termina o seu texto ou discurso” (Ceia, 2009, n.p.).

<sup>79</sup>Segundo o Dicionário elementar de liturgia da Igreja Católica o verbete atualmente é *Te Deum*: “É um hino que se reza com frequência no ofício de Leitura da Liturgia das Horas. Também se entoa como grande hino de acção de graças, em ocasiões solenes da Igreja [...]” (Aldazábal, 2024, n.p.).

Por outro lado, os pobres – aqueles que no cotidiano recorriam à pajelança – eram os representantes do que se chamou de “ignorância”, “desordem” e “doenças”. O universo popular devia ser combatido, ao passo que o das elites devia ser preservado.

A chegada de 1919, nas páginas de *O Littoral*, foi marcada pela melancolia de um passado recente:

ANNO NOVO: **Terminou finalmente o anno terrivel.** [...] De 1918 todos guardarão tragica lembrança. **Foi um anno de dores, afflições, pestes, atrocidades e crimes,** por isso a humanidade respirou quando soou a ultima badalada das 24 horas do dia 31 de dezembro. Pressurosos todos voltamos as nossas esperanças para este 919 que entra, e que tem em seu bojo, em germen, o maior dos feitos que marcara novo destino a humanidade - a paz, com todos os seus preciosissimos corolários (*O Littoral*, 05 de janeiro de 1919, p. 01, grifo nosso).

Para Silvestre Fernandes, o balanço de 1918 estruturou-se em três camadas de calamidade: a pandemia (associada a pestes e dores), a guerra (vinculada às atrocidades e “afflições”) e a pajelança, enquadrada na categoria crimes. E em sua concepção, Cururupu teria sido atingida simultaneamente por esses três flagelos, e a paz – decorrente do fim da I Guerra Mundial – surgia como a principal esperança para uma região que ele percebia como social e moralmente degradada.

O novo ano também foi apresentado como um momento de renovação política na região, com a posse de novas autoridades locais:

O NOVO GOVERNO: Assumiram a 1º do corrente os cargos de Intendente e Sub-Intendente, respectivamente, os nossos **illustres amigos coroneis Manoel Ribeiro da Cruz e João Gaspar Rodrigues Picanço, eleitos para o triennio de 1919 a 1921.** A’ posse prestada perante a camara recém eleita e empossada na vespera, da qual fazem partes **os nossos amigos** – capm Luiz Antonio Ferreira, presidente, que não compareceu por estar doente, Joaquim Ribeiro Viégas, v. presidente, Pedro Gatinho dos Santos, José Ribeiro Bastos e Lourenço Bastos da Silva, compareceram as autoridades locais e amigos e admiradores dos recém eleitos que gosam, por suas qualidades cívicas, de grande sympathia no nosso meio (*O Littoral*, 05 de janeiro de 1919, p. 01, grifo nosso).

O tratamento discursivo de *O Littoral* é muito claro: as hierarquias de poder (coronéis, capitães e intendentes) são sistematicamente tratadas com os termos “amigos” e “ilustres”, recebendo adjetivações positivas e legitimadoras. Em contraposição, quando as classes populares são descritas, sobretudo aquelas associadas à prática da pajelança, predominam qualificações marcadamente depreciativas.

Dessa forma, o capital simbólico de natureza política ocupa amplo espaço nas páginas desse periódico, entendido aqui como: “geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital” (Bourdieu, 1989, p. 135). No quadro pandêmico de 1918, as predileções editoriais do impresso cururupuense tornaram-se evidentes, e quaisquer tentativas de transgressão dessas fronteiras sociais passaram a ser consideradas antinaturais.

Ainda no início do mês de janeiro de 1919, as notícias sobre a gripe em Cururupu permaneciam alarmantes:

#### A GRIPPE

Parecia que este terrível mal ia desaparecer do nosso meio onde, infelizmente tem cei[ileg] muitas vidas, pois desde alguns [ileg]as que não se registavam casos novos [ileg] Mas de novo recrudescer o mal, atacando outros pontos desta cidade e do Município. Segundo informações seguras que tivemos apareceu a gripe no Patrocino (1º districto) (Littoral, 05 de janeiro de 1919).

Nesse último fragmento relativo à pandemia na região, embora o editorial jornalístico manifeste a expectativa de um retorno à normalidade, as notícias subsequentes não se mostraram otimistas. A ausência dos devidos cuidados básicos, aliada à escassa assistência estatal e à vasta extensão territorial sob a jurisdição de Cururupu, configurou um conjunto de fatores decisivos para que a doença persistisse na região no início de 1919.

Como demonstrado ao longo deste capítulo, as falhas das esferas estadual e municipal em Cururupu contribuíram para a formação de um cenário pandêmico marcado pela ausência de hospitais e de médicos efetivos, deixando a população em situação de extrema vulnerabilidade.

As leis sanitárias aplicadas nesse contexto direcionaram-se prioritariamente à repressão das práticas da pajelança, sem oferecer respostas estruturais à crise de saúde em curso. Ainda assim, apesar do controle discursivo exercido por *O Littoral* contra essas práticas de cura – crescentemente demandadas pela população – essas se consolidaram como alternativas concretas de cuidado com os griposos e como espaços de acolhimento diante da ausência do Estado.

A paz almejada por Silvestre Fernandes para 1919, de algum modo, em Cururupu, foi garantida, em muitos sentidos, pelo espaço de experiência de uma cultura não elitizada, capaz de angariar adeptos em todas as esferas hierárquicas.

Como será abordado ao final do Capítulo III, Fernandes deixou algumas pistas de que ele próprio pode ter duvidado de suas convicções em alguns momentos em nome dessa paz,

como a de publicar as indicações dos médicos e o chá do pajé Mundiquinho em todos os detalhes: do modo de fazer ao modo de tomar. Por isso tenho fortes suspeitas que nosso bom editor de *O Littoral*, ao final, tenha se rendido – quem sabe! – a um chazinho para a febre braba.

### CAPÍTULO III

De repente, passou a gripe. Ninguém pensava nos mortos atirados nas valas, uns por cima dos outros. Lá estavam, humilhados e ofendidos, numa promiscuidade abjeta. A peste deixara nos sobreviventes não o medo, não o espanto, não o ressentimento, mas o puro tédio da morte (Rodrigues, 1993, p. 56).

### 3 *ASHAVERUS* CAMINHA PELO MAR: A SOCIEDADE MARANHENSE DIANTE DE UMA AMEAÇA ERRANTE

#### 3.1 Necrologia da gripe: as diferenças sociais, de gênero e de raça nas páginas dos impressos de São Luís

Ao longo do Capítulo II, foi possível observar que as aglomerações não foram controladas de forma rígida. Porém, alguns eventos de caráter coletivo passaram a ser restritos a partir do mês de novembro de 1918:

O 2 DE NOVEMBRO. Sabemos que, em virtude das ameaças que a gripe vem fazendo á cidade, não se realizará, êste ano, a costumada romaria ao cemitério, no dia dos mortos, porquanto a necrópole não abrirá nesse dia. E' bem de vêr que esta medida se impõe, como precaução necessária, á autoridade municipal. Como pode verificar-se no que hoje transcrevemos a respeito da influenza, é nas grandes aglomerações que o contágio se torna mais fácil (*Pacotilha*, 25 de outubro de 1918, p. 01).

A nota oficial evidencia uma mudança significativa no discurso e na prática das autoridades locais. Embora ainda se sustentasse, no plano retórico, a ideia de uma doença de caráter benigno, as medidas adotadas indicam um reconhecimento implícito da gravidade da situação.

Essas medidas passaram a ser adotadas logo após a publicação do chamado primeiro caso fatal por gripe bronco-pulmonar. O periódico *Pacotilha* registrou o ocorrido nos seguintes termos: “A GRIPE. Mais três casos. **Um fatal**. Sábado, á tarde, saltou, por solicitação do capitão do vapor Pará<sup>80</sup>, o marinheiro nacional **Francisco Cordeiro**, que faleceu ontem, ás 16 no

---

<sup>80</sup>Lista de desembarque do vapor Pará contendo o nome de Francisco Cordeiro está presente no Anexo – G.

hospital do isolamento, **vítima de gripe bronco-pulmonar**” (*Pacotilha*, 21 de outubro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Quatro dias depois, a morte foi oficialmente confirmada nos registros do Estado: “Óbitos. Dia 21 – **Francisco Gonçalves Cordeiro**, branco, maranhense, **20 anos, gripe broncho-pulmonar** [...]” (*Diario Oficial do Estado do Maranhão*, 25 de outubro de 1918, p. 03, grifo nosso).

Nota-se que a identificação da vítima foi apresentada de forma minuciosa, com a divulgação do nome completo, bem como de informações relativas à raça, à cor e à ocupação, em dois periódicos distintos, justamente por se tratar do primeiro óbito por influenza espanhola oficialmente noticiado.

No conjunto da literatura dedicada à pandemia de 1918, entre os autores previamente consultados, o historiador Alfred W. Crosby é o que mais dedicou atenção ao conjunto de dados estatísticos relacionados às categorias de gênero e raça.

Em *America's Forgotten Pandemic: the influenza of 1918*, de 1976, Crosby destaca o papel feminino em diversas frentes de atuação durante a crise sanitária, em particular fora da esfera doméstica, em um contexto marcado pela mobilização masculina para a I Guerra Mundial: “Elas atuavam como enfermeiras, cuidavam dos refeitórios, atendiam os telefones, cozinhavam e limpavam os indefesos [...] dirigiam as ambulâncias e fechavam os olhos dos mortos”<sup>81</sup> (Crosby, 2003, p. 82, tradução nossa).

Esse deslocamento das mulheres para o espaço público e para funções essenciais de cuidado é interpretado pelo autor como parte de um rearranjo social mais amplo. Crosby menciona o sufrágio feminino como parte do pano de fundo político e social que competia por atenção pública com a gripe espanhola: “A agitação sufragista aumentava à medida que se aproximava a votação no Senado sobre o direito de voto para mulheres”<sup>82</sup> (Crosby, 2003, p. 45, tradução nossa).

Trata-se também de uma obra que fornece informações relevantes sobre raça e etnia no contexto da pandemia, como aquelas referentes aos nativos americanos: “Os índios americanos sofreram terrivelmente com a pandemia. De acordo com as estatísticas do Escritório de Assuntos Indígenas, 24% pegaram gripe (1918 a 1919), e a taxa de mortalidade de 9%, cerca

---

<sup>81</sup>Texto original: They acted as nurses, staffed the soup kitchens, answered the phones, cooked and cleaned for the helpless drove the ambulances, and closed the eyes of the dead.

<sup>82</sup>Texto original: Suffragette agitation was rising as a Senate vote on the franchise for women drew near.

de quatro vezes maior que a das grandes cidades do país”<sup>83</sup> (Crosby, 2003, p. 228, tradução nossa).

Entretanto, embora Crosby também recorra a notícias de jornais como fonte, sua análise não se aprofunda de forma sistemática nas relações sociais, de poder ou nas dimensões de gênero e raça associadas à gripe espanhola.

Estudos mais recentes sobre a pandemia de 1918 passaram a incorporar novas abordagens, com maior atenção aos fatores socioeconômicos e, de forma mais pontual, às questões de gênero. Mesmo quando partem de experiências familiares, essas obras ampliam a análise para dimensões coletivas da crise sanitária.

Nesse sentido, destaca-se o estudo da historiadora americana Patricia J. Fanning, *Influenza and Inequality: One Town’s Tragic Response to the Great Epidemic of 1918*, de 2010, que analisa a cidade industrial de Norwood, em Massachusetts, evidenciando, por meio de dados estatísticos, que a mortalidade entre os mais pobres foi quase três vezes superior à dos grupos mais abastados.

A autora também aborda os impactos familiares da doença e constata que mulheres de bairros pobres e imigrantes foram desproporcionalmente afetadas em razão das condições precárias de higiene e do acesso limitado aos cuidados médicos.

Pesquisas regionais, como *A Gripe Espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia*, de 2009, da historiadora Christiane Maria Cruz de Souza, igualmente apontam como a pobreza, as condições de moradia e a subalimentação contribuíram para a disseminação do vírus e para o agravamento de seus impactos sociais.

Nossa pesquisa observou que, a partir das fontes consultadas – *Pacotilha, O Jornal, Diário Oficial do Estado do Maranhão* –, a forma de compilação dos dados variou de acordo com o gênero e a classe social. Tal variação permitiu a visualização de aspectos fundamentais referentes às diferenças socioeconômicas e às dinâmicas de poder na São Luís do início do século XX.

Com base nos dados consolidados no Quadro do ANEXO – H, verifica-se que, das 76 mortes oficialmente registradas nessas fontes<sup>84</sup>, 41 correspondem a homens e 35 a mulheres, o

<sup>83</sup>Texto original: American Indians suffered hideously in the pandemic. According to the statistics of the Office of Indian Affairs, 24 percent of reservation Indians caught flu from October 1, 1918, to March 31, 1919, and the case mortality rate was 9 percent, about four times as high as that in the nation’s big cities.

<sup>84</sup>O Anexo – H baseia-se em dados extraídos das fontes consultadas, que apresentam lacunas em registros como idade, cor/raça e local do óbito. Observam-se divergências entre os documentos quanto às datas de falecimento e às idades declaradas. Além disso, há uma alta probabilidade de subnotificação, o que indica que muitas mortes causadas pela gripe espanhola podem não ter sido mapeadas pelas fontes analisadas, ou que a *causa mortis* não tenha sido devidamente associada à pandemia de 1918-1919. Outro aspecto importante é que, em determinado momento, os impressos consultados deixaram de nominar as vítimas, passando a tratá-las por meio de números

que equivale, respectivamente, a 53,9% e 46,1% do total. Em termos proporcionais, tem-se que, para cada sete óbitos masculinos, registraram-se seis femininos.

Esses números indicam que, embora os homens tenham morrido em maior número absoluto, a pandemia atingiu os dois sexos de forma relativamente equilibrada em São Luís. A elevada porcentagem de mulheres atingidas pode ser parcialmente compreendida pelos espaços de sociabilidade ocupados pelas mulheres das camadas populares, marcados por intensa circulação no espaço urbano e por atividades cotidianas realizadas fora do ambiente doméstico, como destaca a historiadora Michelle Perrot:

Quais são os lugares de sociabilidade feminina na cidade? Os grandes magazines, o salão de chá e a igreja são três lugares importantes de sociabilidade para as mulheres de certa condição. **As mulheres das classes populares, que circulam mais livremente, encontram-se na rua, no mercado e na lavanderia** (Perrot, 1998, p. 38, grifo nosso).

Se as mulheres das classes populares, em 1918, circulavam mais livremente por mercados e lavanderias, entre outros lugares, elas ocupavam zonas de contágio tão críticas quanto aquelas tradicionalmente frequentadas pelos homens no mesmo período. A leitura dos demais dados, porém, permite ampliar essa compreensão sobre a experiência feminina no contexto pandêmico, especialmente quando se verifica a distribuição espacial dos óbitos.

Entre as mortes registradas nas fontes consultadas e ocorridas no Hospital do Isolamento do Lira, contabilizam-se 20 homens e 7 mulheres, o que corresponde a 48,8% de óbitos masculinos e 20% de femininos.

Essa distribuição indica que a população masculina foi a que mais recorreu ao Isolamento do Lira, em um contexto no qual a circulação de homens desacompanhados pelos espaços urbanos de São Luís era socialmente permitida e naturalizada. Ainda no que tange ao sexo feminino, é possível constatar variações relevantes quando considerados dois outros indicadores.

No tocante as mortes ocorridas em domicílio, registraram-se 9 homens e 8 mulheres. Embora o número absoluto de óbitos masculinos seja ligeiramente superior, a proporção relativa revela um dado significativo: 22,8% do total de mulheres vítimas da gripe faleceram em casa, contra 21,9% do total de homens.

---

referentes a óbitos, entradas e altas de indivíduos que estavam no Isolamento do Lira.

A discrepância torna-se ainda mais expressiva quando se analisam os registros de óbitos classificados como indigentes<sup>85</sup>, cujos os corpos foram retirados do domicílio. Nesse grupo, contabiliza-se 1 homem e 4 mulheres, o que corresponde a 2,4% do total de homens vitimados pela gripe, frente a 11,4% do total de mulheres. Esses dados evidenciam a maior vulnerabilidade da camada popular feminina diante da pandemia.

As mulheres pobres, embora circulassem por espaços públicos no cotidiano, apresentaram maior concentração de óbitos no espaço doméstico e entre os registros de indigência. Isso sugere que no momento do adoecimento, a experiência feminina tendia a ser reprivatizada, isto é, deslocada para o âmbito privado, onde o acesso aos cuidados médicos era mais limitado e dependente das condições materiais do lar.

A partir dessas novas perspectivas sobre as relações de gênero, torna-se possível avançar para uma interpretação das narrativas acerca da chamada gripe benigna veiculadas pelos jornais consultados, o que permite compreender as configurações de poder também a partir dessas dimensões de raça e condição socioeconômica.

Nesse sentido, destaca-se a sessão de “Necrologia”, do periódico *Pacotilha* e “De luto” de *O Jornal*, que divulgavam informações detalhadas sobre os falecidos, frequentemente indivíduos de elevado poder aquisitivo, socialmente distinguidos e com sólidas conexões políticas e sociais, como no trecho a seguir:

DE LUTO. **Cel. Apolinario Jansen.** Faleceu, antes de hontem, **vitimado pela gripe**, o cel. Apolinario Jansen Ferreira, que ocupava, atualmente, o cargo de **diretor gerente do Banco do Maranhão**. A sua morte produziu **profunda consternação no nosso meio social**, onde **gozava ele de inumeras simpatias**. [...] **O extinto deixa viúva e cinco filhos**. [...] **Raimundo Vaz**<sup>86</sup>. Faleceu, hoje, às 13 horas, o sr. Raimundo Vaz, estimado **auxiliar da caza bancaria Oliveira Neves**, da nossa praça. A noticia do triste e inesperado evento causou **profunda consternação na cidade**. A **desolada espoza do inditoso jovem** e ao seu **venerando pai, o sr. dr. Viana Vaz**, apresentamos nossos pezames (*O Jornal*, 22 de novembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Essa passagem permite vislumbrar a representação da morte masculina. Em primeiro lugar, observa-se que os dois óbitos destacados se referem a homens inseridos no espaço público produtivo, definidos por seus cargos, funções, vínculos institucionais e sociais: “diretor gerente do Banco do Maranhão”, “estimado auxiliar da casa caza bancaria Oliveira Neves” e “numerosas simpatias”.

<sup>85</sup>Segundo o *Nôvo Dicionário da Língua Portuguesa*, volume II, de 1899, de Cândido de Figueiredo, indigência significa falta do que é indispensável a vida; pobreza extrema; miséria; privação (Figueiredo, 1899, p. 747).

<sup>86</sup>*Causa mortis* encontrada: gripe influensa, de acordo com Anexo – H.

A construção narrativa associa a perda individual de um homem a um impacto coletivo, expresso pela “profunda consternação” no meio social e na cidade, o que reforça a centralidade masculina nos circuitos de poder econômico da São Luís de 1918. Por exemplo, Raimundo Vaz, filho de um importante juiz da época, contou com serviços de automóvel para seu enterro custeados pelo Governo do Estado, como mostra o ANEXO – I.

Sob a ótica de gênero, é igualmente significativo o modo como as mulheres são representadas nesse fragmento. Elas são mencionadas exclusivamente em relação aos homens falecidos, nunca como sujeitos autônomos, mas como viúva, esposa ou mãe de filhos órfãos.

No tópico “A verdadeira mulher do lar”, da obra *As mulheres ou os silêncios da História*, de 1998, Michelle Perrot analisa a construção do ideal feminino delimitado pelos papéis de esposa, mãe e dona de casa, exigências que se manifestam na reflexão de Bernard, a quem a autora chama de “o anarquista de Grenoble”: “Se, do ponto de vista da independência e da moral, a moça deve trabalhar e receber um salário para viver, **o mesmo não acontece para a esposa; pois aí, a mulher não pertence mais a si mesma, ela pertence a seu marido e a seus filhos**; reunidos, eles formam a família” (Perrot, 1998, p. 179).

No trecho retirado de *O Jornal*, a maneira como as mulheres aparecem na notícia reflete uma lógica social mais ampla, segundo a qual o gênero feminino tem sua individualidade apagada por mecanismos simbólicos e discursivos que o subordinam à figura masculina: elas são apenas a “viúva” e a “esposa do inditoso jovem”, sem nome e sem voz.

Quando os mesmos espaços destinados à comunicação de falecimento se referem a vítimas do sexo feminino, percebe-se um padrão discursivo distinto, como evidencia o recorte selecionado da seção “Necrologia” do *Pacotilha*:

NECROLOGIA. “**Vitimada pela gripe** expirou hoje, às 12 horas, a **exma sra. d. Raimunda Ribeiro Gomes, estremosa espôsa** do sr. Raimundo Gomes e **filha** do sr. Coronel Sirino Dias Ribeiro. Baldados foram todos os esforços para salva-la, e a **inditosa** senora deixa **dois filhos menores**. O seu enterramento efectuar-se á hoje mesmo, às 5 horas da tarde, saindo o féretro da rua dr. Tarquinio Lopes, antiga do Egito, **da residência do coronel Sirino Ribeiro**. Aos seus inconsoláveis esposo, pai, filhos, irmãos e demais parentes, enviamos sentidos de pêsames” (*Pacotilha*, 11 de novembro de 1918, p. 04, grifo nosso).

Como verificado nas porcentagens relativas ao quadro de vítimas da gripe espanhola extraídas dos jornais ludovicenses, homens e mulheres morreram em proporções semelhantes. No entanto, o tratamento discursivo dos impressos era distinto, reafirmando papéis de gênero consolidados.

Os escritos sobre as vítimas femininas carregavam o caráter bipolar masculino/feminino, ecoando a análise da historiadora Andréa Lisly Gonçalves: a de que, nas relações sociais, a associação da mulher à ‘natureza’ a confina à esfera privada, isto é, ao espaço doméstico representado pela casa e pelos filhos, um lócus de realização das potencialidades femininas (Gonçalves, 2006, n.p.).

Assim, a pandemia de 1918 oferece um campo privilegiado para o estudo dessas normatizações, pois o volume e a recorrência desse tipo de texto tornam os padrões discursivos mais evidentes.

No que se refere às diferenças socioeconômicas, as distinções nos tratamentos discursivos tornam-se ainda mais evidentes no contexto pandêmico. Tal diferenciação pode ser observada no recorte abaixo extraído do periódico *Pacotilha*:

A GRIPE. Existiam ontem, no **Lira** 74, doentes, entraram 7 e faleceu 1, com mais de 24 horas. **O gripado falecido chama-se José Marins**. Os que entraram foram **João M. da Silva**, rua Nova; **José M. Ferreira**, rua de S. Pantaleão; **José Noberto Silva, Maria José Silva e Clotilde Silva**, rua da Saude; Ermita Castro, praça João Lisbôa, e Odilon dos Santos, sitio Roma. [...] Já se encontram em franca convalescença os nossos **presados amigos dr. Clodomir Cardoso, capitão Luzo Torres, dr. Anibal de Pádua, srs. Carlos Teixeira e Francisco Aguiar** (*Pacotilha*, 09 de novembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

A análise do fragmento evidencia que a chamada gripe benigna, enquanto *causa mortis* comum, não produziu um tratamento discursivo homogêneo. Ao contrário, o jornal, dentro da seção “A Gripe” organizou a informação segundo critérios que refletem hierarquias sociais bem definidas.

Enquanto os nomes dos griposos pertencentes às elites aparecem com a designação “nossos presados amigos” e acompanhados pelos títulos, cargos e pronomes mais respeitosos, os demais doentes, provavelmente provenientes das camadas populares e trabalhadoras, são listados de forma quase contábil e associados aos seus respectivos endereços, assim como a vítima da gripe chamada José Marins.

Portanto, a separação de classes sociais não se restringe às colunas “Necrologia” ou “De Luto” e “A Gripe” ou “Influenza”, mas entre os indivíduos de maior ou menor prestígio dentro de uma mesma seção que aborda a própria pandemia.

Por meio do método comparativo, percebe-se que as listas nominiais de doentes e vítimas da gripe espanhola não pertencentes à elite ludovicense eram alocadas na seção “A Gripe” ou “A Influenza”:

#### A INFLUENZA.

E' este o movimento do Izolamento: Existiam 31, entraram 6, saíram 5, existem 32 doentes. Saíram: Thomaz Rapozo Camara, travessa do Quebra Costa, 8; Antonio Alves da Silva; Norberto Gonçalves de Souza e João Justino de Almeida, praças do 48º batalhão, e Dario Frutuozo Martins, soldado do Corpo Militar do Estado. Entraram: Alcides da Silva, rua da Palma, n. 36; Severo do Nascimento, rua Cajazeiras, 89; Hermenegildo dos Reis, rua de Santa Rita, 19; Martinho Pereira, Jacinto Maia, 19 e Euripedes Ferreira e Djalma de Barros Godois, da praia de Santo Antonio. – Existem em domicilio 2 doentes á travessa dos Barqueiros, n. 5 (*O Jornal*, 30 de outubro de 1918, p. 01).

Porém, já no mês de novembro, na mesma seção, a listagem de griposos e mortos deixa de ser nominal e passa a ser contábil: “A INFLUENZA. Movimento do Izolamento. Dia 30. Existiam 31 doentes. Entraram 18. [total] 49. Faleceram 2. [Total] 47. Sahiu, curado, 1. [total] 46” (*O Jornal*, 01 de novembro de 1918, p. 04). Essa mudança da nomeação individual para a contagem estatística revela uma estratégia de apagamento simbólico das camadas populares, sobretudo à medida que a epidemia se agravava.

Tal lógica de registro também se estendia às notícias sobre as vítimas indigentes, como demonstra o seguinte fragmento: A GRIPE. Mandou fazer, hoje a remoção dos cadaveres dos **indigentes Inocêncio Dias**, rua da Cruz, 123; **Clotilde Silva**, rua da Palma n. 22; **Luiza Barbosa Coelho**, rua da Viração, 28; Maria Bezerra e Jorge dos Santos (*Pacotilha*, 13 de novembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Essas dinâmicas encontram paralelo direto na análise de Fanning, pois a cidade de Norwood apresentou um padrão semelhante de desigualdades no tratamento dispensado aos mortos da classe popular. Segundo a autora, entre os pobres: “Os nomes dos falecidos eram registrados de forma descuidada, com grafias incorretas, nos atestados de óbito, nas notícias de jornais e nos registros de cemitério”<sup>87</sup> (Fanning, 2010, p. 119).

No caso ludovicense, ainda que a negligência não se manifestasse prioritariamente por erros de grafia, ela se expressou de maneira estruturalmente semelhante: pela exclusão progressiva da identidade dos doentes e mortos pobres, reduzidos a dados numéricos em um processo que culmina no silenciamento de suas trajetórias de vida.

No âmbito das desigualdades sociais e raciais, estudos mais recentes indicam que as disparidades de mortalidade entre brancos e não brancos diminuíram em cidades específicas dos Estados Unidos durante a pandemia de 1918, quando comparadas tanto ao período pré-

---

<sup>87</sup>Texto original: The names of the deceased were carelessly misspelled on death certificates, in newspaper accounts, and in cemetery records.

pandêmico (1900-1917) quanto a pandemias contemporâneas, como a COVID-19 e o HIV/AIDS.

Essa interpretação é apresentada no artigo *Racial Disparities in Mortality During the 1918 Influenza Pandemic in United States Cities*, publicado em 2022 na revista *Demography*, de Eiermann *et al.* Embora restrito a um recorte urbano e demográfico específico, o trabalho introduz o conceito de *imprinting* imunológico<sup>88</sup> no debate sobre a gripe espanhola, ao sugerir que a exposição da população branca jovem adulta de 1918, ainda na infância, à gripe russa (1889-1892) pode ter influenciado os padrões observados de mortalidade.

O artigo, assim, representa uma abordagem baseada em séries estatísticas e hipóteses sobre curso de vida e exposição prévias a epidemias, oferecendo interpretações situadas sobre a mortalidade de populações brancas e não brancas. O estudo não propõe generalizações; dessa forma, tais análises não substituem estudos centrados nas desigualdades sociais, mas ajudam a ampliar o debate ao considerar a atuação conjunta de fatores biológicos, demográficos e estruturais na experiência de uma pandemia.

Nesse sentido, a discussão apresentada assinala a relevância dos estudos raciais no debate sobre a gripe espanhola; sob essa perspectiva, os jornais ludovicenses podem ser analisados como fontes que evidenciam as diferenças sociais e de tratamento presentes em seus discursos.

Embora não possibilitem a construção de séries comparativas capazes de revelar estatisticamente as condições de vida da população não branca, essas fontes possuem menções pontuais a indivíduos descritos com os termos “pretos” ou “caboclos”. Um desses registros aborda o tema do suicídio durante a passagem da gripe espanhola por São Luís:

O suicídio. Infelizmente vão-se tornando muito frequentes em nossa capital os casos de suicidio, há pouco tempo ainda muitissimo raros. A epidemia de gripe trouxe, por outro lado, no seu cortejo de horrores, muitas perturbações mentais aos pacientes no periodo de convalescença. Ontem, por exemplo, **um pobre homem de côr prêta e de cêrca de trinta anos, acometido em consecuencia de gripe, de violenta impulsão suicida, atirou-se, na rua Osvaldo Cruz, sob as rodas de um bonde, escapando graças á pouca velocidade dêste, não sem se ter contundido e ferido lamentavelmente.** Removeram-o para a farmácia Sanitária, onde lhe foram feitos curativos de urgencia, comparecendo o delegado auxiliar dr. Coelho de Souza, que, em vista dos sintomas de alienação que manifestava, o mandou para a Santa Casa

<sup>88</sup>Também conhecido como *original antigenic sin* (OAS), o *imprinting* imunológico caracteriza-se por uma resposta imunológica preferencial a cepas do vírus influenza às quais o indivíduo foi exposto durante a infância (Woo, 2019, p. 01). A hipótese de *imprinting* imunológico apresentada pelos autores depende da premissa de que a pandemia de 1889-1892 tenha sido causada por um vírus influenza; os autores mencionam, contudo, hipóteses alternativas, como a de que tenha sido causada por um coronavírus, caso em que o mecanismo proposto não se sustenta (Eiermann et al., 2022, p. 1958).

de Misericórdia. Dos ferimentos, o mais grave foi na região parietal esquerda, deixando a nú a nossa cerebral (*Pacotilha*, 14 de dezembro, p. 01, grifo nosso).

Os silêncios da imprensa em relação a população negra de São Luís foram evidenciados durante este estudo. Contudo, nos raros momentos em que os jornais indicam a raça dos indivíduos provavelmente atingidos pela enfermidade, essa referência surge associada a qualificações negativas, como a denominação "pobre homem", além de vinculações diretas à loucura e á violenta impulsão ao suicídio.

Essas adjetivações não são circunstanciais, pois se inserem em um repertório discursivo coerente com as concepções vigentes à época, notadamente aquelas difundidas por instituições científicas e intelectuais que sustentavam teorias de hierarquização e degradação racial. Essa perspectiva foi amplamente discutida por Lilia Schwarcz em *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*, de 1993, cuja a temática central foi debatida no Capítulo II.

Outro fragmento jornalístico apresenta a morte de indivíduo identificado como "caboclo", segundo a classificação empregada pelo impresso, e que pode ter ocorrido em razão da gripe espanhola. Ao mesmo tempo revela, por meio de sua narrativa, as condições de abandono e precariedade vivida por muitos não brancos no período:

Insepulto. Farejado pelos urubús. A quem compete a remoção do cadaver? Desde ontem, às 14 horas, que **o cidadão Raimundo de tal, caboclo, de estatura regular, cara assinalada pelas bexigas, sem barbas, trajando calça de brim claro e camisa de meia listada, descalço, se encontra, morto**, nas proximidades da rampa do Portinho. [...] sem conseguir demover uma das higenes a tomar a si o encargo de sepultar o pobre homem, que está jogado na rua, exposto ao sol, deitado sobre uma esteira, tendo por travesseiro roupas sujas, e aguçando a voracidade lugubre dos urubús, que farejam o local, num grazinar constante. [...] **E esse estado de couzas, numa epoca como esta de epidemia**, é para lamentar, **tanto mais que até agora se desconhece a causa mortis do infeliz**, que ali jaz á espera de que os poderes [...] se rezolvam tomar a si a responsabilidade do enterramento (*O Jornal*, 01 de novembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Aqui, Raimundo é descrito por meio da denominação "de tal", expressão que reforça seu apagamento social, simultaneamente em que sua descrição é construída a partir de uma enumeração bem detalhada de características físicas, vestimentas e marcas corporais. Esse tipo de caracterização aproxima-se das representações associadas aos indivíduos perigosos delineados nos discursos científicos e sociais do início do século XX, especialmente aqueles vinculados à chamada Antropologia Criminal:

A escola criminal positiva acreditava que o universo regido por leis mecânicas, causais e evolutivas não dava margens à liberdade do indivíduo. Esse era “uma soma das características físicas de sua raça, o resultado de sua correlação com o meio [...] Para alguns teóricos, o tipo físico do criminoso era tão previsível que seria possível delimitá-lo de forma objetiva. Lombroso, por exemplo, criou uma minuciosa tabela, subdividida em: “elementos anatomicos” (assimetria cranial e facial, região occipital predominante sobre a frontal, fortes arcadas superciliares e mandíbulas além do prognatismo); “elementos fisiológicos” (insensibilidade, invulnerabilidade, manciniço e ambidestria); “elementos psicológicos” (tato embotado, olfato e paladar obtusos, visão e audição ora fracas ora fortes, falta de atividade e de inibição); e “elementos sociológicos” [...] (Schwarcz, 1993, p. 216-217).

Assim, a forma como o periódico pormenoriza os traços físicos de Raimundo e expõe sua condição de vida evidencia o contraste de tratamento discursivo dispensado às diferentes classes sociais ludovicenses, mesmo quando vitimadas pela mesma doença: enquanto, para os abastados, os registros tendem a enfatizar nomes, famílias, trajetórias e ritos fúnebres, a morte de Raimundo é narrada a partir de um cenário de caos, abandono, falta de cuidados médicos adequados e insegurança quando à realização de um sepultamento digno.

Também é importante ressaltar que, no recorte temporal escolhido, não há – mesmo quando se tem notícias sobre outras localidades – qualquer menção às populações indígenas. Tal ausência não foi uma exclusividade do Maranhão no contexto da pandemia de 1918, como indicam Schwarcz e Starling: “Ao que tudo indica, a gripe foi terrível entre vários grupos indígenas [...] mas também outras nações espalhadas pelo Brasil. Todavia, se os registros são escassos quando se referem às mortes de um modo geral, são ainda mais falhos no que diz respeito à população indígena” (Schwarcz; Starling, 2020, p. 289-290). Contudo é um tema que merece ser investigado de forma mais aprofundada no âmbito do Maranhão.

Assim, a análise dos discursos jornalísticos sobre o panorama da chamada gripe benigna em São Luís permitiu compreender não apenas os impactos da doença sobre a saúde da população atingida, mas também as desigualdades sociais e de gênero presentes naquele contexto histórico. As seções voltadas aos registros de óbitos evidenciaram que os tratamentos dispensados aos griposos variavam conforme as hierarquias sociais estabelecidas.

Embora homens e mulheres tenham sido vitimados em proporções relativamente semelhantes, os impressos reforçaram os papéis de gênero já naturalizados, conferindo maior visibilidade pública aos homens e vinculando as mulheres, sobretudo, ao espaço doméstico. No que diz respeito à racialidade das vítimas da gripe espanhola, prevalece o silêncio; os poucos registros existentes revelam um padrão discursivo que associa a população não branca à pobreza, ao abandono e à degradação social.

Dessa forma, as próprias fontes históricas examinadas atuaram como instrumentos de produção discursiva voltados à reafirmação da centralidade das elites e convertendo a experiência da doença e da morte em mecanismos de manutenção de privilégios e de exclusão das camadas populares ludovicenses.

### 3.2 A fé para a cura dos griposos: crônicas religiosas nos periódicos de São Luís na pandemia de 1918

No início de novembro de 1918, em São Luís, a Gripe Espanhola já se apresentava como uma realidade alarmante para a população, o governo e as autoridades sanitárias. O cotidiano passou a ser progressivamente reorganizado em função do avanço dos casos da doença, afetando de forma significativa diversos aspectos da vida social. Entre eles, destacavam-se as práticas religiosas, como a realização de missas ordinárias e as visitas aos enfermos, que precisaram ser revistas diante do contexto epidêmico:

Cronica religiosa. Por justos motivos não haverá, neste mez, a reunião regulamentar da Pia União das Filhas de Maria. **O pároco da freguezia de S. João Batista desta capital lembra aos seus amados e queridos paroquianos que, para a administração dos Sacramentos aos enfermos, mesmo da peste, pode e deve ser procurado** á qualquer hora do dia e da noite, em sua rezidencia (*O Jornal*, 06 de novembro de 1918, p. 4, grifo nosso).

A partir desse breve fragmento, percebe-se que a própria religião católica, em seu domínio local, precisou ajustar-se ao avanço da enfermidade, sem, contudo, abdicar de suas características elementares, estruturadas ao longo do tempo. O pároco, nos limites de sua atuação individual e como representante das demandas coletivas dos fiéis, estabeleceu que atenderia as pessoas, inclusive os acometidos pela gripe, a fim de ministrar-lhes os sacramentos do catolicismo.

Em um contexto no qual “uma epidemia é um mal misterioso, a população estava inquieta e a ciência médica não dispunha de respostas imediatas, mas a religião poderia providenciar os meios de ajuda para as pessoas suportarem o tempo difícil que viviam” (Schwarcz; Starling, 2020, p. 92). Portanto o conforto espiritual tornava-se essencial, configurando um momento em que as experiências do passado, o espaço de experiência, eram mobilizadas como formas de proteção não apenas do corpo, mas, sobretudo, da alma.

A religião também se fez presente no cenário pandêmico em outros países. Observa-se, por exemplo, o caso da Filadélfia – nos Estados Unidos –, onde, em meados de outubro de 1918, os cultos religiosos foram proibidos em razão do avanço da gripe, obrigando a Federação Eclesial de São Francisco a recomendar aos seus fiéis que notificassem os casos influenza espanhola imediatamente e mantivessem o espírito saudável e otimista, assim como uma proximidade com Deus (Crosby, 2003, p. 95).

No Brasil, algo semelhante também aconteceu, como no caso de Belo Horizonte: “a Diretoria de Higiene procurou canais alternativos de informação [...] e passou a engajar padres e associações religiosas na identificação de infectados, vigilância sobre o avanço da gripe a partir das paróquias e divulgação das medidas para evitar contágio” (Schwarcz; Starling, 2020, p. 211).

O panorama de caos pandêmico exigia que instituições de grande apelo popular fossem requisitadas para assegurar a adoção de medidas profiláticas e conter o contágio. Nesse sentido, diversos governos valeram-se de estruturas socialmente consolidadas, como a Igreja Católica, a fim de orientar os fiéis na adaptação de seus ritos cotidianos à realidade da pandemia e às normas implementadas.

Essa articulação entre poder público e instituições religiosas torna-se evidente nas recomendações oficialmente divulgadas pelas autoridades sanitárias, que buscavam limitar práticas tradicionais profundamente enraizadas no cotidiano da população. É nesse contexto que, no dia 08 de novembro de 1918, foi publicada a seguinte notícia no *Diario Oficial do Estado do Maranhão*:

Serviço Sanitario. No intuito de evitar recrudescimento da epidemia reinante nesta capital, a directoria do Serviço Sanitario **aconselha aos habitantes que se abstenham de visitar as pessoas victimadas pela gripe, assim como de acompanhar os enterros e de assistir as missas fúnebres. Estes gestos piedosos devem ser limitados ás pessoas da familia.** Fazendo este apeilo á população, a directoria do Serviço Sanitario, lembra não haver sacrificio que não devamos todos fazer para evitar sacrificios ainda maiores (*Diario Oficial do Estado do Maranhão*, 08 de novembro de 1918, p. 03, grifo nosso).

Enquanto as autoridades sanitárias buscavam limitar o contato social e os ritos coletivos, a Igreja Católica procurava ajustar essas restrições sem abdicar de sua presença simbólica e espiritual, especialmente junto aos enfermos. Portanto, os discursos religiosos e sanitários não se apresentavam necessariamente como antagônicos, mas como campos de negociação em torno da manutenção da ordem social e do enfrentamento da crise pandêmica.

Com a manutenção dos ritos em caráter individual pela Igreja Católica, muitos religiosos acabaram sendo vítimas da gripe, como ocorreu com o vigário da própria freguesia de S. João Batista de São Luís:

#### A GRIPE

**Teve, hoje, um forte ataque de gripe o conego Silvino Silva, vigário da freguesia de S. João Batista d'esta capital.** Ainda hoje, pela manhã, foi ele duas vezes ao cemitério, em serviço do seu ministério. [...] Conforme um ligeiro exame que fizemos nos atestados de óbitos, **desde o dia 1º até ontem, já faleceram de gripe, nesta capital, 56 pessoas** (*Pacotilha*, 13 de novembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Como pode-se notar, o padre Silvino Silva também foi acometido pela gripe. O fato de ter se deslocado ao cemitério duas vezes no mesmo dia evidencia não apenas sua intensa atuação nesse panorama pandêmico, mas também a elevada demanda por serviços fúnebres nesse contexto, reflexo direto do agravamento da crise sanitária na capital maranhense.

A intensa circulação do cônego Silvino Angelo da Silva entre aqueles que estavam acometidos pela chamada gripe benigna não pode ser compreendida apenas como uma resposta à crise sanitária de 1918. Sua atuação insere-se em uma trajetória de epidemias dentro da cidade de São Luís. Muito antes da influenza hespanhola, ele já havia desempenhado um papel semelhante durante a epidemia de varíola que assolou a capital no final do século XIX:

A pre[ileg] da província, aceitando o oferecimento feito pelo arcepreste dr. João Tolentino Guedelha Mourão, dos seus serviços e dos do clero para relacionar a população desvalida da capital accommettida de varíola, nomeou três commissões, sendo [...] e na de S. João Baptista do conego Raimundo Gil da Silva Britto e dos padres Silvino Angelo da Silva , João Evangelista de Carvalho e Antonio Rodrigues Sodré, afim de encarregar-se de alistar sob a direc o do mesmo arcepreste a popula o desvalida atacada da varíola e levar o necessario socorro a cada um em suas moradas; (*Pacotilha*, 10 de janeiro de 1883, p. 03).

Por esse trabalho, Silvino Silva recebeu a Comenda da Ordem Christo, através do senador Luiz Antonio Vieira da Silva (*Pacotilha*, 20 de agosto de 1919, p. 01). O reconhecimento oficial recebido posteriormente, reforça o prestígio associado a esse tipo de serviço religioso em contextos de calamidades.

Em 13 de novembro de 1918, o periódico *O Jornal* reforçava a gravidade da situa o ao noticiar as dificuldades enfrentadas nos serviços funerários da cidade:

**A influenza. Em S. Luiz.** Tem aumentado o numero de casos fatais da influenza entre nós. **De ha dias que ficavam insepultos, em deposito, de 3 a**

**4 corpos, por falta de pessoal, sendo sanada essa falta atualmente, por isso que estão em serviço 8 coveiros.** – A’ noite, estão fazendo remoção de cadavres para a Necropole, em carros. Segundo opiniões de diversos medicos a quem indagamos **a epidemia da influenza já está decrescendo entre nós** (*O Jornal*, 13 de novembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Esse fragmento de notícia explicita o caos provocado pela pandemia e, conseqüentemente, a perda da força de trabalho e a alta demanda, situação que levou muitos corpos a permanecerem dias sem os ritos fúnebres e o sepultamento adequado. Esse quadro observado na capital ludovicense dialoga com o panorama descrito por Schwarcz e Starling acerca do avanço da gripe em diferentes localidades:

À medida que a gripe avançava, o número de mortes diárias atingia uma velocidade estonteante. **Em algumas cidades, não havia caixões suficientes e os cemitérios não tinham capacidade para enterrar tantos corpos ao mesmo tempo.** Faltavam também coveiros, pois muitos foram vitimados pela peste (Schwarcz; Starling, 2020, p. 65, grifo nosso).

A atuação da Igreja Católica durante a pandemia também abrangeu os espaços destinados ao tratamento dos griposos. Essa presença entre os enfermos atacados pela gripe benigna aparece no periódico *O Jornal* em meados de novembro: “UMA VISITA AO ISOLAMENTO. Os **doentes ostentam todos um pequeno crucifixo ao pescoço.** Informaram-nos que é o **padre Santos**<sup>89</sup> quem vae lá, todos os dias, ministrar-lhes os socorros da Igreja” (*O Jornal*, 16 de novembro de 1918, p. 01).

A recorrência da visita do padre Manoel Santos revela que os ritos religiosos eram essenciais para atribuir sentido à experiência da doença e da morte em meio ao cenário pandêmico.

Por isso, missas também eram celebradas dentro do Hospital do Isolamento do Lira: “A GRIPE. Amanhã, o ver. Padre Manoel Santos **celebrará, às 7 horas, no isolamento do Lira, uma missa para os doentes**” (*Pacotilha*, 23 de novembro de 1918, grifo nosso). Trata-se de uma atuação que reforça a autoridade simbólica da Igreja Católica como mediadora entre o sofrimento individual que se encaminhará para a cura ou para a morte.

A escassez de trabalhadores e o acúmulo de cadáveres levaram as autoridades a adotar medidas excepcionais. Ainda no contexto das notícias publicadas em dezembro, *O Jornal* noticiou, no mesmo período, a seguinte decisão: “INDULTO. Foi indultado o detento Raul

---

<sup>89</sup>Pe. Manoel dos Santos Ferreira foi reitor do Seminário Santo Antônio, de São Luís, por 18 anos (1908-1926). Faleceu em Belo Horizonte em 12 de julho de 1942 (Pachêco, 1922, p. 538-539).

Oscar Saldanha, em vista dos serviços que prestou durante a epidemia de gripe” (*O Jornal*, 14 de dezembro de 1918, p. 02).

Embora a nota não especifique a natureza exata dos serviços prestados, ela revela que, durante a pandemia, São Luís recorreu à mão de obra proveniente das prisões para enfrentar a crise sanitária. Essa estratégia não foi exclusiva da capital maranhense, sendo adotada também em outras cidades brasileiras, conforme apontam Schwarcz e Starling: “Contudo, com a epidemia de espanhola, os coveiros passaram a enterrar uma média de quarenta corpos por dia.

Como resultado, muitos cadáveres ficavam insepultos, e se convocavam praças policiais para cavar valas, **e presos para enterrá-los**” (Schwarcz; Starling, 2020, p. 277, grifo nosso). Dessa forma, a situação em São Luís revela-se devastadora, pois a recomposição da força de trabalho passou a depender de detentos, mediante algum tipo de compensação.

A grande gripe de 1918, com a alta quantidade de mortos e insepultos, provocou uma ruptura significativa nas tradições associadas à morte. Tais tradições remetem a estruturas muito antigas, que atravessaram séculos, como aquelas formuladas no *Ars Moriendi*, no contexto do cristianismo:

Para que o fiel conquiste um bom lugar no Além, conseguindo purgar as suas penas, diminuindo o tempo no Purgatório e conseguindo chegar o mais rápido possível ao Paraíso, é necessário que durante a sua vida tenha seguido corretamente as orientações cristãs, indo a missas, fazendo doações, a confissão anual, a penitência pelos pecados. **Mesmo que tenha tido ações corretas, o momento da morte pode levar tudo a perder, pois os demônios são traiçoeiros e podem levar à perdição da alma** (Nascimento; Dillmann, 2022, p. 46-47, grifo nosso).

Em outros termos, isso significa que o momento da morte é de suma importância para que se concretize tudo aquilo que o fiel fez para alcançar um lugar no que para ele era o paraíso. E, apesar desse costume ter sido modificado ao longo dos séculos seguintes, a expectativa que acompanha os rituais acerca da morte permaneceu.

Nos dias comuns, a sociedade aguarda que a maioria das pessoas tenha um memorial ou um funeral, ou mesmo tenha um túmulo com seu nome. Entretanto, com a Pandemia de 1918, as tradições em torno da morte foram quebradas. E, conseqüentemente, a boa morte ganhou contornos de algo quase que inalcançável.

A rapidez com que levava à morte e a abrupta morte de muitos jovens, distanciou muitos deles do ideal de boa morte – aquela que permitia a preparação gradual e a aplicabilidade dos ritos tradicionalmente esperados pelas comunidades:

Boa morte, como a empregamos neste capítulo, refere-se ao *kalos thanatos* grego [...] que significa **morrer belamente ou de um modo ideal ou exemplar**. Este estilo de boa morte não é repentino, mas geralmente se refere a mortes bem preparadas pelos morrentes. Boa morte, neste sentido, é um morrer condizente com a expectativa mais geral da comunidade de tornar a morte tão positiva e significativa quanto possível para o máximo de pessoas (Kellehear, 2016, p. 170, grifo nosso).

Com as mortes provocadas pela gripe espanhola, perdeu-se o controle sobre o próprio corpo e sobre o seu preparo para o *post mortem*. Instalou-se um cenário de incertezas que fez com que as condições tradicionalmente associadas a uma boa morte fossem perdidas, dando lugar ao anonimato, enterros em valas-comuns, corpos insepultos e enterros às pressas.

Assim, consolidou-se a experiência da chamada morte ruim, frequentemente associada a situações extremas, como as guerras. Ela provoca a separação e a segregação, diminuindo ou mingando o contato da família com a pessoa falecida:

O que tornava muitas dessas mortes “ruins” era não só a falta de aviso e, portanto, a ausência da consciência de sua iminência, como também a capacidade do moribundo de exercer o controle e o preparo que possibilitariam uma transferência tranquila da propriedade material para os herdeiros e dos assuntos espirituais para o além-mundo. [...] A morte ruim promove a desordem (Kellehear, 2016, p. 179).

Quando ocorre um rompimento nas tradições provocado por um evento histórico das proporções da gripe espanhola, as comunidades perdem os seus pontos de referências – o porto seguro em que se fixavam devido ao espaço de experiência. Trata-se de um recorte temporal em que os conceitos em torno da morte sofriam uma mudança pelas perdas massivas nos *fronts* da I Guerra Mundial.

Com a influenza de 1918, mesmo aqueles países que não participavam diretamente da guerra foram atingidos; o que contribui para uma mudança ainda mais acelerada em relação aos rituais costumeiros da passagem para o além-vida.

A morte em massa suprime os ritos de passagem de forma repentina, produzindo o medo e a insegurança em caráter coletivo e individual. Conforme aponta Delumeau, uma pandemia desnuda a morte, que passa a ser percebida como anônima, repulsiva e dessacralizada, de modo que: “toda a população corre o risco do desespero ou da loucura, sendo subitamente privada das liturgias seculares que até ali lhe conferiam dignidade, segurança e identidade” (Delumeau, 2009, p. 181).

Nesse panorama, observa-se uma interrupção dos exercícios ritualísticos do dia a dia: a cidade torna-se silenciosa e a solidão impera entre os doentes e os familiares. O futuro passa a

ser um vislumbre da desestruturação, o que abala o imaginário coletivo, levando a aceitação da possibilidade de mudança para novas perspectivas que melhor se ajustem às circunstâncias impostas, possibilitando assim, a formação de novas estruturas sociais e simbólicas.

No mês de novembro, a região do Lira tornou-se uma alternativa para aqueles que precisavam de atendimento e aconselhamentos sobre o mal espanhol e não tinham recursos para tratamentos particulares e ainda possuíam o receio de ir para o hospital do lugar:

**Posto de socorro aos gripados e de vacinação.** Inaugurou-se hoje, às 8 horas, no portão do Isolamento do Lira, o Posto de Socorro aos gripados e de vacinação. A criação deste posto, neste local, obedece á indicação do dr. Oto do Lago Galvão, jovem e incansavel clinico, que tomou a si, **gratuitamente**, a direção do mesmo, organizando o horário das consultas, diariamente. Das 8 ás 10 horas. Das 13 ás 16 horas. [...] Objetando sobre o local afirmou-nos o dr. Oto **não ser digno de receio essa escolha, porquanto o Posto será junto ao portão, muito longe, por consequencia, do Isolamento.** [...] só irão para o hospital aquelles que quizerem, os outros se tratarão em suas cazas [...] (*O Jornal*, 18 de novembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

No imaginário popular de 1918, como discutido no Capítulo II, o lugar associado ao hospital persistia como a representação do abandono, da morte sem ritos e da passagem solitária. O historiador francês Philippe Ariès exemplifica esse pensamento de época quando menciona que “o leito era o lugar imemorial da morte. Continuou a sê-lo até ter deixado de ser leito, símbolo do amor e do repouso, para se tornar hoje nesse material tecnológico de hospital, reservado aos grandes doentes” (Ariès, 1977, p. 130).

Assim, as próprias justificativas de Oto Galvão para a instalação do posto junto ao portão e “muito longe, por consequencia, do Isolamento” e a insistência de que “só irão para o hospital aquelles que quizerem” revelam a força simbólica negativa associada ao espaço hospitalar em que, como indicado por Ariès, o leito passa a ser um dispositivo meramente técnico.

O discurso jornalístico indica uma estratégia de mediação entre o medo do hospital e a necessidade de assistência médica para os griposos, em que procura, gradualmente, quebrar as barreiras impostas pelo imaginário coletivo.

Poucos dias depois, surgiram nos jornais menções a uma mudança comportamental da população em relação ao Isolamento da região do Lira: “A GRIPE. **O povo, felizmente, já vai perdendo o medo de ir para o isolamento.** Assim é que muitos gripados teem ido, por iniciativa propria, entregar-se ao tratamento naquela casa de caridade. Ante-ontem foram três, ontem mais três e hoje quatro” (*Pacotilha*, 25 de novembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Esses registros sugerem um movimento de reavaliação do imaginário negativo associado ao hospital no final do mês de novembro de 1918; alguns fatores podem ter contribuído para esse quadro, como a necessidade de atendimento urgente e a presença de agentes reconhecidamente legítimos para a população, como o padre Manoel dos Santos, atuando continuamente no dia a dia hospitalar juntos aos griposos.

Assim, o Hospital do Lira passa, progressivamente, a ser visto, ainda que de forma cautelosa, como um espaço de cuidados e de esperança de cura.

Com a chegada do mês de dezembro de 1918, a vida em São Luís começou a dar seus primeiros passos para a recuperação. Observa-se, nesse sentido, a seguinte propaganda estampada na primeira página do jornal *Pacotilha*: “Cinema Teatro – S. Luis. Depois de muitos dias fechado, devido à gripe, **será franqueado novamente ao público, hoje, esta casa de diversões**” (*Pacotilha*, 04 de dezembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

A cidade encaminhava-se, assim, para um cenário de pós-pandemia, marcado por uma tentativa de retomada da rotina, no qual a sociedade dava mostras de agradecimento pelo livramento da doença, especialmente por meio de manifestações religiosas, como evidencia a notícia a seguir:

Cronica religioza. A procissão. A's 4 ½ horas da tarde, sairão em solene procissão, as imagens de N. S. da Conceição e S. José. O exmo. sr. Bispo diocesano, atendendo ao pedido do vigário da freguesia, permitiu que á imagem de Maria acompanhe a de S. SEBASTIÃO. **Advogado contra a peste e insigne capitão dos guardas romanos, em ação de graças pela extinção da epidemia espanhola.** E' de esperar que a procissão da Conceição tenha neste ano uma concorrência excepcional [...] saindo tambem a imagem do glorioso mártir – **S. Sebastião, para quem se voltaram os olhares de todos que foram atacados ou não da terrível gripe,** que irrompeu nesta cidade (*O Jornal*, 05 de dezembro de 1918, p. 04, grifo nosso).

Era um momento de gratidão pela sobrevivência e de cumprimento das promessas feitas em meio ao temor da morte. A vida precisava adquirir um novo significado. Nesse contexto, os espaços que haviam oferecido alento espiritual e esperança durante tempos tão delicados como os da passagem da gripe espanhola não foram esquecidos.

Depois de transcorrida mais da metade do mês de dezembro, foi noticiado pelo *O Jornal*: “A influenza. Felizmente, todas as pessoas que ainda se encontrava gripadas, no Isolamento do Lira, tiveram alta, pelo que já se acha fechado o referido Isolamento. Ainda bem” (*O Jornal*, 18 de dezembro de 1918, p. 01).

A notícia sinaliza que o governo estadual já não via a necessidade de manter um local para atender exclusivamente os griposos, uma vez que os últimos pacientes tiveram alta. Ainda

que os informes fossem positivos e indicassem o recuo da doença na região, a população parecia mais cautelosa – ou mesmo mais abatida – do que nos primeiros momentos da peste:

O natal. **Esteve desanimado o Natal dêste ano.** Dir-se-hia que o nosso povo, outrora tão amigo das tradições, vai perdendo pouco a pouco esse apego preciosíssimo. **O movimento pelas ruas, na noite de 24, não foi grande.** [...] Que pena! Quantos singelos atrativos não ofereciam essas festas de Natal, de outrora (*Pacotilha*, 26 de dezembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

Nesse momento, havia pouco a ser celebrado. Muitos, provavelmente, ainda estavam enlutados, tomados pela insegurança e refletindo sobre como a vida reorganizaria dali em diante. Entre os ludovicenses, a passagem da gripe espanhola esteve associada à perda e à incompletude, além da depressão, do medo e da melancolia.

Nesse sentido, a observação de Schwarcz e Starling sobre o aumento dos suicídios no Rio de Janeiro ajuda a dimensionar a profundidade dos impactos psicológicos da pandemia no país: “O desespero bateu forte na porta dos cariocas. O número de suicídios aumentou muito, e ganhou o espaço das pequenas notas que lotavam os jornais avisando que infectados e familiares, diante da doença ou da solidão, atentavam contra a própria vida” (Schwarcz; Starling, 2020, p. 131).

Dessa forma, o recomeço após a passagem da hespanhola configurava-se, naturalmente, como um processo lento e marcado pela cautela.

Ainda que a pandemia de 1918 se situe na chamada curta duração, as experiências por ela provocadas – como evidenciam os fragmentos dos periódicos analisados – foram interpretadas e vividas a partir de estruturas religiosas já consolidadas no imaginário popular. Como afirma o historiador Alphonse Dupront: “O fenômeno religioso pertence, do ponto de vista temporal, ao longo prazo. Mais ainda: as suas transformações [...] são muito lentas” (Dupront, 1976, p. 83).

Assim, as adaptações implementadas pela Igreja Católica durante a vigência da moléstia não devem ser vistas como rupturas, mas como estratégias de reorganização destinadas a preservar e manter operantes essas estruturas religiosas em um contexto de caos sanitário.

Portanto, a análise das colunas relativas à religião católica nos periódicos de São Luís durante a pandemia de 1918 evidenciou que o apelo à devoção individual constituiu um recurso central para o enfrentamento coletivo da gripe, então considerada benigna.

A atuação dos religiosos, ao levar os ritos aos doentes no Hospital do Isolamento, provavelmente contribuiu para a gradual ampliação da procura voluntária por esse espaço, ao atenuar o medo associado do ambiente hospitalar. Nesse processo, a articulação entre Igreja

Católica, médicos conhecidos e impressos foi essencial para a conscientização da população e para a ressignificação desses locais de tratamento em meio à crise pandêmica.

### 3.3 Heróis e heroínas da epidemia de gripe: um arsenal jornalístico contra a pajelança em Cururupu

Como vimos anteriormente, Silvestre Fernandes não mediu esforços, por meio de seu jornal *O Littoral*, para condenar a prática da pajelança em Cururupu em tempos pandêmicos, utilizando-se de seu *status* de homem de *sciencia* maranhense e das teorias que permeavam as revistas dos IHGBs do início do século XX.

Enquanto a gripe espanhola reinava, os periódicos de São Luís entrevistavam médicos ludovicenses e traziam conselhos das autoridades sanitárias do Rio de Janeiro, bem como meios preventivos e meios abortivos em suas páginas e incentivando as práticas individuais de profilaxia; o impresso cururupuense ocupava-se mais de exercer seu poder na condenação das artes de cura populares que, até então, já haviam adquirido adeptos provenientes de todas as camadas sociais.

A determinação de Fernandes mostrava-se nítida – a *sciencia* não poderia ceder espaço para aquilo que ele considerava simplesmente o mais puro charlatanismo e a degradação das gerações que estavam por vir:

Poupemos aos vindouros a vergonha de serem descendentes de uma geração de pageiros. Poupemos enquanto é tempo. Porque dessa nodoa não escaparemos, **quer creiamos ou não no bicho dagua** visto que o numero dos descrentes é tão reduzido, que talvez não chegue a CEM, em todo o municipio. Até os estrangeiros se obliteram e se transformam em repugnantes alimarias (*O Littoral*, 15 de dezembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

O recorte jornalístico acima traz alguns elementos próprios da pajelança praticada em Cururupu em 1918. Como explica Gustavo Pacheco, a expressão “tendo bicho d’água” ou “linha de cura” refere-se aos pajés de nascença, aqueles que possuem o dom, os que foram escolhidos pelos encantados, como a mãe-d’água, pois ela “se agradou da criança” (Pacheco, 2004, p. 83).

No caso do periódico *O Littoral*, provavelmente, a expressão refere-se mais aos próprios encantados e a crença em sua existência ou não. Para Mundicarmo Ferreti, o termo “encantado”,

no Maranhão, relaciona-se a uma categoria de seres espirituais que se manifestam em transe mediúnico, apesar de serem invisíveis.

Em termos religiosos, apresentam-se como alguém que teve vida terrena e desapareceu misteriosamente, ou seja, “encantou-se” (Ferreti, 2000, p. 24). Para Eduardo Galvão, significa “Tudo que se refere aos sobrenaturais. Os companheiros do fundo são ‘encantados’. O conceito não se aplica aos santos” (Galvão, 1955, p. 1918).

Apesar de todas as adversidades e de todo o arsenal jornalístico em desfavor da pajelança em Cururupu, as atividades religiosas e terapêuticas continuaram, como vimos até então. As intenções da ciência do início do século XX, por muitas vezes, flertaram com a possibilidade real de apagamento de estruturas sociais milenares. O controle e o poder sobre essas populações eram muito mais importantes, independentemente se essa própria *sciencia* não alcançasse aqueles que dela necessitavam em momentos como a pandemia de 1918:

Explicado como **resultado da miscigenação** e do **pouco conhecimento**, o **curandeirismo** foi problematizado, antes e depois da influenza, por cientistas e diversos cidadãos, e **seus praticantes foram muitas vezes estigmatizados** como **portadores de tipos particulares de loucura**, o que justificou ainda mais as tentativas de controle sobre aquelas pessoas no início do século XX (Bertucci, 2004, p. 240, grifo nosso).

Em um processo no qual não há igualdade de forças, esse poder atravessa as narrativas que são controladas apenas por uma voz. Entretanto, a produção da história acontece sempre em um contexto histórico específico. Na passagem de 1918 para 1919, e no auge de uma pandemia, ainda que Fernandes tenha concentrado todas as suas forças para tornar uma parte dessa produção histórica indigna, os atores históricos também são narradores e vice-versa, mesmo que pelo meio enviesado de *O Littoral*.

Nesse sentido, há dois lados da historicidade nesse recorte: um viabilizado e outro silenciado (Trouillot, 2016, p. 53). Em uma História da Pandemia, ou mesmo em uma História das Doenças, em qual lugar encontram-se esses heróis? Ou somente aqueles da História da Medicina devem ser lembrados?

É um tanto irônico que, a partir daqui, esses agentes históricos possam ser desnudados pelas linhas de um detrator. As interpretações de suas lamúrias fornecem detalhes muito preciosos de um cotidiano assinado pela resistência e por jogo de poderes.

Como mencionado anteriormente, minhas suspeitas sobre o editor de *O Littoral* ter-se rendido, no final das contas, a um chazinho da natureza foram confirmadas. Eis que se tem:

E' ainda o **celebre Mundiquinho** o heroe desta epidemia de gripe que elle denomina de *febre braba*. **Mundiquinho é analfabeto**, por isso tem um **secretario**, um grande titular da malandrice, o **sr Vespasiano de Figueirêdo**. São suas as seguintes **receitas** para evitar a gripe (febre braba) - Cinco flores de maravilha e junco do salgado. Fazer chá e tomar durante cinco dias. Outra: Raiz de jasmim, 3 pingos de agua benta, 3 colheres de mel de abelha, erva dace, cha da India e alfazema. Deitar tudo em uma garrafa de cachaça e tomar ás chicaras, depois de oito dias de infuzão. Usar tambem o seguinte banho: Folha de arruda com malva rosa. Receita para febre braba. Casco de cavallo, penna de gallinha choca, casca de paparauba, entre casco de soita – cavallo preto. Outra: Quinino, 9 pimentas malaguetas, [ileg]aspagem de casco de cavallo preto. Avalie-se agora quanto mal irão fazer estas e outras receitas que semelhantes exploradores vão espalhando entre esta população ignorante e embrutecida... (*O Littoral*, 15 de dezembro de 1918, p. 01, grifo nosso).

São muito interessantes e de enorme importância os detalhes que nos são fornecidos acerca do funcionamento da pajelança em Cururupu, pois, além dos agentes históricos mencionados, os cargos exercidos por eles possibilitam a reconstrução de uma parte cultural de uma comunidade e a comparação com algumas partes do exercício da medicina e farmácia.

Recordemos que, no capítulo anterior, foi apontado que, na região cururupuense, os pajés que atuaram durante a gripe espanhola provavelmente consideravam os médicos, escassos na ocasião, como colegas. O inverso, contudo, não ocorria em tempos de calma. Entretanto, uma análise em páginas anteriores de *O Littoral* permite visualizar um quadro bastante peculiar nesse sentido:

A GRIPPE: Pede-nos o **pharmaceutico Flavio Silva**, a publicação dos seguintes **conselhos medicos sobre a gripe**. 1º – Logo que as pessoas comecem a sentir os primeiros sintomas do mal que são *dores de cabeça, sensibilidade no carço dos olhos, entupimento do nariz, aperto na garganta, dor e cansaço nas costas e nos braços e nas pernas, dores no ventre, calafrios, febre, abatimento geral e mal-estar* devem recolher se imediatamente e tomar os seguintes remedios: 2 colheradas bem cheias de sulfato de soda dissolvidas numa chicara de agua quente ou duas colheradas de oleo de ricino; logo que o effeito purgativo se manifeste, começar a tomar as seguinte capsula: USO INTERNO Sulfato de quinino 25 cetigr Aspirina 25 cetigr Salicilato de sodio 25 cetigr Para uma capsula. Tomar 4 destas por dia, uma de tres em tres horas. Esta medicação não deverá ser continuada alem do periodo febril. Passada a febre, só o sulfato de quinina deve ser continuado porque serve tambem para combater a fraqueza que deixa o mal. Ainda durante este periodo febril os doentes poderão tomar a seguinte poção: USO INTERNO Acetato de amonio 10 grammos Tinctura de cannela 10 grammos Xarope de quina 40 grammos Hidrolato de tília 100 grammos As colheres de hora em hora O sulfato de quinina, para continuar o tratamento, deve ser assim formulado: USO INTERNO 20 centigr. Sulfato de quinina Bicarbonato de sodio 25 centigr. Para uma capsula. Tomar destas 2 por dia (*O Littoral*, 08 de dezembro de 1918, p. 02, grifo nosso).

Se a pajelança era considerada tão maléfica à herança moral das novas gerações, por que Fenardes utilizou a mesma estrutura da coluna “Conselhos médicos e farmacêuticos” tanto

para o pajé Mundiquinho quanto para o farmacêutico Flávio Silva? Se o combate às artes de cura populares implicava em sua invisibilização, qual foi, então, a verdadeira intenção ao indicar mais de duas receitas de chá, com medidas detalhadas e modo de uso provenientes do referido pajé, inclusive respeitando o tempo místico necessário para a poção ficar pronta?

Já percebemos, até aqui, o intuito mais nítido de Fernandes, um homem com convicções morais eurocentristas que publicamente propagava a vilania da pajelança. A Cururupu de 1918-1919 teve, como ele mesmo deixou registrado, uma forte adesão às artes de cura populares. O passado escravagista marcou essas terras com a presença de inúmeros ex-escravizados e de seus descendentes, herdeiros de crenças passadas pela tradição da oralidade<sup>90</sup>.

Dessa forma, a pajelança possuía, provavelmente, um *status* de vivência e convivência, sendo considerada uma prática do cotidiano. Ou seja, todos se utilizavam dela de uma forma ou de outra: “Na Europa, a palavra ‘magia’ é sempre tomada no mau sentido, enquanto que na África designa unicamente o controle das forças, em si uma coisa neutra que pode se tornar benéfica ou maléfica conforme a direção que lhe dê” (Bâ, 2010, p. 173).

A circulação de ideias provocadas pela pajelança em Cururupu se mostrou mais claramente na pandemia de 1918, o que implica resistência e fortes raízes dessas práticas de cura. Isso nos faz retomar as perguntas anteriores a respeito da publicação dos remédios e chás do pajé Mundiquinho nas páginas de *O Littoral*.

Segundo o antropólogo Michel-Rolph Trouillot, “o mais importante é o processo e são as condições de produção dessas narrativas. Somente focalizando esse processo será possível desvelar as formas em que se entrelaçam num dado contexto os dois lados da historicidade” (Trouillot, 2016, p. 56).

Vimos, até este ponto, as ideologias de Silvestre Fernandes, suas posições sobre a pajelança e, até de certo modo, seus anseios. O exercício de seu poder procura invisibilizar e criminalizar. Entretanto, há vestígios de vozes entre o que aconteceu e o que foi selecionado para ser contado, no processo de fabricação da narrativa histórica.

Para o nosso homem de *sciencia*, a pajelança, na superfície de sua observação, fez mais vítimas que a própria gripe. Porém a camada desnudada da pandemia em Cururupu revelou falhas governamentais e falta de médicos, atreladas ao desconhecimento da doença pela própria

---

<sup>90</sup>Serrano do Maranhão, que fazia parte de Cururupu até 1994, em 2023 foi a cidade brasileira com maior proporção de pessoas negras, com 58,5% declarando-se pretas e 55,7% quilombolas (Imirante.com, 22 de dezembro de 2023, n.p.). Com o fim da escravidão, várias fazendas foram abandonadas. Assim ex-escravizados tiveram a possibilidade de permanecer em terras nas quais já trabalhavam, mantendo suas famílias, modos de vida e tradições (Almeida, 2013, p. 02). Muitas terras quilombolas hoje ficam em localidades que pertenciam a Cururupu em 1918-1919.

ciência: “Sabia-se pouco sobre a espanhola; as respostas dos médicos eram insuficientes naquele momento: eles receitavam quinino e aspirina. Os profissionais de saúde estavam perplexos e atarantados, e a população sentia-se anormalmente insegura” (Schwarcz; Starling, 2020, p. 85).

No final das contas, a partir das hipóteses levantadas sobre os discursos e as entrelinhas de *O Littoral*, a urgência imposta por uma doença pouco compreendida à época, a presença de um cenário de medo e a luta pela sobrevivência podem ter acionado um movimento duplo de Fernandes: o reconhecimento da circulação local de remédios da natureza, conciliando, em partes, crença e racionalidade, dentro de um quadro de abandono institucional que permitia a seus leitores escolherem entre diferentes formas de cuidado.

Contudo, essa proposta foi revestida de moralização e de reafirmação da autoridade da ciência. Uma colocação do historiador Georges Duby, ao abordar o medo que as epidemias causam, resume bem a situação aqui colocada: “Diante de um mal desconhecido, o terror é imenso. O único recurso é o sobrenatural” (Duby, 1998, p. 80). Por isso, tenho fortes suspeitas de que, em algum momento, Silvestre Fernandes tomou um daqueles chás.

A presença tão resistente da pajelança em solo cururupuense não é fruto da pandemia de gripe espanhola ou das falhas governamentais. Essas estruturas sociais resistiram ao longo do tempo, em uma perspectiva diacrônica. A presença da gripe espanhola, nesse recorte temporal observado, configura-se como um evento sincrônico que, como todas as catástrofes de caráter global, representou uma ruptura.

Tal ruptura colocou em evidência um modo de vida secular que estava desafiando outros modos de vida também já consolidados. Para compreender melhor essas dinâmicas, os conceitos de estrato, de Koselleck, e de duração, de Braudel podem ser empregados para um melhor entendimento desse panorama de 1918-1919 e das composições sociais que o formavam.

Ao introduzir o conceito de longa duração, Fernand Braudel possibilitou o entendimento de estruturas sociais relativamente estáveis e duradouras, assimiladas como “uma organização, uma coerência, relações suficientemente fixas entre realidades e massas sociais” (Braudel, 1990, p. 14).

Essas estruturas compõem os planos profundos e de mudança lenta da história, não imutáveis, pois se transformam gradualmente ao longo do tempo e das relações que as sustentam. A coerência desses arranjos tende a se reproduzir, uma vez que se baseia em elementos que se reforçam mutuamente. No plano da curta duração, essas mesmas estruturas,

a depender da extensão da ruptura provocada por determinado evento, podem emergir e até mesmo integrar dinâmicas de poder postas nesse cenário.

No caso da pajelança em Cururupu e em seu destaque no panorama da gripe espanhola, os elementos que sustentaram sua existência na região podem ser compreendidos da seguinte maneira: a distância dos centros médicos e a constância na falta de médicos na região possibilitaram ao pajé atender as pessoas afetadas pela gripe com os recursos locais (elemento material e estrutural); a irregularidade na fiscalização e a tolerância com a prática, expressas, por exemplo, na cobrança de multas baixas e na proteção de membros bem vistos na sociedade (elemento institucional e jurídico); e a oferta de serviços a preços populares ou mediante a pagamentos com produtos da região (elemento econômico).

Essas dinâmicas de sustentação não surgiram durante a pandemia, pois já estavam em funcionamento há muito tempo e permitiram que a pajelança resistisse e emergisse quando os problemas crônicos de gestão governamental foram ainda mais evidenciados durante a pandemia de 1918-1919.

Pode-se acrescentar, ainda, como um desses elementos de reforço da manutenção da pajelança, o capital simbólico dos próprios pajés. Eles também eram vistos como figuras confiáveis nas áreas em que atuavam, pois, do contrário, não seriam tão procurados a ponto de provocarem reclamações nos jornais:

O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão **o capital, qualquer** que seja a sua espécie, **quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção** resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, **quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio** (Bourdieu, 1989, p. 135, grifo nosso).

Nesse universo, o pajé detém o dom da cura, o conhecimento das plantas, a sabedoria e os casos de sucesso reconhecidos pelas populações locais. Esse conjunto constitui o seu capital. Assim, esses esquemas foram incorporados por agentes e grupos cururupuenses, tornando-se naturais, o que Pierre Bourdieu denominou de *habitus*: “como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital [...] indica a disposição incorporada, quase postural [...]” (Bourdieu, 1989, p. 61).

Enquanto Braudel descreve os planos lentos que formam a vida social, o *habitus* descrito por Bourdieu gera práticas que são previsíveis dentro dessas estruturas de longa duração. Portanto práticas como “tomar um chá” ou “consultar-se” com um pajé tornaram-se condutas regulares – o óbvio – no cotidiano da comunidade inserida nesse cosmo.

A legitimação pela própria sociedade que aderiu a essas práticas transformou esses vários capitais dos pajés em seus capitais simbólicos. São essas análises diacrônicas que nos permitem entender o contexto da gripe espanhola em Cururupu, um evento sincrônico ou, em termos braudelianos, aquele que se manifesta na camada da curta duração.

Há uma outra passagem em *O Littoral* que mostra uma certa integração entre os conselhos do farmacêutico Flavio Silva e o *habitus* das populações que viviam o cotidiano das artes de cura populares:

E' ainda de absoluta necessidade que o doente urine bem durante todo o tempo da molestia e isso será conseguido com uma alimentação exclusivamente liquida, principalmente no periodo febril, constituída **pelo leite** só, pelas **aguas mineraes** só, ou pela **leite com aguas mineraes** (a de Caxambú por exemplo) ou ainda pelas **limonadas, laranjadas, os diversos chás o do mate principalmente** e a **agua de coco** ma[ileg]so que é um excellent e inofensivo diurético uma vez que o coco seja bem verde e recentemente colhido. **E' certo que muitos casos de influenza se curam sem tratamento medico**, guardando apenas o doente o leite, agasalhando-se bem e tomando bebidas quentes e excitantes que lhe provoquem a transpiração. Mas são tambem esses casos os que muitas vezes, pelas facilidades que permitem, conduzem ás complicações pulmonares. **O grippado, por mais benigno que se lhe manifeste o mal, deve resguardar se, ter dieta e tomar quinino** (*O Littoral*, 08 de dezembro de 1918, p. 02, grifo nosso).

Vimos que em São Luís, o leite era o principal alimento para os griposos, o que provocou sua carestia. O conselho também enfatiza a boa hidratação, sobretudo por meio de águas minerais e sucos. Até esse ponto, essa cartilha aparece em muitos conselhos médicos ao redor do mundo no que diz respeito à dieta durante a convalescença da gripe no geral.

Os chás também são indicados, um fator comum tanto no mundo da *sciencia* quanto nas artes de cura populares. Entretanto, ao observamos as passagens “E' certo que muitos casos de influenza se curam sem tratamento medico”, “tomando bebidas quentes e excitantes que lhe provoquem a transpiração” e “deve resguardar se, ter dieta e tomar quinino” percebe-se, mais uma vez, a circulação e as trocas entre esses dois mundos: *sciencia*-pagelança e pagelança-*sciencia*.

Já abordamos o conceito de circularidade cultural e a presença da prática da utilização do “remédio do mato” como recurso de tratamento para a hespanhola e aplicado no Isolamento do Lira em São Luís. Nos casos de gripe, como a doença em si já era conhecida ao longo de séculos, o tratamento adotado por ambos os lados visava sobretudo o conforto e o reestabelecimento das forças do paciente – guardar leite e tomar chá –, pois, após alguns dias, a saúde tenderia a retornar.

Portanto, a chance de o tratamento mostrar-se eficiente, tanto para médicos quanto para pajés, era elevada.

A aplicação das teorias de Braudel e de Bourdieu como ferramentas para compreender o evento pandêmico em Cururupu lança luz sobre as camadas sociais historicamente marginalizadas, que permaneceram submersas enquanto atores históricos desse recorte temporal de 1918-1919. Ao deslocar o foco para essas estruturas, torna-se possível reconhecê-las como agentes ativos na construção das respostas sociais à crise sanitária.

Se considerarmos os trabalhos do historiador Reinhart Koselleck sobre extratos do tempo, espaço de experiência e horizonte de expectativa, torna-se possível visualizar de forma ainda mais nítida essas estruturas sociais e suas ações no panorama já apresentado, pois, para o presente, é imprescindível a articulação entre as dimensões temporais do passado e do futuro, dessa forma:

Tem sentido se dizer que a **experiência** proveniente do passado é espacial, porque ela **se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes**, sem que haja referência a um antes e um depois. Não existe uma experiência cronologicamente mensurável – embora possa ser datada conforme aquilo que lhe deu origem –, porque a cada momento ela é composta de tudo o que se pode recordar da própria vida ou da vida de outros. Cronologicamente, toda experiência salta por cima dos tempos, ela não cria continuidade no sentido de uma elaboração aditiva do passado (Koselleck, 2006, p. 311).

Nesse cosmo constituído em plena pandemia de gripe espanhola, a noção de experiência formulada por Koselleck mostra que a pajelança, em sua longa duração, organizou um repertório plural de práticas e saberes acionáveis simultaneamente. Não se trata de uma experiência linear ou sucessiva – experiência 1, 2 ou 3 – mas de um conjunto de camadas coexistentes: o chá, o banho com ervas e o dom dos pajés, como Mundiquinho, encontram-se disponíveis ao mesmo tempo.

Quando um membro da comunidade cururupuense adoecia por causa da gripe, e os médicos não estavam disponíveis, esses repertórios de experiência eram acionados. A ida ao pajé era orientada por vivências pessoais narradas ao longo de muitos anos e incorporadas à mentalidade coletiva dessa sociedade, o que legitimava tais práticas de cura em Cururupu.

O pajé, nesse sentido, atuava como ponte entre o espaço de experiências – formado pelas camadas de saberes acumulados – e o horizonte de expectativa imposto pela crise, no qual a promessa de melhora e de reestabelecimento da saúde orientava as ações e as esperanças da coletividade.

O universo da pajelança na Cururupu, no período de 1918-1919, era constituído tanto por pajés quanto por pajôas, não havendo, nesse sentido, uma exclusão de gênero nesse exercício de cura: “A profissão não é abraçada somente pelos homens, também **as mulheres, pajôas**, brincam, chupam e tiram cobras e lagartas dos *buchos* destes torpes sandeus que pullulam em todos os recantos desta terra” (*O Littoral*, 15 de dezembro de 1918, p. 01).

Diante disso, vale retomar o caso da pajôa Hermínia, mencionado anteriormente, cujo prestígio social causou indignação em Silvestre Fernandes a ponto de *O Littoral* dedicar numerosas linhas coléricas à notícia do suposto crime que lhe era atribuído. Na ocasião, um *habeas corpus* foi concedido por uma autoridade da região, o que resultou em sua soltura, evidenciando a sua relevância social no contexto local.

Como demonstrado no caso de São Luís, os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres provenientes das camadas abastadas tornaram-se evidentes nas sessões “De Luto” e “Necrologia” dos jornais da capital durante a pandemia de gripe espanhola. Já entre as camadas populares, os periódicos ludovicenses pouco revelam sobre o cotidiano feminino nesse mesmo recorte temporal. Essa invisibilidade, contudo, não se repete no jornal cururupuense *O Littoral*.

O fragmento mostrado acima constitui uma prova da liberdade de circulação das mulheres pertencentes às classes populares e do exercício de uma atividade desempenhada em condições de relativa igualdade em relação ao gênero masculino. As pajôas de Cururupu, portanto, também podiam acumular capital simbólico em nível semelhante ao dos pajés, o que demonstra a longa tradição do gênero feminino nas artes de cura e seu papel fundamental dentro de uma região sem assistência da medicina erudita:

É ainda de cultura do corpo que convém falar: Antes de serem as auxiliares reverentes, ansiosas e sempre culpadas dos médicos, **as mulheres do povo foram, ao contrário, suas principais rivais e as continuadoras de uma medicina popular cujas virtudes se tende a reavaliar nos dias de hoje**. Elas usam todos os recursos de uma farmacopéia multissecular, conhecem cem maneiras de aliviar as pequenas dores cotidianas que deixam tantas vezes a medicina erudita desarmada (Perrot, 2005, p. 218, grifo nosso).

Esse trânsito de pajôas na região de Cururupu aponta como o papel esperado de subserviência ou de simples assistência atribuído às mulheres do início do século XX nem sempre se concretizava, a depender de fatores sociais e, inclusive, geográficos. É interessante notar que tais comportamentos considerados passivos foram amplamente relatados e admirados no âmbito da elite ludovicense, sobretudo nas figuras da mãe, da esposa e da filha.

Em contraste, as mulheres atuantes nas artes de cura da região cururupuense possuíam um título próprio: **a pajôa**. Elas, apesar das tentativas reiteradas de Silvestre Fernandes de deslegitima-las, foram nomeadas por sua profissão, por seus talentos e por seus feitos, não permanecendo à sombra de nenhum agente masculino nesse panorama.

O arsenal jornalístico mobilizado contra a pagelança seguiu ativo durante o final de dezembro de 1918 e o início de janeiro de 1919. Chegou-se, inclusive, ao oferecimento explícito de serviços para a delação de pajés e pajôas, conforme anunciado nas páginas de *O Littoral*:

Não precisamos de citar nomes de pagés e pajôas, além dos que já citamos, porque são tantos e andam tão ás claras que os proprios cegos os conhecem. Caso, porem, seja necessario, **estamos promptos a auxiliar a policia**, e sendo assim, podemos fornecer uma extensa lista para formar a primeira turma que entrará em batalha. Agindo severamente, **se não se extinguir a praga**, pelo menos será grandemente cohibida. **Não podemos disciplinar ou instruir os pageiros porque seria preciso disciplinar ou instruir a população inteira, o que é impossível com os elementos de que dispomos**, ao menos devemos castigar severamente os pagés, **os representantes maximos da malandrice, do vicio e do crime** (*O Littoral*, 15 de dezembro de 1918, p. 02, grifo nosso).

Contudo, no próprio fragmento, o editor do periódico demonstra ter consciência da impossibilidade prática de erradicar essa atividade na região. Ele mesmo deixa escapar a escassez de recursos de que dispunha a então vila de Cururupu para levar adiante essa empreitada.

*O Littoral* tentou, em teoria, devolver aos homens de *sciencia* a respeitabilidade e a confiança da população. Entretanto, a pajelança se sobrepôs a essas tentativas. Suas estruturas estavam muito consolidadas para que isso surtisse algum efeito durante a pandemia de gripe espanhola.

Ademais, *O Littoral* não culpava apenas os pajés ou as pajôas pela elevada procura por serviços de cura e tratamentos com remédios da natureza no período final de 1918 e começo de 1919. Já havia declarações coléricas acerca do expressivo número de adeptos dessas práticas entre as classes mais altas da região.

Em mais uma passagem do periódico, Silvestre Fernandes classifica aqueles que participavam da pagelança como pajeiros: “Não podemos pactuar com este mystificadores (pagés) e mystificados (pageiros) que lançam mancheias de lama a face da civilização em pleno irradiar do século XX” (*O Littoral*, 22 de dezembro de 1918, p. 01). Ao evocar a civilização e contrapô-la aos mistificados e mistificadores, reaparecem as concepções da degeneração social que inundavam as revistas do IHGB desse período.

O cenário da gripe espanhola em Cururupu apresentou nuances muito importantes para a compreensão das dinâmicas de poder em uma cidade que se mostrava, sob diversos aspectos, mais plural do que a própria capital São Luís. As disputas internas descritas pelo periódico *O Littoral*, mesmo que distorcidas e enviesadas, permitem visualizar a atuação de diferentes agentes históricos exercendo autoridades concorrentes em uma sociedade na qual a pajelança disputou espaço e, em muitos momentos, demonstrou maior força do que a medicina erudita.

Diante das falhas dos governos estadual e municipal no fornecimento de medicamentos, no amparo médico e nas medidas sanitárias, a hespanhola trouxe à superfície estruturas sociais antigas, sustentadas por uma cultura única e pela sabedoria da medicina da natureza.

Por mais que o editor de *O Littoral* tentasse invisibilizar e marginalizar essas práticas e seus praticantes, seu detalhamento de rituais, bem como a publicação de receitas de chás e de seus modos de uso, levam a hipótese de que os homens de *sciencia*, como o próprio Fernandes e os médicos de São Luís – a exemplo do uso do remédio do mato no Isolamento do Lira –, encontravam-se tão deslocados e desconcertados diante da nova doença que o espaço de experiência foi acionado justamente em um momento de caos, ainda que envolto por críticas e por intensa violência simbólica produzida por esses mesmos homens.

A pandemia de 1918-1919 evidenciou a mobilização do espaço de experiência e da circularidade cultural diante do abandono governamental e da névoa que pairava sob os homens de *sciencia*. Assim a pajelança emergiu, tornando-se uma heroína improvável para os griposos de Cururupu, para o desgosto final de Silvestre Fernandes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os anos de 1918 e 1919, o mundo vivenciava os últimos momentos da I Guerra Mundial e viu-se frente a um inimigo de natureza distinta, mortal e invisível: a gripe espanhola. Quase todos os países experimentaram o terror e o pânico da morte excruciante que chegava sorrateiramente com a doença vinda dos *fronts*.

Este estudo concentrou-se no litoral maranhense, representado pelas cidades de São Luís e Cururupu, com o objetivo de compreender as dinâmicas de poder que emergiram nesse período entre as autoridades médicas, as instâncias governamentais e a sociedade.

A análise baseou-se na História Serial e na abordagem comparativa dos impressos dessas localidades, complementada por outros documentos históricos, como listas de passageiros, registros de óbitos e listas administrativas, permitindo uma aproximação mais consistente com o que de fato aconteceu nesse cenário pandêmico.

A pesquisa buscou examinar como os jornais da época selecionados – *Pacotilha*, *O Jornal*, *Diário Oficial do Estado do Maranhão*, da capital, e *O Littoral*, da então vila de Cururupu – atuaram como diários cotidianos do curso da doença por meio de suas narrativas, as quais permitiram a visualização das nuances das relações de poder expressas nos comportamentos sociais, no imaginário coletivo, nos aspectos culturais, nos protocolos médicos adotados e nas medidas de cuidado dispensadas aos griposos nesse panorama.

Esse conjunto documental possibilitou observar a pandemia tanto em seus desdobramentos sincrônicos quanto na movimentação de estruturas sociais resistentes, compreensíveis apenas a partir de uma perspectiva diacrônica.

A análise dos periódicos revelou que a gripe espanhola não foi apenas um evento de caráter sanitário global, mas um acontecimento atravessado pelas dinâmicas de poder que puderam ser melhor visualizadas por meio das desigualdades sociais e de gênero e das disputas de saberes que ocorreram na capital do Estado e em Cururupu.

O estudo demonstrou que, nesses dois locais atingidos pela segunda onda da doença, entre 1918-1919, o poder executivo e os médicos mostraram-se alinhados com o pensamento estadunidense e europeu do não alarmismo, com o objetivo de tranquilizar a população, utilizando, para isso, a designação estratégica de gripe benigna. Essa postura esteve diretamente ligada à tentativa de preservar interesses econômicos das elites e a ordem social vigente.

A relação de poderes, nesse primeiro momento, aparece bem definida em uma cadeia local de tomada de decisões, na qual autoridades sanitárias e o governo maranhense articularam-

se com instâncias de outros estados e de caráter federal. Esse fato, observado nas narrativas, corrobora com o que o filósofo francês Michel Foucault chamou de individualidade histórica de uma epidemia, por se tratar de um fenômeno coletivo que exige múltiplos olhares.

A atitude *pollyanna*, conceito do historiador americano Alfred Crosby, manifestou-se também no plano local, indicando que Cururupu e São Luís não estavam isoladas do cenário global de tomada de decisões. Nesse panorama, as linhas editoriais, principalmente da capital, assumiram diferentes posições no começo, criando diálogos entre si que puderam ser compreendidos por meio do conceito de dialogismo do filósofo russo Mikhail Bakhtin. Contudo, ao final, acabaram aderindo ao discurso governamental e sanitário.

Em São Luís, a gripe encontrou um panorama de instabilidades políticas, com trocas de lideranças em um curto período de tempo. Em Cururupu, a moléstia chegou muito depois, em meados de novembro de 1918, e encontrou uma cidade marcada pelo domínio político das oligarquias da região.

A vila passava pelos mesmos problemas estruturais da capital, porém de forma mais agravada. Segundo o periódico cururupuense *O Littoral*, a ajuda governamental restringiu-se ao envio de ambulâncias, as quais se mostraram insuficientes para atender à demanda de uma região vasta como a de Cururupu à época.

As ações do Serviço Sanitário Maranhense para conter a propagação do vírus e cuidar dos doentes evidenciaram uma estrutura marcada pela deficiência crônica, pela desigualdade e, em certo nível, pelo improvisado.

As páginas dos impressos ludovicenses detalharam o trabalho do SSMA em duas frentes: prevenção – com a desinfecção de navios, bagagens e passageiros, bem como os meios preventivos – e os cuidados com os griposos – por meio dos chamados meios abortivos, utilizando medicamentos da época, como o quinino, com o apoio das farmácias, além da abertura de um hospital improvisado no Isolamento do Lira, submetendo a população mais pobre ao que Foucault conceituou como um cordão sanitário autoritário.

Esses mesmos periódicos narraram, por muitas vezes, as condições precárias dos primeiros isolamentos, ainda localizados em área urbana, especialmente em razão das constantes epidemias de varíola, até a implementação do Hospital do Isolamento do Lira, em 1908 – estrutura situada nas proximidades do Matadouro Municipal e do Cemitério do Gavião.

As desigualdades não se restringiram apenas ao atendimento dos doentes. Documentos administrativos do próprio SSMA, encontrados no Arquivo Público do Estado do Maranhão, comprovaram que os “desinfetadores”, geralmente oriundos das classes trabalhadoras, que

atuaram na linha de frente de combate contra a propagação do patógeno, receberam 77% menos, ou 4,4 vezes menos, que os médicos do SSMA, integrantes do quadro efetivo do departamento.

Em contrapartida, a atuação do médico maranhense Achilles Lisboa destacou-se em diversas seções da imprensa local, especialmente por seu trabalho em prol dos acometidos pela chamada “úlceras de Bauru” e por sua luta para implementar o Posto de Socorros aos Ulcerados, em 1918. A relevância estratégica desse espaço em plena pandemia se confirma ao observar que ele atendia às camadas menos abastadas, evitando que esses indivíduos tivessem de percorrer longos trajetos até o Isolamento do Lira.

Outra movimentação de importância histórica, detectada nos mesmos periódicos, refere-se ao uso de “remédios do mato” por alguns médicos do Isolamento do Lira, como Oscar Galvão, para o tratamento da pneumonia advinda da hespanhola – a *Plumbago scandens L.*, conhecida como “Louco”.

Isso evidencia que a situação de emergência sanitária fez com que se considerassem todos os recursos disponíveis, mesmo quando implicasse em acessar o espaço de experiência da população, atuando dentro da chamada circularidade cultural, conceito formulado pelo historiador italiano Carlo Ginzburg.

Cururupu, por outro lado, mostrou-se um cenário rico no que diz respeito aos tratamentos para gripe espanhola advindos da pajelança. A configuração apresentada por *O Littoral* lança luz sobre as dinâmicas de poder que operavam nesse contexto, representadas pelos homens de *sciencia*, os pajés e pajôas da região.

Ao expor suas opiniões coléricas sobre essa prática ancestral, Silvestre Fernandes, editor do impresso cururupuense, registrou detalhes valiosos sobre a pajelança em 1918. Por meio dessas narrativas, foi possível resgatar as terminologias próprias dessa manifestação cultural, como “tendo bicho d’água”, “linha de cura”, “encantados” e “brincadeira” ou “brincadeira de cura”, expressões que designavam o ritual terapêutico.

A descoberta mais significativa nesse aspecto foi a constatação de que praticamente todas as camadas sociais cururupuenses, em maior ou menor grau, recorreram a algum tratamento da pajelança na busca pela cura da gripe que assolava a localidade. Antes da pandemia, pôde-se observar que essa prática era tolerada ou simplesmente ignorada, desde que permanecesse afastada dos espaços das elites.

Esse cenário foi alterado com o avanço da doença, provocando uma ruptura das barreiras sociais e permitindo a emergência da pajelança por meio do capital simbólico dos pajés e pajôas. Outro aspecto relevante foi a publicação, na íntegra, da receita do chá do pajé Mundiquinho, com seu modo de preparo e de como tomar, nas páginas de *O Littoral*, o que sugere que Silvestre

Fernandes pode ter colocado em xeque, em determinados momentos, suas próprias convicções como homem de *sciencia*.

A análise das seções de óbitos revelou que a morte, embora universal, apresentou-se de forma desigual nos discursos jornalísticos da capital. As desigualdades sociais aparecem de maneira explícita na forma como as classes atingidas pela doença eram mencionadas: os pobres figuravam apenas nas colunas “A Gripe” ou “A Influenza”, cujos os nomes foram gradualmente substituídas por números, enquanto os membros da elite apareciam nas seções “Necrologia” ou “De luto”, acompanhados de pequenas biografias que destacavam seus feitos.

O gênero feminino sofreu um apagamento significativo no quadro pandêmico, sendo as mulheres frequentemente silenciadas, mencionadas apenas em relação aos maridos ou pais, como esposas e mães, muitas vezes sem sequer terem seus nomes registrados. O apagamento mais acentuado ocorreu no que diz respeito à questão racial, uma vez que pessoas negras foram pouco mencionadas e os indígenas não apareceram nas páginas dos periódicos.

As diversas formas de manifestação religiosa no período da passagem da hespanhola pelo litoral maranhense também apresentam aspectos interessantes só possível de análise pelo detalhamento desses impressos.

Observou-se que a religião católica foi a única mencionada pelos jornais da capital, com destaque para a atuação dos padres junto aos fiéis, tanto em domicílio quanto no Hospital do Isolamento. Em Cururupu, por outro lado, *O Littoral*, ainda que com a intenção de criticar a pajelança, acabou dedicando mais espaço a essa manifestação do que às ações e celebrações da Igreja Católica.

A pandemia de gripe *espanhola* no litoral do Maranhão, no recorte de 1918-1919, mais do que uma crise sanitária, permitiu examinar as relações sociais e as dinâmicas de poder específicas em São Luís e Cururupu, nas quais as desigualdades sociais e de gênero, bem como as mazelas estruturais crônicas, tornaram-se ainda mais evidentes. As duas localidades demonstraram que as respostas a um mesmo evento podem intensificar hierarquias já existentes, ao mesmo tempo em que produzem novos arranjos sociais e simbólicos.

A imprensa periódica desempenhou papel central na mediação da experiência pandêmica, funcionando simultaneamente como registro cotidiano dos acontecimentos e como ferramenta de legitimação de discursos médicos, científicos e governamentais.

Dessa forma, esses jornais atuaram como diários do imaginário coletivo e das práticas sociais diante da crise sanitária, na qual a abordagem serial e comparativa revelaram padrões, continuidades e rupturas que dificilmente seriam perceptíveis a partir da análise isolada de um único periódico ou localidade.

A articulação entre jornais da capital e do interior permitiu compreender as diferenças na intensidade das respostas institucionais e sociais. Tal perspectiva evidencia o potencial analítico do Maranhão no contexto dos estudos sobre a gripe espanhola no Brasil e no mundo, deslocando o eixo interpretativo tradicionalmente centrado nos grandes centros urbanos do país.

A pesquisa reforça a necessidade de compreender as pandemias como fenômenos complexos, nos quais cada região apresenta especificidades próprias, ressaltando a relevância dos estudos regionais para a construção de uma escrita da história mais próxima das experiências concretas do passado.

Por outro lado, permanecem lacunas que podem ser exploradas em pesquisas futuras, particularmente no que se refere às questões racial e indígena, que, diante da escassez documental, podem ser abordadas por meio da História Oral e de suas metodologias.

Ao recuperar as experiências da grande gripe de 1918-1919 em parte do litoral maranhense por meio das narrativas jornalísticas, demonstra-se que episódios do passado relacionados às doenças e às respostas sociais a elas constituem importantes chaves interpretativas para compreender as formas pelas quais as sociedades lidam com a enfermidade, seus medos e o imaginário coletivo permeado pela morte.

## REFERÊNCIAS

### Fontes de jornais

#### Pacotilha

**Pacotilha**, São Luís, ano III, n. 10, p. 03, 10 de jan. 1883. Disponível em:

[http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_01/836](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_01/836). Acesso em: 01 setembro. 2024.

Saude publica. **Pacotilha**, São Luís, ano XXVIII, n. 05, p. 01, 07 de jan. 1908. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/DocReader/168319\\_01/31907](http://memoria.bn.gov.br/DocReader/168319_01/31907). Acesso em: 01 setembro. 2024.

A saude publica. **Pacotilha**, São Luís, ano XXVIII, n. 164, p. 01, 13 de jul. 1908. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_01/32541](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_01/32541). Acesso em: 01 setembro 2024.

Cotas. **Pacotilha**, São Luís, ano XXVIII, n. 173, p. 01, 23 de jul. 1908. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_01/32577](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_01/32577). Acesso em: 01 setembro 2024.

O novo Isolamento. **Pacotilha**, São Luís, ano XXVIII, n. 181, p. 01, 01 de ago. 1908. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_01/32609](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_01/32609). Acesso em: 01 setembro 2024.

A saude publica. **Pacotilha**, São Luís, ano XXVIII, n. 182, p. 01, 03 de agos. 1908. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_01/32613](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_01/32613). Acesso em: 01 setembro 2024.

Bacalhau de Caixa. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXVII, n. 58, p. 01, 09 de mar. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_02/10703](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_02/10703). Acesso em: 01 setembro. 2024.

Lisboa, Achilles. Carta Aberta. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXVIII, n. 66, p. 01, 19 de mar. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_02/10735](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_02/10735). Acesso em: 01 setembro.

O “Litoral”. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXVII, n. 78, p. 04, 28 de mar. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_02/9427](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_02/9427). Acesso em: 01 setembro. 2024.

Telegramas Serviço Especial Da Pacotilha Exterior: Paris, 23. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXVIII, n. 227, p. 01, 25 de set. de 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/168319\\_02/11377](http://memoria.bn.br/docreader/168319_02/11377). Acesso em: 01 setembro. 2024.

O Ceará. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXVIII, n. 232, p. 01, 01 de out. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/168319\\_02/11397](http://memoria.bn.br/DocReader/168319_02/11397). Acesso em: 01 setembro. 2024.

O caso do Ceará. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXVIII, n. 233, p. 04, 02 de out. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/168319\\_02/11404](http://memoria.bn.br/DocReader/168319_02/11404). Acesso em: 01 setembro. 2024.

O caso do Ceará. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXVIII, n. 234, p. 04, 03 de out. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/168319\\_02/11408](http://memoria.bn.br/docreader/168319_02/11408). Acesso em: 01 setembro. 2024.

A higiene. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXVIII, n. 235, p. 01, 04 de out. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/168319\\_02/11409](http://memoria.bn.br/docreader/168319_02/11409). Acesso em: 01 setembro. 2024.

O Serviço Sanitário. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXVIII, n. 236, p. 04, 05 de out. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/168319\\_02/11416](http://memoria.bn.br/docreader/168319_02/11416). Acesso em: 01 setembro. 2024.

A Gripe Benigna. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXII, n. 237, p. 04, 07 de out. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/168319\\_02/11417](http://memoria.bn.br/docreader/168319_02/11417). Acesso em: 01 setembro 2024.

A Gripe. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXVIII, n. 245, p. 01, 16 de out. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/168319\\_02/11449](http://memoria.bn.br/docreader/168319_02/11449). Acesso em: 01 setembro. 2024.

A Gripe. As Providências da higiene estadual. O vapor-desinfectorio. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXVII, n. 246, p. 01, 17 de out. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_02/11453](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_02/11453). Acesso em: 01 setembro. 2024.

A Gripe. Mais Três Casos. Um fatal. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXII, n. 249, p. 01, 21 de out. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/168319\\_02/11465](http://memoria.bn.br/DocReader/168319_02/11465). Acesso em: 01 setembro. 2024.

O Governo do Estado. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXVIII, n. 251, p. 01, 23 out. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/168319\\_02/11473](http://memoria.bn.br/docreader/168319_02/11473). Acesso em: 01 setembro. 2024.

O 2 de novembro. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXII, n. 253, p. 01, 25 de out. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/168319\\_02/11481](http://memoria.bn.br/DocReader/168319_02/11481). Acesso em: 01 setembro. 2024.

O leite. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXVIII, n. 261, p. 04, 04 de nov. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/168319\\_02/11512](http://memoria.bn.br/docreader/168319_02/11512). Acesso em: 01 setembro. 2024.

A Gripe. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXII, n. 265, p. 01, 09 de nov. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_02/11529](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_02/11529). Acesso em: 01 setembro. 2024.

A Santa Casa. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXVIII, n. 266, p. 01, 09 de nov. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_02/11529](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_02/11529). Acesso em: 01 setembro.

Consulta Gratis na Pharmacia Universal. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXVIII, n. 266, p. 01, 09 de nov. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_02/11529](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_02/11529). Acesso em: 01 setembro.

O plantão. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXVIII, n. 266, p. 01, 09 de nov. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_02/11529](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_02/11529). Acesso em: 01 setembro.

Necrologia. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXII, n. 267, p. 04, 11 de nov. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_02/11536](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_02/11536). Acesso em: 01 setembro. 2024.

Posto de Socorro Medico aos Ulcerados. Instruções e conselhos á população. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXVIII, n. 268, p. 01, 12 de nov. 1918. Disponível em:

[http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_02/11537](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_02/11537). Acesso em: 01 setembro.

A Gripe. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXII, n. 269, p. 01, 13 de nov. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_02/11541](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_02/11541). Acesso em: 01 setembro. 2024.

O Govêrno do Estado. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXVIII, n. 274, p. 01, 21 de nov. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/168319\\_02/11561](http://memoria.bn.br/docreader/168319_02/11561). Acesso em: 01 setembro. 2024.

A Gripe. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXII, n. 276, p. 04, 23 de nov. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_02/11572](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_02/11572). Acesso em: 01 setembro. 2024.

Serviço Especial da Pacotilha – Avulsos, Cururupú, 21. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXVII, n. 276, p. 01, 23 de nov. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_02/11569](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_02/11569). Acesso em: 01 setembro. 2024.

A Gripe. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXII, n. 277, p. 01, 25 de nov. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_02/11573](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_02/11573). Acesso em: 01 setembro. 2024.

A Gripe: Codó, 26. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXVIII, n. 279, p. 01, 27 de nov. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/168319\\_02/11581](http://memoria.bn.br/docreader/168319_02/11581). Acesso em: 01 setembro.

Cinema – Teatro S. Luis. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXII, n. 285, p. 01, 04 de dez. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_02/11605](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_02/11605). Acesso em: 01 setembro. 2024.

O suicídio. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXII, n. 294, p. 01, 14 de dez. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_02/11641](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_02/11641). Acesso em: 01 setembro. 2024.

Registo Civil - Óbitos. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXIX, n. 09, p. 02, 11 de jan. 1919. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_02/11730](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_02/11730). Acesso em: 01 setembro.

A Gripe. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXIX, n. 69, p. 01, 24 de mar. 1919. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_02/11971](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_02/11971). Acesso em: 01 setembro.

O natal. **Pacotilha**, São Luís, ano XXXII, n. 303, p. 01, 26 de dez. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319\\_02/11677](http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_02/11677). Acesso em: 01 setembro. 2024.

### O Jornal

Acudindo a um apelo. **O Jornal**, São Luís, ano III, n. 798, p. 04, 06 de jul. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/720593/1785>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

Cenas da rua. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1114, p. 01, 16 de jul. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/720593/3036>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

O posto de socorro a ulcerados. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1149, p. 01, 26 de ago. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/720593/3176>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

O Jornal. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1179, p. 01, 30 de set. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720593/3296>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

O Ceará: Gripe ou Influenza?. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1118, p. 01, 01 de out. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720593/3300>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

O Jornal. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1181, p. 01, 02 de out. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720593/3304>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

O “Ceará”. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1181, p. 04, 02 out. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/720593/3307>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

Dr. J. J. Marques. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1187, p. 01, 09 de out. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720593/3328>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

Dr. Raul Machado. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1187, p. 01, 09 de out. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720593/3328>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

Saúde Pública. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1187, p. 01, 09 de out. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720593/3328>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

A Influenza. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1194, p. 01, 17 de out. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720593/3356>. Acesso em: 01 setembro 2024.

A chegada do “Pará”. O “Vitoria” vapor desinfetorio. Dois Cazos de Gripe Para o Maranhão. Vários doentes a bordo. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1195, p. 01, 18 de out. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720593/3360>. Acesso em: 01 setembro 2024.

A Poeira. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1199, p. 01, 23 de out. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720593/3376>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

O querozene. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1201, p. 01, 25 de out. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720593/3384>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

A Influenza. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1205, p. 01, 30 de out. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/720593/3400>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

A influenza. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1207, p. 04, 01 de nov. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720593/3411>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

Insepulto. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1207, p. 04, 01 de nov. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/720593/3408>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

O cuim. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1210, p. 04, 06 de nov. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/720593/3423>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

Cronica religiosa. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1210, p. 04, 06 de nov. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/720593/3420>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

Notas & Informativos. Posto dos Ulcerados. Dia 11. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1215, p. 04, 12 de nov. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/720593/3443>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

A influenza em S. Luíz. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1216, p. 04, 13 de nov. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/720593/3444>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

A Influenza. Entrevista do dr. Aquilles Lisbôa ao Jornal. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1217, p. 01, 14 de nov. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/720593/3448>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

A Luz Elétrica. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1218, p. 01, 16 de nov. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720593/3452>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

Uma visita ao Isolamento. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1218, p. 01, 16 de nov. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/720593/3452>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

Notas & Informações: O Leite. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1217, p. 04, 16 de nov. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720593/3451>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

Posto de Socorro aos gripados e vacinação. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1219, p. 01, 18 de nov. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/720593/3456>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

Ao exmo. snr. dr. Governador do Estado, ás autoridades sanitarias e ao publico em geral. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1219, p. 04, 18 de nov. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/720593/3459>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

De luto. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1222, p. 01, 22 de nov. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/720593/3468>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

A Influenza. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1223, p. 04, 23 de nov. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720593/3475>. Acesso em: 01 setembro.

A gripe em Caxias. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1230, p. 01, 02 de dez. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720593/3500>. Acesso em: 01 setembro.

A vida, em S. Luiz, se normaliza, felizmente. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1230, p. 01, 02 de dez. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720593/3500>. Acesso em: 01 setembro.

**O Jornal.** São Luís, ano IV, n. 1231, p. 01, 03 de dez. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720593/3504>. Acesso em: 01 setembro.

Cronica religioza. A procissão. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1233, p. 04, 05 de dez. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/720593/3515>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

A carestia da vida. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1238, p. 01, 11 de dez. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/720593/3532>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

Carestia da vida. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1241, p. 01, 14 de dez. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/720593/3544>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

Indulto. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1241, p. 02, 14 de dez. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/720593/3545>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

A influenza. **O Jornal**, São Luís, ano IV, n. 1244, p. 01, 18 de dez. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/720593/3556>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

P<sup>o</sup>. Comendador Silvino Silva. **O Jornal**, São Luís, ano V, n. 1448, p. 01, 20 de ago. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/720593/4360>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

#### Diário Oficial do Estado do Maranhão

Noticiário. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, São Luís, ano XIII, n. 221, p. 02-04, 02 de out. 1918.

Noticiário. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, São Luís, ano XIII, n. 224, p. 02-03, 05 de out. 1918.

Óbitos. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, São Luís, ano XIII, n. 237, p. 03, 25 out. 1918. Acesso em: 01 setembro. 2024.

Noticiário. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, São Luís, ano XIII, n. 230, p. 02, 17 de out. 1918. Noticiário. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**. São Luís, ano XIII, n. 243, p. 02, 04 de nov. 1918.

Meios preventivos. Meios abortivos. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, São Luís, ano XIII, n. 241, p. 03, 05 de nov. 1918.

Serviço Sanitário. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, São Luís, ano XIII, n. 247, p. 03, 08 de nov. 1918.

Noticiário. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**. São Luís, ano XIII, n. 276, p. 02, 17 de dez. 1918.

O Littoral, Jornal de interesses geraes

ACHILLES, Lisbôa. Variações – Fluctuações – Leis Mendelianas da Disjunção dos Híbridos – Seleção Artificial: Ligeiras reflexões a respeito. **O Littoral, Jornal de interesses geraes**, Cururupu - Maranhão, ano 01, n. 4, p. 01, mar. 1917. Disponível em: [https://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/201408272319351409192375\\_31341409192375\\_3135.pdf](https://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272319351409192375_31341409192375_3135.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

Oswaldo Cruz. **O Littoral, Jornal de interesses geraes**, Cururupu - Maranhão, ano 01, n. [ilegível], p. 02, mar. 1917. Disponível em: [https://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/201408272319351409192375\\_31341409192375\\_3135.pdf](https://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272319351409192375_31341409192375_3135.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

Propaganda. **O Littoral, Jornal de interesses geraes**, Cururupu - Maranhão, ano 01, n. [ilegível], p. 03, mar. 1917. Disponível em: [https://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/201408272319351409192375\\_31341409192375\\_3135.pdf](https://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272319351409192375_31341409192375_3135.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

A Intendencia Municipal. **O Littoral, Jornal de interesses geraes**, Cururupu - Maranhão, ano 01, n. 48, p. 02, 10 de mar. 1918. Disponível em: [http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20211104100435.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20211104100435.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

O Município. **O Littoral, Jornal de interesses geraes**, Cururupu - Maranhão, ano 01, n. [ilegível], p. 02, mai. 1917. Disponível em: [https://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/201408272319351409192375\\_31341409192375\\_3135.pdf](https://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272319351409192375_31341409192375_3135.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

A Crise de Transporte. **O Littoral, Jornal de interesses geraes**, Cururupu - Maranhão, ano 02, n. [ilegível], p. 02, 12 de mai. 1918. Disponível em: [http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20211104100435.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20211104100435.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

Luz Electrica. **O Littoral, Jornal de interesses geraes**, Cururupu - Maranhão, ano 02, n. 55, p. 01, 02 de jun. 1918. Disponível em: [http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20211104100435.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20211104100435.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

**O Littoral, Jornal de interesses geraes**, Cururupu - Maranhão, ano 02, n. 75, p. 02, 20 de out. 1918. Disponível em: [http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20211104100435.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20211104100435.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

O 15 de novembro e a Caixa Escolar. **O Littoral, Jornal de interesses geraes**, Cururupu - Maranhão, ano 02, n. 79, p. 01, 17 de nov. 1918. Disponível em: [http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20211104100435.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20211104100435.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

A Gripe. **O Littoral, Jornal de interesses geraes**, Cururupu - Maranhão, ano 02, n. 79, p. 02, 17 de nov. 1918. Disponível em:  
[http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20211104100435.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20211104100435.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

A Gripe. **O Littoral, Jornal de interesses geraes**, Cururupu - Maranhão, ano 02, n. 81, p. 02, 08 de dez. 1918. Disponível em:  
[http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20211104100435.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20211104100435.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

Expediente da Intendencia. **O Littoral, Jornal de interesses geraes**, Cururupu - Maranhão, ano 02, n. 81, p. 04, 08 de dez. 1918. Disponível em:  
[http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20211104100435.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20211104100435.pdf). 01 setembro. 2024.

As Moscas. **O Littoral, Jornal de interesses geraes**, Cururupu - Maranhão, ano 01, n. 38, p.p. 01-02, 09 de dez. 1917. Disponível em:  
[http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20211104100435.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20211104100435.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

A Pagelança. **O Littoral, Jornal de interesses geraes**, Cururupu - Maranhão, ano 02, n. 82, p. 01, 15 de dez. 1918. Disponível em:  
[http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20211104100435.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20211104100435.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

**O Littoral, Jornal de interesses geraes**, Cururupu - Maranhão, ano 02, n. 82, p. 03, 15 de dez. 1918. Disponível em:  
[http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20211104100435.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20211104100435.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

Pajelança. **O Littoral, Jornal de interesses geraes**, Cururupu - Maranhão, ano 02, n. 83, p. 01, 22 de dez. 1918. Disponível em:  
[http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20211104100435.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20211104100435.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

O campo do Marianno. **O Littoral, Jornal de interesses geraes**, Cururupu - Maranhão, ano 02, n. 83, p. 01, 22 de dez. 1918. Disponível em:  
[http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20211104100435.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20211104100435.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

A Gripe. **O Littoral, Jornal de interesses geraes**, Cururupu - Maranhão, ano 02, n. 83, p. 02, 22 de dez. 1918. Disponível em:  
[http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20211104100435.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20211104100435.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

**O Littoral, Jornal de interesses geraes**, Cururupu - Maranhão, ano 02, n. 83, p. 01, 22 de dez. 1918. Disponível em:  
[http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20211104100435.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20211104100435.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024

O Maldicto Page. **O Littoral, Jornal de interesses geraes**, Cururupu - Maranhão, ano 02, n. 84, p. 01, 29 de dez. 1918. Disponível em:  
[http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20211104100435.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20211104100435.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

Natal. **O Littoral, Jornal de interesses geraes**, Cururupu - Maranhão, ano 02, n. 84, p. 03, 29 de dez. 1918. Disponível em:  
[http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20211104100435.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20211104100435.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

Anno Novo. **O Littoral, Jornal de interesses geraes**, Cururupu - Maranhão, ano 02, n. 85, p. 03, 05 de jan. 1919. Disponível em:  
[http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20211104100435.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20211104100435.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

Novo Governo. **O Littoral, Jornal de interesses geraes**, Cururupu - Maranhão, ano 02, n. 85, p. 03, 05 de jan. 1919. Disponível em:  
[http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20211104100435.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20211104100435.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

### Outros jornais

Correspondencia com a Provincia – Dia 28. Ao Juiz de Paz Presidente da Junta de Qualificação da Freguesia de N. S. Da Conceição d’esta Cidade. **Publicador Maranhense**. Folha official, politica, literaria, e comercial, São Luís, ano V, n. 461, p. 02, 04 fev. 1847. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/720089/1788>. Acesso em: 01 setembro 2024.

Salubridade publica. **Publicador Maranhense**. Folha official, politica, literaria, e comercial, São Luís, ano XIII, n. 1658, p. 03, 13 de abr. 1855. Disponível em:  
<http://memoria.bn.gov.br/docreader/720089/6155>. Acesso em: 01 setembro 2024.

**Publicador Maranhense**. Folha official, politica, literaria, e comercial, São Luís, ano XIII, n. 1713, p. 04, 11 de set. 1855. Disponível em:  
<http://memoria.bn.gov.br/docreader/720089/6376>. Acesso em: 01 setembro 2024.

Movimento Maritimo: O “Demerara”. **Diario de Pernambuco**, Recife – Pernambuco - Brazil, anno 94, n. 249, p. 04, 10 de set. 1918. Disponível em:  
[http://memoria.bn.gov.br/docreader/029033\\_09/18032](http://memoria.bn.gov.br/docreader/029033_09/18032). Acesso em: 01 setembro. 2024.

Movimento Maritimo: O “Demerara”. **Jornal do Recife**, Pernambuco, anno LXI, n. 249, p. 02, 10 de set. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/705110/75458>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

O “Demerara” voltou hontem a’ Guanabara. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, anno XVIII, n. 7.142, p. 03, 16 de set. 1918. Disponível em:  
[http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842\\_02/36720](http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842_02/36720). Acesso em: 01 setembro. 2024.

Avisos Marítimos. Lloyd Brasileiro. Linha do Norte. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, anno XVIII, n. 7.146, p. 07, 20 de set. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842\\_02/36767](http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842_02/36767). Acesso em: 01 setembro. 2024.

O que diz o Dr. Carlos Seidl sobre a epidemia. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, anno XVIII, n. 7.149, p. 01, 23 de set. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842\\_02/36796](http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842_02/36796). Acesso em: 01 setembro. 2024.

O “Diário” no Pará. **Diário de Pernambuco**, Recife – Pernambuco - Brazil, anno 94, n. 276, p. 03, 07 de out. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033\\_09/18247](http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_09/18247). Acesso em: 01 setembro. 2024.

## Livros

AMARAL, José Ribeiro do. **O Estado do Maranhão em 1896**. São Luís: Tip. Frias, 1897.

ARIÈS, Philippe. **O Homem perante a morte**. Biblioteca Universitária. Portugal: Publicações Europa-América, 1977.

BÂ, A. Hampaté. “**A Tradição viva**”. In: KI-ZERBO, Joseph. História Geral da África, I: Metodologia e Pré-História da África. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

BARING-GOULD, Sabine. “**The Wandering Jew**”. In: Curious myths of the Middle Ages. London: Rivingtons, 1877, p. 01-31.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. “**Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do Discurso**”. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto (Orgs.) Diálogos com Bakhtin. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1996. p. 21-42.

BARROS, José D’Assunção. **História Comparada**. Petrópolis, Vozes, 2014.

BARROS, José D’Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2023.

BARRY, John M. **A Grande Gripe: a história da gripe espanhola, a pandemia mais mortal de todos os tempos**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução Paulo Bezerra. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BEINER, Guy (ed). **Pandemic Re-Awakenings: The Forgotten and Unforgotten “Spanish” Flu of 1918-1919**. Oxford: Oxford University Press, 2022.

BERTUCCI, Liane Maria. **Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da história: Ou o ofício do Historiador**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRAUDEL, Fernand. “**A longa duração**”. In: História e Ciências Sociais. Coleção de Biblioteca de Textos Universitários, vol. 46. 6ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1990.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **História e Análise de Textos**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHAUNU, Pierre. *Historia Cuantitativa, Historia Serial*. 1ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de Medicina Popular**. Volume Primeiro: A – F e Volume Segundo: G – Z. 6º ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.
- CROSBY, Alfred Worcester. **Americas’s Forgotten Pandemic: The Influenza of 1918**. Second Edition. Cambridge: Cambridge University Press: 2003.
- DARÓZ, Carlos. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia**. São Paulo: Contexto, 2016. E-book.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. “**Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**”. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Org.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-41.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- DUBY, Georges. **Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- DUPRONT, Alphonse. “**A Religião: Antropologia Religiosa**”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens*. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 83-105.
- FANNING, Patricia J. **Influenza and Inequality: one town’s tragic response to the great epidemic of 1918**. Amherst and Boston: University of Massachusetts Press, 2010.
- FERRETI, Mundicarmo Maria Rocha. **Maranhão Encantado: encantaria maranhense e outras histórias**. São Luís: UEMA, 2000.
- FERGUSON, Niall. **Catástrofe: uma história dos desastres - das guerras às pandemias - e o nosso fracasso em aprender a lidar com eles**. São Paulo: Planeta, 2021.
- FIGUEIREDO, Cândido de. **Nôvo Dicionário da Língua Portuguesa**, vol I e II. Lisboa: Livraria Editôra Tavares Cardoso & Irmão, 1899.
- FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa em Itá, Amazonas**. São Paulo: Companhia, Editora Nacional, 1955.

GILBERT, Martin. **A Primeira Guerra Mundial**: os 1.590 dias que transformaram o mundo. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Gonçalves. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Versão em e-book.

GOULD, George M. **The Practitioner's Medical Dictionary**. Second Edition. Philadelphia: P. Blakiston's Son & Co., 1910.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos - O Breve Século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOCHMAN, Gilberto. **A Era do Saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **The mind and method of the historian**. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **História da Medicina em São Luís**: Médicos, Enfermidades e Instituições. São Luís: 2015.

LE GOFF, Jacques. **As doenças têm história**. Lisboa. Terramar, 1985.

LIMA, Carlos de. **Caminhos de São Luís**: Ruas, logradouros e prédios históricos. 2ª edição. São Luís: Livraria Vozes, 2007.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. 2ª edição revista e ampliada. São Luís: Instituto Geia, 2010.

KELLEHEAR, Allan. **Uma História Social do Morrer**. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

KOLATA, Gina Bari. **Gripe: a história da pandemia de 1918**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KOSELLECK, REINHART. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-RJ, 2006.

KOSELLECK, REINHART. “**Introdução**” e “**Espaço e história**”. In: Estratos do tempo. Estudos sobre a história. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-RJ, 2014 [2000].

LORENZI, Harri; Matos, Francisco José de Abreu. **Plantas medicinais no Brasil**: nativas e exóticas cultivadas. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2002.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão [1870]**. 3ª ed. São Luís: Edições AML, 2008.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

MEIRELES, Mário M. Dez Estudos Históricos. São Luís, Alumar, 1994.

MONCORVO FILHO, Carlos Arthur. **O pandemio de 1918: subsidio ao historico da epidemia de gripe que em 1918 assolou o territorio do Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento da Creança, 1924.

MONTELLO, Josué. **Os Degraus do Paraíso**: romance. 3º ed. São Paulo: Martins/MEC, 1974.

NASCIMENTO, Mara R.; DILLMANN, Mauro. “**Ars Moriendi**”. In: NASCIMENTO, Mara R.; DILLMANN, Mauro. (Org.). Guia Didático e Histórico de Verbetes sobre a Morte e o Morrer. Porto Alegre: Casalettras, 2022, p. 46-53.

PACHÊCO, Felipe Condurú. **História Eclesiástica do Maranhão**. Departamento de Cultura do Estado. Maranhão, 1968.

PALHANO, Raimundo Nonato Silva. **A Produção da coisa pública: serviços e cidadania na primeira república ludovicense**. v. 3, 2ª edição da Biblioteca Básica Maranhense. São Luís, Editora Engenho, 2017.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PORTER, Roy. **Cambridge: História da Medicina**. 1º Ed. Editora Revinter, 2008.

REYS, João Francisco dos. **Diccionario Medico ou Guia Pratica de Medicina Homoeopathica de Cirurgia e Partos**. Tomo Primeiro: A – H & Tomo Segundo: I – Z. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1874.

RODRIGUES, Nelson. **A menina sem estrela: memórias**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SALGADO FILHO, Natalino. **A reorganização do Serviço Sanitário do Maranhão no início do século XX**. São Luís: EDUFMA, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **A bailarina da morte: A gripe espanhola no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993/[s.d.] 22ª reimpressão.

SPINNEY, Laura. **Pale Rider: The spanish flu of 1918 and how it changed the world**. New York: Public Affairs, 2017.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. **A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia**. Rio de Janeiro: Fio Cruz; Salvador: Edufba, 2009.

SOUZA, Haroldo Silva e. **Achilles Lisboa**. Glória do Maranhão e do Brasil. São Luís: Lithograf, 2000.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. **Medo e morte: sobre a epidemia de gripe espanhola de 1918**. Rio de Janeiro: UERJ/IMS, 1993.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Tradução: Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.

WHEATCROFT, Stephen, Ó GRÁDA, Cormac. “**The European Famines of World Wars I and II**”. In: ALFANI Guido, Ó GRÁDA, Cormac (eds.). *Famine in European History*. Cambridge: Cambridge University Press; 2017, p. 240-268.

## Meio eletrônico

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. **Perfil Acadêmico: Biografia de José Silvestre Fernandes**. Disponível em: <https://academiamaranhense.org.br/ocupantes/jose-silvestre-fernandes>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

ALDAZÁBAL, José. “**Te Deum**”. In: *Dicionário elementar de liturgia*. Secretariado Nacional de Liturgia, 2024. Disponível em: [https://www.liturgia.pt/dicionario/dici\\_ver.php?cod\\_dici=435](https://www.liturgia.pt/dicionario/dici_ver.php?cod_dici=435). Acesso em: 01 setembro. 2024.

BATALHA, João Francisco. **José Silvestre Fernandes**. Portal Arari, 2025. Disponível em: <https://arari.org.br/jose-silvestre-fernandes>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

BILLINGS, Molly. “**The Medical and Scientific Conceptions of Influenza**”. In: *The Influenza Pandemic of 1918. Human Virology at Stanford, USA, june, 1997 (modified in february. 2005)*. Disponível em: <https://virus.stanford.edu/uda/fluscimed.html>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Leishmaniose Tegumentar**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/l/lt>.

CEIA, Carlos. “**Epifonema**”. In: *E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)*, 2009. Disponível: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/epifonema>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

EWING, Tom. **Researching Epidemics in Chronicling America Newspapers**. In: Library of Congress, interview by Arlene Balkansky, april, 16, 2020. Disponível em: <https://blogs.loc.gov/headlinesandheroes/2020/04/researching-epidemics-in-chronicling-america-newspapers>. Acesso em 06. fevereiro. 2023.

HERBÁRIO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Plumbago scandens**. Species Link Network, 2013. Disponível em: <https://specieslink.net/rec/200/20553>. Acesso em: 01 janeiro. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **“História & Fotos”**. In: Cururupu, 2009. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/cururupu/historico>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cururupu**. Folhas Topográficas – Cartas e Mapas, 2009. Disponível em: [https://geoftp.ibge.gov.br/cartas\\_e\\_mapas/folhas\\_topograficas/editoradas/escala\\_100mil/proje\\_to\\_ma\\_pa/cururupu0442.pdf](https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/folhas_topograficas/editoradas/escala_100mil/proje_to_ma_pa/cururupu0442.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Apicum-Açu**. Biblioteca IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=34678&view=detalhes>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **“História & Fotos”**. In: Serrano do Maranhão, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/serrano-do-maranhao/historico>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa de Pontos d'Água do Município de Cururupu – MA**, 2011. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/15448/2/mapa-cururupu.pdf>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa Setor Rural de Serrano do Maranhão**. Censo de 2022, 2022. Disponível em: [https://geoftp.ibge.gov.br/cartas\\_e\\_mapas/mapas\\_para\\_fins\\_de\\_levantamentos\\_estatisticos/censo\\_demografico\\_2022/mapas\\_e\\_descritivos\\_de\\_setores\\_censitarios/MA/2111789/21117890500/MSR/211178905000051/A3\\_211178905000051\\_MSR.pdf](https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2022/mapas_e_descritivos_de_setores_censitarios/MA/2111789/21117890500/MSR/211178905000051/A3_211178905000051_MSR.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

IMIRANTE.COM. Serrano do Maranhão é a cidade brasileira com maior proporção de pessoas pretas. São Luís, 22 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://imirante.com/noticias/serrano-do-maranhao/2023/12/22/serrano-do-maranhao-e-a-cidade-brasileira-com-maior-proporcao-de-pessoas-pretas>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

IMPERIAL WAR MUSEUMS. **Rationing and Food Shortages During the First World War**. United Kingdom, 2025. Disponível em: <https://www.iwm.org.uk/history/rationing-and-food-shortages-during-the-first-world-war>. Acesso em: 01 janeiro. 2025.

KOSMERICK, Todd. **Foodie Friday: “Invalid Cookery” during the 1918 Flu Pandemic**. Libraries News. Special Collections. NC State - University Libraries, North Caroline,

November 2, 2018. Disponível em: <https://www.lib.ncsu.edu/news/special-collections/foodie-friday%3A-invalid-cookery-during-the-1918-flu-pandemic>. Acesso em: 01 janeiro. 2025.

ROBSON, David. **Why the flu of 1918 was so deadly**. BBC Site. Reino Unido: 30 outubro, 2018. Disponível em: <https://bbc.com/future/article/20181029-why-the-flu-of-1918-was-so-deadly>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

SILVA, Sergio Nogueira Duarte da. **“Dúvidas dos Leitores”**. In: Palavras de origem árabe. Coluna Dicas de Português. G1, São Paulo, 29 de abril de 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/blog/dicas-de-portugues/post/palavras-de-origem-arabe.html>.

SPINNEY, Laura. **How the 1918 Flu Pandemic Revolutionized Public Health**. The Next Pandemic: A Smithsonian magazine special report. Smithsonian magazine. Washington DC, U.S., September, 27, 2017. Disponível em: <https://www.smithsonianmag.com/history/how-1918-flu-pandemic-revolutionized-public-health-180965025>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

WAGNER, Abram L. **What Makes a “Wave” of Disease? An Epidemiologist Explains**. The Pursuit: School of Public Health: University of Michigan, USA, July, 06, 2020. Disponível em: <https://sph.umich.edu/pursuit/2020posts/what-makes-a-wave-of-disease.html>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

### Artigos Eletrônicos

ALMEIDA, Maria da Conceição Pinheiro de. **Movimento Quilombola na Baixada Ocidental Maranhense: história, memória e identidade de comunidades remanescentes de quilombos em Pinheiro**. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social - Associação Nacional de História – ANPUH, Rio Grande do Norte: Natal, 22-26 jul, 2013. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875177\\_6a659171a5c332e8c19224e8559bcea9.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875177_6a659171a5c332e8c19224e8559bcea9.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

EIERMANN, M.; WRIGLEY-FIELD, E.; FEIGENBAUM, J. J.; HELGERTZ, J.; HERNANDEZ, E.; BOEN, C. E. **Racial Disparities in Mortality During the 1918 Influenza Pandemic in United States Cities**. Demography, p. 1953-1979, 01 de out. 2022. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/demography/article/59/5/1953/318341/Racial-Disparities-in-Mortality-During-the-1918>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

GINZBURG, Carlo. **O inquisidor como antropólogo**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 1, n. 21, p. 9-20, set. 1990/fev. 1991. Disponível em: [https://www.snh2011.anpuh.org/resources/download/1245202413\\_ARQUIVO\\_carloginzburg.pdf](https://www.snh2011.anpuh.org/resources/download/1245202413_ARQUIVO_carloginzburg.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

GOULART, Adriana da Costa. **Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos [online], v. 12, n. 1., p. 101-142, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702005000100006>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Companhia de navegação Lloyd brasileiro: uma trajetória de déficit financeiro e desenvolvimento econômico**. História Econômica & História de

Empresas, v. 12, n. 2, 2020. Disponível em:  
<https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/776>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

HOWLAND, Robert H. **Methylene Blue: The Long and Winding Road from Stain to Brain**: Part 1. *Journal of Psychosocial Nursing and Mental Health Services* 54, n.º. 9, 2016, 21–24. Disponível em: <https://doi.org/10.3928/02793695-20160818-01>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. **Devoção e identidades: significados do culto de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais no Setecentos**. *TOPOI*, v. 7, n. 12, jan.-jun. 2006. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/topoi/a/P3SJtgHdmnxLzhbZZVb997f/?format=pdf&lang=pt>

PALMA, Rogério da; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Renomear para Recomeçar: Lógicas Onomásticas no Pós-Abolição**. In: *Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2012, Águas de Lindóia. Anais eletrônicos*, Galoá, 2012. Disponível em:  
<https://proceedings.science/encontro-abep/abep-2012/trabalhos/renomear-para-recomecar-logicas-onomasticas-no-pos-abolicao?lang=pt-br>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

PUBLIC HEALTH REPORTS, v. 33, n. 14, april 5, 1918. Disponível em:  
<https://stacks.cdc.gov/view/cdc/67833>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

LIMA, Luiz Costa. **“Perguntar-se pela escrita da história”**. *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, vol. 22, n. 36: p. 395-423, jul./dez. 2006. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/vh/a/T6GFZsJyBFCrYvc6Z3ZwbGB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. **A medicina e a influenza espanhola de 1918**. *Tempo*. Rio de Janeiro, v. 19, p. 91-105, 2005. Disponível em:  
<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0934.pdf>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

TCHOBÁNOVA, Iovka Bojílova. **Estudo dos nomes predicativos sufixados em -ice na Língua Portuguesa contemporânea**. *Domínios da Linguagem*, Uberlândia, Ano 4, n.º 1 (2010), p. 57-78, 2011. Disponível em:  
<https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11524>. Acesso em: 01 setembro.

ZICMAN, Renée Barata. **História através da imprensa: algumas considerações metodológicas**. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 4, p. 89-102, 2012. Disponível em:  
<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

WISSELER, Amanda; DEWITTE, Sharon N. **Frailty and survival in the 1918 influenza pandemic**. *Proceedings of the National Academy of Sciences, USA*, vol. 120, n.º 42, pages 01-06, 2023. Disponível em: [www.pnas.org/doi/pdf/10.1073/pnas.2304545120](http://www.pnas.org/doi/pdf/10.1073/pnas.2304545120). Acesso em: 01 setembro. 2024.

WOO, G. **Age-dependence of the 1918 pandemic**. *British Actuarial Journal*, vol. 24, e3, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge->

core/content/view/3BCBF4BDFBD8C5F0F4FBFDF34DF42209/S1357321719000023a.pdf/age-dependence-of-the-1918-pandemic.pdf. Acesso em: 01 setembro. 2024.

### **Monografias, Dissertações, Teses e Relatórios**

ALMEIDA, Maria da Conceição Pinheiro de. *Das fazendas ao quilombo: o processo de territorialização quilombola na Baixada Ocidental Maranhense (1970/2020)*. 2024. 234 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/78570/3/2024\\_tese\\_mcpalmeida.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/78570/3/2024_tese_mcpalmeida.pdf). Acesso em: 01 dezembro. 2024.

BEZERRA, Mariza Pinheiro. *Nos sertões do norte: Saúde Pública e Saneamento no Maranhão (1889-1930)*. 2019. 448 f. Tese (Doutorado) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://arca.fiocruz.br/handle/icict/50324>. Acesso em: 01 dezembro. 2024.

BASTOS, Eduardo da Silva Bastos. *Do emprego do vesicatório de cantharidas no tratamento da pneumonia*. 1914. 85 f. Dissertação Inaugural – Faculdade de Medicina do Porto, Porto: Imprensa Nacional, outubro de 1914. Disponível em: [https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/16792/2/158\\_2\\_FMP\\_I\\_01\\_C.pdf](https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/16792/2/158_2_FMP_I_01_C.pdf). Acesso em: 01 dezembro. 2024.

CASTRO, Maria Ines Malta. *O preço do progresso: a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1905-1914)*. 1993. 293f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1993.62549>. Acesso em: 01 dezembro. 2024.

COSTA, Gercilene Teixeira da. *As reservas extrativistas como ação pública local: comparando as experiências socioterritoriais de Frechal e Cururupu na Amazônia Maranhense*. 2016. 248 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9056>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

JOHNSON, Niall Philip Alan Sean. *Aspects of the historical geography of the 1918-19 influenza pandemic in Britain*. 2001, 497 f. Dissertação (Doutorado) – University of Cambridge, 2001. Disponível em: <https://www.repository.cam.ac.uk/handle/1810/280355>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

MARANHÃO. Instituto de Colonização e Terras do Maranhão-ITERMA. *Diagnóstico de Identificação e Delimitação (DID) Território Quilombola Soledade Município de Serrano do Maranhão Processo Administrativo Nº 101519/2017*. São Luís: ITERMA, 2019. Disponível em: <https://iterma.ma.gov.br/uploads/iterma/docs/DID-TERRITÓRIO-QUILOMBOLA-DE-SOLEDADE-SERRANO-DO-MARANHÃO-1.pdf>. Acesso em: 01 setembro. 2024.

MATOS, Heloisa Reis Curvelo. *Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís/MA*. 2014. 347f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8930/1/2014\\_tese\\_hrcurvelo.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8930/1/2014_tese_hrcurvelo.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

PACHECO, Gustavo Britto Freire. *Brinquedo de cura: um estudo sobre a pajelança maranhense*. 2004. 284 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: [http://docvirt.com/docreader.net/webindex/WIPagina/MI\\_Bibliografico/245771](http://docvirt.com/docreader.net/webindex/WIPagina/MI_Bibliografico/245771). Acesso em: 01 setembro. 2024.

LEAL NETO, João Ferreira. *João Marques Miranda: a trajetória de um empresário e político mestiço, no Maranhão da primeira metade do século XX*. 2017. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/34794/1/JoaoMarquesMiranda\\_LealNeto\\_2017](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/34794/1/JoaoMarquesMiranda_LealNeto_2017). Acesso em: 01 setembro. 2024.

SANTOS, Daniela Cordovil Corrêa dos. *Etnografia, modernidade e construção da nação: estudo a partir de um culto afro-brasileiro*. 2006. 171 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: [http://www.dan2.unb.br/images/doc/Tese\\_067.pdf](http://www.dan2.unb.br/images/doc/Tese_067.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

### Leis, Decretos, Normas e Relatórios

BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal**. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 01 setembro. 2024.

GODINHO, Victor. **A Peste no Maranhão**. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Coronel Alexandre Collares Moreira Junior, Governador do Estado pelo Dr. Victor Godinho chefe do Serviço Extraordinario de Hygiene. São Luís, Typogravura Teixeira. 1904. Disponível em: [https://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/201408272215521409188552\\_23771409188552\\_2377.pdf](https://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272215521409188552_23771409188552_2377.pdf). Acesso em: 01 setembro. 2024.

MARANHÃO. **Leis do Estado do Maranhão do ano de 1918**. Maranhão: 1918.

MARINHA DO BRASIL. Diretoria de Portos e Costas. **Normam-202-DPC**: Normas da autoridade marítima para embarcações empregadas na navegação interior. 1ª Revisão. Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/atos-normativos/dpc/normam/normam-202.pdf>.

### Mapas

FERREIRA, Justo Jansen. **Planta da cidade de S. Luiz do Maranhão**. São Luis, MA: [n.p.], 1912. Escala [1:4.237]. Disponível em: [https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart536687/cart536687.jpg](https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart536687/cart536687.jpg). Acesso em: 01 setembro. 2024.

VEIGA, J. **Planta da cidade de São Luiz do Maranhão**. Nova Iorque, Estado Unidos: R. C. Root, Anthony & Co., 1858. Escala [1:4.342]. Disponível em:

[https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart172840/cart172840.jpg](https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart172840/cart172840.jpg). Acesso em: 01 setembro. 2024.


### **Documentários**

A GRIPE QUE MATOU 50 MILHÕES DE PESSOAS. Direção: Andrew Thompson. Reino Unido: BBC, 2018. 1 vídeo (59 minutos). Disponível em: [https://www.primevideo.com/detail/0TAF02BQ1CTH7AZSDKT5WNHEP7/ref=atv\\_nb\\_lcl\\_pt\\_BR?language=pt\\_BR&ie=UTF8](https://www.primevideo.com/detail/0TAF02BQ1CTH7AZSDKT5WNHEP7/ref=atv_nb_lcl_pt_BR?language=pt_BR&ie=UTF8). Acesso em: 07 maio. 2022.


**ANEXOS**

ANEXO – A: Lista de Passageiros em trânsito do vapor Ceará, da Companhia Lloyd Brasileiro, de 01 de outubro de 1918, do acervo pertencente ao Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

F. 15



# Lloyd Brasileiro



Maranhão 1 de Outubro de 1918

Relação dos passageiros <sup>em trânsito</sup> ~~destes navios~~ ~~destas sociedades~~ hoje neste porto, do paquete brasileiro Ceará

de 1185 toneladas e 98 pessoas de equipagem, entrado de Rio

e escalas com 14 dias de viagem e 10 de ultimo porto.

Comandante R. Risser

NOMES	NACIONALIDADE	DESTINO	1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe	PROCEDENCIA
João Pereira e família	Portuguezes	Pará	3			Rio
Antonio Claro e Octavio Mesquita	"	"	2			"
Hermínio Cardoso e Manoel Soares	"	"	2			"
Simão Hoener e D. Rosa da Cunha	Brasileiros	"	2			"
Jucundina Miranda e 1 netta	"	"	2			"
Jacinto Costa e Militão Silva	"	"	2			"
José Paiva e Durval Vasconcellos	"	"	2			"
A. S. Bandeira família e 1 criada	"	"	4	1		"
Augusto Mattos e família	"	"	3			"
Hermano Neumann e Sra. Juliana Machado	"	"		3		"
Emília Rodrigues e família	"	"			3	"
José Gamella e 10 Marinheiros	"	"			11	"
Carlos Santos e Joaquim Pinto	"	"			2	"
Manoel Oliveira e Pedro Ferreira	"	"			2	"
João Balthasar e Sra.	"	"	2			Bahia
Amancio dos Santos	"	"			1	"
B. W. Jong	Holandez	"	1			Recife
Luiz Mazzacaro	Argentino	"	1			"
Clara Braniska	Russa	"	1			"
Custódio Fonseca e Sebastião Leite	Brasileiros	"	2			"
Joaquim Felipe e Sra. Joaquim Oliveira	"	"			3	"
Orlando Montenegro, Josepha Mariana	"	"			2	"
Avelino Assis e Sergio Esteves	"	"			2	Cabedello
Francisco Santos e Julio Vasconcellos	"	"			2	"
Luiz Martins e José Bezerra	"	"			2	atal
Vitolino Oliveira e família	"	"			4	"
Francisco Alves e José Soares	"	"			2	"
Anna Marques e 2 filhos	"	"			3	"
João Neves, José de Moraes	"	"	2			Ceará
Jayme Mattos família e 1 criada	"	"	4	1		"
Ernesto Facheco e Sra	"	"	2			"
Amoroso Lima e Antonio Silva	"	"	2			"
			39	5	39	

NOMES	NACIONALIDADE	DESTINO	1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe	PROCEDENCIA
Julietta Marinho, Antonio Almeida	Brasileiros	Pará	39	5	39	Pará
Manoel Ferreira e José Furtado	"	"		2	2	"
Francisco Costa e familia	"	"			7	"
Dr. Durval Forto	"	Paraná	1			Rio
Jeronimo Coimbra e Pedro Gomes	"	"	2			"
Simon Liftsch e Liza Frizer	Russos	"	2			"
D. Laura Costa	Brasileira	"		1		"
Antonio Anuda	"	"			1	"
D. Rosa Vidal 1 filho e 1 criada	"	"	2	1		Bahia
João Vieira	"	"			1	"
D. Maria Joaquina e 1 filha	"	"			2	Mació
Francisco Gomes e familia	"	"	4			Recife
Adelino Ribeiro	"	"	1			Ceará
D. Alsira Castro Cabral	"	"		1		"
Antonio Martins de Almeida	"	"			1	"
			51	10	53	

*Salvador*

ANEXO – B: Registro de falecimento do doutor José Joaquim Marques, aos 09 de outubro de 1918, proveniente do Acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM, livro 47 de Registro de Óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Capital (1915-1921).

Aos nove dias do mez de Outubro do anno su-  
 pra, nesta freguesia falleceu de asphixia no de-  
 curso de psychose circular em phase melancolica  
 ou depressiva doutor José Joaquim Marques, ma-  
 ranhense, casado com Almerinda Vasquez Marques,  
 com quarenta e oito annos de idade, filho legiti-  
 mo de José da Serra Marques e Joanna da  
 Cunha Marques, o qual, revolto em habito se-  
 cular, foi, no dia seguinte, excomunicado e  
 acompanhado por miss e capellães ao Crite-  
 rio Municipal. Para constar mandei fazer este  
 assento.

O Vigário Cury José de Santos Chaves.

José  
95

ANEXO – C: Lista de Passageiros do vapor Cururupú, da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, de 13 de janeiro de 1917, do acervo pertencente ao Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.


**Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão**

Relação dos passageiros que conduziu o vapor *Cururupú*  
 Commandante *Melchisedech E. Marignier*  
 Tonelagem *445*  
 Embarcadouro *S. Luiz* em *13* de *Janeiro* de *1917*  
Ty. Ramos d'Almeida - 3011

N. dos passageiros	NOMES	CLASSE		Profissão	Nacionalidade	Observações
		1.ª	3.ª			
63	Francisco Silva	I		Belém	Braz	
104	D. Fortunata Garcia		3.ª	Vizem	"	
175	Mariano de Sousa Brito	I		Peryssin	"	
176	Tertuliano P. da Silva	II		"	"	
36	D. Neusa P. da Silva		III	"	"	
60	Marcos Miguel do Costa			Cururupú	"	
62	José P. Fernandes c/mã	I		"	"	
63	Conço F. de S. Basto	I		"	"	
64	Bel. Manoel Ant. de Mello Lambert	I		"	"	
66	Antonio Pereira do Costa Sr.º	I		"	"	
65	Miguel J. Faray e filha	I		"	"	
67	Joaquim Ribeiro Viegas	I		"	"	
68	Rachid Aid	I		"	Estrangeira	
69	Benedicto Silva e família	I		"	Braz	
70	St. Achilles Lisboa e filhos	I		"	"	
71	D. Sidi Carlos	I		"	"	
72	Trina Tarcos		5.ª	"	"	
73	Pedro Tinko			"	"	
100	Heitor de Barros Moraes	I		Tinkois	"	
101	D. Maria F. Salazar Mag.º e filhos	"		"	"	
103	Bernardim J. Rodrigues Pavao	"		"	"	
104	Rachid Musnier	"		"	Estrangeira	
115	St. Francisco de Sousa e família	"		"	Braz	2

ANEXO – D: Lista de ambulâncias preparadas pela Pharmacia Cruz, em 04 de dezembro de 1918, e destinadas a várias localidades, incluindo Cururupu. Parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

*Documento n.º 6*



# PHARMACIA CRUZ

(ANTIGA PHARMACIA CALDAS)

RUA NINA RODRIGUES, 65

TELEPHONE N. 29      \*      END. TELEG. CRUZEIRO

*Maranhão, 4 de Dezembro de 1918*


O Snr.           A Repartição do Serviço Sanitário           Deve  
**a Candido A. de Carvalho Cruz**

775 - Telegr. - Maranh. 40694

RESUMO das AMBULANCIAS AVIADAS.		
1	Ambulancia para o Bacanga	346\$500
1	- para GUIMARAES	1.455\$000
1	- para CURURUPU	353\$500
1	- para Monção	119\$500
1	- para Ribá mar	231\$300
1	- para Guimarães	461\$000
1	- para S. Vicente Ferrer	448\$000
1	- para o Icatu	192\$500
1	- para o Itapicuri	171\$500
1	- para o Bacanga	166\$000
1	- para o Rozario	1.029\$000
1	- para o serviço da Repartição	686\$000
1	- para S. IUIZ GONZAGA	230\$000
1	- Para Guimarães	550\$000
S. E. O.		Rs 6.440\$000

Recebi em 12 de Dezembro de 1918

Candido A. de Carvalho Cruz



ANEXO – E: Folha de Pagamento dos Empregados do Serviço Sanitário relativa ao mês de novembro de 1918. Parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM – Extraordinários.

1<sup>ª</sup> Via

Folha para pagamento dos empregados do Serviço Sanitário  
relativa ao mez de *Novembro* de 1918

Documento n.º 18

*Extraordinarios*

Empregos	Nomes	Ordenado	Gratificação	Líquido a receber	Observações
Inspector sanitário	Dr. Francisco B. Barbosa de Godin		600+000	600+000	Recibi Dr. Francisco B. Barbosa de Godin
Inspector sanitário	Dr. Severino Cavalari de Moraes Rego		666+666	666+666	Recibi Dr. Severino Cavalari de Moraes Rego
Inspector sanitário	Dr. José de Almeida Nunes		666+666	666+666	Recibi Dr. José de Almeida Nunes
Inspector sanitário	Dr. Opalma Loudas Marques		666+666	+ 666+666	
Subinspector	José Lúcio Fernandes (30 dias) uma semana de férias		150+000	150+000	Recibi José Lúcio Fernandes
" " "	Francisco Bastos - (30 dias) uma semana de férias		150+000	150+000	Recibi Francisco Bastos
" " "	Raymundo Lima - 180 dias " " "		150+000	150+000	Recibi Raymundo Lima
" " "	Ubaldo de Azevedo Freitas - (30 dias) " " "		150+000	150+000	Recibi Ubaldo de Azevedo Freitas
" " "	Antonio Oliveira - (30 dias) " " "		150+000	150+000	Recibi Antonio de Oliveira
" " "	Amancio Andrade (30 dias) " " "		150+000	150+000	Recibi Amancio Andrade
" " "	Erizuel Santos (30 dias) " " "		150+000	150+000	Recibi Erizuel Santos
" " "	José Brandão (30 dias) " " "		150+000	150+000	Recibi José Brandão
" " "	Plácido Nunes (30 dias) " " "		150+000	150+000	Recibi Plácido Nunes
" " "	Raymundo Eugênio Ribeiro (30 dias) " " "		150+000	150+000	Recibi Raymundo Eugênio Ribeiro
" " "	José Antônio (30 dias) " " "		150+000	150+000	Recibi José Antônio
" " "	Raymundo Régio Ribeiro (30 dias) " " "		150+000	150+000	Recibi Raymundo Régio Ribeiro
" " "	Eduardo de Azevedo Marques (30 dias) " " "		150+000	150+000	Recibi Eduardo de Azevedo Marques
" " "	Marta Candida Borges (30 dias) " " "		150+000	150+000	Recibi Marta Candida Borges
" " "	Octaviana Pires (30 dias) " " "		150+000	150+000	Recibi Octaviana Pires
" " "	Barnabé Augusto de Mendonça (30 dias) " " "		150+000	150+000	Recibi Barnabé Augusto de Mendonça
Chouffeur	Waldemar de Alencar Gonçalves (30 dias) " " "		150+000	150+000	Recibi Waldemar de Alencar Gonçalves
" " "	Manuel Nascimento de Jesus (30 dias) " " "		150+000	150+000	Recibi Manuel Nascimento de Jesus
" " "	José Gonçalves Ramos (30 dias) " " "		150+000	150+000	Recibi José Gonçalves Ramos
" " "	Luiz Costa (16 dias) " " "		30+000	30+000	Recibi Luiz Costa
Subinspector	Antônio Augusto Machado (23 dias) " " "		115+000	115+000	Recibi Antônio Augusto Machado
" " "	José Francisco Romão (24 dias) " " "		120+000	120+000	Recibi José Francisco Romão
" " "	José da Costa Leitão (28 dias) " " "		140+000	140+000	Recibi José da Costa Leitão
" " "	Gabriel Brito Ferreira (24 dias) " " "		120+000	120+000	Recibi Gabriel Brito Ferreira
" " "	José de Jesus (27 dias) " " "		135+000	135+000	Recibi José de Jesus
" " "	Raymundo Carneiro Oliveira (15 dias) " " "		75+000	75+000	Recibi Raymundo Carneiro Oliveira
			6.184+998	6.184+998	

1. Vi.  
 Folha para pagamento dos empregados do Serviço Sanitário  
 relativa ao mez de Novembro de 1918

*Extraordinária*

Empregos	Nome	Ordenado	Gratificação	Liquido a receber	Observações
			<i>Transporte</i>		
			<i>6.184.998</i>	<i>6.184.998</i>	
Desempateado	Manoel Silva (23 dias)	115.000	115.000	Recibe Manoel Silva	
"	Raymundo Elsbaz (25 dias)	125.000	125.000	Recibe Raymundo Elsbaz	
"	José Marcelino Pereira (30 dias)	105.000	105.000	Recibe José Marcelino Pereira	
"	Antonio Cantanhede (16 dias)	80.000	80.000	Recibe Antonio Cantanhede	
"	Mathias Pereira (24 dias)	120.000	120.000	Recibe Mathias Pereira	
"	Marinho Lima (24 dias)	120.000	120.000	Recibe Marinho Lima	
"	Theodor Cruz (27 dias)	145.000	145.000	Recibe Theodor Cruz	
"	Arceles Albaya (28 dias)	105.000	105.000	Recibe Arceles Albaya	
"	Domingos Lemos (25 dias)	125.000	125.000	Recibe Domingos Lemos	
"	Pedro Santos (28 dias)	115.000	115.000	Recibe Pedro Santos	
"	Fernando Antonio Lima (20 dias)	100.000	100.000	Recibe Fernando Antonio Lima	
"	Newton Pereira de Albuquerque (25 dias)	125.000	125.000	Recibe Newton Pereira de Albuquerque	
		<i>4.609.998</i>	<i>4.609.998</i>		



Importa a presente folha de vencimentos em  
 seis contos seiscentos e nove mil novecentos e noventa e oito  
 reis. Secretaria de Direcção do Serviço Sanitário em  
 L. Ruiz 30 de Novembro de 1918.

*Recibido  
 no valor de 911  
 Dr. Carlos Sáez  
 Sembrado*

*Confere  
 Em 4/12/18  
 D. Cunha*

*Recibido  
 H. Costa*

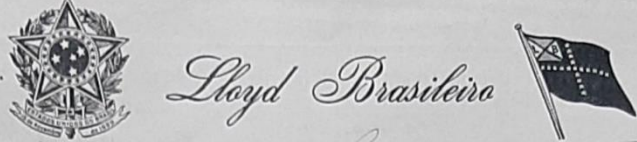
ANEXO – F: Ambulância de medicamentos fornecidos para o Serviço Sanitário pelo Governo Estadual em 30 de novembro de 1918. Parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

 <b>PHARMACIA CRUZ</b> 		(ANTIGA PHARMACIA CALDAS)		
RUA NINA RODRIGUES, 65		END. TELEGR. CRUZEIRO		
TELEPHONE N. 29		**		
Maranhão, 30 de Novembro de 1918				
O Snr. A Repartição do Serviço Sanitário		Deve		
<b>a Candido A. de Carvalho Cruz</b>				
Ambulancia aviada para a Repartição				
23	5 5 3 30,0 30,0 100,0 100,0 100,0 100,0 100,0 15,0 500,0 500,0 2,0 20,0 200,0 1 1 10,0 1000,0 10,0 10,0 12 20,0 20,0 2 100,0 100,0 500,0 10,0 20,0 200,0 100,0 100,0 100,0 100,0 20,0 50,0 50,0 18,0 20,0 300,0 10,0 30,0 2 2 3 500,0 500,0 1/2	Kilos Sulfato de Sodio Litros Oleo de Ricinos Garrafas Agua Villa Cabras Pyramido Antipyrina Benzoato de Sodio Extrato Fluido de Tolu Extrato fluido de Capillaria Extrato Fluido de Polygala Extrato Fluido de Ipeca Bromoformio Gomma arabica em pó Agua de Louro Cerejo Dionina Alcoolatura de aconito Acetato de ammonio Kilo Mostarda moida Kilo Linhaça moida Citrato de Cafeina Xarope Simples Salopheno Aspyrina Vidros Magnezia fluida Benzonaphtol Tintura de Aniz Milheiros cachets N.2 Elixir Paregorico Subnitrate de Bismutho Agua Chloroformada Chlorhydrato de Morphina Essencia de Hortelã pimenta Ether Sulfurico Bicarbonato de Sodio Tintura de Canella Tintura de Valerianan Espirito de Melissa Bromureto de Potassio Tintura de Grindelia Calomelanos a vapor Cascara sagrada em pó Euquinina Tintura de Iodo Codex Pos de Dower Menthol crystallizado Seringas de Luer 20. C. completa Cxas Empofas de Quinoformio a 0,50 Oleo camphorado a 0,50 Algodão hydrophylo em pacotinhos Estopa fina Resma papel embrulho	80000 300000 90000 240000 180000 600000 80000 70000 90000 120000 80000 100000 80000 40000 10000 60000 60000 60000 80000 30000 100000 80000 180000 160000 10000 160000 40000 250000 50000 80000 30000 60000 10000 30000 30000 20000 20000 20000 40000 10000 600000 120000 20000 120000 720000 300000 270000 60000 60000 60000 30000	S.E.O.
			Rs 686000	

Confirma a prestação conta na importância de 686000  
 S. Cruz - 10 de Novembro de 1918 - C. A. de Carvalho Cruz

RECEBIDO  
 30 de Novembro de 1918  
 do Estado do Maranhão

ANEXO – G: Lista de Passageiros em trânsito do vapor Pará, da Companhia Lloyd Brasileiro, contendo o nome da vítima “Francisco Cordeiro”. Data: 18 de outubro de 1918. Acervo pertencente ao Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.



**Lloyd Brasileiro**

1-15

Maranhão, 18 de Outubro de 1918

Relação dos passageiros desembarcados hoje neste porto, do paquete brasileiro Sau  
do 1105 toneladas e 125 pessoas de equipagem, entrado de Paraná  
e escalas com 12 dias de viagem e 38<sup>2</sup> do ultimo porto.

Commandante Ernesto Pimenta

NOMES	NACIONALIDADE	DESTINO	1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe	PROCEDENCIA
M. Antenor Bezerra & filhos	Brasileiro	Pará	2			Paraná
Antenor Bezerra	+	+	1			+
F. Edelgard Carlos dos Reis	+	+				+
E. Pires	+	+	2			+
Amocênio Mariani e outros filhos	+	+		2		+
Joaquim Pires	+	+		1		+
Ernesto Pimenta	+	+			1	+
Benjamin de Azevedo da Silva	+	+			1	+
Ernesto Pires Almeida	+	+			1	+
Aderico Maria Coelho	+	+			1	+
Antonio Marcelino	+	+			1	+
Roy Arthur Francisco Fontaine	+	+			1	+
Ex-praca Amocênio Souza	+	+				+
Sauha e 1 filho	+	+			2	+
José Gerardo Kublman	+	Paraná	1			+
José F. Pires	+	+		1		+
José Pires	+	+			1	+
Alba Pires	+	+			1	+
Terentio do Santos	+	Pará			1	Victoria
Martimiano Seraphim Lopes	+	+			1	Pará
Cláudio Martins dos Santos	+	+			1	+
Adalberto Gomes da Silva	+	+			1	+
Adriano Martins dos Santos	+	+			1	+
José João Ribeiro dos Santos	+	Paraná	1			+
Manoel Costa	+	+	1			+
Dr. Ester Gumbert & 2 filhos	+	Pará	1			Paraná
Dr. Leopoldo Costa e Silva & filhos	+	+				+
Yocentio Brasil	+	+				+
Manoel Vicente	+	+			1	+
Alberto R. Gomes da Silva	+	+		1		Pará
Dr. Maximal White e Wally White	+	+				+
Helena Guimarães e outros filhos	+	+				+
			2	2	13	Continua

NOMES	NACIONALIDADE	DESTINO	1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe	PROCEDENCIA
Transporte			24	4	18	
Francisco Gomes de Jesus	Portuguesa	Para		1		Beje
7ª Regta. Prontas do Sêco				1		
Bonifácio Aguiar					1	
Miguel Rodrigues					1	
Caetano Leal Araujo					1	
Arthur Mendes de Oliveira					1	
Helio de Salgado do Sêco					1	
Vicente de Oliveira					1	
Emiliano do Valle					1	
José Francisco Buzano					1	
José Ferreira de Lima					1	
Ambrósio Leirigildo Luz					1	
Claudio Ferreira					1	
Julio de Azevedo Fries					1	
José Leão					1	
Francisco Coelho					1	
Antonio de Souza Marcio					1	
José Manoel do Sêco					1	
Francisco Alves					1	
Pedro do Coste Corroia					1	
Thelma F. Victoria Pater					1	
Leandro Campesano Gomes					1	
En. Sarg. Francisco Marmelo		Nidos				
Luiz, Sêco e filhos					4	
Emmanuel Pereira		Paraná			1	
Pedro Arcangelo Martins		Para			1	Collecção
José Antonio					1	
Benedito Alves					1	
Pedro Dias de Azevedo		Santa Cruz			1	
José Ferreira do Costa		Paraná			1	
Manoel Pereira do Costa					1	
Collette Gomes do Nascimento					1	
Manoel Gomes		Para			1	Natal
Joaquim Francisco Simoes					2	
Francisco Alves e Sêco					2	
Arthur Paulo Cavalcante e Sêco		Paraná			3	
e 1 filho					3	
Benedito Ambrósio Pompeu		Para		1		Coque
Edmundo Souza Pompeu				1		
Paschoal de Sousa Jacu				1		
Paul Soares				1		
Sebastião Siqueira				1		
Augusto Silva Gil				1		
			30	10	58	continua

ANEXO – H: Quadro – Relação nominal das vítimas da gripe espanhola documentadas em São Luís (MA), conforme registros dos jornais: *Pacotilha, O Jornal, Diario Oficial do Estado do Maranhão*, incluindo informações sobre registro religioso.

<b>Óbitos – gripe espanhola/São Luís – MA (1918-1919)</b>										
<b>NOMES ENCONTRADOS (Com diferenças de grafias)</b>	<b>DATA/ÓBITO (Com diferenças de datação)</b>	<b>C. Mortis (Escrita da época)</b>	<b>Idade</b>	<b>Cor</b>	<b>Sexo</b>	<b>Nac./Nat</b>	<b>Local</b>	<b>Registro Religioso</b>	<b>Fonte Consultada</b>	<b>N.</b>
Francisco Gonçalves Cordeiro (R.J.) José Francisco Cordeiro (R.D.)	20/10/1918 (R.J.) 21/10/1918 (R.D.)	gripe brocho- pulmonar	20	branco	M	Maranhão	Isolamento do Lira		REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 237, p. 03 A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, ed. 249, p. 01	1
Cyriaca Costa Ferreira	28/10/1918	grippe		preta	F	Maranhão			REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 240, p. 03	2
Elme Pereira	07/11/1918	influenza espanhola	16		M		Rua Nina Rodrigues		NECROLOGIA, <i>Pacotilha</i> , 1918, ed. 264, p. 01	3
Emilia Pinheiro	07/11/1918	gripe			F		Isolamento do Lira/Rua da Fonte das Pedras, 28 (Res.)		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, ed. 264, p. 04	4
José Teodoro Loureiro	07/11/1918	gripe			M		Rua dos Afogados, 90		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, ed. 264, p. 04	5
Antonio Francisco	07/11/1918	gripe			M		Rua Jacinto Maia		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, ed. 264, p. 04	6
Manoel Lima	07/11/1918	gripe			M		Isolamento do Lira		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, ed. 264, p. 04	7
José Gregório Lima	07/11/1918	gripe			M		Isolamento do Lira		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, ed. 264, p. 04	8
Artur Morais	07/11/1918	gripe			M		Isolamento do Lira		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, ed. 265, p. 01	9

Hermenegildo Costa Reis	07/11/1918	gripe			M		Isolamento do Lira/Codozinh o (Res.)		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, ed. 265, p. 01	10
Leonelgida Coelho Ribeiro (R.R.) Leonelgide Coelho Ribeiro (R.J.)	07/11/1918 08/11/1918 (R.R.)	gripe	47		F			Livro 15 (1916-1931) de Óbitos de Nossa Senhora da Vitória da Catedral da Sé, n. 54, p. 16	NECROLOGIA, <i>Pacotilha</i> , 1918, ed. 265, p. 04	11
Affife Seba Lunande (R.R.) Affife Seba Lauand (Lápide) Afifa Lauande (R.J.)	07/11/1918 08/11/1918 (R.R.)	gripe	29		F	Síria	Rua de Santana, 102	Livro 47 (1915-1921) de Óbitos da Igreja N.S. da Conceição da Capital, n. 109, p. 54	NECROLOGIA, <i>Pacotilha</i> , 1918, ed. 265, p. 04	12
José Martins	08/11/1918	gripe			M		Isolamento do Lira		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, ed. 266, p. 01	13
João Cipriano Seabra	09/11/1918	gripe			M		Isolamento do Lira		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 267, p. 04	14
Custódia Conrada Santos	09/11/1918	gripe			F		Isolamento do Lira		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 267, p. 04	15
José Gomes	10/11/1918	gripe			M		Isolamento do Lira		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 267, p. 04	16
Dina Ferreira	10/11/1918	gripe			F		Isolamento do Lira		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 267, p. 04	17
José R. Ferreira	10/11/1918	gripe			M		Isolamento do Lira		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 267, p. 04	18
Raimunda Ribeiro Gomes	11/11/1918	gripe			F				NECROLOGIA, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 267, p. 04	19
José Novas (R.J.) Jozé Novas (R.J.) José Nova Alves (R.R.)	11/11/1918	gripe	21		M	Maranhão	Rua de S. Ana	Livro 47 (1915-1921) de Óbitos da Igreja N.S. da Conceição da	DE LUTO, <i>O Jornal</i> , 1918, Ed. 1215, p. 01	20

								Capital, n. 111, p. 54		
Inocência Dias	13/11/1918 (Ret.)	gripe			M	indigente	Rua da Cruz, 123		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 269, p. 01	21
Clotilde Silva	13/11/1918 (Ret.)	gripe			F	indigente	Rua da Palma, 22		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 269, p. 01	22
Luiza Barbosa Coelho	13/11/1918 (Ret.)	gripe			F	indigente	Rua da Viração, 28		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 269, p. 01	23
Maria Bezerra	13/11/1918 (Ret.)	gripe			F	indigente			A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 269, p. 01	24
Jorge dos Santos	13/11/1918 (Ret.)	gripe			F	indigente			A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 269, p. 01	25
Francisco Santos	13/11/1918	gripe			M		Isolamento do Lira		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 269, p. 01	26
Dionisia Maria da Conceição	13/11/1918	gripe			F		Isolamento do Lira		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 269, p. 01	27
Silverio Vieira Barroso	13/11/1918	gripe			M		Isolamento do Lira		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 269, p. 01	28
Atanásio Moreira da Silva	13/11/1918	gripe			M		Isolamento do Lira		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 269, p. 01	29
Anna da Cruz Santos (R.J.) Ana da Cruz Santos (R.J.) Anna Cruz Santos (R.R.)	13/11/1918	gripe	30		F	Portugal	Rua da Saavedra	Livro 69 (1918-1926) de Óbitos da Igreja de São João Batista da Capital, n. s/n, p. 08	DE LUTO, <i>O Jornal</i> , 1918, Ed. 1216, p. 01	30
Maria Alves	13/11/1918	gripe			F				A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 270, p. 01	31
Angelo Barbosa	14/11/1918	gripe			M		Isolamento do Lira		NECROLOGIA, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 271, p. 01	32
João de Moraes Rêgo (R.J.) João Rego Filho (R.R.)	16/11/1918	gripe	19		M	Maranhão	Rua da Cruz, 35	Livro 69 (1918-1926) de Óbitos da Igreja de São João Batista	A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 271, p. 01	33

								da Capital, n. s/n, p. 08v		
João Pacifico dos Santos	16/11/1918 17/11/1918	gripe			M		Isolamento do Lira		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 272, p. 04	34
Ludgera Oliveira	16/11/1918 17/11/1918	gripe			F		Isolamento do Lira		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 272, p. 04	35
Maria Isabel	16/11/1918 17/11/1918	gripe			F		Isolamento do Lira		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 272, p. 04	36
Manoel Pereira do Nascimento	18/11/1918	gripe			M		Isolamento do Lira		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 273, p. 01	37
Tomaz Ferreira dos Santos	19/11/1918	gripe			M		Isolamento do Lira		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 274, p. 01	38
Galdino Cardoso	19/11/1918	gripe			M		Isolamento do Lira		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 274, p. 01	39
Raimundo João Araújo	19/11/1918	gripe			M		Isolamento do Lira		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 274, p. 01	40
Apolinario Jansen Ferreira (R.R.) Cel. Apolinario Jansen (R.J.) Apolinário Jansen Ferreira (R.J.)	20/11/1918 (R.J.) 21/11/1918 (R.R.)	gripe influenza	66		M			Livro 15 (1916-1931) de Óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória da Catedral da Sé, n. 61, p. 17	DE LUTO, <i>O Jornal</i> , 1918, Ed. 1222, p. 01 NECROLOGIA, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 274, p. 04	41
Oscar Pinto Coelho (R.R.) Oscar Coelho (R.J.)	21/11/1918 (R.J.) 22/11/1918 (R.R.)	gripe	29/34		M	Rio de Janeiro	Rua Cel. Colares Moreira, 114	Livro 69 (1918-1926) de Óbitos da Igreja de São João Batista da Capital, n. s/n, p. 09	DE LUTO, <i>O Jornal</i> , 1918, Ed. 1222, p. 01	42
Raimundo Joaquim Cantanhede Vaz (R.R.) Raimundo Vaz (R.J.) Raymundo Joaquim Cantanhede (Lápide)	22/11/1918	gripe influenza	32		M	Maranhão	Avenida Silva Maia	Livro 69 (1918-1926) de Óbitos da Igreja de São João Batista da Capital, n. s/n, p. 09	CEL. RAIMUNDO VAZ, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 275, p. 01 DE LUTO, <i>O Jornal</i> , 1918, Ed. 1222, p. 01.	43

Maria Nazaré	22/11/1918	gripe			F		Isolamento do Lira		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 276, p. 04	44
João Paulino da Silva	22/11/1918	gripe			M		Isolamento do Lira		A GRIPE, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 276, p. 04	45
Ambrozina Teixeira	27/11/1918	influenza influenza espanhola	16		F		Madre Deus, 78		DE LUTO, <i>O Jornal</i> , 1918, Ed. 1226, p. 01 NECROLOGIA, <i>Pacotilha</i> , 1918, Ed. 279, p. 04	46
Manoel Serra Ferreira	30/11/1918	grippe pulmonar		pardo	M		Isolamento do Lira		REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 263, p. 03	47
Paulo Costa	30/11/1918	grippe	5m	pardo	F	Maranhão			REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 263, p. 03	48
Adelina Hesekt de Oliveira (R.R.) Adelina Aranha Hesketh d'Oliveira (Lápide)	30/11/1918	grippe	66	branca	F	Maranhão	Rua de Santana, 73	Livro 47 (1915-1921) de Óbitos da Igreja N.S. da Conceição da Capital, n. 129, p. 56	REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 263, p. 03	49
Severo José Pinto	30/11/1918	gripe generalizada	67	branco	M	Maranhão			REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 263, p. 03	50
Anna Maria Agapito	30/11/1918	gripe pneumonica	11	preta	F	Maranhão			REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 263, p. 03	51
Maria Gertrudes da Cruz	02/12/1918	gripe pneumonica	38	parda	F	Maranhão		Livro 47 (1915-1921) de Óbitos da Igreja N.S. da Conceição da Capital, n. 131, p. 56	REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 264, p. 02	52
Ponciano Ribeiro Machado	02/12/1918	gripe pulmonar	22	pardo	M	Maranhão		Livro 15 (1916-1931) de Óbitos de	REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 264, p. 02	53

								Nossa Senhora da Vitória da Catedral da Sé, n. 66, p. 17		
Maria José Fontes Coelho	03/12/1918	pneumonia grippal	35	branca	F	Maranhão			REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 265, p. 03	54
Antonio Julião da Silva	03/12/1918	grippe	40	pardo	M	Maranhão			REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 265, p. 03	55
Augusta Carneiro de Souza	04/12/1918	influenza epidemica	3		F	Maranhão			REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 266, p. 04	56
Raymunda Silva	04/12/1918	grippe	42		F	Maranhão			REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 266, p. 04	57
Leoncia Mariana Gonzaga	05/12/1918	pneumonia dupla grippal	21		F	Maranhão			REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 267, p. 03	58
Edwiges Pereira	05/12/1918	grippe	30		F	Maranhão			REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 267, p. 03	59
Leodoro Silva	09/12/1918	influenza pulmonar	19		M	Maranhão			REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 270, p. 02	60
Pompilia Vianna	09/12/1918	grippe	22		F	Maranhão			REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 270, p. 02	61
Bento Antonio de Araujo	09/12/1918	broncho pneumonico grippal	30		M	Maranhão			REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 270, p. 02	62
Januario da Silva Raposo	09/12/1918	grippe bronco pneumonico	34 (R.D.) 35 (R.R.)		M	Maranhão (R.D.) Portugal (R.R.)	Hospital Portuguez	Sim/ Livro 47 (1915-1921) de Óbitos da Igreja N.S. da Conceição da Capital, n. 135, p. 57	REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 270, p. 02	63

Cecilia Guedes Corrêa	10/12/1918	grippe pulmonar	17		F	Pará			REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 271, p. 02	64
João Francisco Dario	10/12/1918	pneumonia dupla grippal	29		M	Maranhão			REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 271, p. 02	65
Amanda Valente de Figueiredo	10/12/1918	grippe	44		F	Piauhy			REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 271, p. 02	66
Maria dos Santos Silva	14/12/1918	grippe pulmonar	30		F	Maranhão			REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 275, p. 03	67
Alfredo Brasileiro Ribeiro	16/12/1918	grippe bronco-pulmonar	34		M	Maranhão			REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 276, p. 03	68
Andreza Ferreira	16/12/1918	grippe			F	Maranhão			REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 276, p. 03	69
Tertuliano A. Gançaves (R.D.) Tertuliano Almeida Gonçalves (R.P.)	21/12/1918 (R.D.) 20/12/1918 (R.J.)	grippe	15		M	Maranhão			REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 281, p. 03 Registro Civil - Óbitos, Pacotilha, 1919, Ed. 05, p. 02	70
Aristão Catanhede Santos	21/12/1918 (R.D.) 20/12/1918 (R.J.)	grippe pulmonar gripe pulmonar	22 (R.D.) 82 (R.J.)		M	Maranhão			REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 281, p. 03 Registro Civil - Óbitos, Pacotilha, 1919, Ed. 05, p. 02	71
Januaria Santos (R.D.) Januaria Souto (R.R.)	21/12/1918 (R.D.) 20/12/1918 (R.J.) 19/12/1918 (R.R.)	gripe generalizada gripe	37		F	Maranhão		Livro 47 (1915-1921) de Óbitos da Igreja N.S. da Conceição da Capital, n. 137, p. 57	REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1918, n. 281, p. 03 Registro Civil - Óbitos, Pacotilha, 1919, Ed. 05, p. 02	72

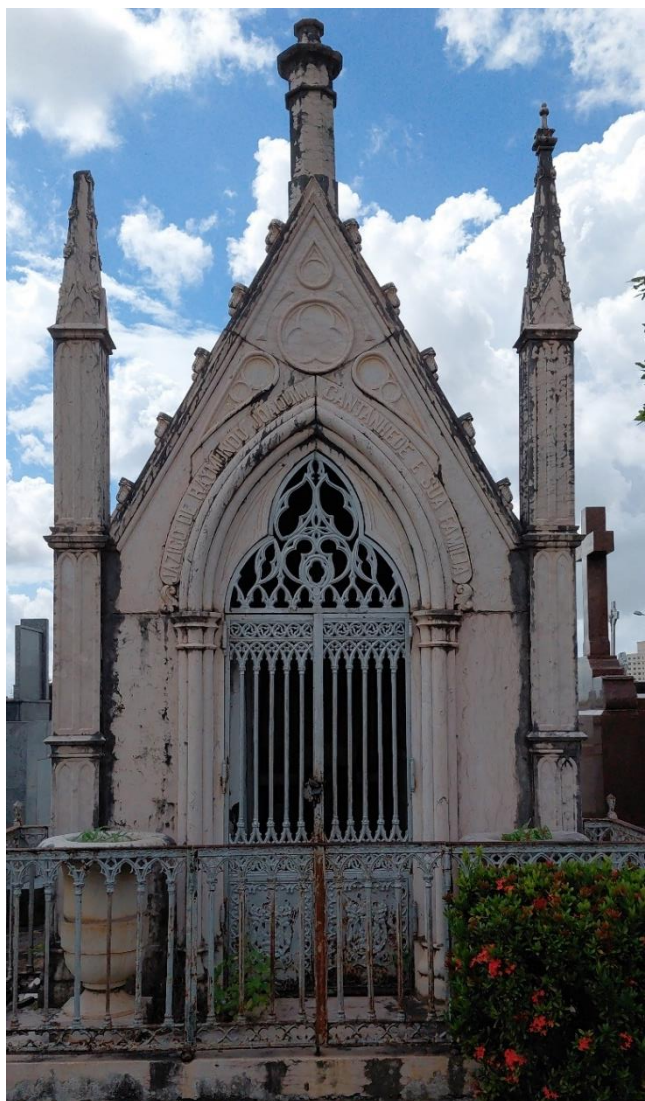
Raymundo Pires Franco (R.R.) Raimundo Pires Franco (R.J.)	05/01/1919 (R.D.) 06/01/1919 (R.R.) 07/01/1919 (R.J.)	grippe (R.D.) seticemia (R.J.)	28 (R.D.) 26 (R.R.)		M	Maranhão	rua do Mocambo, n. 34	Livro 47 (1915-1921) de Óbitos da Igreja N.S. da Conceição da Capital, n. 03, p. 58	NOTICIARIO, <i>D. Official</i> , 1919, n. 04, p. 02 REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Official</i> , 1919, n. 05, p. 01 NOTAS&INFORMA ÇÕES: REGISTRO CIVIL – OS QUE MORREM..., <i>O Jornal</i> , 1919, Ed. 1260, p. 04	73
Maria de Lourdes Salles	07/01/1919 (R.D.)	grippe (R.D.) gripe (R.J.)	18		F	Maranhão			REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Official</i> , 1919, n. 05, p. 01 NOTAS&INFORMA ÇÕES: REGISTRO CIVIL – OS QUE MORREM..., <i>O Jornal</i> , 1919, Ed. 1260, p. 04	74
João Carvalho de Sá	09/01/1919	grippe	17		M	Maranhão			REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Official</i> , 1919, n. 07, p. 03 NOTAS&INFORMA ÇÕES: REGISTRO CIVIL – OS QUE MORREM..., <i>O Jornal</i> , 1919, Ed. 1262, p. 04 Registro Civil - Obitos, <i>Pacotilha</i> , 1919, Ed. 09, p. 02	75
Dolores Agostinha da Cunha	13/01/1919 (R.D.) 14/01/1919 (R.J.)	grippe (R.D.) gripe (R.J.)	5		F				REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Official</i> , 1919, n. 10, p. 03	76

										REGISTRO CIVIL – ÓBITOS, <i>D. Oficial</i> , 1919, n. 11, p. 04 Registro Civil - Obitos, <i>Pacotilha</i> , 1919, Ed. 14, p. 02 NOTAS&INFORMA ÇÕES: REGISTRO CIVIL – OS QUE MORREM..., <i>O</i> <i>Jornal</i> , 1919, Ed. 1265, p. 04
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

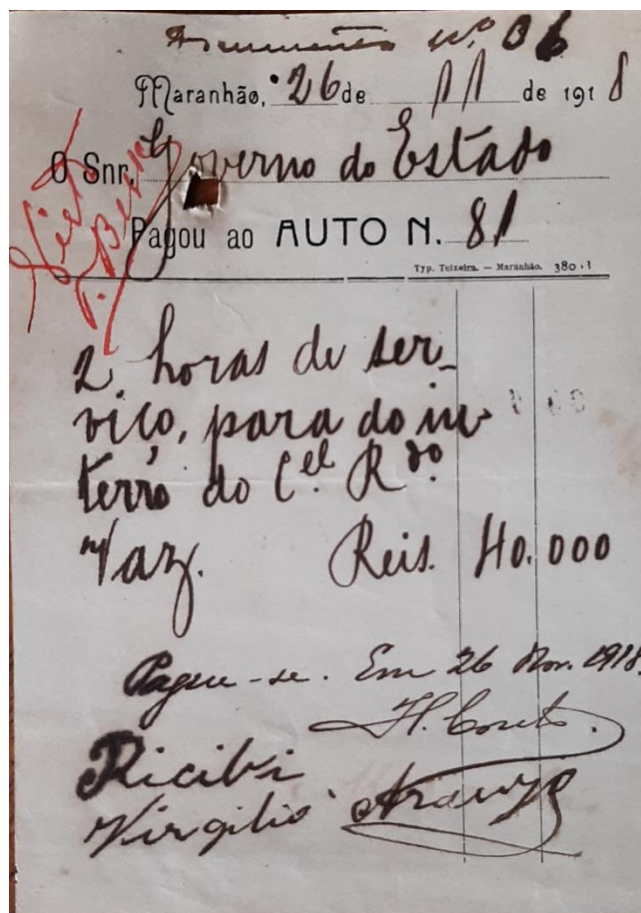
## Abreviaturas

R.D. .... Registro Diario Oficial do Estado do Maranhão  
R.J..... Registro Jornalístico  
R.R. .... Registro Religioso  
Ret. .... Corpo retirado da residência  
Res..... Residência

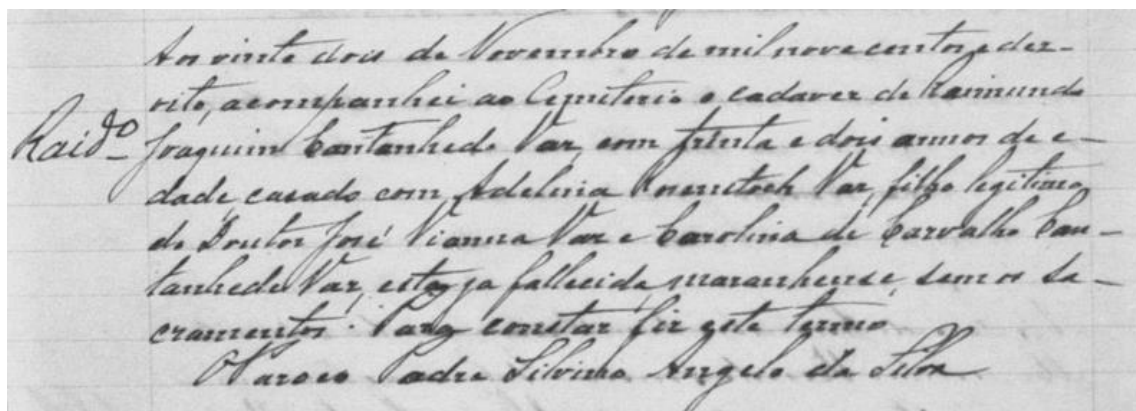
## ANEXO – I: Vítima da gripe espanhola: Raimundo Joaquim Cantanhede Vaz



Jazigo de “Raymundo Joaquim Cantanhede e Sua Família”, localizado na entrada do Cemitério Municipal de São Luís – Cemitério do Gavião. Falecimento: 22/11/1918. 32 anos. Foto tirada em 17/07/2025.



Comprovante de serviço de automóvel pago pelo Governo do Estado para o enterro de “C.º R.º Vaz”. Parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

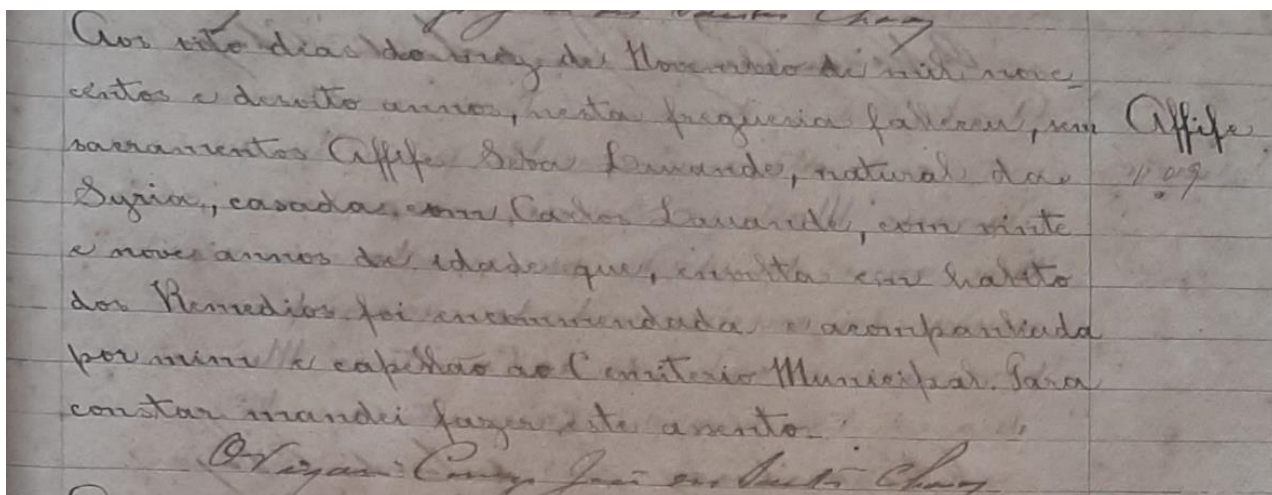


Registro de falecimento de “Raimundo Joaquim Cantanhede Vaz” em 22/11/1918. Livro 69 (1918-1926) de Óbitos da Igreja de São João Batista da Capital, n. s/n, p. 09. Parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

## ANEXO – J: Vítima da gripe espanhola: Affife Seba Lauand



Placa do jazigo de “Affife Seba Lauand”, localizado na Capela do Cemitério Municipal de São Luís – Cemitério do Gavião. Falecimento: 07/11/1918. 29 anos.  
Foto tirada em 17/07/2025.

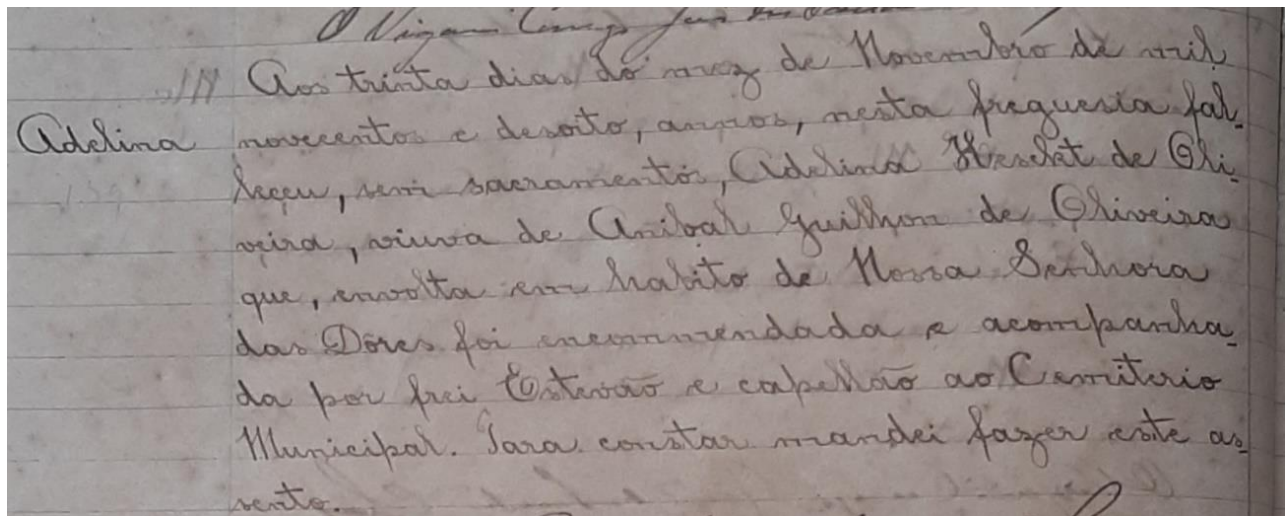


Registro de falecimento de “Affife Seba Lunande” em 08/11/1918. Livro 47 (1915-1921) de Óbitos da Igreja N.S. da Conceição da Capital, n. 109, p. 54. Parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

## ANEXO – K: Vítima da gripe espanhola: Adelina Aranha Hesketh d'Oliveira



Placa do jazigo de “Adelina Aranha Hesketh d’Oliveira”, localizado no Cemitério Municipal de São Luís – Cemitério do Gavião. Falecimento: 30/11/1918 .66 anos.  
Foto tirada em 17/07/2025.

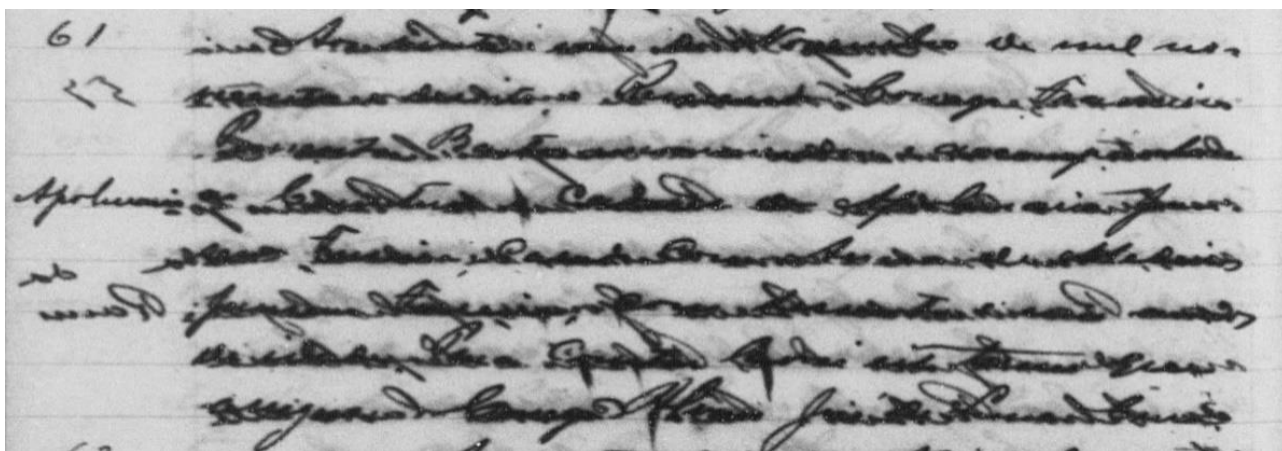


Registro de falecimento de “Adelina Hesketh de Oliveira” em 30/11/1918. Livro 47 (1915-1921) de Óbitos da Igreja N.S. da Conceição da Capital, n. 129, p. 56. Parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

ANEXO – L: Vítima da gripe espanhola: Apolinario Jansen Ferreira



Placa do jazigo de “Apolinário Jansen Ferreira”, localizado na Capela do Cemitério Municipal de São Luís – Cemitério do Gavião. 21/11/1918. 66 anos.  
Foto tirada em 17/07/2025.



Registro de falecimento de “Apolinário Jansen Ferreira” em 20/11/1918. Livro 15 (1916-1931) de Óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória da Catedral da Sé, n. 61, p. 17. Parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

## ANEXO – L: Visita ao Cemitério do Gavião 17 e 22 de julho de 2025



Ticyana Franco ao lado do jazigo de Apolinario Jansen Ferreira: Data: 17/07/2025. Capela do Cemitério Municipal de São Luís – Cemitério do Gavião.



Equipe de campo: Ticyana Silva Franco, Janyana Silva Franco, Márcia Gabriela Oliveira, Camilly Pavão Ferreira, Alessandra Sena Brandão, Ricardo Marques de Jesus e Jackson Brandão. Data: 22/07/2025. Capela do Cemitério Municipal de São Luís – Cemitério do Gavião.